

ALINE DANIELE HOEPERS | JOSE VALDECI GRIGOLETO NETTO
ORGANIZADORES

PSICOLOGIA E DECOLONIALIDADE

ENTRE TEORIAS, PRÁTICAS E SUBVERSÕES



PSICOLOGIA E DECOLONIALIDADE

Entre teorias, práticas e subversões





AValiação, Parecer e Revisão por Pares

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Aline Grazielle J. Benitez CRB-1/3129

P969 1.ed.	Psicologia e decolonialidade: entre teorias, práticas e subversões [livro eletrônico] / (Orgs.) Aline Daniele Hoepers, Jose Valdeci Grigoletto Netto. – 1.ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2024. 275p. E-Book. Bibliografia. ISBN: 978-65-5368-349-5 1. Psicologia. 2. Decolonialidade. 3. Conhecimento. I. Hoepers, Aline Daniele. II. Grigoletto Netto, Jose Valdeci.
07-2024/47	CDD 158.1

Índice para catálogo sistemático:
1. Psicologia 150

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-349-5.05.03.24>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da **Editora BAGAI** por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Aline Daniele Hoepers
Jose Valdeci Grigoletto Netto
Organizadores

PSICOLOGIA E DECOLONIALIDADE

Entre teorias, práticas e subversões



O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es). As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Diagramação</i>	Lucas Augusto Markovicz
<i>Capa</i>	Alexandre Lemos
<i>Imagem da Capa:</i>	Aline Daniele Hoepers e Jose Valdeci Grigoletto Netto
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo – CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC – UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo – UPM – MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPB Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD - PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clelia Peretti – PUCPR Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos – UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima – UFPI Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maiunga – ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva - MACKENZIE Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jorge Henrique Gualandi – IFES Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya – CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger – IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis – UFPA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luísa Maria Serrano de Carvalho – Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFMT Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPB Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. María Caridad Bestard González – UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira – IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPE Dra. Patricia de Oliveira – IF BAIANO Dr. Porfírio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Caica Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz – SME/SEED Dr. Stelio João Rodrigues – UNIVERSIDAD DE LA HABANA - CUBA Dra. Sueli da Silva Aquino – FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore – UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo – UEM Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissell López Bestard- SEDUCRS

APRESENTAÇÃO:

PROVOC-AÇÕES E(M) MOVÊNCIAS

A obra aborda de forma crítica, reflexiva e propositiva uma pluralidade de temáticas que colocam em relevo a interface entre psicologias e decolonialidade. Os capítulos que a compõem, que serão aqui brevemente apresentados, anunciam posicionamentos atentos aos dilemas que integram a realidade sociopolítica e seus impactos nos processos de produção de conhecimentos e práticas.

Para iniciar, o primeiro capítulo, intitulado **Línguas latinas na academia: por uma formação feminista decolonial em Psicologia**, escrito de modo sensível e poético, questiona o lugar da mulher na produção da ciência psicológica, pautado no desejo da construção de epistemes contra-hegemônicas. Na sequência, somos apresentadas/os ao segundo capítulo, nomeado de **Por uma Psicologia *queer* na intersecção com a decolonialidade**, que propõe reflexões de grande pertinência para a prática profissional da/o psicóloga/a, em especial voltada para o questionamento de visões individuais e normalizantes das existências. Já o terceiro capítulo, **A crise paradigmática na noção de sujeito da Psicologia ocidental: encruzilhadas indígenas e negras para a abertura de caminhos da Psicologia brasileira**, busca analisar as produções da noção de sujeito e, ainda, o alcance do racismo epistêmico nesse campo de saberes e práticas.

Avançando, o capítulo quatro, **Afet(ação): os processos afetivos como ferramentas decoloniais na produção de conhecimentos da Psicologia**, dialoga com a teoria dos afetos e coloca em relevo a necessidade de rompermos com a noção de neutralidade na ciência. No capítulo cinco, **Diálogos de(s)coloniais: contribuições feministas e fronteiriças à Psicologia Social**, encontramos com uma autora que se posiciona e se coloca no texto enquanto

mulher para discorrer acerca dos territórios e das fronteiras como espaço de afetações e aproximações. Ainda na perspectiva de fronteiras, no capítulo seis, intitulado **Subvertendo fronteiras: transdisciplinaridade e transetorialidade nas políticas públicas**, as autoras dialogam criticamente sobre o papel da Psicologia nas políticas públicas, dando destaque ao potencial transdisciplinar e transetorial na atuação profissional.

Seguindo com as discussões sobre políticas públicas, o capítulo sete, **O protagonismo da população usuária de políticas públicas de saúde, educação e assistência social: um giro decolonial**, lança uma questão: a Psicologia atua na subordinação dos sujeitos ou, ao contrário, se volta para sua emancipação? Tal pergunta também se faz presente no capítulo oito, **Nos territórios geopolítico-existenciais: a atuação da Psicologia em políticas de saúde**, refletindo acerca da urgência de que sejam validadas e compreendidas novas possibilidades, vozes, ferramentas e composições enquanto estratégia fundamental para fraturarmos os saberes-fazeres hegemônicos (re) produzidos nos serviços de saúde brasileiros. Também, o capítulo nove, que leva o nome de **Reflexões sobre a adesão ao cuidado em saúde mental: desafios e possibilidades**, tece considerações sensíveis sobre a importância do vínculo e a confiança entre paciente-profissional na relação de cuidado.

A proposta do capítulo dez, **O trabalho in(ter)disciplinar na atenção primária à saúde: um convite à decolonialidade**, é a de que, através da interlocução de saberes, a atenção à saúde será integral e os pressupostos da Reforma Psiquiátrica, de fato, respeitados. O capítulo onze, **Checklist: um protocolo de maternidade em processos de destituição do poder familiar**, busca conhecer as concepções existentes sobre a maternidade que circulam entre as profissionais que lidam diretamente com as mães, munindo-se da cartografia enquanto instrumento de produções de narrativas. Ainda sobre os atravessamentos presentes na maternidade, o capí-

tulo doze, **Agora o monstro sou eu? Perspectiva de uma mãe afastada dos filhos por intervenção da justiça**, busca criar espaço alternativo de visibilidade e escuta da voz de quem é acusada de negligência, neste caso, uma mãe.

Na sequência, somos apresentadas/os ao capítulo treze, **Maternidade solo: os desdobramentos e impactos enfrentados pela pandemia da Covid-19**, que busca investigar os impactos socioeconômicos e afetivos vivenciados por mães, em especial mães solo, em decorrência da pandemia da Covid-19 e seus possíveis desdobramentos. **Consequências psicológicas em mulheres sobreviventes às torturas praticadas durante o período da ditadura militar brasileira** é o tema do capítulo quatorze, em que foram, de maneira sensível e ética, explorados e analisados os relatos de mulheres que sofreram violações no período da repressão. O capítulo quinze, **Morte, luto e decolonialidade**, apresenta como os seres humanos encaram a morte e vivenciam seus lutos, para além das maneiras habituais conhecidas.

Ainda sobre esta perspectiva, o capítulo dezesseis, **Pessoas que tentaram suicídio e sobreviveram: entre estigmas, preconceitos e impactos biopsicossociais**, busca proporcionar visibilidade para um tema tido como tabu e silenciado, promovendo espaços de reflexão em uma perspectiva pouco abordada, a saber, as pessoas que sobreviveram a uma tentativa de suicídio. O capítulo dezessete, **Colonialidade e neoconservadorismo: a produção do “cidadão de bem” brasileiro**, aborda um tema que ficou extremamente evidente na última eleição presidencial do Brasil, na produção de uma distinção hierárquica entre o “cidadão de bem” e os que não se encaixam em seus parâmetros. Por fim, mas não menos importante, o capítulo dezoito, **O colonialismo que habita a Psicanálise**, problematiza as relações entre alguns elementos do corpo de conhecimentos psicanalíticos produzidos por Freud e seus enlaces com a modernidade.

Diante desta breve apresentação, notamos que as autoras e os autores, ao interrogarem e deslocarem sentidos, convidam-nos a criar sensibilidades, concepções e percursos subversivos de ação e transformação social. Este livro é um convite ao deslocamento: de convicções, pensamentos, ideias e ações. Desejamos ótimas (e provocativas) leituras!

Os organizadores.
Verão de 2024

SUMÁRIO

**LÍNGUAS LATINAS NA ACADEMIA: POR UMA FORMAÇÃO FEMINISTA
DECOLONIAL EM PSICOLOGIA.....11**

Bárbara Cossetin Costa Beber Brunini | Murilo dos Santos Moscheta

**POR UMA PSICOLOGIA *QUEER* NA INTERSECÇÃO COM A
DECOLONIALIDADE 33**

Eduardo Henrique Ferreira | Fernando Silva Teixeira Filho

**A CRISE PARADIGMÁTICA NA NOÇÃO DE SUJEITO DA PSICOLOGIA
OCIDENTAL: ENCRUZILHADAS INDÍGENAS E NEGRAS PARA A
ABERTURA DE CAMINHOS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA..... 49**

André Luiz Teles Ramos

**AFET(AÇÃO): OS PROCESSOS AFETIVOS COMO FERRAMENTAS
DECOLONIAIS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DA PSICOLOGIA 61**

Letícia Bottura Calvoso | Eduardo Augusto Tomanik

**DIÁLOGOS DE(S)COLONIAIS: CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS E
FRONTEIRIÇAS À PSICOLOGIA SOCIAL..... 79**

Suellen Soares Altrão

**SUBVERTENDO FRONTEIRAS: TRANSDISCIPLINARIDADE E
TRANSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS 89**

Aline Daniele Hoepers | Beatriz Zanetti Baratella | Danielle Verde dos Santos |
Maria Christina Cyrino Guilmar | Maria Fernanda Constantino Oishi Pires

**O PROTAGONISMO DA POPULAÇÃO USUÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
UM GIRO DECOLONIAL..... 103**

Aline Daniele Hoepers | Bianca Caroline Gonçalves Peixoto Rosa |
Evelin Correia Goncalves | Júlia Martins Silva

**NOS TERRITÓRIOS GEOPOLÍTICO-EXISTENCIAIS: A ATUAÇÃO DA
PSICOLOGIA EM POLÍTICAS DE SAÚDE 117**

Aline Daniele Hoepers | Jose Valdeci Grigoletto Netto

REFLEXÕES SOBRE A ADESÃO AO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	137
Keila Lumi Sugahara Roselania Francisoni Borges	
O TRABALHO IN(TE)RDISCIPLINAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM CONVITE À DECOLONIALIDADE	151
Hellen Marostica Laura Laurenti de Freitas Janara Antunes de Moraes	
CHECKLIST: UM PROTOCOLO DE MATERNIDADE EM PROCESSOS DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR.....	165
Rosária Marília da Silva Adriana Barin de Azevedo	
AGORA O MONSTRO SOU EU? PERSPECTIVA DE UMA MÃE AFASTADA DOS FILHOS POR INTERVENÇÃO DA JUSTIÇA.....	177
Bruna Pastório Saes Lugnani Adriana Barin de Azevedo	
MATERNIDADE SOLO: OS DESDOBRAMENTOS E IMPACTOS ENFRENTADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19	189
Larissa Malafaia dos Passos Magda Arlete Vieira Cardozo	
CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS EM MULHERES SOBREVIVENTES ÀS TORTURAS PRATICADAS DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA	201
Julie Ane Notari Monteiro Rachel de Faria Brino	
MORTE, LUTO E DECOLONIALIDADE	219
Jose Valdeci Grigoletto Netto	
PESSOAS QUE TENTARAM SUICÍDIO E SOBREVIVERAM: ENTRE ESTIGMAS, PRECONCEITOS E IMPACTOS BIOPSISSOCIAIS.....	229
Beatriz Viotto Mânica Maria Eduarda dos Santos Faxina Jose Valdeci Grigoletto Netto	
COLONIALIDADE E NEOCONSERVADORISMO: A PRODUÇÃO DO “CIDADÃO DE BEM” BRASILEIRO	243
Rita de Cássia Sousa Moreira Isabela Saraiva de Queiroz	
O COLONIALISMO QUE HABITA A PSICANÁLISE	257
Mauricio Cardoso da Silva Junior	
SOBRE OS ORGANIZADORES	271
ÍNDICE REMISSIVO.....	272

LÍNGUAS LATINAS NA ACADEMIA: POR UMA FORMAÇÃO FEMINISTA DECOLONIAL EM PSICOLOGIA

Bárbara Cossettin Costa Beber Brunini¹
Murilo dos Santos Moscheta²

SOBRE LÍNGUAS, LETRAS E ESCRIVIVÊNCIAS

O movimento de investir em novos diálogos na formação em Psicologia justifica a busca por conversações que, quando tensionadas por uma ciência ainda posta nas relações de poder/saber/ser, almejam ultrapassar os muros acadêmicos e anunciar falatórios decoloniais. É sobre estes encontros que opto por escrever, compartilhando acontecimentos pulsantes de afeto entre mulheres docentes feministas nos entre meios universitários. Narrativas que propõem o franco falar de profissionais comprometidas, ética e politicamente, com o ensino, a pesquisa e a extensão. Docentes que lutam por seus lugares de fala enquanto mulheres latinas, do Sul do globo com a intenção de vivenciar o acontecimento e transcrever histórias contra oficiais sobre a docência feminista em Psicologia. Aquelas que inauguram mundos e reconhecem a força dos encontros criativos presentes neste espaço de tempo que nos cabe viver.

Ao romper com certas modelagens colonialistas e relocar o desejo de reexistir em assembleia, tonificamos o corpo nos fluxos vivenciais de epifanias dabem querência e escolhemos ressignificar o presente, acreditando no fazer inventivo de futuros. Vivenciamos, assim, novas estilísticas de vida percebidas como obras de arte na formação em Psicologia, repensadas na oportunidade de realizar uma pesquisa para apresentar como

¹ Doutora em Psicologia (UEM). Docente (UNIPAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/5679650435955261>

² Pós-doutorado (UCM, Espanha). Doutorado em Psicologia (USP). Docente (UEM).
CV: <http://lattes.cnpq.br/1804378642831807>

projeto para a seleção do Doutorado em Psicologia da UEM - Universidade Estadual de Maringá, estado do Paraná concluída no ano de 2022³.

Assim, os contornos que antecederam o pensar desta escrita, são da ordem do acontecimento, nem sempre datados ou reconhecidos, lembranças vívidas da escrita de nossa tese de doutorado em territórios recriados para/no pertencimento coletivo/afetivo onde, acompanhada por meu orientador, Professor Doutor Murilo dos Santos Moscheta, tornei-me ouvidora de vozes descolonizadas das teóricas (os) e estudiosas (os) pós-colonialistas e decoloniais, como Deepika Bahri, Homi Bhabha, Frantz Omar Fanon, Walter Mignolo, Gayatri Spivak, Ramon Grosfoguel, Boaventura de Souza Santos, Heloisa Buarque de Holanda, Maria Lugones, Aníbal Quijano, Gloria Anzaldúa, Maria Galindo, Suely Messeder, Rita Laura Segato.

Também das escritoras negras, potências que conheci com parceiras e parceiros do Grupo DeVerso, nosso espaço poético e produtivo, da Universidade Estadual de Maringá, como: Patrícia Hill Collins, Kimberly Crenshaw, Lélia Gonzalez, Dejamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, Suely Messeder, Grada Kilomba, bell hooks, Angela Davis e tantas, e tantas. Quanto daquele ar invadiu meus pulmões infantis, cínicos e hipócritas que acreditavam estar vivendo uma vida VIVÍVEL... sempre grata por esta polinização.

É óbvio que, sendo meu corpo dependente de arte, jamais ignorou a crítica de Simone de Beauvoir e Clarice Lispector, a sensibilidade denunciante de Carolina de Jesus, Cecília Meireles, Rupi Kaur, os contos e hidrografias de Conceição Evaristo, as conferências de Audre Lorde, a escrita artística de Roberta Stubs e as obras de arte decoloniais de Adriana Varejão. Nessa travessia teórica, contemplamos nos mirantes acadêmicos as alegrias de corpos atrevidos, corajosos que operaram como vetores para um campo ampliado de fazer-se transcrição, revolução nos universos acadêmicos.

³ Tese de doutorado. Título: “Admiração: mulheres docentes feministas e suas práticas descolonizadas na formação em psicologia”. UEM – Universidade Estadual de Maringá, 2022. Orientador: Prof. Dr. Murilo dos Santos Moscheta.

Um passado presente na necessidade urgente de revolução profissional, pessoal e docente. Memórias intermináveis, materiais e imateriais guardadas para um dia serem revividas, festejadas na coexistência de vidas intensas transformadas em arte, que inclui revisitar a experimentação da minha própria vida e de todas professoras e alunas latino americanas, aquelas, do sul do globo. Mulheres as quais extrapolam os desígnios da ciência universal, celebram a multidão de diferenças e os modos de existência ou possibilidades de vida que não param de surgir nos espaços de formação acadêmica. Uma atitude inquieta, de pertencimento micropolítico e minoritário, aberto em vias do fazer e do estar.

Nos possíveis (re)criar de diferentes formas de viver/estar os feminismos, de outros lugares, outras experiências, sem necessariamente, proibir ou aniquilar a presença de uma teoria para assumir outra, mas sentir cada uma delas ... para pensar a partir do que tomamos como importante para uma formação feminista descolonizada em Psicologia. Desta condição encarnada, de desmontagem e conquistas, percebo ser substancial para nossos atos docentes, fomentar fazeres distantes do poder do discurso colonial e possibilitar ações que vão além do caráter investigativo e classificatório estabelecido por mecanismos disciplinares de currículos equivocadamente (ou não) mantidos.

Enquanto escrevia a tese de doutorado, a intenção da pesquisa era constantemente lembrada, fora desenhada não para encontrar respostas, mas para promover diálogos sobre nós, sobre mulheres desejosas de uma Psicologia Feminista Decolonial, interessadas por escapes da “domesticação acadêmica” (AZEREDO, 2010, p. 175) prevista para o doutoramento, e agora, na escrita do capítulo desta obra, posso reviver no hoje, as conquistas realizadas em assembleia como escreve Judith Butler (2018).

Doravante, as vivências do doutorado e da vida docente, aguçaram os ouvidos para o espontâneo também construíram fazeres colaborativos, implicados com uma série de acontecimentos evocados nos momentos de encontro, em sala de aula, nas orientações e supervisões de estágio, nas escolhas de referências bibliográficas decoloniais e sua inserção nos

planos de ensino, nas conversas em reuniões pedagógicas, compostos na intencionalidade de perceber as vidas experienciadas e contadas para além das estruturas quantificáveis, recortadas e fechadas. Isso porque,

Esta é a natureza do que se pode chamar de um “acontecimento”, o qual é produzido por este tipo de política do desejo: um devir da subjetividade e, indissociavelmente, do tecido relacional no qual gerou-se sua turbulência e seu ímpeto de agir. Regido por essa micropolítica, o desejo cumpre sua função ética de agente ativo da criação de mundos, próprio de uma subjetividade que busca colocar-se à altura do que lhe acontece (ROLNIK, 2018, p. 65).

O agir politicamente a fim de garantir condições de reintegração geo-histórica, nem sempre marcada por uma data expressiva, mas da ordem do acontecimento, do reencontro com nossa ancestralidade, também teórica, esteve e se mantém em nossas reflexões sobre as relações demarcadas ao “seu lugar” enquanto mulher, seja na sociedade, na história e nas andanças docentes, e é sobre este acontecimento, de se reconhecer mulher do “entre”, bell hooks (2019)⁴ adverte:

Feministas são formadas, não nascem feministas. Uma pessoa não se torna defensora de políticas feministas por ter o privilégio de ter nascido do sexo feminino. Assim como a todas as posições políticas, uma pessoa adere às políticas feministas por escolha e ação [...] antes que as mulheres pudessem mudar o patriarcado, era necessário mudar a nós mesmas; precisávamos criar consciência (hooks, 2019, p. 25).

Nesta escrita, a teórica convida à reflexão sobre outros saberes, aqueles que estão distantes das epistemologias do Norte do Globo, as quais não reconhecem o legado da matriz africana e indígena para nós latinas, a implicação da língua, da terra e resiliência para a sobrevivência do seu povo. Bahri (2013) também escreve sobre o desafio de falar

⁴ A teórica adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks e faz questão de afirmar que bell hooks deve ser escrito em letra minúscula mesmo, representando seu desejo de dar destaque ao conteúdo de sua escrita e não à sua pessoa.

através da diferença e a importância deste movimento para um todo crítico, independentemente de onde esteja localizado (gênero, raça, etnia, geografia, desejo, cultura) para refletir sobre estas linhas e diferenças que atravessam nossa subjetividade, como também a importância fundamental para compreensão das ideias, perspectivas e vivências apresentadas por outras mulheres psicólogas falantes de feminismos no contexto de formação acadêmica.

Destes mirantes, somos alertadas para os riscos da ideia de identidade nacional, somos tantas, e tantas são as nossas singularidades que, ao perigo de cair na mesma lógica essencializante de outras teorias, corremos o risco de ocultar a importância de nossa diversidade, da heterogenia de costumes, crenças, idiomas de uma sociedade pluriétnica, que rasuram fronteiras totalizadoras. Sabemos que hibridismo cultural existente no Brasil torna possível a compreensão de corpos rizomáticos e a destruição de um único lugar de enunciação e revela-se conectado a todas as construções sociais, reconhece a cultura em movimento de favorecer a crítica pós-colonialista em novas modalidades de projetos, políticas e intervenções também na formação acadêmica.

Tais experiências transfiguram no mundo como desafios aos antigos interesses, e experimentam a clandestinidade, ousadas que são feitos fronteiriços, libertários dos moldes excludentes da tradição colonial amedrontada com seus comportamentos marginais inclusive em nossas pesquisas ao questionarem métodos, técnicas e justificativas não capturadas pela escrita academicista. Para nós, o estar docente feminista oferece ao corpo a experiência de estar no fluxo desejante de aprender/criar/intervir com/na academia e na vida, despedem-se assim, de antigas concepções, como aquelas descritas por bell hooks (2019):

Cheguei a teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão imensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei a teoria desesperada, querendo compreender – apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura

[...] a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim [...] por isso, nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar o público (hooks, 2019, p. 83).

Isso é libertar a vida de sua cafetinagem, da apropriação da vida pelo capital, descrita nas linhas de Rolnik (2018) como processo de invenção decorrente da inteligência coletiva mobilizada pela urgência de enfrentar a perversão do regime em sua nova versão, força inventiva e de reapropriação. Processo criativo que nos leva a driblar o poder do inconsciente colonial capitalístico em suas próprias subjetividades, que faz com que a vida persevere e ganhe algo de novo. Nas palavras de autora:

Seja qual for este algo, o que conta é que ele carregue consigo a pulsação intensiva dos novos modos de ver e de sentir - que se produziram na teia de relações entre os corpos e que habitam cada um deles singularmente -, de modo a torná-los sensíveis. Em outras palavras, o que importa é traduzir o afeto ou emoção vital, com suas respectivas qualidades intensivas, em uma experiência sensível – seja pela via do gesto, da palavra, etc. -, e que se inscreva na superfície do mundo, gerando desvios em sua arquitetura atual [...] Nessa micropolítica, as ações do desejo consistem portanto em atos de criação que se inscrevem nos territórios existenciais estabelecidos e suas respectivas cartografias, rompendo a cena pacata do instituído (ROLNIK, 2018, p. 61).

Enquanto docentes que se enunciam feministas, buscamos novos significados ao cotidiano e exalamos força produtiva na multiplicidade de nossos corpos, somos multidão com significativo coeficiente revolucionário herdado de mulheres que nos antecederam e aquelas que nos deixaram alertas a todo sussurro, às ressonâncias do inaudível, às fissuras do habitável e aos fascismos que nos circundam e limitam nossa existência em ambiente universitário. Porém, estamos cientes que o

espaço da mulher na academia não é um local conquistado, é um local a ser transformado, quase invadido na inviolabilidade dos discursos de poder/saber, é território da tentativa de emancipação, um cenário alternativo para novas criações e estilísticas de vida. E vem a carta de Anzaldua (2000), referenciando a captura de nossa escrita e criação em busca do status científico normatizado e moralizado.

Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? [...] Penso, sim, talvez se formos à universidade. Talvez se nos tornarmos mulheres-homens ou tão classe média quanto pudermos. Talvez se deixarmos de amar as mulheres sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena. Nos convencem que devemos cultivar a arte pela arte. Reverenciarmos o touro sagrado, a forma. Colocarmos molduras e metamolduras ao redor dos escritos. Nos mantermos distantes para ganhar o cobiçado título de “escritora literária” ou “escritora profissional”. Acima de tudo, não sermos simples, diretas ou rápidas (ANZALDUA, 2000, p. 230).

Trata-se então, da contestação de uma verdade antecipadamente enunciada e da tentativa de produzir uma ciência feminista a qual sugere que os saberes devem ser localizados. Uma ciência com posicionamento crítico, “a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegia a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” como escreveu Donna Haraway (1995, p. 24), uma crítica mais política do que epistemológica. Concordamos que a formação feminista em Psicologia não deve se contentar com a miséria humana universal dos direitos dados e, ao mesmo tempo, negligenciados. Ela almeja alternativas para construir um conjunto de multiplicidades singulares,

articuladas, ética, política e didaticamente em seus espaços de resistência, uma pedagogia feminista comprometida a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência, presente na interação de diferentes lugares de oposição analítica, histórica e cultural.

NOS ENCONTROS DOS FAZERES DA RESISTÊNCIA

Resistir/existir como mulher docente já é, em ato, um atrevimento, escrever sobre nós nestes espaços colonizados pelo saber antropofágico, é teimosia, compartilhar as narrativas de docentes e acadêmicas em suas conversações feministas em Psicologia, quase uma subversão, enunciar-se feministas em períodos sociopolíticos neofascistas, é reexistência. “Eles combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer” (EVARISTO, 2009), somos vidas entrelaçadas às ações docentes de resistência, praticantes de pedagogias contrárias àquelas de cafetinagem da vida expostas à privatização e disciplinação do fazer, ou das ações panfletárias que capitalizam as lutas feministas - e a formação universitária - e reduzem os corpos a algo que não faz diferença. Segundo Arroyo (2012):

[...] reconhecer ou ignorar essas pedagogias de libertação, emancipação, passa a ser uma questão político-epistemológica para as teorias pedagógicas. Nada fácil a uma tradição pedagógica que ainda pensa os grupos populares e seus (suas) filhos(as) como inferiores, ignorantes, incultos, sem valores, com problemas morais e de aprendizagem a serem civilizados, moralizado (ARROYO, 2012, p. 15).

Quando as intervenções universitárias invadem territórios antes mantidos pela colonialidade “do saber” e “do ser”⁵, adquirem matéria-prima para a construção de pedagogias feministas e práticas decoloniais e comprovam o seu impacto na transformação social, favorecendo a interação dialógica e a construção de parcerias otimizantes para a formação profissional e das interculturalidades. São produções que

⁵ Definições sobre colonialidade do saber e colonialidade do ser podem ser encontradas com grandeza de informação em Quijano (2000) e Mignolo (2005) respectivamente.

transmutam a categorização universal do saber e tomam emprestada a convicção de Maria Lugones (2014) sobre posicionarmos na perspectiva de fortalecimento das resistências por meio da coalizão político teórica entre os múltiplos feminismos, cujas bases epistemológicas e interven-tivas apresentam-se em contraposição à colonialidade. São práticas que florescem nas escrevivências das colabore suas personagens, rompem a passividade dos bancos universitários e convidam a “exorcizar o passado, arrumar o presente e predizer a imagem de um futuro que queremos” como nos ensina Conceição Evaristo (2009).

Um futuro que tem início no já, que acontece justamente quando o espaço acadêmico é submetido às novas tecnologias comercializadoras de diplomas e certificados, de formações rápidas e nada comprometidas com a transformação social, perfeitamente paralelas às oportunidades meritocráticas, inclusive de recusa ou minoria da inserção profissional de mulheres em espaços universitários de ensino, extensão e pesquisa. Esta decisão se faz compromisso além de desejo metodológico, desafio e proposta de ação/intervenção em conversações docentes que vão além da formação profissional, alcançam a responsabilidade por práxis emergentes nas experiências subjetivas⁶. Defendem que a interdependência entre mulheres é o caminho para uma liberdade que permite seu protagonismo, são diálogos horizontais com diversas particularidades, são como as pistas afetivas deixadas por Suely Messeder (2020) quando escreve:

Doravante, sigo o caminho didático em deslindar “o olhar, o ouvir e o escrever” no processo de encarná-los. Declaro que, quando nos detemos no olhar, somos levados ao sentido da modernidade cujo processo esquadrinhou o conhecimento nas famosas caixinhas disciplinares [...] entretanto, quando abrimos nossos horizontes na perspectiva das relações de gêneros e sexualidades, somos atra-

⁶ Expressão da angústia que me atravessava. “As linhas que se seguem nesse artigo podem ser interpretadas como uma espécie de suicídio. Preciso então, antes de mais nada, expressar a angústia que hoje me atravessa. Vocês compreenderão que, enquanto feminista, fui formada e passei a compartilhar os conceitos básicos que agora quero desfazer. Penso que minha angústia não deve ser menor que aquela sentida por qualquer mulher que se autonomeie feminista. Não é fácil enfrentar o monstro, sobretudo quando se descobre que você é parte dele” (Yuderskys Espinosa Miñoso, 2012).

vessadas pela interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou a transdisciplinaridade (MESSEDER, 2020, p. 163).

Apostando na crítica feminista decolonial latino-americana, pon-tuo o alerta de Maria Galindo (2013), ativista feminista boliviana, ao reforçar que quando a universidade se faz membro participante de comunidades responsivas, vislumbra a formação profissional como ferramenta para pertencimento e atuação social, uma relação de entre-meio suficientemente potente para manter-se atenta às mudanças sociais. Como escreve bell hooks (2019):

Fazer essa teoria é o nosso maior desafio. Em sua produção jaz a esperança da nossa libertação; em sua produção jaz a possibilidade de darmos nome a toda a nossa dor – de fazer toda a nossa dor ir embora. Se criarmos teorias feministas e movimentos feministas que falem com essa dor, não teremos dificuldade para construir uma luta feminista de resistência com base nas massas. Não haverá brecha entre teoria feminista e prática feminista (hooks, 2019, p. 104).

Reafirmamos que a política feminista decolonial⁷ é este campo aberto para estudos e experiências que foram reprimidos, ato de recontextualização de nossas gramáticas latinas e implicação ética com a força contestatória dos movimentos sociais. O fascínio é pela revolução, objetiva à criação de outras narrativas, de histórias contadas sobre memórias de militâncias, sobre as lutas de nossas ancestrais, sobre a experiência de diversos corpos marcados de inúmeras formas, seja pela raça, classe, desejo, localização geográfica, etnia, bem como por todos os acontecimentos/relações nos quais estamos inseridas e somos diferentemente afetadas.

O fazer propositalmente desavisado destes parágrafos e toda carga semântica nele inerente, resulta da minha trajetória docente, do contato com um corpo reinventado e da necessidade de refletir sobre o que pensamos, desejamos e realizamos enquanto mulheres feministas

⁷ VERGÈS, 2020.

na formação em Psicologia na América Latina. Durante as tentativas de retirar-se do local de sujeito do suposto saber docente, busquei em minhas inquietações a oportunidade de ser outra em minha branquitude e lembrei do chamado afetivo de Lélia Gonzalez (2020), quando escreve:

[...] baseada nas minhas experiências de mulher negra, tratarei de evidenciar as iniciativas de aproximação, de solidariedade e respeito pelas diferenças por parte de companheiras brancas efetivamente comprometidas com a causa feminina. A essas mulheres-exceção eu chamo de irmã (GONZALES, 2020, p. 40).

Um status que fortalece a formação de redes afetivas e o respeito ao caráter multirracial e pluricultural das sociedades latinas. Percebo que entender o mundo, seus acontecimentos e histórias somente a partir do ponto de vista de quem é o corpo privilegiado, distorce e diminui as experiências históricas sobre/das mulheres, uma falta de consciência de também ser um corpo oprimido, e opressor⁸.

A formação em Psicologia Feminista pretende ser um dispositivo que parte da premissa de que a experimentação extramuros, extrapola ao ostracismo do excesso de aulas teóricas e intermináveis leituras sem reflexão. Ela prima por conhecimentos produzidos a partir do convívio, em luta pela preservação dos direitos das populações identificadas como inferiores, locais de vivência de corpos psicólogos que permitem o ecoar dos sons emitidos por línguas desejanter de espaços audíveis, vidas anunciante de efeitos inspiradores de revoluções cotidianas.

Uma Psicologia proponente de produções científicas que acionam saberes conectados com modos plurais de existência invisibilizados no dia a dia, perspectivas que se destacam por falar sobre, com e a partir de nós. Construimos assim, outros desenhos que avisam sobre a importância de manter-se atenta e sensível ao caráter transitório do

⁸ Concordando com Suely Messeder (2020, p. 167): “Nesse sentido, para sairmos da episteme colonizada, possivelmente teremos que investir em nossos olhares epistêmicos eurocêntricos e nos compreendermos como seres no mundo marcados, em nossa pele e sangue, por uma política do conhecimento racializadas, classista e heterossexista que nos invade com seus tentáculos tirando-nos a possibilidade de nos situarmos em saberes localizados, também comprometidos com a dignidade humana”.

acontecimento, armadas para os diálogos conflitantes entre os saberes dominantes e os conhecimentos periféricos que valorizam as fronteiras⁹ e suas existências mutantes.

Reforço que não foi a intenção da pesquisa de doutoramento articular a tarefa moral e disciplinar de oferecer as respostas sobre o como fazer uma Psicologia transformadora, descolonizada/decolonial, de anunciar os modos de intervir libertários, tidos como eficientes ou desejantes. A intenção foi apostar na reflexão coletiva sobre o narrado pelas colaboradoras como propostas inventivas à formação acadêmica em Psicologia, como escapam da ação disciplinatória e colonizante dos modelos impressos nas matrizes curriculares, sobre o que refletem para propor seus planos de ensino contestadores e como indicam e referenciam suas teorias com a perspicácia de uma clandestina andante em sua própria nação/ciência.

Acrescentar o termo descolonizadas para enunciar os chamados da nossa pesquisa de doutorado, foi algo inquietante inicialmente. Era difícil reconhecer os perigos de transitar por diferentes mares (perspectivas) teóricos, era temerosa a ideia de abandonar conceitos íntimos de escolhas profissionais e angustiante ao entrar em contato com os questionamentos de Heloisa Buarque de Hollanda (2020) na introdução de seu livro “Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais”, após conhecer de forma tão afetiva e afetante as obras de feministas latino-americanas, caribenhas, chicanas, africanas.

Quero sinalizar que, quando trago o termo descolonizado, aponto para o processo histórico de “deixar de ser colônia”, superar o imaginário colonial e a lógica da hierarquia de saber, poder, raça, gênero, classe historicamente instituídas sobre nós mulheres/pesquisadoras latinas. Fazer uso do termo descolonizar, não é excluir ou negar as participações da cultura branca e eurocêntrica, mas entender o processo de modernização dos povos latinos como algo urgente para sua

⁹ Apostando na escrita de Deleuze quando afirma que: “[...] pessoas fortes não são as que ocupam um campo ou outro, é a fronteira que é potente” (DELEUZE, 1992, p. 63).

autonomia em todas as experimentações da vida, inclusive da vida que acontece na ciência e na pesquisa.

Particularmente, optei por utilizar os dois termos, descolonial/decolonial, já que, quando considerado o termo decolonial enquanto perspectiva teórica, este remete à inflexão de escritoras, artistas, estudiosas, teóricas latino-americanas, que pensam na perspectiva pós-colonial a partir da América Latina, utilizados como espaço teórico dialógico para nossas conversações feministas descolonizadas. Catherine Walsh (2009) sinaliza que não é a ideia de superação colonial que estamos propondo, mas sim, a constatação de que o colonial ainda é atuante, pulsante em nós. Sendo assim, precisamos nos posicionar de modo crítico e pensar sobre epistemes em rede aberta, aquelas emergentes de espaços de prática e envolvimento coletivo contínuo.

LONGE DAS FRONTEIRAS DO DENTRO, SOMOS LATINAS

Ao pontuar o interesse da pesquisa referenciando as teorias pós-coloniais e decoloniais, cito a argentina Maria Lugones (2014), quando escreve que o feminismo descolonial é a possibilidade de lidar com a superação da colonialidade de gênero como uma prática que nunca se finda, sendo necessário colocar em pauta as lutas de todas as mulheres, principalmente aquelas não contempladas pela opressão colonial e, até mesmo, por certos feminismos globais. Mas é preciso avisar a leitora que o objetivo não foi escolher uma vertente teórica, e sim, vislumbrar a força dos feminismos em suas múltiplas perspectivas e interseccionalidades, desassossegar o corpo acadêmico e produzir críticas ao status quo da ciência, inserindo aqui a Psicologia.

Subverter este epistemicídio e suas estruturas opressoras é uma das, entre tantas, intenções de profissionais críticas, políticas que não devem e nem querem se furtar da tarefa de intervir a favor destas novas Psicologias Feministas descolonizadas/decoloniais. É um andar na

contramão da (re) produção de necropolítica¹⁰ e defender uma ciência estética quanto ao seu compromisso e transformação social, aquela que retira da língua narrada e vivida o sujeito oculto por antigas verdades teóricas e de formação acadêmica.

Certa de que não há uma única forma de produção de conhecimento, mas sim, um campo multidisciplinar e diferentes maneiras de produzi-lo e com ele se comprometer, pretendemos estar engajadas com perspectivas transformadoras da realidade, coreografando cirandas afetivas de nossas próprias histórias, assumindo assim, a dimensão ética do cuidado de si como exercício de vidas iridescentes.

Revisitar as narrativas destas mulheres fortaleceu minha auto inscrição enquanto “povo no mundo”, onde transito como mulher e docente feminista na formação em Psicologia. São escritas vividas, tornam a voz-escrita em voz-ação, impulsionam o corpo a “[...] conhecer umas às outras como entes que são densos, relacionais, em socialidades alternativas e alicerçadas nos lugares tensos e criativos da diferença colonial” (LUGONES, 2014, p. 942), oferecendo fôlego extra a dimensão relacional de nossas histórias.

Para a argentina, o feminismo descolonial é a possibilidade de lidar com a superação da colonialidade de gênero como uma prática que nunca se finda, sendo necessário colocar em pauta as lutas de todas as mulheres, principalmente aquelas não contempladas pela opressão colonial e até mesmo por certos feminismos globais. Mas é preciso avisar a leitora que o objetivo desta escrita não é defender uma vertente teórica, e sim vislumbrar a força dos feminismos em suas múltiplas perspectivas e interseccionalidades, desassossegar o corpo acadêmico e produzir críticas ao *status quo* da ciência e de alguns fazeres psi.

A dificuldade em se apropriar de novos fazeres e permitir-se transitar por outras formas de atuação, limitam a reflexão e a criticidade, provocando a domesticação da atividade frente a demanda elevada e a

¹⁰ MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

escassez de conversações sobre a necessidade de ser corpo em movimento, nômade, representado por uma “dedicação ao acaso” (MAFFESOLI, 2001), a qual possibilitaria novos encontros, diálogos inéditos, e a “[...] superação ou transgressão de tudo que é positivo, tudo que foi construído e que se mantém (MAFFESOLI, 2001, p. 79).

Optamos por movimentos contrários, por aqueles que, conforme escreve o teórico, possuem a sede do infinito e o desejo de outro lugar, um estilo fluido que opta por ideias ao invés de conceitos, caracterizado pelo lugar nômade, “[...] sempre flutuante, e não pode ser compreendida a não ser em seu perpétuo devir” (MAFFESOLI, 2001, p. 88), oposto ao representado por certa territorialização individual e social preponderante das marcas da colonização do saber. Ainda inspirados pelo teórico, procuramos pelas vibrações do corpo e da vida, na proposição de um movimento constante e a procura de novos lugares originais, aquele desejo da não permanência, do corpo profissional errante já que reconhecemos que a errância traz consigo a questão essencial de que: “[...] a fuga é necessária, ela exprime uma nostalgia, ela lembra a fundação” (MAFFESOLI, 2001, p. 78). Alertas a este movimento ético, do desejo de estar no fluxo, entre desterritorializações, distante de discursos e poderes instituídos, em busca de certo “enraizamento dinâmico” descrito pelo estudioso como:

Não se poderia dizer melhor do enraizamento dinâmico: o espaço é como um fogo que anima, aquece na caminhada, também reconhece o percurso, por isso mesmo designa um alhures, um outro lugar. O limite só pode ser compreendido em função da errância, como esta tem necessidade daquele para ser significante. É aí que a distância, outra maneira de dizer alhures, as distâncias interpostas entre diversas pessoas entram em construção global, da qual os diversos elementos, do mais importante ao mais minúsculo, do mais habitual ao mais estranho, fazem sentido. Construção orgânica que não é plena ou positiva, mas integrante do vazio, do oco, do imaterial, do vento (MAFFESOLI, 2001, p. 83).

Quando a Psicologia se associa às teorias e movimentos dos feminismos, forma parcerias para criticar a desmemorização sobre os corpos mulheres na ciência, amplifica seus olhares para as questões sociais e atua como um saber científico emancipatório, certas de que “[...] é preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer, para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis” (ANZALDUA, 2000, p. 231). Deste modo, opera a favor da potencialização inclusiva das inteligibilidades diversas, herda o vigor reivindicatório dos feminismos e se politiza. Forja o campo científico meritocrático eurocentrado e colonizador a reconhecer a força da colisão causada por pesquisadoras mulheres que encarnam seus atos cognitivos de viver, olhar e escrever apostando nas conexões entre as teorias feministas, subalternas, fronteiriças e nossos fazeres na formação em Psicologia.

As teorias e movimentos feministas distanciam a Psicologia da vocação para colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2002). Instigam a utilização da reflexividade como instrumento crítico que permite a pluralidade metodológica, nos convida a questionar modelos hegemônicos e a se comprometer com a intersecção do gênero com a raça, etnia, idade, classe e opressão na prática da docência e na luta contra a imposição de um conhecimento global capitalista que referencia determinada comunidade científica em situados contextos históricos.

Este giro epistemológico decolonial realizado por novas correntes de investigação/intervenção/militância, especialmente com a participação de mulheres negras, latino americanas e de grupos minoritários, desvelam como a história da ciência ainda está regida por metáforas sexuais e de gênero que interferem ruidosamente nos fazeres de algumas Psicologia, já que são identificadas como produção de saberes políticos coletivos que propõem outros prismas para a ciência psicológica contemporânea e evidenciam aspectos de reconstrução dos processos de pesquisa-invenção que vai ao encontro de todas as outras mulheres, um ato quase poético instigado novamente por Anzaldúa (2000) que, não de propósito, ressurgue neste espaço da tese:

Muitos têm habilidade com as palavras. Denominam-se visionários, mas não vêem. Muitos têm o dom da língua, mas nada para dizer. Não os escutem. Muitos que têm palavras e línguas, não têm ouvidos. Não podem ouvir e não saberão. Não há necessidade de que as palavras infestem nossas mentes. Elas germinam na boca aberta de uma criança descalça no meio das massas inquietas. Elas murcham nas torres de marfim e nas salas de aula. Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais – não através da retórica, mas com sangue, pus e suor (ANZALDUA, 2000, p. 235).

Concordo com Grosfoguel (2011), ao apresentar que a crítica decolonial pretende transcender epistemologicamente, descolonizar os paradigmas sobre os quais se construiu o domínio da perspectiva ocidental. Ela se apresenta como uma perspectiva de ampliação da oposição à ideia de uma episteme universal, desejanste de desmentir verdades que não são as do fora do centro europeu, é uma perspectiva política, não pretende manter-se encapsulada em uma teoria ou modo de fazer ciência, mas sim, adepta as alianças.

É estar no *entre lugares*, nestes espaços que o brasileiro Silviano Santiago (1970) define como intermediários e paradoxais no discurso latino-americano, no qual nossa clandestinidade se realiza, “[...] entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão” (SANTIAGO, 2000 apud HOLLANDA, 2020, p. 26), que nos localizamos, em zonas criadas pelos descentramentos, um caminho do meio, sujeitos que unem forças distintas para criar mundos inéditos.

Docências que, de forma coletiva, optam por “[...] uma vivência compartilhada com feminismos automeados ou não, da procura de uma zona de contato entre a história de inúmeros e diferenciados movimentos e as teorias traduzidas dos grandes centro acadêmicos hegemônicos[...]”, que decidem, ainda concordando com a Heloísa, “[...] pela articulação

de um feminismo fortemente ligado às reivindicações de classe e às possibilidades abertas pelas teias do ideário comunitário” (HOLLANDA, 2020, p. 28, 29). Reconheço que ainda precisamos aprender e produzir novas formas de conhecimentos encarnados (MESSEDER, 2020), aqueles que, com a resposta decolonial do subalternizado, transcendem as fronteiras epistemológicas e vivenciais. Precisamos compreender que podemos sim, enquanto mulheres latino-americanas, nos comprometer com esta empreitada científica, evocar a ancestralidade de tantas teóricas borradas ou inexistentes nos referenciais teóricos da formação acadêmica ou preteridas aos conhecimentos ocidentais redutores de experiências cambiantes em nossa realidade geopolítica,

[...] os feminismos de política decolonial colocam à disposição das lutas que partilham o objetivo de reumanizar o mundo a sua biblioteca de saberes, sua experiência de práticas, suas teorias antirracistas e antissexistas, incansavelmente associadas às lutas anticapitalistas e anti-imperialistas. Uma feminista não pode ambicionar possuir “a” teoria e “o” método, ela busca ser transversal (VERGÈS, 2020, p. 46).

Articulada à perspectiva decolonial, Suely Aldir Messeder (2020) sugere um conhecimento científico blasfêmico e a experimentação do que ela define como escrita encarnada, tomando como base a corporeidade do encontro na pesquisa. A teórica alerta que, ao nos posicionarmos em novos horizontes teremos a possibilidade de “[...] nos reencantarmos em nossas inventividades [...]” (p. 169), celebraremos a política entre nós e não temeremos a potência criativa que emana destes coletivos, nem mesmo nos assustaremos com aquela que se representam episódios da cegueira científica, “[...] aprenderemos a sustentar nossas mãos na produção do conhecimento encarnado nas práxis utópicas das/os feministas” (MESSEDER, 2020, p. 169).

Ao difundir as produções intelectuais de mulheres docentes, no ensino, na pesquisa e/ou extensão, compartilhamos saberes de “[...] sujeitos e seres ativas que, historicamente, vêm pensando em resistências e

reexistências” (RIBEIRO, 2017, p. 14), multiplicam-se as vozes e vivências contrárias ao processo de negação não só da pesquisa realizada por mulheres, mas também daqueles outros sujeitos que sofrem com o apagamento de suas humanidades nos programas educacionais latino-americanos.

Os desafios impostos às mulheres latinas por teorias educacionais perpetuadas em territórios de conhecimento tão diferentes dos nossos, exigem movimentos de recalcitrância, aqueles que desestabilizam o domínio colonial e sinalizam outras áreas de produção acadêmica. Movimentos que tencionam os procedimentos de controle e desautorização científica de nossas produções e potencializam a ação de “[...] reivindicar diferentes pontos de análises [...] realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2017, p. 59-60), desinteressada em apresentar nas instituições de ensino superior narrativas diferentes, retirando o debate acadêmico do campo do social e do político.

Ao assumir uma postura de problematização do currículo e de suas propostas educacionais, estas docentes denunciam a ação e domínio de um seletivo grupo de profissionais, os quais, ditam mecanismos didático-pedagógicos genocidas do conhecimento encarnado, obstruindo o trânsito de epistemologias plurais e posicionando-se a favor da manutenção do domínio colonial. Posicionamento este que, segundo Ramon Grosfoguel (2016) é instituído às custas do extermínio físico e simbólico de outros sujeitos e outros saberes. A luta contrária a estas estruturas epistêmicas racistas/sexistas/classistas/discriminatórias, aguça atitudes criativas e intervenções inventadas por uma ótica plural e decolonial.

Para estas mulheres implicadas com o papel político da formação, ouvinte das novas demandas educacionais e sociais, o desejado é investir em outros currículos, planos de ensino e práticas pedagógicas interessadas em problematizar os processos de formação acadêmica que se distanciam de ações éticas com as vidas múltiplas. São profissionais insurgentes, comprometidas com a construção coletiva que desafiam os regimes acadêmicos enraizados nas estruturas coloniais de ensino superior e propõem novas matrizes epistêmicas e políticas objetivando

a proliferação de vozes ainda tão negligenciadas e subalternizadas pela ciência Psi, primam pela territorialidade latina de teorias e experiências na formação acadêmica, escolhem por “[...] enfatizar outras maneiras de contar histórias, outras formas de organização da vida e dos saberes, bem como a produção de novas subjetividades que não carreguem a herança dos padrões coloniais de poder que seguem vigentes na sociedade” (ANSARA, 2012, p. 310).

Uma perspectiva contra hegemônica que apresenta vozes destoantes e dissonantes, unidas para defender a importância de diálogos e discussões, convidam a Psicologia a combater uma visão de sujeito que se mantém neutra, posicionada ao lado dos discursos acadêmicos ocidental e colonial. Subverter este epistemicídio e suas estruturas opressoras é uma, entre tantas, intenções de profissionais críticas, políticas que não devem e nem querem se furtar da tarefa de intervir a favor destas novas Psicologias Feministas de políticas descolonizadas/decoloniais, é um andar na contramão da (re) produção de necropolítica e defender uma ciência estética quanto ao seu compromisso e transformação social, aquela que retira da língua narrada e vivida o sujeito oculto por antigas epistemes.

REFERÊNCIAS

- ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, 2000.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- AZERÉDO, S. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, 2010.
- ARENDET, H. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Ed. Vozes: Petrópolis, 2012.
- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Ed. Vozes: Petrópolis, 2011.
- BAHRI, D. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Rev. Estud. Fem.** [online], vol.21, n.2, 2013.

- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização, 2018.
- EVARISCO, C. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2014.
- EVARISCO, C. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- EVARISCO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
- GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.
- HARAWAY, D. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 2009.
- HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista hoje**: Perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- hooks, b. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- hooks, b. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.
- LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, vol. 22, n. 1, 2007.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Rev. Estud. Fem.**, vol.22, n.3, 2014.
- MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. São Paulo: Editora Record, 2001.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- MIÑOSO, Y. E. ¿Por qué es necesario un feminismo descolonial? Diferenciación, dominación co-constitutiva y fin de la política de identidad. Texto sin publicar presentado en la conferencia del mismo nombre en la Universidad Nacional de Colombia, 2012.
- MESEDER, S. A.; NASCIMENTO, C. **Pesquisador(a) encarnado (a)**: Experimentações e modelagens no saber fazer das ciências. Salvador: EDUFBA, 2020.
- MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento In: MIGNOLO, W. (Comp.). **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**. Buenos Aires: Ed. Del Signo, 2000.
- ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. N-1 Edições, 2018.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2011.

SANTIAGO, S. **Salto**. Belo Horizonte: Imprensa Publicações, 1970.

VERGÊS, F. **Um feminismo decolonial**. UBU Editora, 2020.

POR UMA PSICOLOGIA *QUEER* NA INTERSECÇÃO COM A DECOLONIALIDADE

Eduardo Henrique Ferreira¹¹
Fernando Silva Teixeira Filho¹²

INTRODUÇÃO

Pensar a história da Psicologia no Brasil nos remete a duas possibilidades que se coadunam e não se excluem: a história da Psicologia enquanto ciência que remonta a época da invasão pelos europeus e a história da psicologia como profissão que se desenvolve com maior efervescência a partir dos anos 1950 e tem como ponto nevrálgico o dia 27 de agosto de 1962, onde o então presidente, João Goulart, assinou a Lei nº 4119 que versa sobre a criação do curso superior de Psicologia e, concomitantemente, da profissão de Psicóloga/o/gue¹³ (BRASIL, 1962). Para esse trabalho nos interessa em específico a história da Psicologia enquanto profissão, mesmo que tenhamos clareza de que não há profissão sem o seu arcabouço teórico que vem da sua produção epistêmica de base científica.

No que se refere à prática profissional, a Lei nº 4119/62 em seu Art. 13, parágrafo primeiro fixa: como atribuições da/do psicóloga/o “1º a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) *solução de problemas de ajustamento*” (BRASIL, 1962, grifo nosso). O item d é o que justifica uma das maiores áreas de atuação da psicóloga/o no Brasil: a psicologia clínica, e é exatamente esse o foco de nossa reflexão, pois esse item tenciona pontos importantes, como o alinhamento da Psicologia em sua ori-

¹¹ Doutorando em Psicologia (UNESP). CV: <http://lattes.cnpq.br/4783541845025512>

¹² Doutor em Psicologia (PUC/SP). Professor (UNESP). CV: <http://lattes.cnpq.br/6880274182339689>

¹³ Ao longo do texto utilizaremos sempre a ordem: psicólogas/os/gues – justificamos esse modelo na nota seguinte. O uso do sufixo -gues é uma ferramenta para tornar o termo neutro e capaz de abranger sujeitos não-binários.

gem a uma prática individualista e normalizante. Em nossa proposta, buscamos nos afastar para pensar em novas formas de compreender o sujeito de maneira global e seus processos de subjetivação.

Nesse artigo, objetivamos por meio de uma revisão de literatura tencionar reflexões para uma prática psicológica nomeada clínica *queer*. Para tanto, nosso ponto de partida é exatamente demonstrar como, ao longo do tempo, de maneira sucinta, as questões de gêneros e sexualidades se antepuseram. Compreendemos que o modelo de formação em psicologia foi, por anos, (e arriscamos dizer que ainda é) formatado por uma visão colonial que tem como modelo norteador o homem, branco, cis, hétero, judaico-cristão. Dessa maneira, avançamos a discussão interseccionalizando a clínica *queer* com pressupostos provenientes dos estudos decoloniais.

DISCUSSÃO

Os estudos que buscam compreender as/os/es profissionais de psicologia são muitos. Entre os anos 1986 e 1987, para comemorar os 25 anos da Lei nº 4119, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou um estudo no qual buscou compreender a realidade dos profissionais de Psicologia do Brasil e responder à pergunta *quem é o psicólogo brasileiro?*¹⁴ (CFP, 1988). Compuseram a amostra de pesquisa 2448 psicólogos. Os dados desse estudo apontam que aproximadamente 43% da amostra informou que atuava na área clínica, e que a psicologia é uma profissão majoritariamente feminina e jovem (CFP, 1988). Essa pesquisa tinha muito mais um interesse censitário do que compreender em profundidade o perfil das/os/es profissionais de psicologia. Recentemente, o CFP realizou uma nova pesquisa (CFP, 2023), essa muito mais robusta e com informações que nos

¹⁴ Salientamos que durante anos, mesmo que a pesquisa do CFP aponte um número majoritário de psicólogas os documentos, orientações, diretivas sempre se referiam ao psicólogo, somente nos últimos anos o CFP alterou este padrão e agora todos documentos elaborados pela autarquia trazem psicólogas e psicólogos. Acreditamos que isso mostra um avanço, sobretudo, uma forma de respeito às mulheres que são responsáveis pelo maior contingente de profissionais no Brasil.

propiciam um olhar aprofundado daquelas/es que desempenham atividades de psicóloga/o/gue no Brasil. Os resultados foram coletados entre 2021 e 2022 com 20.207 psicólogas/os/gues. Alguns dados da pesquisa de 2023 ainda são similares aos observados na de 1988, entre os quais: hegemonia da atuação clínica, mas com abertura para outras áreas, e manutenção do perfil feminino e jovem entre os que exercem a profissão. (CFP, 2023).

Pelos dados apresentados pela última pesquisa, observamos que o CFP se esforçou para compreender quem é a/o/e psicóloga/o/gue brasileiro e, pela primeira vez, contamos com a coleta de dados referentes a sexualidades e a raças. Para além dos gêneros masculinos e femininos, 0,7% das pessoas respondentes da pesquisa se identificaram como não-binários. Somos uma profissão com poucos profissionais transgêneros (0,3% da amostra, ou 51 participantes). Sobre a orientação sexual, os dados indicam 84% das/os/es psicólogas/os/gues como heterossexuais, e 16% como homossexuais, bissexuais, pansexuais ou assexuais. Um último dado que desejamos salientar é o da identificação racial, que indicam: 64% da amostra se declarou branca, 26% parda, 8% negra, 1% amarela e 0,3% indígena (CFP, 2023).

Esses dados nos indicam que a psicologia é uma profissão majoritariamente cis, hétero, branca. Ainda que não disponhamos de dados para compreender a evolução das/os/es profissionais de psicologia ao longo das décadas, inferimos que somente recentemente pessoas LGBTQIAP+¹⁵ e de outras raças além da branca estão conseguindo acessar os bancos das instituições de ensino superior e obtendo o grau de psicólogas/os/gues. Durante muitos anos, os gêneros e sexualidades chamados “dissidentes” foram considerados patológicos, inclusive pelo discurso da psicologia, porém, atualmente, na realidade brasileira, a psicologia se antepõe a essa visão patológica (vide reso-

¹⁵ Sigla que se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, *Queer*, Intersexuais, Assexuais / Agênero, Pansexuais além do + que representa as inúmeras possibilidades de sexualidades e identidades de gênero divergentes da heterocisnormativa. Salientamos que essa sigla vem sofrendo alterações ao longo do tempo.

luções CFP 01/1999, 01/2018, 08/2022). Segundo Sposito (2015), a despatologização foi um esforço, sobretudo, daqueles que eram considerados doentes, isso é, as próprias pessoas LGBTQIAP+.

A organização da causa LGBTQIAP+, enquanto um movimento que busca lutar contra o preconceito, violência, intolerância, pelo direito à vida, é recente. Porém, a história de pessoas do mesmo sexo biológico que mantém relações sexuais e afetivas entre si é tão antiga quanto a humanidade. É importante salientar que termos tais como hetero, homo e bissexualidade, entre outros, foram cunhados em meados do século XIX (TEIXEIRA FILHO, 2011).

Segundo Frazão e Rosário (2008), o termo *homossexualidade* surge na literatura científica em 1869, introduzido pelo pensador austro-húngaro Karoly María Benker. Segundo as autoras supracitadas, Benker tentou eliminar ou substituir termos pejorativos empregados para qualificar aqueles sujeitos que mantinham relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

No âmbito da Europa, a sexualidade humana e suas respectivas nuances foram interpretadas de várias maneiras. Para compreendê-las, podemos retomar a genealogia proposta por Foucault (2021) na sua *História da sexualidade*. A partir da leitura de Foucault, observamos que a homossexualidade foi vista como algo constituinte da sociedade pelos gregos, mas, a partir da Idade Média, é tida como pecado nefando passível de punição pelas autoridades eclesiásticas. Avançando no tempo, no século XIX, a sexualidade se torna um dispositivo jurídico-médico, portanto, são os médicos e juristas que determinam os modelos saudáveis e éticos da sexualidade. Aquelas/es que não se coadunam com tal modelo se tornam passíveis de tratamentos médicos e/ou punições judiciais. Somente no final do século XX é que encontramos discursos que apregoam a homossexualidade não mais como uma patologia, mas como uma expressão legítima da sexualidade humana. Deste modo, a sexuali-

dade consensual entre dois adultos passa a ser vista como um direito humano (TEIXEIRA FILHO, 2011).

Mesmo que a história da homossexualidade, ou das homossexualidades, como afirma Ayouch (2020), seja extremamente longa e com muitas nuances, nos interessa, nesse artigo, algumas datas-referenciais, no que tratem da intersecção entre homossexualidade e a Psicologia, para pensarmos o que nomeamos como a clínica *queer*. Uma discussão pormenorizada sobre essa relação pode ser observada no trabalho de Sposito (2015). Para Sposito, duas datas são de extrema importância para compreender o posicionamento da Psicologia no Brasil em relação a sua visão sobre as homossexualidades: 1973 e 1999.

No ano de 1973, a comunidade científica decidiu por retirar o então chamado *homossexualismo* da Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Essa exclusão da CID-10 fomentou a discussão para a sua despatologização no campo da Psicologia no Brasil. Em 1999, o CFP lançou a Resolução 01/99 (CFP, 1999), que direciona as normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. A resolução 01/99 (CFP, 1999) proibiu a prática das chamadas “terapias de conversão”, e os profissionais que as propusessem poderiam responder e, em caso de condenações, sofrerem as sanções legais cabíveis junto a autarquia. Como destaca Sposito (2015), o processo de despatologização da homossexualidade não se inicia com a publicação da Resolução 01/99 do CFP, ou com a retirada da homossexualidade dos manuais de patologias. Podemos observar um início tímido do processo de compreensão da homossexualidade como uma faceta da sexualidade humana no século XIX.

Mesmo que mais de duas décadas tenha se passado da publicação da resolução 01/99 (CFP, 1999) ainda encontramos profissionais do campo da Psicologia que veem a homossexualidade pelo prisma religioso e moralista (TEIXEIRA FILHO, 2011). A título de exemplificação, podemos citar os casos de Silas Malafaia e Marisa Lobo. No caso de Silas Malafaia – que é psicólogo de formação –, seu sobrinho,

Rodrigo Malafaia, abertamente gay e casado com outro homem, informou que a família, ao tomar conhecimento de sua homossexualidade, o submeteu à “cura gay”, descrita pelo jovem como uma forma de “terror psicológico”. (ROLIM, 2020). Já no caso de Marisa Lobo, a psicóloga teve o número de inscrição no CRP cassado por praticar terapias de conversão, entretanto reverteu a punição junto à justiça.

Enlaçado ao que foi exposto anteriormente, a Psicologia no Brasil é pensada nos moldes euronortecentrado e atrelada à visão colonialista que foi expandida através do globo a partir de 1492 (FERNANDES, 2015). Enquanto na Europa temos uma história no que se refere à compreensão de pessoas LGBTQIAP+, que ia desde a aceitação (para os gregos o amor verdadeiro só seria o entre iguais no que se refere ao sexo) até a patologização pela medicina nos idos do século XIX, tudo isso reverberou na nossa visão acerca das sexualidades e dos gêneros. Dessa maneira, parte-se, frequentemente, da premissa que devemos nos adequar ao nosso sexo de nascimento e a performances que o envolvem, e que devemos nos relacionar amorosa, afetiva e sexualmente com parceiros/as do sexo oposto. São visões que advêm da perspectiva colonialista, e mesmo que não sejamos mais submetidos ao controle das colônias, suas ideias ainda continuam a influenciar nossa forma de pensar, ser e sentir. Por esse motivo, apresentaremos os pressupostos dos estudos decoloniais e como compreendemos que podem ser a base para o que nomeamos como clínica *queer*. Destacamos que não queremos com essa discussão afirmar que o conhecimento produzido pela Psicologia proveniente do pensamento europeu deva ser atirado ao lixo, mas que deve ser objeto de reflexão crítica.

Para nossa reflexão, trazemos à baila a discussão proposta pelos estudos decoloniais¹⁶. Os primeiros estudos coloniais foram desenvolvidos na Índia sob o nome de estudos subalternos, e, poste-

¹⁶ Não há um consenso acerca da terminologia que envolvem os estudos decolônias podendo ser encontrado na literatura: estudos decoloniais (ALVES; DELMONDEZ, 2015), estudos descolônias (MIGNOLO, 2008), estudos pós-colônias (COSTA, 2006).

riormente, se expandiram para a América (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019). A premissa básica dos estudos decoloniais é que o processo de colonização não cessou de influenciar os povos colonizados no momento em que as relações colônia-metrópole foram rompidas. Segundo Maia (2015, p. 24): “falar do pós-colonial não significa de forma alguma que o colonial tenha sido solapado ou concluído, pelo contrário”.

Quintero, Figueira e Elizalde (2019) afirmam que a categoria colonialidade se propagou em quatro conceitos principais, a saber: colonialidade do saber, do ser, da natureza e do gênero. De maneira sucinta, o primeiro refere-se à forma de produção e validação de conhecimento, sendo o conhecimento verdadeiro aquele elaborado no ocidente – iremos abordar esse conceito mais à frente a partir de Quijano. O segundo trata do ideal de ser humano, instituindo que todo aquele que se afasta de tal ideal deveria ser “corrigido”. É, por exemplo, o caso do selvagem que deve ser dominado pelo colonizador, o não-cristão que deve se converter. O terceiro versa sobre a relação do homem com a natureza: na perspectiva do colonizador, a natureza deve ser alterada e empregada para gerar riquezas e lucros, pouco importando sua destruição. Finalmente, gênero se refere à imposição de um modo de ser dos sujeitos baseados no binarismo proveniente da Europa, assentado na visão patriarcal. Conforme dados históricos, esses modelos patriarcais não faziam parte da realidade de todas as comunidades das Américas, onde tínhamos também modelos matriarcais que foram dizimados pelos colonizadores (GONÇALVES, RIBEIRO, 2018).

Para Costa (2006), dois pontos são fundamentais para compreender os estudos decoloniais: a oposição ao essencialismo e a crítica às concepções dominantes desenvolvidas na modernidade, sobretudo a partir de uma visão euronortecêntrica. Acerca da primeira ideia, devemos compreender que o essencialismo é um processo pelo qual um ideal é erigido e todo/tudo aquele/aquilo que

se afasta desse ideal é rechaçado. Para Pereira et al. (2011, p. 144), “O essencialismo pode ser entendido como uma heurística usada durante o processo de categorização, que apesar da extensão e da universalidade do uso, é aplicada com mais facilidade a algumas categorias sociais do que a outras.”

Entre as ideias essencialistas, podemos citar o ideal de homem que já tratamos anteriormente. Quando falamos ideal de ser humano, frequentemente, nos referimos a que tipo de homem? Segundo Alves e Delmondez, a visão colonial que nos remete ao sujeito (2015, p. 656) “do sexo masculino, branco, cristão, heterossexual, possuidor de renda, culto – forjou, ao mesmo tempo, o seu oposto, o seu outro”. Os estudos decoloniais nos indicam que, com o processo de invasão levado a cabo pelos europeus, seu encontro com os povos indígenas se operou por meio de dicotomias: colonizador X colonizado, civilizado X selvagem, desenvolvido X desenvolvido, etc., sendo que os aspectos “positivos” eram os possuídos pelos europeus, enquanto os “negativos” atribuídos aos “outros”. Em sua tese, Fernandes (2015) se propôs a compreender as sexualidades dos povos indígenas brasileiros e norte-americanos a partir da discussão de conceitos como heterossexualidade, cisgeneridade, etc., afirmando que estes não se adequam/adequavam à realidade dos povos indígenas. O projeto colonizador empregou como estratégia política o apagamento das culturas que tocaram. É o colonizador que ditará, até mesmo, como as pessoas devem viver ou não suas sexualidades.

Outro ponto frequentemente questionado pelas ideias decoloniais é que, com o advento da Modernidade, surge o ideal de racionalidade, portanto, as ciências devem explicar o mundo e o homem por uma perspectiva racional. Ao dominarem as Américas, a África e a Ásia, o colonizador o fez por meio de vários dispositivos e um dos principais foi a repressão, não apenas uma repressão dos corpos, mas, em especial, dos conhecimentos. Segundo Quijano (1992, p. 12):

[...] no início, de uma repressão sistemática não apenas de crenças, ideias, imagens, símbolos ou conhecimentos específicos que não serviam para a dominação colonial global. A repressão recaiu, sobretudo, nos modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual. Seguiu-se a imposição do uso dos próprios padrões de expressão dos dominantes, bem como de suas crenças e imagens referentes ao sobrenatural, que serviam não só para impedir a produção cultural dos dominados, mas também como meios muito eficazes de socialização (Tradução nossa).

Dessa maneira, para além do genocídio dos povos originais que habitavam a América, vivenciamos aquilo que Alves e Delmondez (2015, p. 656) chamam de epistemicídio. O pensamento ocidental, leia-se europeu e, posteriormente, norte-americano, era tido como o correto e o que deveria ser transmitido, e qualquer outra forma de pensar deveria ser aniquilada. Para Quijano (1992), a ideia de um conhecimento verdadeiro, o europeu, brincava com a sedução. Somos seduzidos a crer que o conhecimento científico euronortecentrado/ocidental é muito mais potente do que qualquer outro que seja ou fosse produzido nas colônias: “o instrumento principal de todo o poder é sua sedução” (QUIJANO, p. 13, tradução nossa).

A própria ideia de ciência feita nas colônias sempre se opôs aos princípios de dominação dos colonizadores. Pensemos o caso do Brasil, onde, somente após 300 anos da chegada dos portugueses, foi permitida a criação dos primeiros cursos universitários no país. (FERREIRA, 2019).

O modelo que rege a universidade no Brasil não é uma criação brasileira, mas, sim, uma apropriação dos modelos desenvolvidos na Europa e também nos Estados Unidos (FERREIRA, 2019). Portanto, aqui, pensando do ponto de vista decolonial, podemos nos questio-

nar: a Psicologia brasileira é realmente brasileira? Em que medida podemos dizer que ela traga respostas às especificidades do contexto brasileiro? Ou trata-se exclusivamente de uma vertente euronortecêntrica? Podemos dizer, com isso, que a psicologia, enquanto ciência, para se autorizar a interpretar os problemas singulares surgidos em contextos fora daqueles nos quais foi pensada – euronortecêntricos –, pressupõe um modelo universal de humano. Será que os métodos e técnicas desenvolvidos na Europa ou nos Estados Unidos são capazes de atender às necessidades das populações ribeirinhas brasileiras ou conseguem dar conta das diversidades de povos que compõem a população brasileira? Ao enunciarmos tais questões pontuamos a importância de refletir sobre esses aspectos, e como a decolonialidade pode nos ajudar a pensar os pontos frágeis desse modo de conhecimento dos fenômenos humanos. No campo da Psicologia Social, sabemos que há uma aproximação maior com a realidade brasileira. Ainda para Alves e Delmondez (2015, p. 650):

É inegável a contribuição que tais argumentos [dos estudos decoloniais] podem trazer para a Psicologia, principalmente (ou particularmente) para a Psicologia Política, no combate a uma visão do sujeito que, ao pretender-se neutra e científica, pode se posicionar politicamente no lugar do discurso hegemônico.

Sobre o discurso da neutralidade, acabamos por perpetuar uma ideia essencialista do ser humano, e deixamos de considerar a pluralidade que envolve a própria humanidade. O que dirá a Psicologia daquela/e que não se curva perante o modelo normativo? Ele/a será posto à margem? Receberá um diagnóstico nosográfico? Não acreditamos que seja esse o papel da Psicologia, mas infelizmente é algo que vemos na história e, por vezes, na atualidade. Daí a importância de pensarmos novas formas de compreender o ser humano.

No início desse artigo, destacamos que a área clínica é uma das que mais psicólogas/os/gues atuam no Brasil. Verificamos ainda

que as sexualidades e os gêneros dissidentes ao padrão cis heteronormativo, frequentemente, foram compreendidas como desviantes em relação à norma e que essa norma nos foi/é imposta pelo sistema colonial. Refletindo sobre esses pontos, nossa proposta é por uma clínica psicológica que compreenda o humano de maneira holística, levando em consideração seu processo histórico e as intersecções às quais está submetido, e que não busque enquadrar o ser humano em um sistema binário.

Atualmente, temos ciência de que as sexualidades e gêneros que não se enquadram na perspectiva heterocisnormativas não são patológicas, mas, sim, exemplos das múltiplas formas de ser e existir no mundo. Essa compreensão deve perpassar a atuação das/os/es psicólogas/os/gues. Porém, ainda hoje membros da população LGBTTQIAP+ estão expostos a maiores taxas de ideações e tentativas suicidas (TEIXEIRA FILHO; RONDINI, 2012). Não é o fato de serem LGBTTQIAP+ que aumenta a probabilidade de suicídios, mas sim a LGBTTQIAP+fobia que são expostos cotidianamente.

Optamos por falar em uma clínica *queer* e não uma clínica LGBTTQIAP+. Tomamos emprestado o termo de Teixeira Filho (2011) com a devida adaptação. Antes que possamos apontar possíveis rumos para o que nomeamos de clínica *queer*, faz-se impreterível que discutamos o próprio conceito *queer*.

Segundo Santos (2006), os estudos *queer* são provenientes dos estudos gays, lésbicos e feministas. Enquanto *queer* poderia ser vertido do inglês como *estranho*, acabou sendo introduzido na sigla LGBTTQIAP+. Atualmente a palavra é tida como um termo guarda-chuva que abarca diversas expressões das sexualidades e/ou gêneros que não se encaixem no modelo heterossexual e cisgênero.

A ideia que sustenta o conceito de *queer* dialoga diretamente com os estudos decoloniais. Para além da ideia de sexualidade e gênero binários, vemos as possibilidades. O *queer* também opera pela via da denúncia “dos regimes de poder que cristalizam modelos heteronor-

mativos de sexualidade” (SANTOS, 2006, p. 07). Especificamente na Psicologia, a decolonização vem operando há mais tempo no campo social. Segundo Lima, Bento e Bonfim (2020) a Psicologia Social Paulista é um exemplo de pensar e exercer uma psicologia decolonial. Um dos aspectos centrais para os autores nessa afirmação é que a Psicologia Social Paulista buscou romper com o modelo norte-americano e compreender a realidade brasileira, mais especificamente do estado de São Paulo. Partindo das reflexões dos autores, questionamo-nos: por que a psicologia clínica não pode também se descolonizar?

Retomando o conceito de clínica *queer*, ela busca romper com as ideias essencialistas e leva em consideração que sexualidade e gênero são conceitos construídos socialmente e que tem um histórico de imposição colonial. Essa visão está alinhavada com a própria teoria *queer*: “A tarefa da teoria *queer* consiste em tornar visível, criticar e distinguir o normal (estatisticamente determinado) do normativo (moralmente determinado)” (GIFFNEY *apud* SANTOS, 2006, p. 07). A clínica *queer* é, portanto, uma clínica que dialoga com vários campos do conhecimento. É nesse diálogo que se constrói a compreensão do ser humano na sua polifonia.

Nossa proposta de clínica *queer* parte da premissa de que vivemos em meio a uma pluralidade de formas de ser e existir e que, portanto, a psicologia não pode ser prescritiva. Gorjon (2018) discute a relação entre Psicologia e Artes por uma perspectiva decolonial feminista. Para a autora, até mesmo nossa fruição artística foi moldada pelo processo colonizador e as dicotomias se fizeram presente: o que é arte e o que não é, o belo e o feio, o que deve ser apreciado e o que não deve. A arte decolonial rompe com tais dicotomias: “na arte decolonial, nós não temos uma universalidade, mas sim uma pluriversalidade, e a liberdade gira em torno da experiência decolonizadora.” (GORJON, 2018, p. 30). A ideia de universalidade abre-se para a pluriversalidade. Almejamos uma clínica pluri e não mais

universalizante que tem como meta a adequação e enquadramento do sujeito ao sistema vigente.

Um ponto de partida para a clínica *queer* é o lugar de denúncia: denunciar fenômenos tidos como a-históricos e naturais que são construídos historicamente e socialmente (LIMA, BENTO, BONFIM, 2020; STONA, CARRION, 2021). Essas visões são pretensamente neutras e, muitas vezes, a própria Psicologia se advoga neutra, mas questionamo-nos: a quem interessa essa neutralidade? Será que essa neutralidade existe ou é apenas uma falácia? A nosso ver, o discurso de neutralidade máscara constructos que marcam determinados sujeitos, seja marginalizando, seja patologizando-os. Esse não é o papel da Psicologia. Para alterar esse panorama as/os profissionais de psicologia que já atuam têm de pensar constantemente sua prática, e aquelas/es que estão nos bancos das faculdades devem refletir acerca desses pontos.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste texto, buscamos refletir sobre a importância dos estudos decoloniais para pensar uma clínica *queer*. Os estudos decoloniais se propõem a refletir sobre vários fenômenos – muitas vezes postos à margem –, sobretudo, relacionados à chamada Modernidade. Um dos dispositivos sobre os quais os estudos decoloniais se debruçam para compreender e refletir é exatamente o das sexualidades e dos gêneros. Ambos os dispositivos são há muito fruto de reflexão da Psicologia e foram por nós abordados como nevrálgicos para pensar uma clínica *queer*, que se opõem a uma visão essencialista e binária do ser humano atrelado a um gênero e uma sexualidade dados como “naturais” e “históricos”.

Os estudos decoloniais se mostram como uma área de intersecções onde várias reflexões convergem para refletir. Cremos que a clínica *queer* também é uma área de intersecções. Obviamente, ela tem a Psicologia como bastião, mas, para existir, necessita dialogar com

outros campos. Ademais, faz-se impreterível refletirmos acerca de uma Psicologia que leve em consideração os aspectos constitutivos da própria sociedade brasileira, afinal, somos um povo fruto de uma miscigenação e encontro de várias culturas. Será que isso está sendo refletido nos consultórios das/os/es psicólogas/os/gues?

Há apenas pouco mais de duas décadas a Psicologia brasileira se pôs contra a visão patologizante das sexualidades não-heterossexuais, e esse é um marco, mas, muito tem a ser feito ainda. Esse artigo não encerra a discussão, contrariamente, busca apontar para a necessidade de se pensar constantemente a clínica psicológica e compreender os dispositivos que a permeiam.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. B.; DELMONDEZ, P. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. **Psicologia Política**. São Paulo, v. 15, n. 34, p. 647-661, dez. 2015.

AYOUCH, T. **Psicanálise e homossexualidades: teoria, clínica e biopolítica**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.11, p. 89-117, maio – ago. 2013.

BRASIL. **Lei 4.119**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília: Presidência da República, 1962.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988.

_____. **Quem faz a psicologia brasileira?** um olhar sobre o presente Volume I: formação e inserção no mundo do trabalho / CFP. — 1. ed.— Brasília: CFP, 2022.

_____. **Resolução nº 01, de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: CFP, 1999.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.21, n. 60, p. 117-183, fev. 2006.

FERNANDES, E. R. **Decolonizando sexualidades: Enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. 2015. Tese (doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

- FERREIRA, E. H. Da instituição da profissão de psicólogo ao modelo de gestão anglo-saxônico: um panorama da criação do curso de psicologia no Paraná. *In*: MONTEIRO, S. A. S (org). **Ensino-aprendizagem e metodologias**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: vontade de saber. 12ªed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FRAZÃO, P.; ROSÁRIO, R. O *coming out* de gays e lésbicas e as relações familiares. **Análise Psicológica**. Lisboa, v. 26, n. 1, p. 25-45, 2008.
- GONÇALVES, J. S.; RIBEIRO, J. O. S. *In*: VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade. 2018, Rio Grande – RS. **Anais** [...]. Rio Grande: Editora da FURG, 2018.
- GORJON, M. G. **Os ventos do norte não movem moinhos**: arte contemporânea e feminismos descoloniais/decoloniais. 2018. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.
- LIMA, A. C.; BENTO, H. C. P.; BONFIM, Z. A. C. A vivência como unidade de análise em Psicologia Social: uma proposta decolonial a partir da Psicologia Sócio-Histórica. *In*: ROCHA, W. H. A. (org.) **Descolonizando a Psicologia**: contribuições para uma prática popular. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.
- MAIA, A. A. O Pós-colonial a partir de Stuart Hall, Ella Shohat e Chinua Achebe. **Sankofa**. São Paulo, a. 8, n. 15, p. 9-35, ago. 2015.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade. Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.
- PEREIRA, M. E.; ÁLVARO, J. L.; DANTAS, OLIVEIRA, A.; DANTAS, Gi. Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo. **Psicologia & Sociedade**. Recife, v. 23, n. 1, p. 144-153, 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**. n 13, v.29, p. 11-20, 1992.
- QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. **Arte e descolonização**. São Paulo: MASP, 2019.
- ROLIM, M. Silas Malafaia diz sobre sobrinho gay Rodrigo Malafaia: “não é meu parente”. **Observatório G**. 2020. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/silas-malafaia-diz-sobre-sobrinho-gay-rodrigo-malafaia-nao-e-meu-parente>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- SANTOS, A. C. Estudos *queer*: Identidades, contextos e ação colectiva. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v. 76, p. 03-15, 2006.
- SPOSITO, S. H. **Homossexualidades nas pesquisas em pós-graduação em Psicologia**: da despatologização à luta por direitos. 2015. Tese (doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

STONA, J.; CARRION, F. **O cis no divã**. Salvador: Editora Devires, 2021.

TEIXEIRA FILHO, F. S. Apontamentos para uma Psicologia contra-homofóbica. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e diversidade sexual**: desafios para uma sociedade de direitos / CFP. - Brasília: CFP, 2011. p. 49-66.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. **Saúde e sociedade**. São Paulo, v. 21, n. 3, p.651-667, 2012.

A CRISE PARADIGMÁTICA NA NOÇÃO DE SUJEITO DA PSICOLOGIA OCIDENTAL: ENCRUZILHADAS INDÍGENAS E NEGRAS PARA A ABERTURA DE CAMINHOS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

André Luiz Teles Ramos¹⁷

INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste trabalho consiste em entender quais são as contribuições que os estudos decoloniais tem a oferecer para a decolonização da noção de sujeito presente na Psicologia ocidental. Para responder a esse questionamento, busquei dialogar com os conceitos de paradigma e revolução científica, de Thomas Kuhn, a fim de introduzir o(a) leitor(a) ao entendimento do atual momento de crise que a Psicologia está passando em seus pressupostos epistemológicos e metodológicos.

Em seguida, procurei explicar o desenvolvimento da Psicologia brasileira atrelado ao racismo epistêmico no contexto republicano o qual ela se consolidou para, enfim, discutir as principais contribuições que os estudos decoloniais trazem para a revalorização das matrizes indígenas e negras na Psicologia. Por fim, situei os estudos decoloniais dentro de um olhar crítico e contemporâneo aos principais desafios de decolonizar e, conseqüente, desracializar a Psicologia.

Atualmente, estamos passando por um momento paradigmático, dentro das Ciências Humanas e Sociais e, sobretudo, dentro da Psicologia pelo qual Thomas Kuhn, do ponto de vista metodológico, chamaria de Revolução Científica. Dentro da ciência, isso significa que diferente de um movimento retilíneo e cronológico, a revolução assume um caráter abrupto, porém articulado, cujo aparecimento não se dá em decorrência de fatos

¹⁷ Mestrando em Interdisciplinar em Culturas Populares (UFS). CV: <http://lattes.cnpq.br/2055300923805794>

isolados, nem do aperfeiçoamento de instrumentos, métodos e técnicas, mas consiste nas substituições de teorias inteiras e de antigos axiomas por outros sistemas teóricos (LAKATOS; MARCONI, 2022), em razão da insuficiência dos atuais modelos teóricos em explicar a realidade concreta.

Por muito tempo, a Psicologia tem se pautado por formações predominantemente europeias e norte-americanas que excluem do seu currículo e de suas discussões em sala de aula as subjetividades indígenas e negras, ao se recusar a entender outras noções de sujeito, de corpo, de saúde-doença, de cuidado, de religião e espiritualidade, de identidade e de tudo que possa demarcar a alteridade destes povos. Em seu lugar, indígenas e negros têm sido enquadrados nos esquemas teóricos de orientação psicodinâmica, behaviorista, humanista, transpessoal e em outras concepções que contra-põem as suas próprias cosmovisões.

Tanto Bock (1997) quanto Figueiredo e Santi (2016) reconhecem que a Psicologia, enquanto ciência fundada durante o período da Revolução Industrial, se constitui a partir de uma visão neoliberal de sujeito que o concebe de forma abstrata e universal. O sujeito da Psicologia é constituído a partir das necessidades e interesses do modo de produção capitalista e o que se denomina de fenômeno ‘psicológico’ está diretamente relacionado com a noção de propriedade privada, pois ele mesmo é tido como um fenômeno privado, quando Figueiredo e Santi (2016) afirmam que a Psicologia se constitui a partir da experiência subjetiva privatizada e da crise dessa experiência, isto é, no reconhecimento da presença de um eu interno que por muito tempo tem sido deslocado do seu contexto de origem e que, ao mesmo tempo, não é tão livre e individualista quanto pensa, mas que é assim concebido.

No Brasil, a partir desses pressupostos ideológicos, a Psicologia esteve aliada aos anseios da formação de uma identidade nacional, durante o período republicano, pautado na noção europeia e ocidental de sujeito moderno. Ser moderno, nesse sentido, é sinônimo de ser europeu, ou seja, a modernidade é uma ficção europeia de reorganização do tempo e espaço, onde, a partir de um olhar etnocêntrico, a Europa se concebe enquanto portadora da modernidade, isto é, do avanço, da exclusividade mundial enquanto que as

populações indígenas e africanas foram situadas na tradição, no passado da humanidade, no atraso (LANDER, 2005).

O sujeito moderno, presente na noção da Psicologia ocidental, é marcado pelo individualismo, por ter uma vida regida no tempo da produtividade, orientada ao consumo, pela racionalidade cartesiana, noção de propriedade privada, liberdade, em outras palavras, uma noção de sujeito que privilegia a sua capacidade de tomar decisões individuais para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Para entendermos como as premissas racistas influenciaram essa noção de sujeito moderno da Psicologia ocidental, é preciso revisitarmos o contexto em que essas ideias foram implantadas aqui no Brasil, diante do processo de reconhecimento da Psicologia enquanto ciência e profissão.

DESENVOLVIMENTO

Antes do seu reconhecimento como ciência autônoma no Brasil, a Psicologia era praticada por Médicos que se formavam no exterior e traziam esses conhecimentos de forma a complementar as suas formações. Ela estava pautada, no Brasil, a partir de um modelo higienista e eugenista de ver a população, com base em pressupostos teóricos racistas de Cesare Lombroso, Francis Galton e Arthur de Gobineau, enquanto representantes da craniometria, darwinismo social e eugenia, respectivamente (MACIEL, 1999).

Acreditava-se na degeneração de raças, isto é, que as doenças mentais tinham uma herança genética e biológica (SEIXAS; MOTA; ZILBREMANN, 2009), com base na divisão em raças inferiores e superiores, onde indígenas e negros eram colocados nas inferiores e os descendentes de europeus eram colocados nas superiores. Desestimulava-se os chamados casamentos mistos, de pessoas de diferentes tonalidades de pele, pois a pseudociência da época defendia que isso poderia trazer doenças para os seus descendentes, seja de ordem física ou mental (SEIXAS; MOTA; ZILBREMANN, 2009).

A Psicologia acaba participando desse projeto de modernidade a partir dos Médicos Psiquiatras que fundam a Liga Brasileira de Higiene Mental,

em 1923, no Rio de Janeiro. Seu objetivo era criar uma nação próspera, moderna e saudável através da normalização da população brasileira, para inibir os supostos desvios mentais (SEIXAS; MOTA; ZILBREMAN, 2009).

Todo esse contexto se dá pós-abolição da escravatura, em 1888 (SEIXAS; MOTA; ZILBREMAN, 2009), em que a não aceitação de indígenas e negros na sociedade brasileira após o “fim” da escravidão culminou em formas de posicioná-los de acordo com a matriz colonial de poder (QUIJANO, 2005) subjacente naquela forma de colonialismo interno (CASANOVA, 2007) dirigida pela elite local, de descendência europeia.

A relação desse processo de negação da presença indígena e africana, seja pelas suas presenças concretas nos espaços públicos entre a sociedade brasileira, seja pelas suas presenças simbólicas no âmago da cultura brasileira, refletirá a negação deles enquanto sujeitos ontológicos, isto é, na desumanização de indígenas e africanos no contexto político mais amplo pelo qual a Psicologia esteve aliada.

Até a década de 70, o modelo de Psicologia predominante no Brasil era com base em pressupostos teóricos estadunidenses e europeus. Somente a partir da Psicologia Social Comunitária, através de regiões como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará é que se começará a pensar em uma Psicologia mais adequada à realidade brasileira (GONÇALVES; PORTUGAL, 2016).

Isso reflete não apenas a forma com a Psicologia está estruturada, mas como as Ciências Humanas e Sociais também estão, dentro do que Grosfoguel (2013) reconhece como racismo epistêmico. Ele parte, primeiramente, da negação de indígenas e negros como seres capazes de produzirem conhecimento, por divergirem da racionalidade preconizada por Descartes.

Grosfoguel (2013) traz que a primeira forma de racismo que antecede as primeiras teorias raciais do século XVIII e XIX, já mencionadas, é o racismo religioso, porque parte da negação da existência da alma, em razão de povos diferentes não comungarem da mesma fé. Isso justificava, para os europeus, as formas de escravização deles para com os indígenas e africanos.

A raça é uma categoria tipicamente colonial, inventada pelo colonizador para codificar as diferenças existentes entre a Europa e os demais

povos mundiais, onde o Europeu sempre se colocou como sendo superior aos demais e com base nela, ele se aproveitou para redefinir os lugares e papéis dos indígenas e africanos na sociedade colonial (QUIJANO, 2005). Assim, o racismo é indissociável do colonialismo, sendo a raça o seu grande instrumento e justificativa para a efetivação colonial: a raça superior predominaria diante da inferior, segundo essa perspectiva.

Mesmo os países latino-americanos tendo alcançado relativa independência da antiga situação de colônia, a estruturação racista e marginal pela qual indígenas e negros se encontram distribuídos nestas sociedades mostram o quanto esse colonialismo se mantém mesmo sem a presença do colonizador, dentro do que Quijano (2005) chama de colonialidade do poder, isto é, trata-se de uma “configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Mas, para a Psicologia, a dimensão da colonialidade que nos é mais cara, certamente, é o da colonialidade do ser, isto é, há uma colonização das subjetividades, onde o ponto de partida são as experiências vividas (MALDONADO-TORRES, 2009) cujos indígenas e negros são forçados a se verem como não são, pelas lentes dos grupos dominantes que são tidos como brancos. Isso gera verdadeiras feridas coloniais, onde fragilizam-se identidades, processos de vinculação com a cultura, com a ancestralidade e com si mesmo.

Diante da colonialidade, nos vem a oportunidade de discutir o que se entende por decolonialidade e suas contribuições para a Psicologia, por meio dos estudos decoloniais. Eles surgem a partir do Grupo Modernidade/Colonialidade em 1998, formado por Anibal Quijano, Walter Dignolo, Ramon Grosfoguel, Catherine Walsh (BALLESTRIN, 2013) e dentre outros.

Dimestein et al. (2022) afirmam por meio de uma revisão integrativa que a aproximação da Psicologia com os Estudos Decoloniais começa a ganhar forma a partir de 2015, aqui na América Latina. Só que eles só levam em consideração artigos e excluem dissertações, teses e livros. Além de que os(as) Psicólogos(as) inseridos em outras pós-graduações, sem ser

de Psicologia, justamente pela resistência da própria Psicologia em aceitar essas perspectivas críticas, foram excluídos(as).

Geralmente, quando se pergunta ao(à) Psicólogo(a) qual a sua abordagem, as pessoas têm uma expectativa de ouvir algo como: “é de Orientação Psicanalítica, Terapia Cognitivo-Comportamental, Fenomenologia” e etc. Quando se responde que se trabalha com a Psicologia Sócio-histórica, Psicologia da Libertação ou Psicologia Comunitária, nem todo mundo entende o que se quer dizer com isso, pois elas estão acostumadas a algo que as remetam ao Estruturalismo, Funcionalismo, Associacionismo, Psicologia da Gestalt e às demais escolas psicológicas europeias do século XIX e XX.

Imagine se alguém dissesse que trabalha com a episteme Huni Kuin, Pataxó, Jeje, Nagô, Fon ou Banto? Iam dizer que não estamos trabalhando com Psicologia. Mas, porque não é Psicologia se essas epistememes indígenas e negras também trazem, em suas cosmovisões, noções de sujeito, de corpo, de cultura, de personalidade, de comportamento, de saúde, doença e de todos os aspectos também estudados pela Psicologia ocidental?

A mesma coisa é nas supervisões: se convencionou de que supervisão é só para Psicólogo Clínico e dentro de uma abordagem da personalidade. Ainda não se coloca o costume de, ao atender um indígena de determinada etnia, uma pessoa negra ou de outra denominação racial que pertença a um terreiro, de buscar supervisão de acordo com a tradição de onde vem a pessoa. Simplesmente, acusa-se dessa prática não ser Psicologia e ao se negar dessa oportunidade, nega-se, por sua vez, o outro. Essa é a colonialidade do ser na prática, é você deslegitimar outros processos de subjetivação decorrentes de perspectivas não ocidentais. O “desinteresse” e o encaminhamento desses casos não é só desinteresse ou preguiça, é racismo.

Todas essas epistememes não fazem parte da Psicologia ocidental, mas, ainda sim, são Psicologia. Como diria Porto-Gonçalves (2005), os filósofos gregos inventaram a filosofia grega, mas não o pensamento. Da mesma forma, os europeus fundaram a Psicologia ocidental e dita moderna, mas não a Psicologia. Se epistemologicamente, Psicologia significa ciência da alma, todos os povos citados também produzem suas ciências da alma, com um

entendimento muito mais profundo e complexo que o nosso, até. Então, a Psicologia que temos, hoje em dia, é uma Psicologia desalmada que não tem respondido as demandas da população brasileira.

Diante disso, os estudos decoloniais trazem algumas reflexões para que repensemos a práxis da Psicologia e a noção de sujeito, como:

- Desobediência epistêmica – Proposta por Mignolo (2008), é ousarmos utilizar epistemes e metodologias transgressoras, como os estudos decoloniais, a interseccionalidade, afrocentridade, metodologias como a escrevivência e a pesquisa narrativa, onde os sujeitos deixam de ser meramente representados para se construírem em seus discursos. Tratam-se de perspectivas não hegemônicas que auxiliam a romper com o domínio eurocêntrico das experiências e subjetividades dos povos colonizados.

- Diálogo interepistêmico – No entanto, isso não deve ser feito de qualquer forma, simplesmente naturalizando todo e qualquer conhecimento somente pelo fato da pessoa ser indígena ou negra, mas em diálogo constante com o conhecimento ocidental, por entender que um conhecimento não anula o outro, mas se complementam. Estar em contato com epistemes indígenas e negras não é aceitar tudo acriticamente que elas propõem, mas fomentar o consenso entre elas.¹⁸

Cabe, nesse momento, esclarecer alguns equívocos que podem surgir quanto à aproximação dos estudos decoloniais com a Psicologia:

1) Não defende patriotismo intelectual nas teorias adotadas

Trabalhar com perspectivas teóricas do Brasil e da América Latina, não implica na rejeição completa ou parcial dos teóricos europeus e norte-americanos, mas de sua releitura para adequar ao contexto estudado. Por exemplo, não tem problema nenhum em estudar Foucault no campo de saúde mental, mas, no que compete aos estudos brasileiros, suas contribuições precisarão ser revisitadas a partir da realidade estudada, levando em conta a marginalização de outros atores e formas de conhecimento não hegemônicas.

¹⁸ Para verificar as possibilidades de diálogos entre autores decoloniais e indígenas, valorizando os conhecimentos de ambos, acessar o capítulo 1 presente no livro deste link: <<https://www.editoraartemim.com.br/livro/2921/>> Acesso em: 6 dez. 2023.

2) Não é uma perspectiva relativista, mas pluriversal

Ao reconhecer que a Europa universalizou o seu próprio particularismo por meio de sua visão eurocêntrica do mundo, Grosfoguel (2012) propõe o pluriversalismo como projeto universal, onde todos os povos indígenas, africanos, asiáticos e etc. possam fazer parte de um universalismo que lhes sejam comum, fazendo uso de uma diversidade epistêmica que ficou oculta nas generalizações feitas a partir da Europa. Ou seja, não se trata mais de afirmar que a verdade é relativa à cultura de cada povo, mas que cada povo participa dessa verdade universal por meio de sua episteme.

É o que, em outras palavras, Escobar (2005) afirma no âmbito dos estudos decoloniais: “assim como os fenômenos locais não podem ser compreendidos fora das condições globais em que se desenvolvem, os fenômenos globais não podem ser compreendidos sem explicar as forças locais que os sustentam.” (ESCOBAR, 2005, p. 59).

3) Nem todos os conflitos das populações latino-americanas advém do colonialismo (reducionismo colonial)

Não há dúvidas de que enquanto houver racismo na estruturação das sociedades latino-americanas, na divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2005), nas perspectivas acadêmicas e nas tentativas de nos enxergarmos enquanto europeus, estaremos cercados pelos efeitos da colonialidade em nossas vidas. Entretanto, o entendimento dialético das relações humanas nos mostra que todo grupo social, independente de raça, etnia e gênero possui suas tensões e contradições. Reconhecer isso não é se posicionar contra eles, mas ter um entendimento mais abrangente e crítico da realidade que os cerca.

Compreender que nem tudo é derivado do colonialismo e da colonialidade, trata-se de buscar conhecer melhor as realidades desses sujeitos que, como todo grupo social, também têm seus desentendimentos, seus conflitos, suas tensões e seus problemas internos. Isso nos ajuda a evitar um olhar romântico diante dos mesmos e permite que eles se apresentem tal como eles são.

Por fim, decolonizar é superar as hierarquias globais que o colonialismo criou, desde 1492, na invasão das Américas, como as hierarquias de raça, de gênero, de sexualidade, de espiritualidade, de epistemologia e de língua (GROSGOUEL, 2012). No campo da colonialidade do saber na Psicologia, implica em romper com um modo de se fazer ciência atrelado ao modelo colonizador que marca as principais correntes teóricas e práticas profissionais da Psicologia.

Na colonialidade do ser, no âmbito da Psicologia, superar essa dimensão é compreender como se forma a noção de sujeito para os indígenas e negros dentro dos seus múltiplos contextos de pertencimento, seja na aldeia, no território de terreiro, nas lutas cotidianas de reconhecimento na cidade enquanto indígena, enquanto população de terreiro, na compreensão de saúde-doença e de práticas de cuidado a partir da dimensão de sagrado desses povos e etc.

Uma das grandes lutas atuais da Psicologia é por uma universidade pintada de jenipapo e urucum, com muito atabaque, tronqueira, defumação, toré, xirê, mandinga para afastar os kiumbas acadêmicos e nos aproximarmos da ancestralidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES

Na Psicologia brasileira, indígenas e negros tiveram suas subjetividades negadas ou, quando consideradas, suas diferenças foram reconfiguradas a partir do olhar dualista, colonial e patologizante, com base na subjetividade do colonizador enquanto padrão de normalidade. A matriz colonial de poder impõe uma verdadeira homogeneização diante das populações mundiais, onde as suas diferenças são encaradas segundo a racionalidade eurocêntrica que coloca a Europa como centro de todas as discussões que atravessam, também, a Psicologia.

Desde a década de 70, a Psicologia no Brasil tem sido criticada por parte de autores(as) da Psicologia Social Comunitária que têm denunciado a sua formação elitista e estrangeira que nada têm contribuído para ler e agir, adequadamente, sobre a realidade brasileira. Mesmo quando ela se refaz,

sob a bandeira de uma Psicologia ‘genuinamente brasileira’, ainda assim, ela continua sem dialogar com a ciência dos Encantados, dos Orixás, Inkisis, Voduns e da ancestralidade que compõe a psique do povo brasileiro.

Acusa-se a mínima abertura a outros campos de saberes e povos como não estar se fazendo ciência e, mais especificamente, de não estar fazendo Psicologia. Por trás dos critérios de cientificidade, existe a negação do outro, dos seus conhecimentos, da sua racionalidade que a atual configuração do sistema-mundo moderno, colonial e eurocentrado nos impôs, dentro das limitações advindas dos países do centro (provenientes da Europa e Estados- Unidos) para a periferia (América Latina, África e Caribe), fruto de séculos de colonialismo.

Mesmo com o ‘fim’ do colonialismo, enquanto momento histórico, as hierarquias globais e estruturais que ele instituiu mantêm-se nas relações, nas subjetividades, na cultura, no gênero, na religião, na política de cada país e em cada dimensão da nossa vida, a partir do que se denomina de colonialidade do poder.

Ao passo em que estamos tentando nos libertar dessa colonialidade, dentro da proposta decolonial, enquanto projeto emancipatório, político-epistemológico, uma questão problemática, dos estudos decoloniais, é que só há a presença de duas mulheres no Grupo Modernidade/Colonialidade e não há a presença de nenhum brasileiro, indígena nem negro. Indígenas e negros continuam sem espaço para falar por eles mesmos, a partir de suas próprias perspectivas ancestrais, sem que haja um não-indígena e um não negro para interpretá-los, nem os validar.

No meu entendimento, a proposta decolonial, enquanto projeto político-epistêmico (BALLESTRIN, 2013), é algo para ser transitório até que indígenas e negros sejam tão ouvidos e valorizados quanto os grupos dominantes. Se, do contrário, a inclusão se torna uma eterna promessa sem, de fato, ser efetivada, os estudos decoloniais serão, apenas, discursos dóceis do colonizador para se manter nos mesmos espaços de poder que criticam. Para isso, não basta falarmos, apenas, sobre como cada etnia indígena ou culto de nação afro-brasileiro entende o sujeito, mas incluir suas epistemes

e seus respectivos autores dentro de sala de aula e para além dos muros acadêmicos, no centro da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH-55jlv/?lan>> Acesso em: 6 dez. 2023.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 17, p.37-42. 1997. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8wMf9sFXZtQcdnY5xvMVpsF/>> Acesso em: 6 dez. 2023.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). In: AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (org). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 431-458. Disponível em: < <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715073000/boron.pdf>> Acesso em: 6 dez. 2023.

DIMENSTEIN, Magda et al. Produção de conhecimento, psicologia e pensamento colonial. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 74, n. 1, 2022. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Joao-Macedo/publication/366642747_Producao_de_conhecimento_psicologia_e_pensamento_decolonial/links/63ac56a903aad5368e4991a3/Producao-de-conhecimento-psicologia-e-pensamento-decolonial.pdf> Disponível em: 6 dez. 2023.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas**. Buenos Aires, Argentina CLACSO: 2005, p.63-79. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf> Acesso em: 15 fev. 2024.

FIGUEIREDO, Luís Claudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência**. 3 – ed., 10. reimpr. – São Paulo: EDUC, 2016.

GONÇALVES, Mariana Alves; PORTUGAL, Francisco Teixeira. Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 562-571, 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/psoc/a/qx3RY8zTvxCGDGwVwNcCznw/?format=html>> Acesso em: 6 dez. 2023.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna decolonial. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 337-337, 2012. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86/51>> Acesso em: 6 dez. 2023.

GROSGOUEL, Ramón. Racismo/Sexismo Epistêmico, Universidades Ocidentalizadas e os quatro Genocídios/Epistemicídios ao longo do século XVI. **Tabula rasa**, n. 19, p. 31-58, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt>> Acesso em: 6 dez. 2023.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocênicos. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas.* Buenos Aires, Argentina. CLACSO: 2005, p.8-24. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf> Acesso em: 6 dez. 2023.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. Anos 90: **revista do Programa de Pós-Graduação em História.** Porto Alegre. N. 11 (jul. 1999), p. 121-143, 1999. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31532/000297021.pdf>> Acesso em: 6 dez. 2023.

MALDONADO-TORRES. A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento: modernidade, império e colonialidade. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (org). Epistemologias do Sul.* Coimbra, 2009, p.337-382. Disponível em: <<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>> Acesso em: 6 dez. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Conhecimento científico e ciência. *In: _____.* (org). **Metodologia Científica.** – 8. Ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022, p.1-30.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Caderno de Letras da UFF**, v.34, n.1, p.287-324, 2008. Disponível em: <http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf> Acesso em: 6 dez. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. *In: LANDER, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005, p. 3-6. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf> Acesso em: 6 dez. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: LANDER, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005, p. 117-130. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf> Acesso em: 6 dez. 2023.

SEIXAS, André Augusto Anderson; MOTA, André; ZILBREMANN, Monica L. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 31, p. 82-82, 2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rprs/a/K3G7Y6MPKHQm-dbhtsCytBZx/>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

AFET(AÇÃO): OS PROCESSOS AFETIVOS COMO FERRAMENTAS DECOLONIAIS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DA PSICOLOGIA

Letícia Bottura Calvoso¹⁹
Eduardo Augusto Tomanik²⁰

INTRODUÇÃO

“As histórias não indicam apenas o tempo dos acontecimentos, mas também seu lugar geopolítico” (DUSSEL, 2008, p. 156). Nesta frase pequena, porém ampla em significados, Enrique Dussel nos incita a questionar a concepção de história como uma sucessão ordenada, única e linear de fatos. Ao dizer “as histórias” ele sugere que há uma pluralidade de possibilidades interpretativas acerca dos eventos. Ao acrescentar que elas indicam “tempo” e “lugar geopolítico”, sugere também que essa pluralidade é atravessada por fatores sociais, culturais, territoriais, políticos e subjetivos, em sua construção.

Desde o século XVI, uma série de elaborações filosóficas e políticas prepararam o terreno para que o século XVIII, especialmente a partir da teoria Cartesiana, inaugurasse o que tradicionalmente é chamado de Idade Moderna, reconfigurando toda a história mundial a partir da visão europeia (DUSSEL, 2008). Em outras palavras, a visão tradicional, predominante em boa parte do mundo, nada mais é que a (re)produção de uma visão euro-centrada, que perpetua não apenas o olhar particular dos **homens** europeus sobre o mundo,

¹⁹ Doutoranda e Mestra e em Psicologia (UEM). Psicóloga Judiciária (TJSP).
CV: <https://lattes.cnpq.br/7348900249142850>

²⁰ Doutor em Psicologia Social (PUC/SP). Professor Voluntário (UEM).
CV: <http://lattes.cnpq.br/8299804178521897>

como também retroalimenta a centralidade europeia na história, na produção de conhecimentos e nas relações de poder.

Segundo Dussel (2008), antes de difundir a ideia cartesiana do “Ego cogito” (“Eu penso”), foi necessário fundamentar a concepção do “Ego conquiro” (“Eu conquisto”), isto é, justificar o processo colonizador. Isso foi realizado com base em um argumento circular no qual os colonizadores definiram a própria cultura como superior, e classificaram os demais como incivilizados, bárbaros e até não-humanos. Assim, a colonização e a consequente dominação e assujeitamento dos corpos, culturas e epistemologias colonizados à visão europeia foram justificados como uma obra civilizadora, que livraria os demais povos da barbárie, da ignorância e das formas primitivas de sociabilidade.

Grosfoguel (2016) acrescenta à essa discussão a estreita relação entre religião e política, pois qualquer expressão religiosa diferente da cristã europeia era considerada como uma falsa adoração ou um culto ao “Deus errado”, justificando a colonização como uma missão para difundir o cristianismo. No século XVIII, ao propor o “Ego cogito”, Descartes:

substitui Deus, como o fundamento do conhecimento [...] pelo homem (ocidental) [...]. [...] O cartesiano “cogito ergo sum” (“penso, logo existo”) é o fundamento das modernas ciências ocidentais. Pela produção de um dualismo entre mente e corpo e entre mente e natureza, Descartes foi capaz de reivindicar um conhecimento universal, não situado, como a visão dos olhos de Deus. Isso é o que o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez chamou de perspectiva do “ponto zero” dos filósofos eurocêntricos [...] O “ponto zero” é o ponto de vista que esconde e oculta a si mesmo, como estando além de um ponto de vista particular, isto é, é o ponto de vista que representa a si mesmo como sendo esvaziado de um ponto de vista. É essa “visão dos olhos de Deus” que sempre esconde sua

perspectiva local e particular sob um universalismo abstrato (GROSGOUEL, 2011, s/p).

A “visão dos olhos de Deus”, compreendida como a pretensa capacidade humana de, através da racionalidade, apreender, retratar e elaborar explicações universais sobre os fenômenos naturais e sociais, gerou impactos expressivos sobre a produção de conhecimentos e o que seria reconhecido como conhecimento válido ou não a partir de então. Para o que estamos chamando aqui de visão tradicional, a ciência tornou-se os “olhos de Deus”: um tipo de conhecimento que defende a racionalidade, neutralidade e objetividade, em tese, garantidas pela utilização de métodos rígidos, controlados, em situações preferencialmente observáveis e quantificáveis, capazes de eliminar quaisquer traços ou particularidades subjetivas, afetivas e políticas, resultando na produção de conhecimentos universais e verdadeiros.

Isso nos mostra que o conhecimento científico tradicional foi edificado sobre uma série de dualismos, entre os quais destacamos a compreensão da racionalidade e da afetividade como polos separados e opostos. Conforme sinaliza Brandão (2012), enquanto a afetividade é considerada um fenômeno secundário ou nocivo à racionalidade, a razão tende a ser supervalorizada como a principal e mais nobre qualidade nos seres humanos.

Esse dualismo, que se reproduz ainda hoje, reserva aos processos afetivos um lugar marginalizado na produção do conhecimento científico. Em geral, entende-se que os afetos devem ser excluídos ou, no mínimo, controlados, para que a racionalidade conduza a produção científica de maneira asséptica, desinteressada e apartada das dimensões política, social e, especialmente, subjetiva. A reprodução dessa pretensa universalidade do conhecimento gera uma série de problemas. Entre eles, a rejeição ou supressão, com algumas poucas exceções, dos conhecimentos produzidos a partir de visões de mundo de grupos considerados subalternos (GROSGOUEL, 2011).

Na Psicologia os discursos universalizantes também são (re) produzidos. A Psicologia nasceu tentando se adaptar ao modelo tradicional de ciência para garantir seu *status* científico e, conforme alerta Sandoval (2002), por muito tempo, os Psicólogos do chamado Terceiro Mundo somente importaram as teorias, conceitos e metodologias europeias e norte-americanas. Em 1970 esse cenário começou a se modificar com o surgimento de novas propostas, especialmente na América Latina, com o objetivo de construir conhecimentos voltados para as necessidades e condições de vida desses países, movimento que deu origem a organizações como a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Mesmo com a expressividade de iniciativas como essas, a visão tradicional de ciência não foi completamente superada. Seja na prática profissional ou no desenvolvimento de pesquisas, ainda encontramos Psicólogos que reproduzem conhecimentos, teorias e conceitos elaborados a partir de contextos regionais, culturais, sociais, políticos e temporais muito distintos daqueles nos quais estão inseridos, sem se dar conta ou sem levar em consideração estas diferenças, ou ainda, os projetos de sociedade que guiaram aquelas produções.

Partindo dessas reflexões iniciais, nos propomos a lançar um olhar sobre a participação e o papel dos afetos como elementos integrantes do processo de produção do conhecimento científico e a discutir possíveis **implicações** ético políticas dessa inclusão. Esta proposta se configura a partir da defesa de que a produção de conhecimentos pode ser avaliada não apenas pelos critérios da ciência tradicional, como o cumprimento rigoroso de procedimentos metodológicos ou a confiabilidade estatística, mas, especialmente, pela sua capacidade de se deixar **afetar/sensibilizar** pelos sofrimentos humanos, de se **envolver** e se **posicionar** contra as desigualdades e as violências e por sua potência de **produzir transformações**.

NARRANDO OUTRAS HISTÓRIAS: A COLONIALIDADE DO PODER

Autores como Grosfoguel (2009; 2011; 2016), Santos e Menezes (2009), Dussel (2008), Quijano (2009), entre outros, se dedicam a compreender de que forma a narrativa da ciência moderna/tradicional se tornou a narrativa “oficial” da ciência, assumindo a liberdade de definir os modos como concebemos, produzimos e praticamos ciência, e também o que é considerado conhecimento válido ou não. Para eles, isso só se tornou possível porque o processo colonizador impactou de formas tão profundas as culturas e corpos colonizados, que o fim da colonização e mesmo a independência administrativa conquistada por alguns desses povos não significaram o fim da colonialidade do poder.

Grosfoguel (2009) define a colonialidade do poder como uma articulação entre diversas hierarquias globais de exercício de “dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial” (p. 392), fundada no abismo delineado entre o europeu e o não-europeu. Em outras palavras, a colonialidade do poder se perpetua nos territórios colonizados através de relações desiguais, em que grupos elitizados reproduzem a estrutura de dominação, exploração e inferiorização de grupos sociais considerados subalternos.

A ciência, quando não questiona e problematiza as bases tradicionais nas quais está fundamentada, pode se tornar um terreno fértil para a (re)produção dessa mesma estrutura. Amparado na defesa da racionalidade, objetividade e neutralidade, o discurso científico dissimula e institui como universal e verdadeira a visão de mundo particular de grupos dominantes, classificando as pessoas entre aquelas que produzem conhecimento e aquelas sobre as quais o conhecimento é produzido, negando a estas últimas as possibilidades de fazer parte da construção do que é considerado conhecimento válido (ainda que este verse sobre elas mesmas).

Conforme Grosfoguel (2011; 2016) e Santos e Meneses (2009), a narrativa “oficial” da ciência foi construída a partir de um intenso processo de genocídio/epistemicídio que suprimiu e invisibilizou alguns grupos e povos e seus modos de pensar, destacando aqui: os muçulmanos e judeus, a partir dos processos de conquista de territórios e expansão do cristianismo na Europa; os indígenas, principalmente na colonização das Américas; negros e negras aprisionados, sequestrados de seu território e escravizados; e as mulheres, a exemplo do período da inquisição, em que foram queimadas vivas sob acusação de bruxaria. A colonialidade do poder gera impactos que vão além da imposição de um sistema econômico, de organização do trabalho e de classes. Ainda que seja um eixo central, o capitalismo não contempla o conjunto das relações de poder a que os corpos colonizados foram submetidos. Segundo Grosfoguel (2011), esse complexo emaranhado de relações de poder instituiu uma série de hierarquias, dentre as quais destacamos: a) racial/étnica, que privilegia os europeus (brancos) em relação aos não-europeus; b) de gênero, que privilegia homens em relação às mulheres; c) sexual, que privilegia a heterossexualidade em relação a outras orientações; d) espiritual, que privilegia cristãos em relação a não-cristãos ou a espiritualidades não-ocidentais; e) epistêmica, que privilegia o conhecimento ocidental em relação aos não-ocidentais; f) linguística, que privilegia a comunicação e a produção de conhecimentos/teorias nas línguas europeias.

Os estudos feministas e étnico-raciais sinalizam que essas hierarquias, somadas a um sistema amplo de organizações político-militares e ao capitalismo, foram determinantes para a produção e manutenção de relações desiguais de poder, expressas na lógica colonial, que fundamentam a construção da suposta universalidade do conhecimento científico (HARAWAY, 1988; QUIJANO, 2009; HOUNTONDJI, 2009). A história “oficial” da ciência e suas definições sobre o que e como se produz o conhecimento científico e o que é considerado conhecimento válido ou não, têm gênero, raça, classe, sexualidade e território. Parte da visão de alguns poucos **homens** (é importante

destacar o gênero aqui), de alguns poucos países ocidentais (Europa e EUA, principalmente), advindos de classes sociais privilegiadas e difunde uma perspectiva de vida heteronormativa/cristã.

Podemos dizer, então, que a “visão dos olhos de Deus”, assumida pela ciência tradicional, impacta a vida social em todas as suas dimensões, desde a política e economia à construção das subjetividades, uma vez que os interesses políticos de grupos dominantes e as violências praticadas para que eles ocupassem esse lugar estão encobertos pelo discurso da neutralidade, que se pretende universal, mas que, na prática, (re)produz a busca por um poder irrestrito e a manutenção da dominação.

DECOLONIZANDO: EPISTEMOLOGIAS VIVIDAS NOS CORPOS SUBALTERNOS

Como é possível superar as violências políticas, econômicas, afetivas e identitárias que ganharam força na modernidade, sem renunciar aos benefícios que ela produziu? Com este questionamento, Grosfoguel (2011) coloca em xeque a supremacia do discurso moderno/tradicional como aquele que traz a superação de formas precárias/primitivas de vida a partir de uma revolução técnica, científica e tecnológica. Simultaneamente, ele sinaliza uma preocupação em não cair em uma visão maniqueísta, que separa e polariza bom e ruim, certo e errado, melhor e pior, posição esta que nada seria além de uma repetição do dualismo do qual bebeu o próprio discurso moderno para se autodefinir como o único ou o melhor caminho para a evolução.

Para o autor, o equilíbrio pode estar na compreensão de que existem visões diferentes e que elas podem e devem coexistir. Isto não significa, por outro lado, cair em um completo relativismo, mas sim superar a ideia de metanarrativa, um conhecimento que pretenda dar conta da totalidade e produzir um discurso universal. Essa superação pode ser iniciada a partir a) do entendimento de que toda produção

de conhecimento é parcial, uma vez que integra a visão de mundo daqueles que o produzem, b) da construção coletiva dos saberes com base no diálogo entre os diversos conhecimentos produzidos segundo a experiência de cada povo, região, corpo-político, que só pode ser vivida, sentida e, portanto, analisada considerando-se a perspectiva do próprio grupo.

Grosfoguel (2011) propõe um processo de decolonização das teorias, conceitos e estruturas de poder tradicionais. Os estudos étnico-raciais, bem como os estudos feministas, contribuem significativamente para a construção de epistemologias decoloniais. No campo dos estudos étnico-raciais, citaremos como exemplo o trabalho de Hountondji (2009), que explicita a contraditória relação geopolítica de poder presente na definição de sujeito-objeto nos estudos africanos: geralmente os conceitos de história e filosofia africanas remetem àquilo que o chamado primeiro mundo (sujeito) produziu sobre a África (objeto), não às narrativas elaboradas pelos próprios africanos (como sujeitos produtores de conhecimento).

O autor trabalha por uma decolonização do conceito de filosofia africana, ressignificando-a como a filosofia produzida **por africanos**. À primeira vista, esta pode parecer uma redefinição simples, porém ela permite não só desconstruir a imposição de uma classificação racial-étnica como sustentáculo da divisão entre quem tem o poder de produzir conhecimento e narrar sua versão da história e aqueles que são

considerados inferiores, incapazes ou primitivos, como também “tornou possível chamar a atenção para a recepção africana das tradições de investigação ocidentais e levar os acadêmicos africanos a assumir as suas responsabilidades intelectuais próprias” (2009, p. 124).

No campo dos estudos feministas, Donna Haraway (1988) defende a concepção dos conhecimentos situados, destacando que sempre falamos a partir de um lugar nas relações de poder. Patrícia Hill Collins (1990 apud FIGUEIREDO, 2020) aborda a chamada

teoria do ponto de vista, evidenciando não só o gênero, mas também a raça na constituição do sujeito produtor de conhecimento. Ângela Figueiredo (2020) fala de uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial, agregando esses e outros conhecimentos para propor uma visão de ciência engajada, sensível e comprometida com o combate às desigualdades em suas diferentes faces. Todas contribuem para aproximar a ciência da vida e das necessidades das pessoas e para transformar nosso olhar e nossas práticas.

Integrando e ressignificando tanto os estudos étnico-raciais quanto os feministas, o feminismo negro contribui especialmente para a construção de conhecimentos que rompem com a perspectiva universalizante ao propor o conceito de interseccionalidade como “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

A interseccionalidade não é uma simples soma de identidades (mulher + negra + pobre + LGBTQI+, etc.), mas sim uma análise sobre as formas como os diferentes corpos são atravessados por condições estruturais, que orientam a formação das suas subjetividades, seus posicionamentos e visões de mundo, a partir das matrizes de opressão (AKOTIRENE, 2018). Por isso, segundo Ângela Figueiredo (2020, p. 9), a “experiência pessoal, a experiência vivida e compartilhada” é o fundamento das reflexões e teorizações das pesquisadoras negras.

Considerando as reflexões apresentadas, questionamos: de que forma as propostas de construção de epistemologias outras, decoloniais, antirracistas, antipatriarcais/machistas, anticapitalistas e não-heteronormativas, impactam na criação de metodologias outras? Se, para a construção de uma perspectiva decolonial, defendemos uma superação da neutralidade e objetividade em favor da produção de conhecimentos “situados”, “insubmissos”, “intersec-

cionais”, o dualismo racionalidade-afetividade não deve também ser questionado e ressignificado? Qual será o papel dos afetos no enredo dessas novas propostas para compreender, explicar e transformar nossa visão de mundo e de produzir conhecimentos? Para aventurar-nos a responder essas perguntas, precisamos, primeiro, compreender o que são os afetos.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL-SUBJETIVA DOS PROCESSOS AFETIVOS

Para Heller (2004, p. 15) “sentir significa estar implicado em algo”. Mas o que seria a implicação? De forma breve, podemos compreender a implicação como envolvimento, como o efeito produzido em nós ao entrarmos em contato com algo (um objeto, uma pessoa, uma memória, um pensamento e até mesmo nossos próprios afetos). Em outras palavras, se sentir é estar implicado em algo e se a implicação é o efeito produzido em nós quando nos relacionamos com algo, então o afeto não produz e nem é o resultado de uma implicação, **o afeto é a implicação, o afeto é o nosso envolvimento.**

A autora contradiz a ideia de que os afetos são individuais, naturais e espontâneos e propõe que eles sejam compreendidos considerando-se duas dimensões complementares e interdependentes: coletiva/social e individual/subjetiva. Os afetos se manifestam e são vivenciados individualmente e situacionalmente, porém são processos construídos coletivamente nas nossas relações com as pessoas e com o mundo, ou seja, os afetos são aprendidos, são produtos culturais e históricos.

Heller (2004) também se posiciona contra o dualismo que opõe razão e emoção. Para ela, razão, emoção e ação, apesar de desempenharem funções distintas, compõem uma unidade e não podem ser compreendidas separadamente. Nessa perspectiva, é incoerente pensar que a ciência é o campo privilegiado da racionalidade e que os afetos não fazem ou não devem fazer parte dela, uma vez que, como

salienta a autora, aqueles atos que usualmente consideramos como exclusivamente racionais e esvaziados de afetividade, como o pensamento lógico ou a solução de problemas, não existem sem implicação.

Heller (2004) destaca também que os afetos desempenham uma série de funções ligadas à percepção e à memória. Segundo a autora, são os afetos que selecionam o que e como será percebido por nós a cada momento, nos poupando do contato simultâneo com uma enorme quantidade de estímulos, o que nos incapacitaria para a vida. Da mesma forma, os conteúdos que serão armazenados em nossa memória de longo prazo são aqueles com os quais estamos mais fortemente implicados, enquanto aqueles que nos afetam de maneira menos intensa serão esquecidos. Os afetos atuam também nos processos de evocação de nossas memórias, uma vez que estas são armazenadas juntamente com as implicações correspondentes e, quando recordadas, podem ser reinterpretadas a partir de nossas implicações atuais.

Essas articulações entre os afetos, pensamento, ação, percepção, armazenamento/esquecimento e recordação/reinterpretação de nossas memórias, nos mostram que os afetos regulam a nossa relação com o mundo, tornando-a intencional e pessoal. Em outras palavras: não apenas selecionamos ou reagimos diante das diversas possibilidades, estímulos, padrões de comportamento etc., que o mundo nos apresenta, mas também criamos e promovemos transformações no mundo, ou seja, os afetos desempenham um importante papel em nos tornar seres ativos.

Em contrapartida, a autora pondera que toda sociedade regula a expressão e, em alguns casos, inclusive o conteúdo dos nossos afetos. A regulação social dos afetos acontece através dos ritos e costumes, a partir dos quais aprendemos a prestar atenção, reconhecer (em nós e nos outros), interpretar e nomear aquilo que sentimos em cada momento e situação. Ou seja, a regulação social dos afetos está na base dos processos de construção dos nossos valores morais

e reflexões éticas, uma vez que serve como referência para definir aquilo que é considerado bom ou ruim, certo ou errado, normal ou patológico e, conseqüentemente, os modos como as pessoas vão sentir e os sentimentos que serão dominantes em cada sociedade, em cada grupo e em cada época.

Segundo Heller (2004), vivemos em um mundo criado à medida de um grupo dominante, a burguesia, e essa dominação se estende também à construção do nosso mundo afetivo: os indivíduos da classe burguesa pensaram seu mundo sentimental como universal, ou seja, consideraram a sua forma particular de sentir e expressar os sentimentos como a única aceitável ou correta, extrapolando-a como referência absoluta para outros grupos e culturas.

Em suma, a visão dos afetos proposta por Agnes Heller contém um profundo sentido ético-político: se definimos os afetos como implicação, que nos envolve com o mundo e nos torna seres ativos, que é construída e aprendida a partir das relações

que estabelecemos, então nos colocar em contato com algo, sentir, significa não apenas ser afetado, mas também afetar. Esse olhar sobre os afetos nos permite problematizar nosso envolvimento, compromisso e responsabilidade pelas condições que são oferecidas a diferentes grupos para desenvolver e expressar seus afetos e refletir sobre quais afetos produzimos coletivamente.

A partir da visão dos processos afetivos como um potencial transformador das nossas relações com as pessoas e com o mundo, propomos algumas discussões em relação ao papel dos afetos na produção do conhecimento científico.

SENSIBILIZAR, ESTRANHAR, PERFORMAR: CONTRIBUIÇÕES ÉTICO POLÍTICAS DOS AFETOS

Estabelecendo diálogos entre a perspectiva decolonial e a teoria dos afetos proposta por Agnes Heller, compreendemos que

a estrutura colonial-capitalista patriarcal-racista, dissimulada pelo discurso da neutralidade, racionalidade e objetividade científicas, define como válidos não somente um tipo de conhecimento e um modo de produzi-lo, mas também uns poucos conjuntos de afetos, a partir da divisão de mundo e dos afetos dos grupos dominantes. Ou seja, além dos processos de genocídio/epistemicídio, da militarização, dominação masculina, luta de classes e categorização racial/étnica, aquela estrutura se mantém e reproduz em nossa sociedade também a partir de processos de controle e dominação afetivos.

Se as referências sobre o que é considerado certo, natural, normal, bom, são aquelas construídas a partir da visão dos dominantes, apropriadas e difundidas pela ciência tradicional, é possível afirmar que os modos de sentir, expressar, atuar, ou seja, as formas de existir no mundo daqueles que compõem os grupos subalternizados serão – não por acaso – aproximadas daquilo que será tido como errado, pervertido, patológico, mau. Consequentemente, estes últimos têm suas vivências não reconhecidas, silenciadas, muitas vezes medicalizadas, encarceradas e até dizimadas, o que reverbera sobre toda a estrutura, agindo em favor da manutenção das relações desiguais de poder e, portanto, da relação de dominação/inferiorização de um pequeno grupo sobre os demais.

Os estudos de Ângela Figueiredo (2020) destacam que empreender a construção de conhecimentos contra-hegemônicos é um desafio: romper com a colonialidade do poder, com os privilégios do patriarcado, a exploração de classe, a

autocracia da branquitude, a heteronormatização da sexualidade, dentre tantas outras formas de opressão que estruturam a nossa organização social. Como alerta Audre Lorde (1984, s/p.), “as ferramentas do senhor nunca vão desmantelar a casa-grande. Elas podem nos permitir a temporariamente vencê-lo no seu próprio jogo, mas elas nunca nos permitirão trazer à tona mudança genuína”. Portanto, construir conhecimentos científicos contra-hegemônicos

lançando mão daqueles mesmos conceitos, teorias, métodos e concepção de ciência produzidos pela ciência tradicional, sem identificar os jogos de poder que deles fazem parte, sem questioná-los, problematizá-los, ressignificá-los e sem criar espaços para que outras vozes (subalternas) e seus conhecimentos ecoem, sejam ouvidos, seria, no mínimo, incoerente.

Na contramão da visão tradicional, o encontro com esses desafios nos leva a defender uma visão de metodologia científica compreendida como “um processo reflexivo, afetivo, estético e político que se dá no contato e análise constantes das nossas escolhas, envolvimento, objetivos e posicionamentos ao longo de toda a pesquisa” (CALVOSO, 2020, p. 97), cuja riqueza se expressa precisamente nas transformações que pode promover no próprio pesquisador, na pesquisa e no mundo.

Superar a visão tradicional de metodologia científica como um processo asséptico, ordenado, objetivo, exclusivamente racional, parece ser um ponto fundamental para a construção de conhecimentos afinados com as propostas das/os autoras/es com as/os quais dialogamos neste trabalho. Falamos, então, da possibilidade de produzir conhecimentos que se fundamentem não somente em construções teóricas, reflexivas, mas também vividas, sentidas, **afetivas**.

Segundo Heller (2004) tratar o outro somente como objeto é a mais completa alienação que podemos gerar. O combate a essa alienação é essencialmente afetivo, pois são os afetos que nos permitem reconhecer o outro como sujeito e também nos reconhecer nele. Quando o conhecimento científico nega a participação e a importância dos processos afetivos renuncia também à sua capacidade de reconhecer as pessoas, principalmente aquelas a quem são cerceadas as possibilidades de fazer parte do contexto acadêmico/científico, como sujeitos ativos, atores e autores da própria história. Consequentemente, este conhecimento também é alienado das suas possibilidades de promover transformações e de seu compromisso

de contribuir para valorizar e fazer prosperar a vida humana; torna-se um conhecimento esvaziado de sentido porque distanciado das necessidades das pessoas.

Não podemos perder de vista, entretanto, que construir um conhecimento distanciado das necessidades das pessoas e de suas possibilidades de promover transformações sociais é também uma escolha: é um conhecimento **implicado** na manutenção e (re)produção da estrutura de dominação-inferiorização. Ainda que os pesquisadores, grupos e instituições de pesquisa e/ou suas opções teórico metodológicas não reconheçam ou explicitem, as pesquisas e seus resultados são sempre atravessados por elementos sociais e subjetivos, desde as demandas práticas pela intervenção em um determinado problema e as condições históricas e sociais que o circunscrevem, até às intencionalidades, desejos, expectativas do próprio pesquisador.

Em oposição à visão tradicional, entendemos que a participação da afetividade nos processos de desenvolvimento dos conhecimentos científicos não é necessariamente ruim, ou um obstáculo, nem mesmo simplesmente inevitável, embora indesejável, como usualmente é considerada. Ao contrário, defendemos que os afetos podem ser determinantes para a construção de conhecimentos científicos mais sensíveis ao sofrimento humano e posicionados contra aquilo que o produz.

Nessa perspectiva, os afetos não devem apenas ser entendidos como elementos integrantes da produção do conhecimento científico, como também devem ser cultivados, explorados, desenvolvidos ao longo do processo de pesquisar. Deslocamos, portanto, a preocupação da ciência tradicional em excluir ou controlar os afetos para uma preocupação em relação a quais afetos vamos desenvolver e eleger para compor e orientar as nossas relações com a pesquisa e com as pessoas.

CONCLUSÃO (OU INÍCIO)

Nos dedicamos a lançar um novo olhar sobre os processos afetivos no campo da epistemologia e a ressignificar o seu papel e as

suas potencialidades. Em alternativa à visão tradicional, sugerimos que, além da colonialidade do poder e do saber, há também uma colonialidade afetiva e que nos deslocar da visão tradicional é um exercício de **afet(ação)**, ou seja, de nos permitir ser afetados e afetar.

Defendemos que nos nutrir de recursos sociais/subjetivos/afetivos constitui ferramenta potente para subsidiar a perspectiva decolonial de produção de conhecimentos posicionados ética e politicamente contra a exploração, a violência e a alienação, na medida em que esses recursos permitem nos aproximar do outro e reconhecê-lo como sujeito, nos sensibilizar com as variadas formas de opressão e, principalmente, nos **implicar** com a criação de estratégias para a transformação desse cenário.

No campo da Psicologia, é urgente que essas discussões adentrem nossa formação. A começar por uma releitura das estruturas curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação, nos quais ainda predomina a visão eurocêntrica, branca, elitista, patriarcal e heteronormativa, expressa na escassez de referências a autoras e autores que tragam perspectivas dos corpos subalternos. A contribuição da Psicologia para processos de transformação social passa necessariamente pela formação dos futuros profissionais, professores e pesquisadores da área e, para isso, o diálogo entre diferentes visões de mundo parece ser um primeiro passo.

Outro passo relevante para a Psicologia é a superação da sua definição como “ciência e profissão”. Esta parece ser uma particularidade da área que deixa explícito o dualismo no qual nossa produção está enraizada e demonstra que ela ainda tem dificuldades em enxergar a produção científica e a atuação profissional de forma integrada, mantendo um distanciamento entre a construção teórica e conceitual e as vivências das/os profissionais com as pessoas/grupos/comunidades em que estão inseridas/os.

Além disso, aproximar a Psicologia aos coletivos/movimentos sociais pode ser bastante frutífero, a fim de extrapolar os muros uni-

versitários, criar espaços coletivos de troca, acolhimento e enfrentamento junto a outros atores sociais, bem como questionar o lugar de saber-poder academicista, oportunizando a experiência de produzir conhecimentos **com** os corpos subalternos e não **sobre** eles.

Aqui tentamos ir além do tradicionalismo ao defender que não somente ciência e cientista não são neutros, como **não devem ser**. Defendemos a ideia de que o papel, não apenas da ciência, mas de qualquer tipo de conhecimento, não é o de capturar e retratar fielmente o que existe, mas o de nos fornecer ferramentas que permitam a elaboração e a construção daquilo que queremos que exista. Para isto, os afetos podem ser revolucionários.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **O que é Interseccionalidade?** (Coleção Feminismos Plurais). Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BRANDÃO, I. R. **Afetividade e transformação social**. Sobral: Edições Universitárias, 2012.
- CALVOSO, L. B. **Por uma ciência sensível: um olhar ético-político sobre os afetos na produção científica da Psicologia**. Orientador: Eduardo Augusto Tomanik. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UEM, Maringá-PR, 2020.
- DUSSEL, E. Meditaciones Anti-Cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. **Tabula Rasa**, v.9, p. 153-197, 2008.
- FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, v.12, n.29, p. 1-24, 2020.
- GROSFUGUEL, R. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-Coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In.: SANTOS, B. de S. & MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- GROSFUGUEL, R. Decolonizing Post-colonial Studies and Paradigms on Political Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. **Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**. School of Social Sciences, Humanities and Arts, UC Merced, 2011.
- GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1, p. 25-49, 2016.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v.14, n.3, p. 575-599, 1988.

HELLER, A. **Teoría de los sentimientos**. Ciudad de México: Coyoacán, 2004.

HOUNTONDJI, P. J. Conhecimento de África, Conhecimentos de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. In.: SANTOS, B. de S. & MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

LORDE, A. Comentários sobre “The Personal and the Political Panel”. **Second Sex Conference**, New York, 29 de setembro de 1979. (T. Nascimento, Trad.). 1984. Disponível em <<http://niltonluz.blogspot.com/2012/02/o-texto-abaixo-e-uma-fala-de-audre.html>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In SANTOS, B. de S. & MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANDOVAL, S. O que há de novo na psicologia social latino-americana?. In CAMPOS, R. H. de F. & GUARESCHI, P. A. (Orgs.). **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva Latino-Americana**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, B. DE S. & MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

DIÁLOGOS DE(S)COLONIAIS: CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS E FRONTEIRIÇAS À PSICOLOGIA SOCIAL

Suellen Soares Altrão²¹

INTRODUÇÃO

Coloco-me como mulher pesquisadora que compreende que a escrita é situada a partir de disputas de poder e, portanto, não é neutra. Ao mesmo tempo, corroboro com a contribuição de Gloria Anzaldúa (2000, 2021) ao afirmar que, em contraposição a episteme colonizadora enrijecida, o conhecimento é aquilo que está na vida, na relação mútua entre as mulheres, com a cultura e com a experiência. Por isso, nestas linhas me proponho a tecer sobre as epistemes contra-hegemônicas que resistem ao sistema de mundo moderno-colonial. Costuro essa escrita enquanto feminista, professora, psicóloga social e fronteira que se debruça no campo dos feminismos descolonizadores, partilhando modos de vida com as mulheres.

Neste texto, estabeleço diálogo com e a partir do território fronteira de Mato Grosso do Sul (MS), no qual há relação entre as cidades de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) e das fronteiras de Corumbá (BR) e Puerto Quijarro (BO). Nesses territórios, pelos quais percorri caminhos e estabeleci moradas e afetos, pude acompanhar diversas aproximações entre as pessoas das cidades. Compartilhei também os modos de ser, os sentidos e as linguagens que, de certo modo, construíram um forte elo entre as formas de vida e de comunidade.

Portanto, a fronteira é descrita nestas linhas enquanto categoria que vai além do território fronteira geográfico, pois também se trata de dimensões simbólicas, subjetivas, práticas, sociais e culturais das pessoas

²¹ Doutoranda em Psicologia Social (UFMG). CV: <http://lattes.cnpq.br/0211386705966600>

que se inserem neste contexto e expõe a multiplicidade de um território e povo. A fronteira se expande para além dos contornos físicos, dos limites territoriais, da linha seca que separa os países. Nela estão presentes os afetos, os laços e relações de amor e amizade que se reproduzem, modificam, rompem, reinventam. Ela pode se constituir enquanto um espaço de atritos, contradições e solidariedades, pois ao tempo que as identidades são integradas neste meio, também podem ser recusadas (SOUZA, 2014). Vivenciar este limiar ou este entre-lugar (FERRAZ, 2010) significa querer pertencer a dois espaços simultaneamente e, ao mesmo tempo, passar investidas de integração e recusas constantes. Logo, a fronteira aproxima e separa, produz identidades e identificações, sentidos, trocas, conflitos, afetos e desafetos. Isso faz, conforme afirmam Silva, Neto e Mariani (2017), com que seja adquirida nesta relação “uma dinâmica própria” atravessada por arranjos de cunho simbólico.

Os territórios fronteiriços apresentam a dimensão da complexidade que se coloca em viver-estar nesta fronteira historicamente colonizada. Anzaldúa (2021) tece sobre as identidades fronteiriças, compreendendo que as fronteiras extrapolam dimensões apenas geográficas, políticas e econômicas e se constituem, principalmente, a partir de dimensões simbólicas complexas identitárias, imbuídas de sentidos e significações que constituem o ser-estar-viver neste contexto.

No cerne da perspectiva elencada pela autora observamos sua crítica em relação ao binarismo epistemológico e a constatação de que os marcadores das diferenças são espaços de poder. É neste percurso, que ela busca ultrapassar este lugar da diferença fixa, binária, assimilacionista, para construir um feminismo migratório e interseccional (COSTA; ÁVILA, 2005). Em seus escritos denuncia a complexidade de viver entre-fronteiras como as de cor, sexualidade, identidade, cultura, adquirindo assim a fronteira um caráter metafórico, onde são presentes as constantes mudanças identitárias. Logo, a fronteira é tão fluida que as diferenças se entrelaçam e se reformulam em algo novo (LOBO, 2015).

Anzaldúa movimenta seus escritos de forma híbrida e insubmissa, contrapondo-se constantemente às epistemologias dominantes. Para ela o ato de escrever é resistência e revela “os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla” (ANZALDÚA, p. 234, 2000). Como sinaliza a autora, é importante que a nossa voz ecoe até que se derrubem os muros sustentados pelas práticas engendradas, que continuam alimentando separações e exclusões. É preciso a promoção de novos saberes, que coloquem em xeque as binaridades e visões reducionistas presentes nas epistemes feitas a partir de uma visão branca, heteropatriarcal e capitalista.

Sueli Carneiro (2005) e bell hooks (2017) sustentam que comumente no engodo educacional as estruturas hegemônicas desvalorizam a noção de integridade e continuam reproduzindo a perspectiva de ruptura entre mente e corpo, público e privado, reforçando a ideia de separação e o distanciamento do cotidiano e da vida comunitária. Elas também se posicionam contra o colonialismo, o imperialismo e sobretudo, em relação ao monopólio epistêmico ocidental, trazendo à tona a importância de dialogar por meio da realidade visando transformá-la.

A intelectual Sueli Carneiro (2005, p. 10) já nos apontava que o epistemicídio é um dispositivo que produz “estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, (...) e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca”. Esta afirmação nos leva a compreender que tais estratégias são estendidas para grupos de mulheres latino-americanas que constantemente vivenciam investidas patriarcais violentas em relação aos seus corpos e para quem o acesso aos meios acadêmicos foram historicamente negados.

Neste capítulo, portanto, procuro questionar as epistemologias calcadas através do discurso universal e que serviram/servem, por vezes, para a exclusão das narrativas e histórias das vozes fronteiriças, lésbicas, bissexuais, transexuais, negras e chicanas. A busca é de dialogar com as autoras

e de refletir coletivamente sobre as sutilezas, os conflitos e as angústias que ecoam a partir das suas próprias vivências e construções coletivas.

Como reitera Lélia Gonzalez (2020) constantemente somos retratadas a partir de um sistema ideológico de dominação, dentro de um sistema patriarcal, que também tende a nos infantilizar, reduzindo-nos às condições biológicas e negando-nos o direito de construir nossas próprias narrativas. Gonzalez (2020) também destaca que o feminismo latino-americano precisa estar articulado com o caráter multirracial e pluricultural da sociedade. Portanto, quando me proponho a refletir sobre a experiência das mulheres, também busco articular com os marcadores de raça, classe, gênero, sexualidade e território.

EM BUSCA DE UM NOVO VOCABULÁRIO POLÍTICO E DE VIDA

Ao mencionarmos as múltiplas expressões da categoria ‘mulher’, convém citar a notabilidade das epistemologias feministas afrocentradas e descolonizadoras que têm se debruçado principalmente em críticas a dualidades, binaridades e categorias construídas a partir de um único olhar eurocêntrico. Isso é apresentado pelo feminismo decolonial de Maria Lugones e de pensadoras lesbofeministas como Ochy Curiel e Yuderkys Espinosa Miñoso; as pensadoras e escritoras negras brasileiras, como a Lélia Gonzalez e a Sueli Carneiro; as pensadoras e feministas negras e do movimento de cor estadunidenses como Patrícia Hill Collins, bell hooks e Audre Lorde e ainda as que tecem sobre o feminismo chicano e as identidades fronteiriças, como o fez Gloria Anzaldúa. Cito aqui algumas intelectuais que elaboraram críticas potentes, acompanhadas de um discurso autobiográfico e de experiência pessoal, como forma de denunciar os resquícios da colonialidade, que ratificam práticas hegemônicas sexistas, racistas e heteropatriarcais.

Oyèrónké Oyěwùmí (2004, 2020) também é uma autora imprescindível à perspectiva decolonial, pois traz uma análise importante em relação à universalidade da categoria de gênero, a partir de uma crítica

africana. Ela afirma que os conceitos iniciais construídos na égide das postulações feministas, são oriundos da base de estudos da família nuclear-patriarcal-ocidental – o homem enquanto provedor, a/o filha/o e a mulher (mãe) cuidadora – portanto é destes lócus que partem algumas teorizações feministas estruturalistas.

A autora nos leva a refletir acerca das proposições de feministas brancas e discorre a respeito da importância de se ampliar o lócus desta observação, desconstruindo as teses discursivas e históricas a respeito da constituição da “família” e nos apontando as diversas outras formas de expressão da sexualidade. As famílias podem ser monoparentais, pluriafetivas, poliafetivas, expressões de casais LGBTQIA+, dentre várias outras formas de composição. Oyèwùmí (2004) destaca, portanto, as várias expressões de família inscritas em diversas culturas e que apresentam formas dinâmicas de se apresentar, flexíveis e fluídas. Em estudos realizados sobre a organização das famílias Iorubás, ela diz que nessas famílias geralmente “os relacionamentos são fluidos, e papéis sociais, situacionais” (2004, p. 6) e não se reduzem as caixas definidoras comumente calcadas pelos estudos de gênero ocidocêntricos.

Patrícia Hill Collins (2019) também sinaliza a necessidade de romper a barreira da suposta neutralidade científica, através da construção de um discurso crítico-político frente à lógica patriarcal, racista, classista e sexista. Em seus escritos, ela destaca a relevância das mulheres negras no meio acadêmico, e critica as estruturas ocidentais de validação do conhecimento. Para isso, ela faz uso do conceito de *matriz de dominação*, o qual caracteriza a organização social onde as opressões interseccionais têm origem (COLLINS, 2019, p. 368). A autora afirma que as mulheres negras utilizaram-se de músicas, literatura e conversas como forma de construção da consciência feminista negra, como resistência ao apagamento e limitação de suas ideias em instituições restritas a homens brancos.

Para tanto, ela reitera o valor da experiência e da sabedoria, em contraposição ao conhecimento, no qual, a sabedoria apresenta um valor fundamental como mecanismo de análise do conhecimento para

afro-americanas. Sustenta a importância do diálogo como critério metodológico na construção das epistemologias de raízes africanas e a valorização da emoção, da ética do cuidado e da responsabilidade em relação às vivências dos grupos; pois para além de construir reivindicações do conhecimento, também há certa responsabilidade pessoal em relação ao que está sendo proposto.

Convém destacar também a relevância dos escritos de Quijano (2005) que, no cerne da perspectiva decolonial, inicialmente apresentou a categoria *colonialidade do poder* para designar um padrão global de controle e dominação e os seus efeitos na América Latina. Tal análise foi complementada por Lugones (2014) que apontou a existência da dominação de gênero além da dominação racial e colonial sobre os povos, vindo a cunhar a categoria *sistema moderno-colonial de gênero*. Para a autora, a colonialidade de gênero e de poder estão imbricadas, sendo inseparáveis (LUGONES, 2014). Ela propõe que uma das tarefas do feminismo descolonial é superar a colonialidade e a dicotomia hierárquica de gênero, pois deste modo, é possível, a partir do desencantamento com a categoria “mulher” universal, construir um mundo renovado, próximo daquelas que resistem à diferença colonial.

Colaborando com o diálogo teórico e epistêmico citado ao longo do texto, e em consonância com a visão política dos feminismos contra-hegemônicos, a antropóloga Lila Abu-Lughod (2018) destaca a importância da denúncia feita por mulheres chicanas, terceiro-mundistas e mulheres de cor a respeito da categoria ‘mulher’. Foram essas mulheres que sinalizaram as diferenças e singularidades que existem nessa categoria. Elas nos levaram, dessa forma, a ir além da categoria mulher e colocaram-nos frente a uma categoria múltipla, como ‘mulheres’.

Para Lina Abu-Lughod (2018), tais contribuições feministas poderiam oferecer benefícios ao campo das ciências humanas. Uma delas é de que o indivíduo está sempre em elaboração, não apresentando uma identidade fixa ou natural - e isso dependerá da cultura que permeia e constrói suas relações. A autora nos convida, dessa forma, a abandonar

a dualidade e os binarismos; a concepção de que as identidades são fixas, de que há oposições entre ‘eus’ e ‘outros’. Não há, como ela mesmo destaca, identidade de mulheres como um si-mesmo (ABU-LUGHOD, 2018, p. 296); as culturas, são diversas, porosas, podendo variar, inclusive o sentido de masculino e feminino de cultura para cultura.

A escrita contra a cultura pode ser construída a partir da dialógica. Em seu trabalho com as mulheres beduínas, Lila elabora o texto com a presença contínua das mulheres e das falas destas. Elas não são apenas coautoras do livro; são protagonistas, caminham junto com Lila. Para a autora, outra forma pensada para dirimir a distância entre o ‘eu’ e ‘outro’ pode ocorrer através de estratégia textual. Por isso, Lila sugere a proposta de uma ‘etnografia do particular’, que segundo ela, provoca os conceitos de cultura, quais sejam, homogeneidade, coerência e sincronia. Finalmente, creio que dentre as contribuições importantes de Lila Abu-Lughod (2018) é a de contestar a escrita que representa o ‘outro’ afastado, retratado por aqueles que detém o poder em suas mãos.

Convém destacar que para contribuir com a mudança social, proposta pela perspectiva descolonial, é necessário que se valorize os conhecimentos e práticas que têm lugar na América do Sul, na África e países asiáticos, para que se possa promover a descolonização das epistemologias e que sejam criados modelos teórico-práticos que considerem as peculiaridades de países com histórico de colonização.

Neste sentido é que se propõe, para além das atitudes políticas e econômicas, uma mudança nas epistemologias estudadas e nas práticas efetivadas nos países da periferia, deixando-se de utilizar conceitos produzidos nas metrópoles e valorizando-se aqueles produzidos nos países ex-colônias, promovendo-se assim o que se chamou de Giro Decolonial (BALLESTRIN, 2013).

Frente ao desafio de promover a decolonialidade e a descolonização dos saberes, é importante que se valorize a prática libertadora também proposta por Paulo Freire (1974) em todas as áreas do conhecimento, para que se construa uma sociedade mais justa e igualitária. Neste sentido,

é preciso desconstruir os mitos fundantes da ordem opressora, de que há possibilidade de ser livre dentro das estruturas capitalistas, coloniais e de tradição burguesa, de que há possibilidade de escolha individual e independente de contingências sociais das atividades laborais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do feminismo descolonial e comunitário é possível ter a troca mútua entre as mulheres e o convite ao exercício da ação política e coletiva. É uma ação direcionada à transformação do mundo, através do questionamento de dicotomias, relações hierárquicas, modelos hegemônicos e separatistas que constituem e servem ao projeto moderno-colonial. Descolonizar os nossos imaginários, a autonomia de nossos corpos, a nossa sexualidade, bem como os conceitos e categorias que nos constituem, inclusive pela liberdade de criar outros, se coloca como um papel importante nesta visão de mundo (PAREDES, 2015).

Portanto, busca-se partir do pressuposto de que a Psicologia possa ser (re)construída através de vivências com as pessoas que constituem a comunidade contrapondo-se às relações hierárquicas que tornam enrijecido o diálogo neste meio. A proposta é de construir uma Psicologia que esteja preocupada com a libertação dos povos e com a transformação social.

Isso se faz necessário, sobretudo ao considerarmos que cabe à Psicologia Social, se contrapor à dependência colonial e imperialista (MAYORGA, 2014) e promover um diálogo e aproximação com as vivências, sentidos, linguagens produzidas pelos povos latino-americanos. Isso significa dizer que a Psicologia Social atrelada ao feminismo descolonial e às epistemologias fronteiriças pode promover um diálogo visando a libertação e resistindo às diferenças coloniais (LUGONES, 2014) por meio das trocas e sentidos criados pelas mulheres na própria comunidade.

Com isso, foram apresentadas neste capítulo as reflexões elencadas, com a proposta de descolonização e construção de novos saberes que possam contribuir no campo da Psicologia Social. A proposta é de que possamos promover práticas críticas e libertadoras através de um novo

vocabulário político e de vida, pois é por meio do reconhecimento das diferenças coloniais no nosso lugar de opressão que poderemos nos encontrar, construindo uma nova consciência.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, L.; REGO, F. C. V. S. do; DURAZZO, L. A Escrita contra a cultura. Equatorial – **Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. DOI: 10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, ISSN 1806-9584, v. 8 n. 1, 2000.

ANZALDÚA, G. **A Vulva é uma Ferida Aberta e Outros Ensaios**. Trad. de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Aug. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3X-dYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 dez. 2021.

CARNEIRO, S. A. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, P. H. **Epistemologia Feminista Negra** in: Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, C.; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Rev. Estud. Fem.** vol.13 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300014>. Acesso em: 19 nov. 2021.

FERRAZ, C. B. O. Entre-lugar: apresentação. **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 1, n. 1, p. 15-31, 1º sem. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/viewFile/610/406>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Zahar, 2020.

hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LOBO, P. A. C. **Chicanas em busca de território**: A herança de Gloria Anzaldúa. Doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura (Estudos Americanos). 2015. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de Estudos Anglóxicos.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis. Set Dez, 2014.

MAYORGA, C. Algumas contribuições do feminismo à Psicologia social comunitária. Athenea Digital. **Revista de Pensamiento e Investigación Social**, vol. 14, núm. 1, enero-abril, 2014, p. 221-236 Univer-sitat Autònoma de Barcelona Barcelona, España.

OYĚWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Original: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms**. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, pp. 1-8 por Juliana Araújo Lopes, 2004.

OYĚWÙMÍ, O. Feministas e o desafio das epistemologias africanas. in HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PARADES, J. C. Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). **Bolivian Studies Journal /Revista de Estudios Bolivianos**, doi: 10.5195/bsj.2015.144, vol. 21, 2015.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina**. A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências sociais. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

SILVA, J. A.; NETO, A.F.O; MARIANI, M. A. P. Reflexões sobre o acesso à saúde na fronteira Corumbá (BR) e Puerto Quijarro (BO). **Revista GeoPantanal**, UFMS/AGB / Corumbá/MS - N. Especial – 79-95, 2017.

SOUZA, M. J. Fronteiras Simbólicas – espaço de hibridismo cultural, uma leitura de Dois irmãos, de Milton Hatoum. **Letrônica**, 7(1), 475-489, 2014. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2014.1.16655>.

SUBVERTENDO FRONTEIRAS: TRANSDISCIPLINARIDADE E TRANSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Aline Daniele Hoepers²²

Beatriz Zanetti Baratella²³

Danielle Verde dos Santos²⁴

Maria Christina Cyrino Guilmar²⁵

Maria Fernanda Constantino Oishi Pires²⁶

INTRODUÇÃO

O ingresso de profissionais da Psicologia nos espaços mais diversos que compõem as políticas públicas possibilitou, historicamente, a construção de visibilidade social e alcance de seus saberes e práticas não mais limitados aos campos tradicionais. Essa inserção vem permitindo a criação de intervenções psicossociais sensíveis às necessidades e à garantia de direitos da população de forma mais ampla e, ainda, a abertura e ampliação de canais de articulação com o Estado, alargando possibilidades de exercício da profissão (GUARESCHI, 2022).

As políticas públicas nas quais psicólogas e psicólogos têm participado – tais como, saúde, educação, assistência social e segurança pública – caracterizam-se por tensionamentos, limites e possibilidades. Fragmentação, sucateamento, burocratização e precariedades de diversas ordens não raro se fazem presentes. Simultaneamente, ações potencialmente

²² Pós-doutoranda e doutora em Psicologia (UEM). Psicóloga Judiciária (TJSP). Docente (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/8832972242023413>

²³ Graduanda do curso de Psicologia (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/6975820527082009>

²⁴ Especialista em Psicologia Jurídica com Ênfase em Perícia Psicologia (IPOG). CV: <http://lattes.cnpq.br/6400210481090423>

²⁵ Graduada em Letras, Língua Portuguesa e Inglesa (FANELT-RJ). Graduanda do curso de Psicologia (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/2538695665202665>

²⁶ Graduada em Comunicação Social (ESPM-SP). CV: <http://lattes.cnpq.br/4830208660828045>

criadoras e atentas à transversalização da humanização e da integralidade, como princípios fundamentais, também são coletivamente gestadas.

Se, por um lado, atualmente há uma vasta produção científica sobre a inserção da Psicologia em políticas públicas, que acompanha o amplo ingresso das psicólogas e dos psicólogos nesses cenários, Yamamoto e Oliveira (2014) comentam que ainda carecemos de pesquisas e práticas que interroguem os sentidos assumidos por nossos saberes e fazeres no âmbito da sociedade capitalista. Nessa direção, uma questão fundamental que nos interpela é: sob a égide de um Estado neoliberal, quais as possibilidades de fortalecer a construção coletiva em detrimento do *modus operandi* individualista e fragmentário sistematicamente fomentado? Esse questionamento nos acompanhará ao longo do percurso aqui proposto.

Partimos do pressuposto de que subverter fronteiras entre disciplinas e setores, visando à efetivação de ações públicas efetivamente emancipadoras, não envolve, em nenhuma medida, a busca pela homogeneização de ações e concepções. Pelo contrário, assume-se a diversidade, as tensões, os encontros, as divergências e as possibilidades criativas existentes na complexa trama das políticas públicas. Assim, entendemos que operar de modo transdisciplinar e transetorial, fratura fronteiras: entre campos de conhecimento – seja entre as disciplinas científicas, seja entre elas e os conhecimentos populares; bem como entre setores sociais – de políticas públicas variadas que atuam junto ao problema, ou mesmo entre tais setores estatais e setores populares, como é o caso dos movimentos sociais – rumo a outros agenciamentos implicados com a pluralidade e interseção de vozes diante de problemáticas comuns.

Passos e Bastos (2000, p. 76) destacam que “a noção de transdisciplinaridade subverte o eixo de sustentação dos campos epistemológicos, graças ao efeito de desestabilização tanto da dicotomia sujeito/objeto quanto da unidade das disciplinas e dos especialismos”. Neste encontro tensionado, sob o enfoque transdisciplinar, “a potência da multidão é o que faz com que o dispositivo grupal funcione, desfazendo capturas e contagiando no sentido do aumento da potência” (RAUTER, 2015, p.

51). De modo similar, na perspectiva transetorial, “com as redes sociais essas organizações e os diversos atores sociais são articulados, viabilizando a participação e a democratização [...] na construção de novos saberes” (JUNQUEIRA, 2000, p. 40).

Em diálogo com essas concepções e entendendo que a Psicologia deve se comprometer com a criação conjunta de alternativas que viabilizem a concretização de direitos sociais, este capítulo objetiva discutir criticamente o potencial transdisciplinar e transetorial das e nas políticas públicas. Para isso, por meio de pesquisa de natureza teórico-reflexiva qualitativa, apostamos em um posicionamento teórico-metodológico que articula contribuições advindas da Psicologia Social e outras Ciências Sociais e Humanas no intento de tecer as reflexões que seguem.

CONFLUÊNCIAS ENTRE SABERES: CONSTRUINDO OLHARES TRANSDISCIPLINARES

No transcurso do processo histórico de emergência das ciências e profissões, agregam em seu bojo arcabouços teóricos e metodológicos que delinham suas especificidades e suposto “domínio homogêneo de estudo” (JAPIASSU, 1976, p. 72). As áreas do conhecimento, partindo dessas suas singularidades, passam a estabelecer diálogos, críticas, tensionamentos, rechaços, (co)construções e outras formas de relação, ou ainda, posicionam-se como disciplinas detentoras de uma suposta totalidade do conhecimento sobre seu objeto de estudo e/ou intervenção, a qual dispensaria articulações ou composições heterogêneas.

Os termos multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade refletem, por conseguinte, possíveis formas de relação entre as disciplinas frente aos desafios nada unidimensionais que se apresentam às áreas do conhecimento, como respostas possíveis à disciplinaridade, que, tal como discorre Japiassu (2016, p. 4), preconiza “unificar o que é múltiplo, eliminar tudo o que fornece desordens e contradições em nosso entendimento”.

Na primeira perspectiva, a multidisciplinar, cada área possui uma perspectiva específica sobre o problema em análise, sendo ele abordado de maneira independente, sem um trabalho coordenado ou articulado. Nela, refletem fragmentos de conhecimentos limitados a cada área do conhecimento. Para Roquete *et al.* (2012), essa hiperespecialização é fruto do pensamento positivista e tecnológico do século XIX, em que a divisão do conhecimento é como o próprio modo de produção capitalista. Desse fragmentar de conhecimentos, desponta a imobilização da compreensão e reflexão sobre a realidade, diante da qual se perde a capacidade de uma visão mais ampla e integrada. Pereira (2014) comenta que, na multidisciplinaridade, ainda que variadas disciplinas se agreguem entorno de um tema ou demanda comum, não se estabelece um envolvimento entre elas, limitando-se a mero agrupamento.

Já na abordagem interdisciplinar, os saberes interatuam em cooperação, isto é, algum grau de relação entre elas passa a se fazer presente, segundo Oliveira (2021). Na interdisciplinaridade, os campos de conhecimento organizam-se em disciplinas específicas – visto que cada área é demarcada por sua especialidade –, mas que se abrem para o diálogo e a interação diante de um objetivo comum. Gattás e Furegato (2006, p. 325) pontuam que seu objetivo é “promover a superação da visão parcelar de mundo e facilitar a compreensão da complexidade da realidade”.

A transdisciplinaridade propõe, por sua vez, uma mudança mais radical na maneira como os saberes e fazeres entram em relação frente aos problemas multifatoriais que a eles são colocados. Sua concepção enseja uma integração ou composição, que acolhe a heterogeneidade de formas de compreender e/ou atuar no mundo. De acordo com Tavares *et al.* (2012, p. 3), “ela supõe não permanecer, mas passar além”, ou seja, a cooperação promove algum nível de produção conjunta, que extrapola fronteiras. As dimensões da problemática, foco do estudo e/ou intervenção, são reconhecidas em sua complexidade e a partir de olhares plurais, integrados e não homogêneos. Nicolescu (1999) acentua que a transdisciplinaridade “diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo

entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina” (p. 11, grifos do autor).

Sob esse entendimento, aposta-se no pluralismo epistemológico, que favorece o diálogo entre os saberes populares e científicos, ampliando seu conhecimento. Para Freire (1987, p. 68), “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”. Podemos refletir que, na confluência de concepções de mundo, os sujeitos (e não mais objetos de pesquisa/intervenção), usuários dos serviços que integram políticas públicas, ao participarem ativamente da produção de conhecimentos e práticas, podem reconhecer seu pertencimento na ampliação de horizontes no enfrentamento aos problemas que impactam sua existência. Como salienta Xavier (2015), os seus conhecimentos relativos à experiência cotidiana são inseridos em uma dimensão de valorização e não mais de silenciamento, como comumente acontece.

Roquete *et al.* (2012) afirmam que, na transdisciplinaridade, há um processo de validação da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes. Possibilita uma abertura as mais variadas perspectivas, acolhendo o desconhecido e o inesperado, já que reconhece e tensiona olhares até mesmo contrários. Multi e interdisciplinaridade são incorporadas, mas superadas, na transdisciplinaridade, a qual é potente em favorecer a dinamicidade dialógica entre as ciências, a arte, a cultura e tradições.

Por tudo isso, compreendemos que a transdisciplinaridade se explicita como importante ferramenta às políticas públicas, ao favorecer um manejo articulado e interessado nas demandas em sua multidisciplinaridade e interseccionalidade.

Nós concebemos a ‘interseccionalidade’ como um conceito que denota os efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis que advêm quando eixos de diferenciação múltiplos - econômico, político, cultural, físico, subjetivo e experiencial – se interseccionam em contextos historicamente específicos. O conceito ressalta que as diferentes dimensões da vida social não podem ser separadas em

vertentes discretas e puras (BRAH; PHOENIX, 2017, p. 662-663).

Sob esse enfoque, os processos psicossociais e os processos de subjetivação são concebidos e trabalhados a partir de seus mais variados atravessamentos sociais, subvertendo reducionismos e essencialismos.

Nos setores públicos, frequentemente as pessoas e seus processos psicossociais são divididos por conhecimentos e em categorias, como comenta Inojosa (2001). Há, inclusive, uma hierarquia verticalizada e piramidal, que afirma o paradigma que segmenta e reduz, o qual deve ser superado. A autora nos convida a seguinte reflexão: “Como poderemos superar aquele paradigma da disjunção, da separação, da clausura e da redução, e transitar para o paradigma de compreensão da diversidade e, mais que isso, da produção de nova perspectiva a partir dessa diversidade?” (p. 106). Sigamos para a seção seguinte levando conosco os ecos dessa interpelação.

O QUE HÁ ALÉM DA SETORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As discussões tecidas na seção anterior, convoca-nos a ampliar o campo de visão, que compõe os cenários das políticas públicas. Refletir e atuar inter ou transdisciplinarmente convida aquelas e aqueles (que protagonizam os processos de construção e efetivação das ações públicas nos mais variados equipamentos de saúde, assistência social, educação e outros) a redimensionar – também – as políticas setoriais que atendem a população em suas necessidades multifatoriais.

Argumentamos que, na inter e na transetorialização, o potencial não se volta apenas à busca pela superação de ações focalistas e sobrepostas por parte de variados setores públicos, como também e fundamentalmente à garantia de direitos como condição concreta e integral, potencializada por um trabalho em rede.

A ideia de rede nos remete a uma construção complexa formada por múltiplos fios, que se entrelaçam e se conectam numa teia horizontal, capilar, transversal. [...]. A atuação integrada em redes possibilita que fenômenos sociais sejam considerados em sua pluralidade e trabalhados em suas mais diversas facetas (HOEPERS; TOMANIK, 2018, p. 135-136).

Em alinhamento a essa concepção, compreendemos que refletir sobre garantia de direitos culmina no questionamento do cenário atual: temos respeitado a diversidade da população, levando em consideração as estruturas sociais que transversalizam, afetam e constituem suas condições de vida singulares?

Nas práticas e situações cotidianas, emergentes no bojo das políticas públicas, em que se manifesta o reconhecimento dos efeitos interseccionais nos processos psicossociais e de subjetivação, podemos entender que, ali, expressa-se aberturas no instituído, a partir das quais se torna possível tomar distância de concepções focalistas, individualizantes e essencializantes. Assim, quando a atenção deixa de ser setorializada e assume uma composição inter ou transdisciplinar, estamos mais próximos da efetivação da garantia de direitos, pela via de uma sensibilidade ético-política interessada na multidimensionalidade dos sujeitos e grupos que integram territórios comunitários, também múltiplos. Mas, afinal, o que distingue a intersetorialidade e uma proposta transetorial?

A intersetorialidade transcende as distintas políticas setoriais como uma abordagem de gestão, rompendo com os modelos fragmentados de administração em busca de uma nova orientação, visando superar a divisão por meio da integração das políticas públicas. Isso implica oferecer ações colaborativas entre diferentes políticas setoriais, com o propósito de promover a proteção e inclusão social, além de lidar com as diversas manifestações da problemática social (MEDEIROS, 2019).

Para Machado (2003), à medida que o mundo evoluiu, tornou-se mais intrincado, apresentando desafios e cenários inéditos, que o conhecimento especializado e fragmentado não consegue compreender, nem

as ações isoladas de setores conseguem resolver. Esse quadro coloca em destaque a necessidade do engajamento de diferentes setores e ações que se voltem a uma prática social inventiva, construída por meio de reflexões e práticas democráticas, configurando-se, então, como uma estratégia que promove a democratização.

No entanto, Schutz e Mito (2010) apontam que a adoção de um modelo intersetorial é um grande desafio, ao passo que se observa a configuração fragmentada e desarticulada das políticas públicas brasileiras, que impossibilita o atendimento das necessidades da população em sua integralidade. Além disso, esse caráter segmentário das políticas públicas enfrenta obstáculos na realização efetiva dos direitos sociais, os quais dependem da atenção às diversas necessidades sociais e psicossociais interconectadas. Como resultado, a população que utiliza os serviços públicos é prejudicada pela falta de integração nas ações públicas. As demandas das pessoas usuárias são direcionadas de um setor para outro, sem alcançar a satisfação abrangente de suas necessidades. Para mais, ressaltam também a duplicidade de ações que o público enfrenta, tendo muitas vezes que se cadastrar em diversos serviços, evidenciando a falta de coordenação entre as ações dentro de uma mesma política e entre diferentes políticas, resultando na prestação de serviços menos efetivos para a população.

Em paralelo a isso, Carmo e Guizardi (2017) também observam que, apesar de ser fundamental para os objetivos da gestão pública, a abordagem intersetorial ainda enfrenta obstáculos para sua articulação. Os elementos não se concretizam totalmente ou não alcançam a abrangência esperada, conforme delineado nos marcos regulatórios da seguridade social e de cada política específica.

Lançando o olhar para a capacitação, formação técnico-científica e prática profissional, aquelas autoras destacam a relevância de envolver as/os estudantes no território das pessoas, de forma a criar vínculos e junto a elas construir conhecimentos críticos. Concomitantemente, apontam a falta de abrangência social de pesquisas realizadas nas uni-

versidades e falta de interlocução entre esferas como saúde e educação, onde poderiam ser criados espaços de uma cultura intersetorial.

Além disso, as autoras salientam as dificuldades encontradas com o isolamento de funcionárias/os da burocracia estatal, atuando simultaneamente como uma objeção à intersetorialidade e sendo indicativo da dificuldade em adotar uma postura mais dialógica e interações mais horizontais na gestão pública. Gestoras/es e trabalhadoras/es tendem a, de maneira involuntária ou intencional, preservar suas especialidades e proteger seus espaços pessoais, mantendo a impermeabilidade de seus setores e das oportunidades de interação interpessoal.

Para mais, faz-se necessário esclarecer que a intersetorialidade não deve ser encarada como uma iniciativa isolada de profissionais ou equipes. Ela demanda decisões institucionais e políticas nos níveis de planejamento e execução, que rompem com a cultura política da segmentação. Dessa forma, o desafio reside na criação de fundamentos políticos e mecanismos intersetoriais que promovam a comunicação, a articulação e o desenvolvimento de uma nova cultura institucional entre órgãos e agentes públicos (WANDERLEY; MARTINELLI; PAZ, 2020).

Nesse panorama das dificuldades e dos desafios encontrados quanto à intersetorialidade das políticas públicas, uma mudança de paradigma se delinea, na qual a prática intersetorial pode alcançar uma dimensão transetorial, uma vez que “a transetorialidade integra saberes e experiências, estabelecendo um conjunto de relações e constituindo uma rede” (JUNQUEIRA, 2000, p. 43). Ainda, de acordo com o autor, “da rede pode resultar um saber intersetorial, ou mesmo transetorial, que transcende as relações intersetoriais na construção de novos saberes, de novos paradigmas” (p. 40).

Inojosa (2001, p. 104) enfatiza que, “na literatura, é possível encontrar os termos intersetorialidade e transetorialidade com o mesmo sentido: a articulação de saberes e experiências para a solução sinérgica de problemas complexos”. Segundo a autora, por mais que se use o prefixo “inter”, há uma crítica a ele, pois pode significar apenas a pro-

ximidade de saberes isolados, sem gerar articulação, enquanto o prefixo “trans” expressa melhor a ideia que quer se passar, ou seja, a complexidade da diversidade articulada.

É premente compreender que, se os problemas sociais precisam ser compreendidos e trabalhados numa lógica sistêmica e integral, na qual os aspectos sociais, políticos, culturais, regionais, individuais e coletivos se correlacionam, as atuações de agentes/órgãos precisam, também, ser pensadas e articuladas de igual modo, ou seja, contextualizado e integrado, possibilitando uma real mudança paradigmática. Como nos alerta Junqueira (2000, p. 2):

tal paradigma envolve uma nova concepção de mundo, que valoriza o pensamento intuitivo e não-linear e os valores de cooperação e parceria. Com isso, o poder mais apropriado é o da influência de outros, deixando seu exercício de ser hierárquico para ser em rede, onde se privilegiam padrões de relacionamento entre atores em uma determinada situação social. Essa visão enfatiza a interdependência, o pensamento sistêmico.

Aprender a dialogar, em vez de apenas reproduzir modos burocratizados de atendimentos, é necessário para que as políticas públicas sociais sejam, de fato, políticas efetivas, que estabeleçam redes relacionais e não apenas fluxos unidirecionais de atendimento/encaminhamento. Nesse enfoque, Inojosa (2001) propõe que – na formulação, realização e avaliação de políticas, programas e projetos intersetoriais ou transeoriais – dois pontos são imprescindíveis: focar em segmentos da população, com base regional; e preocupar-se com resultados e impactos. Todavia, a autora destaca que, para se trabalhar a partir de uma perspectiva de transeorialidade, insta que sejam observados quatro aspectos: “mudança de paradigma; projeto político transformador; planejamento e avaliação participativos e com base regional; atuação em rede de compromisso social” (p. 106).

Nessa concepção sistêmica de atuar, ainda de acordo com Junqueira (2000), as redes sociais manifestam-se como um conjunto de pessoas e organizações que se relacionam de modo a responder às demandas e necessidades da população, de modo integrado, respeitando, contudo, o saber e a autonomia de cada membro. Para a autora,

as redes constituem um meio de tornar mais eficaz a gestão das políticas sociais, otimizando a utilização dos recursos disponíveis. Ao preservarem a identidade de cada membro e sua competência na gestão dos recursos, fazem com que essas organizações se integrem, tanto na concepção das ações intersetoriais quanto na sua execução, para garantir à população seus direitos sociais (p. 40).

Nesse entendimento de rede social, os sujeitos se tornam conhecedores dos seus problemas e, ao mesmo tempo, definem objetivos coletivamente, de modo a alcançarem possíveis alternativas, não havendo apenas um modo unívoco de solucionar ou intervir, mas possibilidades, devires. Na visão de Junqueira (2000, p. 40), “quanto mais alternativas, maior a oportunidade dos membros da organização de se verem como sujeitos na construção solidária de sua rede”, pois “a criatividade e a compreensão são mais importantes que a certeza e a predição”.

Desse modo, atuar de forma transectorial implica compreender que “todos os atores da rede de proteção possuem expertises e qualidades particulares, cuja combinação possibilita a construção de soluções mais eficientes para problemas de grande complexidade” (FEUERWERKER; SOUSA, 2000 *apud* BUZATO, 2019, p. 91). Assim, para que haja uma mudança de concepção e ação, faz-se necessário que se desconstrua a tradicional atuação pública, pautada historicamente na fragmentação e setorialização de atribuições por órgãos/agentes públicos, e se estabeleça uma (re)construção nas maneiras de atuação, articulação e participação, que promova o acesso integral e efetivo às políticas públicas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao desafio de discutir criticamente o potencial transdisciplinar e transetorial das e nas políticas públicas, desponta à Psicologia, em (co)construção com outras áreas e setores, o permanente desafio de criar saberes e fazeres atrelados às demandas concretas da população, tal como nos ensinou Martín-Baró (1996). Acreditamos que a participação social, a sensibilidade interseccional, a territorialização e a integralidade se colocam como princípios fundamentais no transdimensionamento de nossa práxis ético-política.

A Psicologia tem passado por movimentos amplos e vem enfrentando embates bastante firmes em busca de uma posição de luta por direitos sociais e políticos, especialmente no campo da saúde, da educação e da assistência social como modo de possibilitar que a vida exista na diversidade e democracia (GUARESCHI, 2020, p. 12).

Nessa direção, é na ética do encontro criativo e da acolhida à diversidade que apostamos como caminho possível. Como nos ensinou Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 4): “Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluncia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. Intersetorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 11- 34 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6345/4930>.

BRAH, A.; PHOENIX, A. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade. In: BRAN-DÃO, I.; CAVALCANTI, I.; COSTA, C. L.; LIMA, A. C. A. (Orgs.). **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 661-752.

BUZATO, M. M. R. **Atuação resolutiva do Ministério Público do Trabalho na condição de promotor de políticas públicas: fortalecimento da transetorialidade como instrumento de efetividade na busca pela erradicação do trabalho infantil**. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Direito) - Universidade Católica de Brasília, 2019.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 1265-1286, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/wcqnQQKzjKH7jM4hyRDCYVc/abstract/?lang=pt>.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GATTÁS, M. L. B.; FUREGATO, A. R. F. Interdisciplinaridade: uma contextualização. **Acta Paul Enferm**, v. 19, n. 3, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/zcxLWkprCCXBFcghb5qfYcp/>.

GUARESCHI, N. M. F. Prefácio. *In*: AZAMBUJA, M.; CAMPOS, H. R. (Orgs.). **Políticas sociais, formação e atuação do psicólogo**. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2020. p. 10-13.

GUARESCHI, N. M. F. CREPOP 15 Anos: Políticas Públicas, Direitos Humanos e Compromisso Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: defesa e resistência**. Brasília: CFP, 2022.

HOEPERS, A. D.; TOMANIK, E. A. Psicologia e políticas públicas sociais: tecendo laços, construindo redes. **Revista Saber Acadêmico**, n. 26, 2018. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200122105254.pdf.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1976.

JAPIASSU, H. O sonho transdisciplinar. **Revista Desafios**, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/2555>.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 35-45, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6346>.

MACHADO, L. A. Construindo a Intersetorialidade. *In*: **Anais da IV Conferência Estadual de Saúde Mental**, n. 4, 2010, Florianópolis, SC. Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-documentos/conferencias-e-encontros/conferencia-estadual-de-saude-mental/textos/3153-construindo-a-intersetorialidade/file>.

MARTÍN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdjj/?format=pdf>.

MEDEIROS, J. Os desafios da intersetorialidade no âmbito do SUAS. **GESUAS**, 07 mar. 2019. Disponível em: <https://blog.gesusas.com.br/interseitorialidade-suas/>.

NICOLESCU, B. Um novo tipo de conhecimento – transdisciplinaridade. **Educação e Transdisciplinaridade**, 1º Encontro Catalisador do CETRANS - Escola do Futuro - USP, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, R. A. **Relações intersubjetivas e transdisciplinaridade**: as equipes profissionais e a implementação de políticas públicas. Tese (Instituto de Psicologia) - Universidade de São Paulo, 2021.

PASSOS, E.; BASTOS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/L7rpp3DHD4n8xsRdLVQkjTF/abstract/?lang=pt>.

PEREIRA, P. A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. *In*: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Orgs.). **A Intersectorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. p. 23-39.

RAUTER, C. Clínica Transdisciplinar: Afirmção da multiplicidade em Deleuze/Spinoza. **Revista Trágica**: estudos de filosofia da imanência, v. 8, n. 1, p. 45-56, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/tragica/article/view/26802>.

ROQUETE, F. F.; AMORIM, M. M. A.; BARBOSA, S. P.; SOUZA, D. C. M.; CARVALHO, D. V. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: em busca de diálogo entre saberes no campo da saúde pública. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 2, n. 3, p. 463-474, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-24886>.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SCHUTZ, F.; MIOTO, R. C. T. Intersectorialidade e política social: subsídios para o debate. **Sociedade em Debate**, v. 16, n. 1, p. 59-75, 2010. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/337/295>.

TAVARES, S. O.; VENDRÚSCOLO, C. T.; KOSTULSKI, C. A.; GONÇALVES, C. S. Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade. **Anais do 5º Interfaces no fazer psicológico**: direitos humanos, diversidade e diferença, 2012.

XAVIER, P. M. A.; FLÔR, C. C. C. Saberes populares e educação científica: um olhar a partir da literatura na área de ensino de ciências. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 17, n. 10, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/PjmFfjg5cHvJQKXySwRnZ4G/abstract/?lang=pt>.

WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L.; PAZ, R. D. O. Intersectorialidade nas políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**, n. 137, p. 7-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DPfFVvJzjDFYSzB9NWWHv7z/?format=pdf&lang=pt>.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Definindo o campo de estudo: as políticas sociais brasileiras. *In*: OLIVEIRA, I. F.; YAMAMOTO, O. H. (Orgs.). **Psicologia e políticas sociais**: temas em debate. Belém: Editora UFPA, 2014. p. 21-45.

O PROTAGONISMO DA POPULAÇÃO USUÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM GIRO DECOLONIAL

Aline Daniele Hoepers²⁷

Bianca Caroline Gonçalves Peixoto Rosa²⁸

Evelin Correia Gonçalves²⁹

Júlia Martins Silva³⁰

INTRODUÇÃO

A discussão sobre políticas públicas se insere no bojo da relação entre Estado, sociedade e capitalismo, tal como sugere Gonçalves (2010). Historicamente, as lutas populares e os movimentos sociais tiveram importante protagonismo na reivindicação e concretização de direitos sociais, os quais não são permanentes, o que exige a sistemática participação e luta social. As políticas públicas expressam, portanto, o potencial de garantir direitos e construir efetiva cidadania, como também, por outro lado, podem ser reduzidas a instrumento de regulação e controle da população pelo Estado a serviço da manutenção das desigualdades sociais.

Nesse complexo quadro, expressa-se uma importante questão: qual tipo de participação popular temos, enquanto Psicologia, fomentado: aquela que subordina as pessoas usuárias ou que coopera para sua emancipação?

²⁷ Pós-doutoranda e doutora em Psicologia (UEM). Psicóloga Judiciária (TJSP). Docente (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/8832972242023413>

²⁸ Graduada em Psicologia (UNOESTE). CV: <https://lattes.cnpq.br/0958763236530298>

²⁹ Pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal. CV: <https://lattes.cnpq.br/8856750794647925>

³⁰ Graduanda de Psicologia (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/8627024270849852>

Refletir sobre a Psicologia em interface com os múltiplos campos de políticas públicas demanda o acionamento de uma perspectiva historicizada e crítica quanto aos movimentos que foram e continuam sendo operados nestes espaços. A inserção das psicólogas e dos psicólogos em instituições que as compõem não informa apenas a emergência de cenários alternativos àqueles historicamente consolidados, em que imperavam práticas elitistas, mas também a necessidade da assunção de uma sensibilidade ético-política implicada com as demandas de populações oprimidas (HOE-PERS; PAIVA, 2023, p. 8-9).

Nessa direção, assumimos, aqui, uma posição de compromisso e interesse quanto às demandas de populações que historicamente foram (e continuam sendo) alvos de opressões articuladas. No cotidiano de atuação profissional, em órgãos das políticas de assistência social, saúde e educação – focos deste capítulo –, profissionais de Psicologia se deparam com problemas psicossociais variados, que informam a interseccionalidade das demandas vivenciadas pela população usuária.

Por interseccionalidade, sob a ótica proposta por Collins (2022), concebemos a articulação entre marcadores sociais de raça, etnia, gênero, sexualidade, classe, capacidade, nacionalidade e idade, presentes na vida concreta, que evidenciam tanto os processos de dominação e exploração vividos por povos subalternizados quanto os processos de resistência por eles criados. Na intrincada realidade concreta, “a localização social de indivíduos e grupos na intersecção das relações de poder determina suas experiências e perspectivas no mundo social” (p. 68).

O olhar crítico e cuidadoso voltado para nosso processo histórico permite colocar em relevo os processos de colonização e colonialidade que ainda reverberam seus efeitos no atual cenário. Segundo Dimenstein *et al.* (2022), a racionalidade e as práticas coloniais impostas capturaram a experiência, os saberes e os modos de

vida de alguns por meio de ferramentas ideológicas de manutenção de poder de outros, com fins de dominação. Nesse sentido, dispõem: “vivenciamos os efeitos dos processos de colonização na forma como os povos latino-americanos são compreendidos e apreendidos pelo saber científico, em particular pela Psicologia” (p. 3). Isso significa que a história da Psicologia na América Latina carrega em seu bojo os impactos do eurocentrismo, ou seja, ela é marcada por perspectivas heteropatriarcais, classistas e racistas.

Aliás, quais saberes foram silenciados pela voz unívoca do homem branco burguês, suposto detentor do saber? Quais vozes e corpos se tornaram inaudíveis e invisíveis diante do suposto saber corporificado como propriedade de algumas pessoas em detrimento do apagamento histórico de outras?

Dialogando com as contribuições de Grosfoguel (2016), que denuncia o modo como o privilégio epistêmico do homem branco ocidental foi construído, Menezes, Lins e Sampaio (2019) destacam:

O eurocentrismo, o racismo e o sexismo epistêmico compõem um campo de problemas importantes do mundo contemporâneo, pois tais posturas silenciam os saberes produzidos por outros corpos geopoliticamente localizados na periferia dos centros de referência ocidentalizados (p. 2).

Diante disso, faz-se premente refletir sobre os deslocamentos que a Psicologia tem operado e aqueles que ainda precisam ser construídos, visando a um processo de descolonização da própria ciência psicológica. Seus saberes e fazeres, forjados sob uma lógica colonial e violenta, devem passar por um processo de questionamento e desconstrução, dando concreto lugar à multiplicidade de vozes que compõem os complexos campos de pesquisa e atuação profissional. Sem um giro decolonial, a Psicologia seguirá cooperando para a manutenção do silenciamento de populações histórico-socialmente subalternizadas.

Partindo desse complexo quadro e refletindo particularmente sobre o âmbito das políticas públicas, compreendemos que é nos movimentos de resistência e reinvenção operados com a população usuária que a Psicologia deve se situar. Buscando compreender como os estudos elaborados no âmbito da ciência psicológica têm se posicionado quanto ao protagonismo (ou ao apagamento/silenciamento) da população usuária nos contextos de políticas de saúde, assistência social e educação, este capítulo, de natureza teórico-refletiva, assentou-se em levantamento bibliográfico em bases de dados, como SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e PePSIC (Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia), além de fontes complementares como capítulos, livros e artigos que integram o acervo pessoal das autoras.

A POPULAÇÃO USUÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ESTUDOS DA PSICOLOGIA

Tomando como ponto de partida, as bases de dados mencionadas acima, notamos que os estudos relativos ao protagonismo da população usuária de políticas públicas de saúde, assistência social e educação são ainda incipientes. Embora o número de trabalhos inicialmente localizados tenha sido significativo (69 artigos), tendo em vista nosso objetivo acima apresentado, ao empregarmos critérios de exclusão de textos repetidos, em língua estrangeira, de outras áreas do conhecimento diversas da Psicologia, e que não tratavam centralmente do tema protagonismo da população usuária das referidas políticas, foram eleitos 10 artigos.

A maioria dos trabalhos (COSTA; PAULON, 2012; PASSOS *et al.*, 2013; ANDRADE; VELÔSO, 2015; COELHO; VELÔSO; BARROS, 2017; PAULON; PROTAZIO; TSCHIEDEL, 2018; JOCA; NOBRE; SILVA, 2019; AQUINO; GOUVEIA; VALENTIM, 2021) apresentam relatos de experiências e/ou reflexões teóricas atinentes às práticas de cuidados no âmbito da saúde mental, seja na atenção básica de saúde ou em equipamentos especializados de saúde mental.

Percebemos que as/os autoras/es dessas produções, prevalentemente, dão destaque a práticas coletivas, como oficinas e recursos artísticos, em suas abordagens quanto ao protagonismo da população usuária.

Alguns outros estudos (SILVA; PRETTO, 2019; SILVA; XIMENES, 2019; ADERALDO; PELATTI, 2020) dão ênfase particularmente à interface entre juventude e protagonismo, seja em contexto educacional ou no âmbito intersetorial-comunitário mais amplo. Nesses estudos, também é notável o enfoque compartilhado que assenta as práticas discutidas, as quais colocam em relevo o exercício coletivo do protagonismo da juventude, atravessada por fatores interseccionais.

De modo global, a partir das publicações acima elencadas, notamos o destaque, operado de modo crítico, ao protagonismo da população usuária das políticas públicas. Seu exercício é caracterizado como: participação política e social; instrumento essencial na produção compartilhada de cuidado; elemento fundamental na prática da cogestão, indispensável na democratização dos serviços públicos; e eixo basilar da transformação social.

Ainda, alguns dos pontos problematizados no tecer das discussões, que entendemos merecer destaque, são: o ainda persistente esvaziamento da participação popular em espaços de decisão; a incipiente valorização do protagonismo das/os usuárias/os nas práticas de cuidado desenvolvidas pelas equipes técnicas; e o silenciamento da população usuária nas tramas de poder existente nos cenários das políticas públicas.

Alguns dos estudos também tematizam a necessidade de que a Psicologia se implique na revisão de seus aparatos teórico-metodológicos de modo a fomentar a participação das pessoas usuárias das políticas públicas, as quais, ao serem inseridas em práticas de (co)construção de cuidado comunitário, se deslocam de um lugar de passividade – onde são comumente caracterizadas como “pacientes” – para um lugar de interdependência e autonomia participativa – onde passam a ser concebidas como sujeitos políticos.

Os aspectos tensionados pelos estudos ora abordados e, por outro lado, a presença de uma lacuna sobre o protagonismo na maioria dos estudos gestados no âmbito das políticas públicas, faz-nos levantar alguns pontos de merecem destaque em novas pesquisas e nas atuais e futuras práticas de atuação profissional das psicólogas e dos psicólogos nos mais diversos equipamentos que integram as políticas de saúde, educação e assistência social.

Um primeiro ponto se refere ao fato de que o fomento ao protagonismo dos sujeitos e coletivos não deve ser mera abstração contida no âmbito das normativas que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Educação Pública. Não basta a participação social ser garantida legalmente, é preciso que o protagonismo se efetive, na prática diária, como participação sócio-política das pessoas usuárias, em parceria com as/os trabalhadoras/es, voltada ao enfrentamento dos problemas concretos que as afligem.

De modo correlacionado, um segundo aspecto diz respeito à necessidade de que o protagonismo da população usuária seja acolhido em sua diversidade e nas mais variadas dimensões que compõem as políticas públicas. Isso significa que não se deve esperar ou delinear modelos de participação social, limitados a instâncias específicas, como conselhos e conferências – os quais, embora importantes, não são os únicos nos quais a participação social pode se estabelecer. A acolhida à diversidade e heterogeneidade da participação popular em espaços variados (de elaboração, execução e avaliação) das políticas públicas é urgente, caso nossa intenção seja, de fato, a concretização de ações públicas democráticas.

Não menos importante, um terceiro ponto, articulado aos aspectos anteriores, informa a indispensabilidade de que a população usuária das políticas de saúde, assistência social e educação sejam reconhecidas e respeitadas em seus atravessamentos de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, deficiência, localização geográfica e outros

marcadores sociais intrincados. Inserir a concepção interseccional no cotidiano das políticas públicas desponta como elemento fundamental para que não prossigamos operando ações que invisibilizam e silenciam os sujeitos em suas singularidades, fragilidades e potencialidades.

Acreditamos que os eixos, acima abordados, devem constituir os compromissos da Psicologia, assim como das outras disciplinas que com ela dialogam no âmbito das políticas em questão, em meios às lutas cotidianas, as quais devem se voltar às necessidades da população. Vale lembrar que, em diversas obras, alertou-nos Martín-Baró (1996, 2017, 2022): é a partir das necessidades reais das maiorias populares, que a Psicologia deve estar posicionada rumo à superação da alienação dos povos e à transformação das condições que oprimem e mantêm desigualdades e sofrimentos.

REFLEXÕES E DESAFIOS A PARTIR DA PSICOLOGIA CRÍTICA: A POPULAÇÃO USUÁRIA PROTAGONIZANDO AS AÇÕES

As discussões abordadas na seção anterior convidam-nos a promover alguns deslocamentos, que poderão se configurar como diretrizes ao exercício profissional ético-político da Psicologia em interface com outras áreas, como Serviço Social, Pedagogia e Ciências da Saúde, rumo à consolidação de políticas públicas de assistência social, educação e saúde garantidoras de direitos sociais. Para tanto, entendemos necessário partir de uma perspectiva decolonial, que interrogue dinâmicas excludentes e processos naturalizados de apagamento de alguns corpos, os quais mantêm intactas as estruturas que criam e perpetuam desigualdades sociais.

A existência das pessoas que acessam equipamentos de saúde, saúde mental, proteção social e educação pública são rotineiramente marcadas por dispositivos de correção, controle, disciplina, classificação, ajustamento e assujeitamento. Historicamente a Psicologia – embora não apenas ela – acumpliciou-se a tais práticas, ao passo

que, desde suas origens, “esteve atrelada a uma maquinaria colonial que produziu certos modos de intervenção e cientificidade, que desconsidera e invisibiliza a multiplicidade histórico-cultural latino-americana” (DIMENSTEIN *et al.*, 2022, p. 3). Nessa toada, a Psicologia reproduziu – e persiste, em alguns contextos, reproduzindo – o ideário colonial, que estabelece o homem branco europeu como referência de humanidade, restando aos demais sujeitos (marcados pelas desigualdades de gênero, sexualidade, classe, raça e outros marcadores), a condição de subumanos.

Não raro, em equipamentos públicos de assistência social e de saúde, notamos profissionais de Psicologia operando práticas clínicas tradicionais, com fins de ajustamento e adaptação da população usuária, por meio de relações verticalizadas e clientelistas. Alves *et al.* (2022) refletem que:

O campo de atuação em que o psicólogo está inserido e pode desenvolver seu trabalho é diversificado e amplo, embora, ainda hoje, em alguns lugares seja visto como sendo apenas capaz de ofertar atendimentos com modelo clínico. Isto acaba por limitar as possibilidades de atuação desses profissionais nas redes de apoio e na articulação dessas com as populações (p. 210).

Pautando-se em modelos burocratizados e essencializantes de atuação, as/os profissionais promovem não apenas a mera transposição de práticas incompatíveis com as particularidades das populações atendidas, como também colaboram para que as estruturas opressivas, que fundamentam as opressões que impactam a vida da população, não sejam questionadas e, assim, persistam naturalizadas como dimensões desconectadas das exclusões e sofrimentos vividos pelas maiorias populares.

Quanto a isso, Yamamoto (2007) reflete que a “questão social” dimensiona-se, justamente, como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos emergentes no bojo da sociedade capitalista

desigual. Em diálogo com esse autor, Senra e Guzzo (2012) comentam que, nas práticas psicológicas, faz-se necessária a “compreensão das repercussões das questões estruturais da sociedade no cotidiano das comunidades atendidas e de uma reflexão sobre a atuação do profissional de Psicologia nos contextos institucionais públicos” (p. 298).

Compreendemos que esse cuidado ético-político, que coloca em destaque uma sensibilidade interseccional diante das contradições, vulnerabilidades e violações vividas pelas pessoas, é indispensável para que uma escuta cuidadosa dos sujeitos, grupos e territórios se estabeleça. Será nesses encontros horizontais que surgirão as possibilidades para que eles/as não sejam lidos/as como meros objetos de intervenção de um suposto saber; ali, no encontro sustentado pela produção de cuidado, é que serão dinamizadas as estratégias coletivas de promoção de saúde, participação social e protagonismo. Concordamos com Tafarello e Ansara (2015) quando sinalizam que

Esses atores sociais, que são sujeitos ativos, e não apenas “assistidos”, têm o direito e a capacidade de tomar decisões sobre o que lhes diz respeito e, ao mesmo tempo, têm o compromisso de agir sobre a sua realidade. O papel dos profissionais, nesta perspectiva, não é o de interventor-especialista (alguém de fora que define o que deve e como deve ser feito), mas de um “catalizador” das transformações sociais (p. 208).

Para mais, em que pese existir alguns espaços formais de participação popular, importante se faz transversalizar os processos de (co)construção com a população nas mais variadas dimensões, criando possibilidades concretas para que a promoção de saúde e participação social estejam atreladas às demandas vivenciais das pessoas, grupos e comunidades em questão. A propósito, Chassot e Silva (2015) nos advertem que, em inúmeras circunstâncias, “cria-se uma fachada de gestão participativa, em assembleias que pouco decidem, o que apenas alimenta a desilusão dos usuários com a par-

ticipação social e enfraquece a crença em sua própria capacidade de decisão e atuação política” (p. 142).

De modo diverso, acreditamos que espaços como conselhos de direitos, conferências participativas, fóruns de debates e grêmios estudantis devem ser desburocratizados e ressignificar os sentidos de interdependência e participação sócio-política, como também outros cenários devem ter como eixo fundamental o pertencimento da população nos processos decisórios e de produção de cuidado. Nesse escopo, a Psicologia não mais pode ser conivente ou produtora de modos de atuação que silenciem as vozes daqueles que protagonizam as políticas públicas. Deve investir em dinâmicas de atuação em que

O sujeito é tido ao mesmo tempo como ator e autor da história do meio que o cerca, possuindo a capacidade de modificar o contexto que habita a partir das interações sociais que estabelece com esse espaço. As interações estão mediadas pela linguagem que, por sua vez, garantem ao ser humano o caráter ativo no processo de atribuir sentidos aos espaços e às experiências que vivencia (MAURÍCIO; BUENO, 2019, p. 235).

De lugares marcados “pela hierarquia dos diferentes e pelo corporativismo dos iguais” (PASSOS; CARVALHO, 2015, p. 97), acreditamos que as políticas públicas devem ser redimensionadas como *locus* de práticas críticas e inventivas com os sujeitos plurais, protagonistas e (co)construtores de estratégias, que visem a atuação coletiva frente às demandas emergentes em sua dinâmica de vida concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de reflexões e problematizações construído ao longo do capítulo buscou romper com lugares cristalizados e estigmatizados relegados às pessoas usuárias das mais variadas políticas públicas, tendo sido, aqui, dado destaque às políticas de saúde, educação e assistência social.

A descolonização de nossos olhares, aparatos teórico-metodológicos e práticas correntes insere-se como tarefa urgente à Psicologia e às demais áreas do conhecimento que com ela articuladamente atuam nos territórios, nos quais se inserem os equipamentos das políticas postas em relevo nesta discussão. Apostamos na indispensabilidade de que os sujeitos usuários das políticas sejam percebidos como “atores sociais” (MONTERO, 2004, 2006), reconhecidos por suas vozes, potencialidades e conhecimentos.

Os povos que ocupam os lugares não hegemônicos, periféricos, em revelia, têm se movimentado e buscado reinventar a si próprios. Seus corpos carregam as dores e as contradições das marcas culturais que forjam experiências que foram desqualificadas, mas também reúnem a possibilidade de enfrentamento. Percebemos esse ato constante de movimentação como uma postura ético-política de luta, de insurgência, de reivindicação contra um discurso hegemônico que torna estático um modo de produção da vida social visando a reprodução de um *status quo* moderno-colonial (DIMENSTEIN *et al.*, 2022, p. 18).

Nessa direção, apostamos no deslocamento decolonial como movimento de tensionamento e criação de rotas alternativas para se pensar, fazer e viver encontros nos territórios existenciais, onde as políticas públicas acontecem.

REFERÊNCIAS

ADERALDO, K. A.; PELATTI, G. A criação de histórias no centro de convivência: um encontro espontâneo por meio do psicodrama. **Revista de Psicologia da Unesp**, n. esp. 19, 2020, p. 127-145. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v19nspe/v19nspea07.pdf>.

ALVES, A. C. O.; SANTOS, J. D. A.; RODRIGUES, L. V. D. S.; COELHO, G. G. Intersecção entre Psicologia Institucional e as Práticas do Consultório na Rua. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 59, 2022, p. 209-218. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2006>.

ANDRADE, L. A.; VELÔSO, T. M. G. Arte e saúde mental: uma experiência com a metodologia participativa da Educação Popular. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, 2015, p. 79-87. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/Andrade%2C%20Vel%2C%3%20B4so/968.

AQUINO, G. C.; GOUVEIA, H. C.; VALENTIM, A. F. Renascer para resistir: a experiência da escola de formação antimanicomial. **Revista Psicologia para América Latina**, n. 36, 2021, p. 139-147. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n36/a04n36.pdf>.

CHASSOT, C. S.; SILVA, R. A. N. Participação de usuários na produção de cuidado em saúde mental. *In*: GUANAES-LORENZI, C.; MOTTA, C. C. L.; BORGES, L. M.; ZURBA, M. C.; VECCHIA, M. D. (Orgs.). **Psicologia Social e Saúde: da dimensão cultural à político-institucional**. Florianópolis: Editora ABRAPSO; Edições do Bosque, 2015. p. 141-159.

COELHO, R. S.; VELÔSO, T. M. G.; BARROS, S. M. M. Oficinas com Usuários de Saúde Mental: a Família como Tema de Reflexão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, 2017, p. 489-499. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bBFtjVcZtpc7rWhhWpD6RyG/abstract/?lang=pt>.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.

COSTA, D. F. C.; PAULON, S. M. Participação Social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, 2012, p. 572-582. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/qCDJt4SkL9wfbvppqPs8LH/>.

DIMENSTEIN, M.; SILVA, G. N.; DANTAS, C.; LEITE, J.; MACEDO, J. P. Produção de conhecimento, psicologia e pensamento colonial. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, n. 74, 2022, p. 1-22. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/04/1425709/55388-155946-1-sm-1.pdf>.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016, p. 25-49. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNftGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>.

HOEPERS, A. D.; PAIVA, C. M. Psicologia nas políticas públicas: percursos e outros rumos. *In*: HOEPERS, A. D.; PAIVA, C. M. (Org.). **Psicologia e políticas públicas: percursos, desafios e descaminhos**. Chapadinho, MA: Editora Alfa Ciência, 2023. p. 8-23.

JOCA, E. C.; NOBRE, M. T.; SILVA, M. R. F. Poéticas do Teatro do Oprimido na Saúde Mental. **Estudos de Psicologia**, v. 24, n. 4, 2019, p. 414-425. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v24n4/a08v24n4.pdf>.

MONTERO, M. **Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

- MONTERO, M. **Teoria y practica de la Psicología Comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- MARTÍN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf>.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e Libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia Social para América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação. 3. ed. rev. Campinas: Editora Alínea, 2022. p. 181-198.
- MAURÍCIO, A. C.; BUENO, G. Psicologia Social Comunitária na Escola: Grêmio Estudantil e Pertencimento. **Polis e Psique**, v. 9, n. 3, 2019, p. 231-248. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v9n3/v9n3a14.pdf>.
- MENEZES, J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V. Provocações pós-coloniais à formação em Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, n. 31, 2019, p. 1-9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Smrgx8QZPdGw6RwwJLL8b8M/>.
- PASSOS, E.; CARVALHO, Y. M. A formação para o SUS abrindo caminhos para a produção do comum. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 92-101, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/LLrdW6hDTSXhRhpQ3BwrWYs/abstract/?lang=pt>.
- PASSOS, E.; PALOMBINI, A. L.; CAMPOS, R. O.; RODRIGUES, S. E.; MELO, J.; MAGGI, P. M.; MARQUES, C. C.; ZANCHET, L.; CERVO, M. R.; EMERICH, B. Autonomia e cogestão na prática em saúde mental: o dispositivo da gestão autônoma da medicação (GAM). **Aletheia**, n. 41, 2013, p. 24-38. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n41/n41a03.pdf>.
- PAULON, S. M.; PROTAZIO, M. M.; TSCHIEDEL, R. “Eu sei o que é saúde mental!?”: Pesquisar e Cuidar como Fios da Mesma Trama. **Revista Polis e Psique**, v. 8, n. 1, 2018, p. 6-32. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v8n1/v8n1a02.pdf>.
- SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência Social e Psicologia: Sobre as Tensões e Conflitos do Psicólogo no Cotidiano do Serviço Público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24 n. 2, 2012, p. 293-299. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/rdzMc6m5DDMvwhpy6kfx38L/abstract/?lang=pt>.
- SILVA, A. B.; PRETTO, Z. Eles querem ver da gente não é o que a gente é: sobre a juventude e o protagonismo em uma escola pública. **Repositório Universitário da Ânima**, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/05f8f9ef-e09f-4670-ab2d-4e84d0c68fda/download>.
- SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M. Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 1, 2019, p. 1-15. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v14n1/15.pdf>.

TAFFARELLO, I. M. S.; ANSARA, S. A pobreza como porta de entrada: análise psicopolítica das práticas do CRAS. *In*: ACCORSSI, A.; BOUSFIELD, A. B. S.; GONÇALVES, H. S.; AGUIAR, K.; GUZZO, R. S. L. (Orgs.). **Distintas faces da questão social**: desafios para a Psicologia. Florianópolis: Editora ABRAPSO; Edições do Bosque, 2015. p. 197-221.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 1, n. 19, 2007, p. 30-37. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/46LtrL9mrmqbpGFFgHKBHLv/abstract/?lang=pt>.

NOS TERRITÓRIOS GEOPOLÍTICO-EXISTENCIAIS: A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM POLÍTICAS DE SAÚDE

Aline Daniele Hoepers³¹
Jose Valdeci Grigoletto Netto³²

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Neste ensaio teórico-reflexivo, partiremos do território como eixo fundamental das discussões, problematizações, tensionamentos e deslocamentos, onde se ancoram as ações da Psicologia em políticas de saúde. Na atuação da Psicologia em diversos âmbitos que integram políticas públicas e, aqui, com especial destaque às políticas de saúde pública, como veremos, os territórios são não apenas espaços sócio-geográficos nos quais os serviços, programas e projetos são organizados e acontecem, ou deveriam acontecer. A territorialização se dimensiona como um dos princípios fundamentais do modo como (co)construímos cuidado, atenção psicossocial em saúde e saúde mental e modos de enfrentamento coletivo diante das problemáticas que impactam a vida das populações atendidas.

É no território, enquanto espaço geopolítico-existencial e através dele, que os efeitos macro e micropolítico se articulam, se transversalizam e são experimentados, sentidos, compartilhados, enfrentados, superados. É nele que são vividas as dinâmicas comunitárias marcadas por aspectos históricos, culturais, políticos, econômicos, sociais, jurídicos, ecológicos e afetivos. É em alguns deles, também, que certos corpos se tornam alvos matáveis ou simplesmente são esquecidos, relegados ao ato de deixar morrer. É nele que se constroem coletivamente fissuras, fendas,

³¹ Pós-doutoranda e doutora em Psicologia (UEM). Psicóloga Judiciária (TJSP). Docente (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/8832972242023413>

³² Doutorando em Psicologia (UNESP). CV: <http://lattes.cnpq.br/2661321527310427>

processos desejantes rumo a existências interdependentes, produtoras de saúde e resistentes às forças que colocam em marcha capturas, sofrimentos e extermínios. É nele onde, então, a Psicologia, a clínica crítica, política, ampliada está, ou deveria estar, se reorientando e (co) construindo ações de saúde e cuidado psicossocial com as pessoas.

A partir dessas breves proposições introdutórias, situamos o convite para que possamos analisar criticamente os impactos das condições sociais, econômicas, políticas e culturais da realidade brasileira na atuação da Psicologia em políticas de saúde, partindo do território como campo heterogêneo, composto por forças de poder e resistência.

INVASÃO DE TERRITÓRIOS GEOPOLÍTICOS-EXISTENCIAIS: A (IM)POSIÇÃO DA CIVILIZAÇÃO

Refletir criticamente sobre as condições políticas, socioeconômicas e culturais da realidade latino-americana e especificamente brasileira, dando destaque aos seus efeitos nos modos de atuação da Psicologia nas políticas de saúde, nos convoca a colocar em relevo a historicidade que sustenta e dinamiza a nossa realidade produtora de desigualdades e sofrimentos no presente.

Como nos diz Dussel (2008, p. 156): “as histórias não indicam apenas o tempo dos acontecimentos, mas também seu lugar geopolítico”. Nessa direção, sem qualquer pretensão de abordar aqui uma história linear dos acontecimentos políticos, socioeconômicos e culturais do passado-presente que afetam nossa atuação nas políticas de saúde, nossa proposta é resgatar de modo dinâmico e transversal alguns pontos fundamentais sobre a dimensão histórico-social da realidade latino-americana e brasileira, dando destaque às opressões interseccionadas historicamente impostas, sob a roupagem de civilização, por homens brancos europeus, “donos de tudo”.

Donos de tudo à medida que a imposição da civilização aos povos colonizados nada mais foi do que um processo de invasão não apenas de seus territórios físico-geográficos, mas também político-existenciais.

Não só se apropriaram de nossos bens materiais e culturais, mas também invadiram, exploraram e dominaram nossos corpos-territórios, impregnando-os de efeitos deletérios variados que ressoam até hoje, como bem destacou Gonzalez (2020), ao denunciar a miscigenação e o mito da democracia racial, os quais são narrados na contemporaneidade pela voz hegemônica do homem branco, e carregam em seu bojo, na verdade, o estupro histórico de mulheres negras e indígenas.

Todo nosso tecido social-existencial foi, e persiste sendo, violentamente constituído. Quijano (2005) nos auxilia a compreender que a globalização em curso, em tempos de capitalismo neoliberal, não pode ser pensada de modo desatrelado da história de constituição da América e do capitalismo moderno eurocentrado. Ele nos lembra que o processo de colonização e exploração dos povos negros e indígenas se assentou na ideia de raça, que passa a ser articulada à classificação social e à divisão do trabalho. O que isso significa? Os homens brancos europeus, ao se autoclassificarem como “civilizados”, definiram aqueles que não tinham sua própria imagem e semelhança como “selvagens”, não-humanos e objetos exploráveis. Os corpos negros arrancados de seus territórios de origem – a África – e os povos originários que viviam na recém “descoberta” ilha prometida passam a ser alvos de processos de escravização e genocídio. Ocorre que, segundo o autor, os países latino-americanos não romperam com o processo colonizador mediante à independência política dos Estados modernos, já que a colonialidade do poder, que segue capturando a subjetividade, a cultura, a produção de conhecimentos e os processos de trabalho assalariado, se mantém como a ordem cultural ditada pelo Norte global.

Importante ponderar, como destacaram autoras como Lugones (2007) e Mendoza (2017), que ao destacar a intersecção entre classe e raça, Quijano toma o gênero como um elemento *a priori*, que supostamente já estruturava todas as sociedades de modo desigual. As autoras abordam pesquisas africanas e indígenas que sugerem a existência de sociedades em que as relações sociais não tinham o gênero como

princípio organizador e, a partir disso, defendem que esse marcador social, assim como a sexualidade heterossexual, são, juntamente com a raça, instrumentos da colonialidade do poder, do saber e do ser. Núñez (2021) destaca, a propósito, que a violência colonial sexista, misógina, etnocida e ecocida impôs um sistema de monoculturas, que visou à naturalização de um só mundo (uma única religião, uma única forma de viver os afetos, uma única maneira de experienciar a sexualidade e um único modo de se relacionar com a natureza), o qual nega a existência de outros mundos, autenticando processos históricos de genocídio e epistemicídio.

Essas leituras interseccionais trazidas pelas autoras, isto é, que articulam os marcadores sociais da diferença historicamente capturados pela matriz europeia de dominação, são indispensáveis, ao passo que, em nossa realidade contemporânea, as desigualdades e os sofrimentos vividos pela população brasileira evidenciam justamente a presença e articulação de sistemas opressivos, como capitalismo, colonialismo, cisheterossexismo, racismo, etnocídio, xenofobia, ecocídio e capacitismo.

Não é, portanto, por acaso que ainda vivemos em um país que, no presente, mesmo após um conjunto de lutas e conquistas sociais e jurídicas, ocupa há anos o topo de homicídios da população LGBTTI+ no mundo, que está entre os países com maiores índices de extermínio da juventude negra, que naturaliza e perpetua feminicídios e extermínio dos povos indígenas. Privação e/ou negação da humanidade de populações politicamente minoritárias são, aliás, institucionalmente reproduzidas nos equipamentos que executam políticas públicas, como veremos adiante, indo na contramão do enfrentamento às opressões e à produção social de saúde, operando de modo cooperativo para a manutenção de violações de direitos historicamente consolidadas e banalizadas.

A regulação, a classificação, o ajustamento e o apagamento conferido a algumas existências (e tudo aquilo que faz referência a elas, como os seus elementos culturais) em detrimento da conservação do privilégio de outras, se configuram como regra em nossa realidade

brasileira, que, na letra das leis, afirma-se como Estado Democrático, garantidor de direitos humanos. Questionamos: direitos humanos para quem, num presente que ensaia movimentos de mudanças, mas em maior ou menor grau se mantém sob a égide do capitalismo neoliberal e num campo de disputas em que o neoconservadorismo segue vigoroso em seus objetivos?

Rolnik (2018) nos convida a refletir que, sob o domínio do capitalismo neoliberal, há um processo difuso de apropriação-exploração de nossa vida, de nossos desejos e da própria potência de criação e resistência coletiva, em um processo que insiste em monopolizar não apenas a dimensão econômica da vida e das relações, mas também das dimensões cultural e subjetiva, processo esse que ganha força ao passo que é exitoso em produzir capturas e enclausuramentos mediante uma lógica específica: homogeneizante e acrítica.

Passos e Barros (2004) também já haviam colocado em relevo a maquinaria do capitalismo neoliberal, dando destaque a disseminação da lógica do capital para as mais variadas dimensões de nossa vida, como a sexualidade, o lazer, as relações interpessoais, dentre outras. Comentam que se outrora imperava um capitalismo expansionista do ponto de vista geopolítico, agora prevalece uma forma de se infiltrar nos territórios de vida mais capilarizados. Os efeitos e as capturas são produzidos não mais apenas nas paisagens econômicas, mas também sociais, sexuais, familiares, conjugais, domésticas, educacionais, laborais, corporais, que nomeiam como “colonização in loco”.

PSICOLOGIAS E(M) TERRITÓRIOS GEOPOLÍTICOS-EXISTENCIAIS: INSERÇÃO EM POLÍTICAS DE SAÚDE

A história da Psicologia brasileira tem como base fundamental um conjunto de práticas e saberes que já vinha sendo operado desde a sua origem no ocidente (particularmente, na Europa e nos Estados Unidos) no século XIX, como ferramenta de governabilidade, a fim de controlar determinadas populações, como apontou Foucault (2001).

Pautada em concepções individualizantes, classificatórias, essencialistas e generalizantes, a Psicologia serviu – e persiste servindo – ao silenciamento e/ou ao ajustamento dos sujeitos concebidos como indesejáveis à ordem do capitalismo racista cisheteropatriarcal. Sua origem e seu funcionamento estão intimamente ligados à ordem do capital. A normatividade e a normalidade são, a propósito, peças-chaves para a persistência de uma lógica adaptacionista, ainda bastante comum, nos saberes e fazeres de psicólogas e psicólogos não apenas nos espaços historicamente consolidados de atuação, com clínicas e empresas privadas, mas também nos territórios em que são ofertadas políticas públicas.

Nesse campo de tensões, a partir especialmente da década de 1970, tem se construído, também, Psicologias contra-hegemônicas que operam forças de resistência – as quais, aliás, passaram a ser gestadas em um contexto específico, da ditadura militar e crise político-econômica. Nesse contexto histórico, Souza (2014) salienta que o país passava por uma falência na então vigente medicina previdenciária, em uma conjuntura de crise econômica, inclusive permeada pelo endividamento externo, que acompanhava a crise econômica internacional, e de ascensão de movimentos sociais contestatórios ao regime autoritário sob comando desde a década anterior.

Podemos refletir que, no campo da Psicologia, as reivindicações se opunham tanto à ordem social instituída quanto à Psicologia tradicional, ambas dependentes dos (e alinhada aos) ditames do Norte global. Muitas pautas assumidas por psicólogos e psicólogas críticos, nessa década e nas seguintes, compunham as lutas dos movimentos sociais em prol da garantia de direitos sociais e humanos variados, como é o caso dos direitos à saúde pública e da luta antimanicomial, no bojo de lutas populares, profissionais e parlamentares que reivindicavam a democratização da sociedade e a construção de políticas públicas.

Nesse cenário, as contribuições advindas da Saúde Coletiva foram indispensáveis, inclusive para a consolidação, ao menos na letra da lei, da saúde como direitos de todas as pessoas. Na década de 1980,

constitui-se, como destacou Souza (2016), um vínculo orgânico entre a Reforma Sanitária e a Saúde Coletiva, vínculo esse que nas décadas seguintes será permeado por tensões e descontinuidades, em face de as políticas de saúde que passaram a ser implementadas ora se aproximarem, ora se afastarem das proposições reformistas, que visaram uma concreta democratização da saúde por meio do Sistema Único de Saúde – SUS. Vale lembrar que estamos diante de um:

processo complexo a partir do qual se desdobram as lutas pela Reforma Sanitária e pela Reforma Psiquiátrica, sob a égide de uma luta de hegemonia quanto ao controle dos interesses e valores que se encarnam também nas instituições de Saúde Mental (YASUI; COSTA-ROSA, 2008, p. 28).

Nesse contexto, o país sofria intensa pressão externa, em decorrência da dívida externa advinda da ditadura militar, tendo assinado acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI, que envolvia uma série de medidas bastante alinhadas aos interesses neoliberais norte-americanos. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, designou-se, dentre outras disposições, a saúde como direitos de todas as pessoas e dever do Estado, regulamentada, em 1990, pela Lei Orgânica de Saúde. “O instituinte dessa lei [Lei 8.080/1990], assim, foi em parte capturado pelas forças elitistas e de mercado, mas seguia servindo de apoio nas lutas por transformação no campo da saúde” (DÓBIES; L’ABBATE, 2022, p. 110).

Já na década de 1990, e mais intensamente com a virada do século XXI, portarias, normativas, leis e políticas variadas, se estabelecem fundamentando políticas variadas como a política nacional de Atenção Psicossocial (Lei 10.216/2001) na área de saúde mental, a política voltada aos usuários de álcool e outras drogas, a política nacional de humanização, a política de educação permanente, a estratégia saúde da família, o núcleo de apoio à saúde da família, dentre outras (DÓBIES; L’ABBATE, 2022). Essas diretrizes vão fundamentar a implementação

de variados equipamentos de assistência, promoção e prevenção em saúde, promovendo uma paulatina expansão dos campos de atuação de profissionais de Psicologia no âmbito das políticas estatais.

É nesse campo de tensionamentos que se estabelecem avanços na implementação de serviços de base territorial-comunitária e, ao mesmo tempo, o não rompimento com o manicômio de uma forma mais radical, seja como espaço físico, seja como matriz de inteligibilidade de cerceamento e medicalização dos corpos. Além disso, o contexto sociopolítico, econômico e cultural em que tal ingresso vai, pouco a pouco, acontecendo é atravessado e constituído pela ordem capitalista neoliberal, que recupera e atualiza aqueles processos de colonialidade do poder, saber e ser institucionalizados, através de “novas” tecnológicas biopolíticas de controle dos corpos que não se enquadram nas normas e, portanto, devem ser medicalizados, rotulados, silenciados, ajustados, enquadrados, classificados, a serviço do capitalismo neoliberal globalizado, racista, cisheteropatriarcal e capacitista.

Menicucci (2007) analisa que o processo de implementação do SUS se deu, em um contexto de forças conservadoras e neoliberais, amalgamado pela expansão e consolidação do sistema privado de assistência à saúde. Isso aconteceu em razão de que a conjuntura de crises e reformas econômicas que assolavam o país na década de 1990, em paralelo ao receituário internacional neoliberal, incentivador de privatizações e da adoção de políticas de abertura da economia e de ajuste estrutural (como a lógica focalista – “saúde mínima” para os pobres), em detrimento de políticas que visassem à universalização de direitos, acarretou na emergência de um sistema já precário, híbrido (público-privado) e subfinanciado. Ao longo das últimas décadas, segundo a autora, tem sido notável movimentos de avanços e retrocessos atravessados por dilemas econômicos, políticos e ideológicos. Assim, segundo a autora, segue imperando a lógica da assistência em saúde como mercadoria e não como direito universal e público.

As políticas de saúde em que a Psicologia se insere performam, então, como campos de tensão, de luta política, de contradições, de relações de poder, mas também de resistências. Como disse Foucault (1988, p. 91): “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) essa nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”, já que se presentifica em toda rede de poder. Sob essa forma de entendimento, as políticas públicas servem, em maior ou menor grau, à manutenção do *status quo*, ao passo que cooperam para a manutenção da ordem cultural/ideológica e econômica do Estado neoliberal instituída, mitigando, com ações majoritariamente pontuais, as demandas apresentadas pelos movimentos e grupos populares; mas, simultânea e contra-hegemonicamente, redes de interdependência podem e têm sido coletivamente gestadas nos e a partir dos territórios geopolíticos-existenciais.

As políticas de saúde, ao mesmo tempo em que reúne potencialidades para efetivar direitos alinhados à promoção de saúde, simultaneamente, também e não raro, tornam-se ferramentas político-ideológica de controle e de normatização da população, por meio de ferramentas moralizantes, sob um rótulo de “identificação de fatores de risco”, visando ao ajustamento e à manutenção da ordem instituída. Nesses espaços,

ora fazemos o jogo da reprodução de modelos de forma a serializar e fixar identidades a partir de modos de vida hegemônicos, ora experimentamos modalidades de ação que favorecem novas configurações que agenciam processos de luta e singularização, mesmo que provisórios (DIMENSTEIN, 2011, p. 162).

Neste complexo cenário, consideramos que a ampliação no modo de conceber a saúde e os processos de adoecimento (levando em conta os agenciamentos culturais, políticos, sociais e econômicos e os determinantes sociais de saúde), como também a expansão e o matriciamento na maneira de ofertar a atenção-cuidado psicossocial e de atuar com a rede social-comunitária-familiar nos territórios geo-

político-existenciais (integrando conhecimentos científicos de variadas áreas aos saberes populares), colocam em relevo a possibilidade de uma práxis ética-estética-política, que rompe com a matriz de referência do saber biomédico como verdade cristalizada e reivindica a saúde coletiva, anunciando uma clínica viva, (co)criada em um território também vivo.

NOS TERRITÓRIOS VIVOS: TENSÕES, TORÇÕES E INVENÇÕES NA PRODUÇÃO SOCIAL DE SAÚDE

Refletir sobre uma clínica viva, construída em um território vivo, transversalizado por um conjunto dinâmico de efeitos políticos, sociais, econômicos e culturais, nos convida, enquanto Psicologia, a uma sensibilidade ético-política interessada nas pessoas atendidas nas políticas de saúde como sujeitos de direitos, posicionados no mundo, nos territórios, na realidade concreta de modos diversos – posições (desiguais, aliás) que informam, portanto, modos singulares de existir, sofrer e resistir.

A Saúde Coletiva nos auxilia na construção dessa sensibilidade ético-política, ao passo que se debruça às necessidades sociais de saúde e não apenas às doenças, como destaca Souza (2014). Assim, pensar a partir do respaldo da Saúde Coletiva nos permite, como pontua o autor, superar intervenções recortadas voltadas a sujeitos também tomados como recordados rumo a intervenções que efetivamente articulam assistência, prevenção e promoção de saúde. Sob esse enfoque, as ações de saúde consistem em práticas sociais, as quais integram em seu bojo uma crítica permanente aos projetos que respaldam suas práticas dialógicas construídas com as pessoas. Assim, atuar de modo comprometido com a perspectiva da Saúde Coletiva nos localiza com os sujeitos em práticas políticas coletivas, que visam a transformação da vida social, de modo a produzir condições para uma existência democrática e fundamentada na justiça social.

Isso posto, podemos considerar que esta clínica, que acima caracterizamos como clínica viva (co)construída num território também

vivo, dimensiona-se como uma clínica ampliada. Conforme Cunha e Dantas (2013), a clínica ampliada depende, ao menos, dos seguintes aspectos: sensibilidade do/a profissional para perceber-se inserido em um campo de forças tensionado e situado, e não estático e dado; disposição para articular, em cada situação singular, saberes e instrumentos múltiplos (de diversas áreas de conhecimentos, incluindo os saberes populares) em detrimento de ações totalizantes e burocratizadas voltadas para problemas que devem ser classificados e ajustados; abertura para construir colaborativa e criativamente projetos terapêuticos e comunitários com os sujeitos envolvidos nos problemas enfrentados; disposição para lidar com o inesperado, o incerto e a imprevisibilidade nas complexas dinâmicas vividas no encontro com pessoas, que rompem com as certezas protocolares; e o compromisso com um trabalho e uma gestão coparticipativos construídos entre profissionais, gestores e pessoas que integram a comunidade atendida, por meio de vínculos corresponsáveis na produção de saúde e cuidado comunitário.

Essa maneira viva e ativa de conceber e operar a clínica nos serviços de saúde está alinhada a diretrizes, princípios e estratégias que fundamentam o SUS, como a integralidade, a territorialização, a transversalidade, a universalidade, a equidade, a intersetorialidade, o matriciamento e a participação social. Nessa perspectiva, as equipes se articulam tanto por meio de arranjos organizacionais que incluem apoio matricial entre equipes compostas por especialidades e saberes diferentes, como também e simultaneamente por meio de conexões com outros setores que integram a rede de atendimento e vão além das políticas de saúde, inclusive sem segmentar saúde e saúde mental. Nesse processo, visando ofertar um cuidado sensível às particularidades dos sujeitos e(m) seus territórios, constroem de modo dialógicos, coparticipativo e transversal ações contextualizadas voltadas à garantia de direitos e à produção de saúde coletiva de todos/as/es.

Essa forma de conceber e construir cuidado produz transformações éticas, estéticas e políticas, ao colocar em relevo a importância dos

territórios como campo de tensões, torções e invenções, onde pessoas usuárias, movimentos sociais, lideranças comunitárias, profissionais e gestores de variados serviços se situam e exercem protagonismo no enfrentamento aos impactos opressivos geradores de desigualdades sociais e adoecimentos. Se os territórios são geopolítico-existenciais e se os sujeitos que neles existem e resistem estão posicionados a partir do interjogo de variados marcadores sociais, como raça, classe, gênero, etnia, sexualidade, idade e corporeidade, apresenta-se à Psicologia a indispensabilidade de inserir a interseccionalidade como sensibilidade ética, política, teórica e metodológica no exercício da clínica ampliada.

A interseccionalidade coloca em questão a articulação entre sistemas opressivos, como aqueles abordados (colonialismo, capitalismo, racismo, etnocentrismo, cissexismo e capacitismo) evidenciando, como diz Collins (2022, p. 68), a “intersecção das relações de poder [que] produz desigualdades sociais complexas e interdependentes de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, etnia, capacidade e idade”. Além de permitir uma análise das complexas coalizões que integram os sistemas de dominação, também nos possibilita, conforme a autora, trabalhar com ferramentas metodológicas de resistências, a partir dos lugares situados e atravessados pelos marcadores sociais.

Operar concretamente uma clínica ampliada interseccional passa por interrogar nossas teorias e técnicas colonizadoras, as quais se assentam habitualmente na pressuposição de um sujeito universal. Nessa direção e na contramão de práticas individualizantes, patologizantes e culpabilizantes dos sujeitos, faz-se indispensável exercer, por exemplo, a busca ativa, enquanto postura ético-política nos territórios geopolítico-existenciais. Não basta afirmar que a Unidade Básica de Saúde – UBS ou o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS são serviços comunitários de “portas abertas” se as pessoas com deficiência, em situação de rua, moradoras de comunidades ribeirinhas, quilombolas ou indígenas, periferias, assentamentos e zonas rurais, ou refugiados em condição de migração, não chegaram a esses espaços, pois encontram

inúmeras barreiras geográficas, econômicas, linguísticas e culturais para acessar os serviços de saúde.

Lemke e Silva (2010) destacam que a busca ativa possui, atualmente, no âmbito das políticas públicas, um sentido de “postura política de trabalho no território” (p. 281). Salientam que, partindo do território como campo de agenciamento de forças (culturais, sociais, econômicas, políticas, desejantes) e enquanto princípio organizador das ações em políticas de saúde mental e atenção básica, a busca ativa a ele se articula como prática de cuidado que subverte a suposta neutralidade e afirma o engajamento político na maneira de operar esse cuidado. Assim, essa ferramenta se torna princípio político de defesa da vida, que, ao mesmo tempo em que rompe com o controle dos corpos, também coloca em relevo um território movente e aberto a um plano de invenções coletivas.

Podemos refletir, então, que além de promover o acesso a serviços de saúde, amplia a possibilidade de que os sujeitos acessem outros direitos, vinculados a demandas de moradia, trabalho, educação, assistência social e outras, que ao serem acolhidas e trabalhadas em sua integralidade, também se dimensionam como recursos de prevenção e promoção de saúde.

De modo articulado, uma outra ferramenta instituinte importante e comprometida com a sensibilidade interseccional no exercício de uma clínica ampliada é a assunção de uma postura de interrogação permanente ao nosso lugar de suposto poder-saber. Não raro, profissionais que atuam na saúde, partindo de uma formação social-acadêmica ainda majoritariamente cissexista, homofóbica, heteronormativa, racista, etnocêntrica e capacitista apresentam reações de estranhamento diante dos modos de vida, de relação, de exercício da sexualidade da população atendida. Não é exceção profissionais – psicólogas/os ou outros que integram os equipamentos de saúde – questionarem, classificarem, controlarem, ajustarem, patologizarem e medicalizarem modos de existência diversos daqueles impostos pela cultura ocidental hegemô-

nica, reproduzindo modos de subjetivação dominantes e confinando corpos/vozes dissidentes por meio de tecnologias necropolíticas e epistemicidas. Tudo que escapa à ordem normatizada e normalizada – seja através do dispositivo de sexualidade, por meio de suas tecnologias de sexo-gênero-desejo-práticas sexuais, como salienta Butler (2003), seja através de outros dispositivos, como de racialidade, corponormatividade, etc. – é capturado por uma rede violenta e moralizante da qual a saúde pública não escapa.

Assim, ainda que tenhamos normativas que prezam pela universalidade, equidade e humanização do acesso em saúde, o cuidado segue imperando de modo fragmentado, o acesso à saúde ainda não se concretiza de modo democrático, as ações se mantêm preponderantemente alicerçadas no paradigma biomédico, que preza pelo ajustamento e pela medicalização dos corpos. Por tudo isso, criar uma clínica viva, política, ampliada e compartilhada passa necessariamente por gestá-la como uma clínica interseccional.

Recusar a interseccionalidade no fazer clínico (...) hoje é, justamente, tentar a todo custo manter um certo legado normativo intacto. É também tentar conservar pactos narcísicos de opressão, discriminação e estigma, perpetuando o silenciamento das múltiplas corporeidades possíveis na cultura (STONA, 2021, p. 13).

Cabe a nós, no exercício da Psicologia, nos questionarmos sistematicamente sobre: como temos exercido a nossa escuta? Quais vozes, corpos e dores são audíveis e visíveis para nós? Quais teorias, práticas, instrumentos e processos de subjetivação temos fabricado e para quais fins? Afinal, acessar saúde/saúde mental é um direito de todas/os/es ou um privilégio de alguns? Com o que e quem temos nos comprometido? Como temos nos posicionado diante de um mundo que insiste em destruir as diferenças? Ainda: Atrás de quais justificativas, supostamente neutras, temos assegurado nossos lugares confortáveis de privilégio e escapado de nosso dever ético-político de

enfrentamento a este sistema cultural, social e econômico que insiste em produzir desigualdades, sofrimentos e extermínios?

FRATURANDO: COMPLEXIDADES MOVENTES NOS/ DOS TERRITÓRIOS

A fratura está aqui exposta através de um verbo flexionado no gerúndio propositalmente para indicar a necessidade de uma ação em andamento, politicamente ativa e insistente. Cabe a nós pensarmos em possíveis movências na complexa trama dos e nos territórios, que deem destaque a desafios incessantes à Psicologia em interface com outras áreas e setores sociais.

Como nos disse Lorde (1979, p. 3): “as ferramentas do senhor nunca vão dismantelar a casa-grande. Elas podem nos permitir temporariamente vencê-lo no seu próprio jogo, mas elas nunca nos permitirão trazer à tona mudança genuína”. Os efeitos políticos, culturais e socioeconômicos ramificados nas práticas sociais e de saúde performam um campo de forças, em que aquelas forças vinculadas ao poder hegemônico tentam, a partir de incontáveis ferramentas, ditar o mundo à imagem e semelhança do “senhor”. Por vezes, inseridos nas políticas de saúde, embebidos em discursos neoliberais de “qualidade de vida” e similares, profissionais de Psicologia e outras áreas, jogando o jogo da “casa-grande” violentam, oprimem, enclausuram e silenciam existências que fogem ao molde colonizador. Conceitos, teorias, técnicas, instrumentos, modos de operar a escuta e quaisquer outras ferramentas, caso não rompam com a lógica cristalizada, por meio de uma postura decolonial, estarão a serviço da manutenção do mundo tal como o conhecemos, desigual e produtor de sofrimentos e aniquilamentos.

A nossa aposta, que parte dos encontros coletivos forjados nos territórios geopolíticos-existenciais – com as pessoas usuárias, lideranças comunitárias, movimentos sociais, gestores e profissionais de vários serviços da rede –, porta-se de modo a reivindicar a cogestão, a diversidade e a produção coletiva de saúde como potencialmente

criativas e inventivas. Nesse processo de coparticipação alguns desafios se colocam como tarefas urgentes, incessantes e articuladas:

1) Não há como produzir cuidado em saúde e saúde mental, sem compreender as expressões de sofrimento e adoecimento psicossociais atrelados à realidade desigual que vivemos. Como nos ensina Veiga (2021) é necessário transversalizar clínica e política, ao passo que o sofrimento psíquico é um problema político. Logo, a promoção de saúde e de saúde mental só se torna “efetiva quando novos modos de organização social e política são construídos. (...). Promover saúde mental no Brasil passa, necessariamente, por distribuição de renda e justiça social” (p. 47). Podemos compreender, a partir disso, que não há como praticar assistência, prevenção e promoção de saúde de modo efetivamente integral se não assumirmos uma sensibilidade ético-política interseccional, que ao mesmo tempo que expõe as estruturas opressivas articuladas, também informa nossos lugares de enunciação (dos sofrimentos, mas também das resistências) no mundo, nos territórios geopolítico-existenciais.

2) A formação profissional deve ser ressignificada como ferramenta permanente, coparticipativa e contextualizada, na contramão de ações pontuais e verticalizadas de “capacitação técnica”, costumeiramente ofertadas numa lógica mercadológica de transmissão de conceitos e protocolos para “melhorar os serviços”. É necessário incluir fundamentos teóricos e metodológicos implicados com perspectivas críticas (antirracistas, feministas e *queer*), que interroguem as práticas e as estruturas hegemônicas no processo de produção de conhecimentos e cuidados nos equipamentos de saúde. Essa forma de conceber a formação profissional necessariamente deve estar atrelada à valorização dos saberes populares, os quais são indispensáveis para a compreensão dos impactos socioeconômicos e culturais na produção de desigualdades e adoecimentos, bem como são concebidos como parte do processo de transformação dessa realidade. Tal como comentam Magda Dimenstein *et al.* (2022), os corpos daqueles que ocupam lugares não-hegemônicos carregam dores e marcas culturais, vinculadas às suas experiências e suas perspectivas de

mundo, frequentemente desqualificadas. Salientam, contudo, que apesar dos discursos hegemônicos os silenciarem, os povos subalternizados têm se movimentado, têm operado insurgências no modo de produção da vida social.

3) A clínica política e ampliada discutida ao longo do capítulo reivindica a necessidade de uma práxis transdisciplinar e transtetorial. Essa maneira de colocar em marcha a clínica perturba a ordem, as barreiras, as segmentações e os especialismos impostos por lentes capitalistas-coloniais, que insistem em individualizar e hierarquizar, e se propõe a um fazer que transborda e acolhe as composições heterogêneas e indisciplinadas. No campo da saúde, operar uma práxis transdisciplinar e transtetorial envolve romper com protocolos cristalizados e inventar projetos terapêuticos e comunitários singulares nos/com os territórios geopolítico-existenciais, em que se torna possível a “comunalidade na diferença”, tal como caracterizam Passos e Carvalho (2015). A comunalidade, enquanto ação política, segundo eles, coloca em relevo o fato de que “a relação entre as diferentes posições pode ser tomada em sua força de perturbação do instituído, liberando as forças instituintes promotoras de mudanças das práticas de saúde” (p. 96).

4) A atuação em saúde e saúde mental deve se posicionar de maneira comprometida em desnaturalizar tanto os fenômenos psicossociais, que recorrentemente nos são apresentados como supostos “recortes” (sintomas, doenças, transtornos e desajustes) de problemas sociais complexos, como também desnaturalizar as opressões atreladas a eles, as quais, nas práticas tradicionais, ficam intocadas e efetivas em seus objetivos de naturalizar, patologizar e individualizar os problemas, mantendo, simultaneamente, a soberania do saber biomédico e psiquiátrico. Denunciar (e romper com) essa ordem supostamente natural produtora de sujeitos e processos de subjetivação apriorísticos e, nas fraturas, ousar inventar modos alternativos e contextualizados de produção de cuidados singularizados abre espaço para que a Atenção Psicossocial se coloque como estratégia de toda ação em saúde, nos mais diversos espaços em que a Psicologia se insere nos ter-

ritórios geopolítico-existenciais e, ali, exerce a clínica ampliada, fundamentada na Saúde Coletiva.

Tal como propõem Yasui e Costa-Rosa (2008) as ações da Estratégia Atenção Psicossocial – EAPs situam a saúde e a saúde mental no campo da saúde coletiva, compreendendo o processo saúde-doença de modo articulado aos processos sociais complexos. As ações em saúde, sob essa perspectiva, demandam uma abordagem que vá além da mera multidisciplinaridade, afirmando uma perspectiva transdisciplinar, interessada nos dispositivos territorializados de atenção e cuidado. Acrescentam que, rompendo com o paradigma hegemônico, nesse novo paradigma, “produção de saúde e produção de subjetividade estão entrelaçadas e são indissociáveis, o que traz [...] a radical superação das relações sociais e intersubjetivas sintônicas com O Modo Capitalista de Produção” (p. 29) e coloca em relevo que, sob essa lógica alternativa, nos mais diversos equipamentos que integram as ações de saúde, “o sujeito será sempre compreendido como aquele que está inserido no território” (p. 36).

Esses desafios reivindicam possibilidades outras, vozes outras, ferramentas outras, composições outras enquanto estratégia fundamental para fraturarmos os saberes-fazer hegemônicos instituídos no contexto social e reproduzidos nos serviços de saúde brasileiros.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.

CUNHA, G. T.; DANTAS, D. V. Uma contribuição para a co-gestão da clínica: Grupos Balint Paideia. In: CAMPOS, G. W. S.; GUERRERO, A. V. P. (Orgs.). **Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013. p. 24-49.

DIMENSTEIN, M. Contribuições da Psicologia Social para a saúde como direito e construção de cidadania. In: MEDRADO, B.; GALINDO, W. (Orgs.). **Psicologia social e seus**

- movimentos:** 30 anos de ABRAPSO. Recife: ABRAPSO; Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 161-182.
- DIMENSTEIN, M.; SILVA, G. N.; DANTAS, C.; LEITE, J.; MACEDO, J. P. Produção de conhecimento, psicologia e pensamento colonial. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, n. 74, 2022, p. 1-22.
- DÓBIES, D. V.; L'ABBATE, S. Da reforma sanitária à pandemia de Covid-19: notas sobre a institucionalização da saúde coletiva no Brasil. *In:* AZEVEDO, A. B. *et al.* (Orgs.). **Análise institucional e saúde mental:** diálogos plurais. Guarapuava: Unicentro, 2022. p. 103-123.
- DUSSEL, E. Meditaciones Anti-Cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. **Tabula Rasa**, v. 9, p. 153-197, 2008.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Os Anormais:** Curso no Collège de France (1974- 1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* Lander, E. (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107-130.
- LEMKE, R. A.; SILVA, R. A. N. A busca ativa como princípio político das práticas de cuidado no território. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 281-295, 2010.
- LORDE, A. As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande. Comentários sobre “The Personal and the Political Panel”, **Second Sex Conference**, New York, 29 de setembro de 1979.
- LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/Modem Gender System. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.
- MENDOZA, B. A epistemologia do sul, a colonialidade de gênero e o feminismo latino-americano. *In:* BRANDÃO, I. *et al.* (Orgs.). **Traduções da cultura:** perspectivas críticas Feministas (1970/2010). Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. P. 753-776.
- MENICUCCI, T. A Implementação da Reforma Sanitária: a formação de uma política. *In:* HOCHMAN, G.; ARCETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 303-326.
- NÚÑEZ, G. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Revista ClimaCom**, Diante dos Negacionismos | pesquisa – ensaios, ano 8, n. 21, 2021.
- PASSOS, E.; BENEVIDES DE BARROS, R. Clínica, política e as modulações do capitalismo. **Lugar Comum**, n. 19/20, p. 159 -171, 2004.

PASSOS, E.; CARVALHO, Y. M. A formação para o SUS abrindo caminhos para a produção do comum. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 92-101, 2015.

ROLNIK, S. O inconsciente colonial-capitalístico. In: ROLNIK, S. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018. p. 28-41.

SOUZA, L. E. P. F. Saúde pública ou saúde coletiva? **Revista Espaço para a Saúde**, v. 15, n. 4, p. 7-21, 2014.

STONA, J. Apresentação. In: STONA, J. (Org.). **Relações de gênero e escutas clínicas**. Salvador: Editora Devires, 2021. p. 13-17.

VEIGA, L. **Clínica do impossível**: linhas de fuga e de cura. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

YASUI, S.; COSTA-ROSA, A. A estratégia atenção psicossocial: Desafio na prática dos novos dispositivos de saúde mental. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 32, n. n. 78/79/80, p. 27-37, 2008.

REFLEXÕES SOBRE A ADESÃO AO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Keila Lumi Sugahara³³
Roselania Francisconi Borges³⁴

INTRODUÇÃO

Para o Ministério da Saúde (BRASIL, 2016) a adesão ao cuidado é determinada por diversos fatores, sendo estes de natureza socioeconômica, cultural, psicológica, institucional e da ordem das relações psicossociais. Para tanto, a adesão em saúde deve partir da realidade do sujeito levando em consideração aspectos particulares da doença.

O conceito de adesão, para Terra e Bertolozzi, “transcende o ato de ingerir o medicamento, e relaciona-se diretamente ao lugar ocupado pelo indivíduo no processo de produção e reprodução social” (2008, p. 02).

Sendo assim, tratar da temática da adesão não se esgota atribuindo ao usuário toda responsabilidade por ela ou pela sua falta, visto que tal engajamento ou não, é perpassado por diversas circunstâncias e condições.

Especificamente sobre a adesão ao cuidado em saúde mental um fator crucial é a confiança, visto que é necessário que o profissional de saúde se conecte com o usuário e também com suas experiências. Ademais, tanto o vínculo quanto o acolhimento são fundamentais, considerando que estes serão o ponto de partida para a livre expressão e para a construção de autonomia e responsabilização compartilhada entre os atores envolvidos na terapêutica (MELO, 2020).

³³ Especialista em Saúde na Atenção à Urgência e Emergência pela modalidade de Residência Integrada Multiprofissional (UEM). CV: <http://lattes.cnpq.br/9253587931983099>

³⁴ Pós-doutorado em Psicologia (UEM). Doutorado em Psicologia e Sociedade (UNESP). Docente (UEM). CV: <http://lattes.cnpq.br/7827253709168573>

É por este caminho que o presente estudo busca analisar e refletir sobre a adesão ao cuidado em saúde mental na rede de atenção psicossocial.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo é de cunho qualitativo e exploratório estruturado por meio de um estudo de caso que tem como norte metodológico uma pesquisa de campo, com participação de uma usuária e de trabalhadores de alguns serviços da RAPS. A participação dos profissionais foi registrada com o uso da letra (P) e numerais sequenciais (1, 2, 3, 4 e 5), conforme seu local de trabalho, sendo: P1 (Unidade Básica de Saúde – UBS); P2 (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil – CAPSi); P3 (Centro de Atenção Psicossocial III – CAPS III); P4 (Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas II – CAPS AD II) e P5 (Serviço de Emergência Psiquiátrica no Hospital Geral do Município - SEP). Para preservar o anonimato da usuária, a ela foi atribuído o codinome Sol.

Tendo algumas inquietações como fatores motivadores, bem como um amparo teórico delimitado, foi instituída a tarefa de produzir algumas reflexões a partir do percurso desta usuária pela rede de atenção psicossocial. Para tanto, foi tomado como mote sua adesão (ou não adesão) ao cuidado e os vínculos que foram produzidos (ou não produzidos) com os serviços e o que tal experiência pode angariar como aprendizagem e, quiçá, como possibilidades, tanto para a usuária como para os trabalhadores dos serviços, bem como para outros atores sociais que fizeram/fazem parte da mesma.

Conforme preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde a infância Sol frequenta a Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro onde mora. P1, que trabalha naquele serviço há 08 anos, se recorda que há alguns anos um profissional da escola onde Sol estudava, situada do mesmo bairro, o procurou para relatar que a adolescente não estava comparecendo às aulas. Nesse período “*a mãe dela veio procurar ajuda para a parte psicológica*” (P1). O profissional pressupõe que

ela tenha recebido atendimento psicológico na UBS, mas não tem certeza, porque não a acompanhou.

Possivelmente, nesse contexto em que Sol e sua família se encontravam, os profissionais da UBS, por razões alheias a esta análise, não davam conta de seguir as orientações do Ministério da Saúde de que a rede de cuidados deve ser estruturada a partir da Atenção Básica, quais sejam: “noção de território; organização da atenção à saúde mental em rede; intersetorialidade; reabilitação psicossocial; multiprofissionalidade/interdisciplinaridade; desinstitucionalização; promoção da cidadania dos usuários; construção da autonomia possível de usuários e familiares” (BRASIL, 2003, p. 07).

Aos 15 anos de idade, Sol foi internada pela primeira vez no Serviço de Emergência Psiquiátrica no Hospital Geral do Município (SEP). O participante P5 avalia que, apesar de Sol ter feito um bom vínculo com o serviço, várias tentativas de cuidado já foram experienciadas sem sucesso, e que as reinternações têm sido frequentes. Logo após a primeira internação, Sol foi referenciada para o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) do município, serviço que passou a frequentar sendo “*monitorada pela mãe e pela rede*” (P5).

Sol frequentou o CAPSi até completar 18 anos de idade, com períodos de assiduidade e períodos de interrupções. Segundo o participante P2, estas rupturas se davam devido a internações em outros serviços (SEP, Hospital Psiquiátrico, Comunidade Terapêutica) ou por ela estar em situação de rua. P2 enuncia que seu último contato com a usuária foi no SEP, por ocasião de uma das internações. Nesse período o profissional se desligou da rede pública de saúde e Sol, por ter atingido a maioridade, foi referenciada para o Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas II (CAPS AD II) do município.

Ao se recordar de ter atendido Sol no CAPS AD II, o participante P4 observa que foi o primeiro técnico a recebê-la. Ele comenta que “*após esta desintoxicação do hospital, ela veio para nós aqui para tratamento ambulatorial aberto*” (P4). Ele explana que a usuária frequentou o serviço

pouquíssimas vezes, tendo iniciado um processo psicoterápico, mas sem continuidade. Assim como o profissional que avaliou a passagem de Sol por aquele serviço, ela também se recorda desse período e avalia: “*tem uns funcionários, tem salas, tem as coisas de artesanato, de música, de um monte de coisas e é pouco atendimento, sabe! Eu não sei porquê. Mas, eu já percebi isso. Que ali é pouco atendimento. Mas, eles atendem bem a gente, sim. Mas, acho que eles não sabem lidar com a demanda, né.*” (Sol). Em alguns períodos, Sol também frequentou os leitos de acolhimento do Centro de Atenção Psicossocial III (CAPS III). O profissional P3 se recorda que ela “*veio acolhida em leito devido a um surto por uso de substância química*” (P3).

Levando em conta o percurso de Sol pela rede de atenção psicossocial e, buscando amparo na literatura científica, elucidamos que o trabalho em rede implica em um conjunto de diferentes ofertas de cuidado, propiciadas por diversos dispositivos que possam ser espaços de diálogo entre trabalhadores, usuários e familiares rumo a um cuidado qualificado (JORGE, et al., 2011).

Nesse sentido, a peculiaridade do atendimento a usuários em sofrimento psíquico grave requer “um compartilhamento de responsabilidades”, haja vista que “existe uma perspectiva temporal tendencialmente longa em relação a uso dos serviços de saúde.” (ZAMBENEDETTI, 2009, p. 342).

A despeito de tais considerações, Melo (2020) alerta que a adesão e construção do processo de cuidado tem relação direta com o equipamento de saúde a que o usuário frequenta, cabendo a este serviço centrar o cuidado no sujeito, no intuito de que sua construção se dê de forma colaborativa onde o serviço se adapte e interaja com a heterogeneidade da população utilizando recursos dispostos no território, assim como, com seus interesses e aspirações.

Pressupõe-se que a atenção psicossocial deve ser norteadada por um cuidado subjetivo que rompa com tratamentos prescritos e direcionados ao usuário, garantindo seu protagonismo e autonomia ao passo que oferta cuidado e envolve o usuário nos espaços promotores de saúde. O cuidado e a humanização no atendimento favorecem diretamente os

atores envolvidos na produção de saúde. Estes preceitos têm importante fundamento na Política Nacional de Humanização direcionando o cuidado em saúde oportunizando aos usuários as tecnologias adequadas às suas necessidades como forma de tornar as práticas de saúde efetivas e ampliadas (BRASIL, 2013). Outrossim, o “interesse” de um usuário perpassa necessariamente pelo atendimento de suas expectativas, suas necessidades e suas demandas em saúde. A esse respeito, P3 ilustra este modelo de cuidado a partir de sua experiência profissional: *“a fala depende do público para oferta do cuidado. Isso aí você tem que ser entendido! Se você não for entendido pela pessoa que você está orientando, não vai dar resultado!”* (P3).

Tratando da adesão, para P1 ela acontece quando a pessoa é “colaborativa”, sendo marcada pelo comparecimento em consultas e pela frequência no serviço, conforme sua asserção: *“marca consulta vem, marca psicólogo vem!”* (P1). Em acordo com esta noção, este profissional percebe a adesão em saúde como relacionada a *“quando a pessoa se interessa pela sua saúde, procura ajuda e reconhece que está precisando de atendimento”* (P1).

A concepção de P1 sobre adesão contrasta com a visão de P2 que assevera a complexidade de cada sujeito, dizendo: *“então, às vezes, ele vai vir com frequência, às vezes, eu vou ter que entrar em contato, eu vou ter que ir lá. Eu gosto muito de pensar que a saúde pública a gente faz indo até o paciente, muito mais do que, recebendo o paciente no serviço”* (P2). A partir desse discurso, vê-se a importância de os serviços públicos de saúde mental ampliarem sua participação comunitária visando “maior territorialização e consequentemente possibilitando maior acesso à espaços, cenários e grupos sociais que sejam significativos e simbólicos a seus assistidos” (MELO, 2020, p. 82).

Tal necessidade não passou despercebida ao olhar atento de Sol que busca por conta própria outros pontos de atenção à saúde vinculados a rede de atenção psicossocial e disponíveis no território. Ela relata que já frequentou o Programa Narcóticos Anônimos e passou por internação em uma comunidade terapêutica. Sobre esta modalidade de internação, P5 alerta para algumas dificuldades que podem ser encontradas: *“Ela vai para um lugar onde as pessoas veem papel. Mas, naquilo você não consegue con-*

textualizar esse problema dela” (P5). A fala de P5 deixa ver a importância que este profissional atribui para a contextualização do processo de adoecimento de Sol. Tal preceito perpassa também sua noção de adesão ao cuidado em saúde que é definido como: “adesão seria ela estar em rede assistida tanto na UBS. Para ter todo um controle. Ela é um corpo. Ela é toda contextualizada. Você tem que contextualizar o paciente total. A gente não pode dividir a saúde mental da saúde física. É tudo um contexto” (P5).

Em sua análise, P4 nota a importância da noção de cuidado integral a ser ofertando em um CAPS AD II como um atendimento “*global*” mas, que na prática se limita a “*contrapartida do paciente de querer o tratamento*” (P4). Por sua vez, Sol tem seu próprio olhar sobre este serviço: “*eu sempre tive vontade de participar de tudo. Mas, quando eu vou no CAPS (AD II), eles montam aquelas fichinhas, sabe! Ai eles vão lá e põe o artesanato para mim fazer lá no mês que vem. Ai põe a TO (terapia ocupacional) para mim fazer lá pro fim do mês*” (Sol).

Nesse caso, a adesão ao cuidado em saúde/saúde mental está diretamente relacionada ao estabelecimento de vínculos com o usuário. Esses vínculos são entendidos como demonstração de interesse e valorização ao olhar dos usuários o que acarreta no seu envolvimento com a rede de saúde (BORGES, 2012).

Avaliando sua convivência com Sol na UBS de referência, P1 afirma que os vínculos não foram bem estabelecidos, visto que seu contato com ela foi em tempos anteriores e “*era mais de convidar para pesagem*” durante “*as visitas periódicas para saber como é que (a família) estava*” (P1). Este profissional não atrela suas visitas à possibilidade de formação de vínculos, conforme apontado por Barros, Oliveira e Silva (2007, p. 817) ao proporem que as visitas domiciliares são possibilidades de formar vínculos com a família na perspectiva de que “*o ponto central é o fortalecimento dos laços entre o sujeito que busca o atendimento, o serviço e o território onde deve ser baseado o atendimento*”.

O profissional P5, que atende Sol em situações de crise, avalia: “*O meu vínculo com a Sol é bom (...) ela construiu uma história comigo, de respeito, de*

fidelição. Porque eu sempre coloquei para ela que ela tinha que entender que era um tratamento que dependia dela. Que a parte de desintoxicação eu fazia. Mas tem uma parte psicológica que é a pior sabe (...) E isso que ela não conseguiu fazer” (P5).

O profissional P2, que foi uma das referências para Sol quando ela frequentava o CAPSi, também compreende que houve vinculação com a usuária. Sobre isso ele avalia: *“Ali, quando era eu, eu sentia que era um bom vínculo. Ela gostava. Ela se abria. Ela tinha o serviço como um suporte. Mas, não é o serviço, coisa abstrata. Tinha que ser uma pessoa ali que estava disposta a vincular com ela do jeito que ela é” (P2).* Sobre as situações em que ia visitá-la, acrescenta: *“O que eu sabia era que todas as vezes que eu fosse atrás da Sol, ela ia me receber. Ela ia conversar comigo. Ela não ia fechar a porta na minha cara. Se eu a chamasse para ir no CAPS, ela iria. Para mim foi um vínculo muito bom!”.* As palavras de P2 retratam as estratégias que construiu para a criação de vínculos. Tais afirmações são reforçadas por Pelisoli et al. (2014, p. 226) ao afirmar que *“a construção do vínculo, depende tanto do paciente e de sua disponibilidade interna para o envolvimento quanto do profissional e de seus comportamentos de acolhida”.*

De outro modo, alguns profissionais demonstram opiniões diferentes sobre o papel do serviço na construção de vínculos. A opinião de P4 é que *“foi um atendimento só que eu tive com ela”* e, com isso, *“a gente não teve vínculo”.* E conclui, afirmando: *“ela não chegou a ter nenhum vínculo com nenhum profissional aqui. Porque ela não participou dos agendamentos e acabou abandonando”.* Opinião convergente a não ter vinculação com a usuária é expressada pelo profissional P3. Mesmo a atendendo em diversas situações de crise, ele afirma que não é seu papel se vincular a ela e explica as razões: *“quem tem um vínculo efetivo com a usuária é a Estratégia Saúde da Família” (P3).*

Contrariando as opiniões de P3 e P4 e, versando sobre as especificidades da atenção em saúde mental, Borges (2012) assevera que a construção de vínculos pode se dar de diversas formas e em diversos dispositivos ao longo do processo de constituição do cuidado. Nesse processo, o acolhimento e a escuta, sejam eles em quaisquer serviços,

podem ser promotores de vinculação e de estabelecimento de confiança e de corresponsabilização.

Por sua vez, ao ser indagada sobre uma possível vinculação aos serviços que lhe prestam assistência, Sol avalia: “*tenho um bom vínculo com esses serviços de saúde*”. E complementa: “*eu sinto que eles sempre me acolhem. Eu tenho um bom acolhimento aqui. Pelos profissionais, pelos zeladores, até as tias da limpeza*” (Sol). Reconhecendo que, por vezes, recusa as propostas que lhe são feitas pelos profissionais ela diz: “às vezes eles querem me ajudar, mas eu largo mão” (Sol).

No trabalho multiprofissional a meta da equipe pressupõe a presença de uma escuta ativa e do acolhimento, visto que estas ferramentas corroboram para o comprometimento do usuário com seu cuidado em saúde a partir do estreitamento de laços com a equipe multiprofissional. É o que nos indica P2 quando vincula esse entorno ao caso de Sol ao afirmar que: “*ela adere sim, só que não é com o profissional rude, o profissional que só pensa em internar, o profissional que não está disponível, o profissional que está sentado na cadeira atrás de um computador esperando que ela chegue até ele*” (P2).

P3 manifesta sua percepção acerca do modelo multiprofissional de trabalho ao relatar que “*conversar com psicóloga, assistente social, a equipe, conversar, orientações em dia, terapia ocupacional, tudo isso é importante*” (P3). Com um olhar similar ao apresentado anteriormente, este profissional se reporta a equipe multiprofissional em seu serviço aventando que “*a gente não pode trabalhar só com medicação com o psiquiatra e não trabalhar a parte psicológica com o psicólogo e também os outros profissionais. Terapeuta ocupacional vai trabalhar outras questões, o instrutor de artes, o educador social*” (P3).

Esta é uma concepção que transforma a maneira de prestar serviços, fornecendo novos paradigmas para a mudança no funcionamento de instituições sociais e suas práticas, tal lógica deve ser guiada por sua população e território como forma de prover aos cidadãos um atendimento integrado e um planejamento articulado das ações e serviços de saúde (TANÕ; MATSUKURA, 2019).

P1 nota a amplitude de dispositivos da RAPS mas aguarda pela unilateralidade de iniciativas de Sol ao afirmar: *“eu acho que faltou ter se esforçado um pouquinho mais (...) para pedir ajuda (...) tem aqui, tem CAPS, tem tanto lugar aí. Eu acho que ela pecou nisso”* (P1). Versando sobre isso, P2 traz à luz algumas possibilidades de atuação possíveis dos dispositivos de atenção à saúde expressando que *“é pensar muito mais em como incrementar as ações de UBS, como incrementar as ações da assistência social, das comunidades que têm lá já”* (P2). Conforme Lobosque (2011, p. 4591) tal empreitada inclui *“parcerias intersetoriais, com a educação, a justiça, os direitos humanos e a assistência social”*.

Ao longo de sua fala, P5 indica algumas dificuldades nas ações de intersetorialidade em seu território: *“é a UBS que não conversa com o CAPSi, que não conversa com a Emergência”* (SEP). Mesmo diante desse cenário, P5 busca alinhar seus cuidados às diretrizes do SUS: *“a gente fez a reunião, (...) CAPSi e a família. Com a equipe que ia acompanhar ela ambulatorialmente. Para ela ter essa sequência. Para não deixar ela solta”* (P5). Confirmando tais afirmações Tanõ e Matsukura (2019, p. 22) avaliam que as *“potencialidades e benefícios do trabalho intersetorial, na medida em que os contatos se estabelecem, são tecidas redes de suporte não somente para os usuários dos serviços, mas também para os profissionais”*.

Acerca do cuidado possível ofertado pelas equipes multiprofissionais nos serviços da RAPS, Sol demonstra satisfação com o atendimento recebido e, ao ser questionada se estas lhe fazem algum benefício, ela diz: *“Ajuda! Tenho bastante benefício!”* (Sol).

Na perspectiva da atenção psicossocial, a adesão ao cuidado pressupõe a existência simultânea e cotidiana, tanto de possibilidades, como também de limites. Em uma de suas falas, ao ser solicitado a relembrar as razões da não adesão, bem como o distanciamento de Sol da UBS nos últimos anos, no entender de P1, estas estão situados em diversos planos, seja organizacional (pela licença saúde), seja político (pela exclusão do grupo de pesagem) e, mais recentemente, pelo limite

extraordinário de não ter podido fazer visitas como consequência de restrições sanitárias em 2020 e 2021.

Este limite (ou não vinculação) com Sol, para o profissional P3, se situa no fato de somente tê-la atendido em situações de acolhimento em leito. Sobre isso ele argumenta: “*nós atendemos aqui porque o meu serviço é interno dos acolhidos em leito e eu não saio para visitas (...) quem sai para visitas são os psicólogos e as enfermeiras do Sistema Único de Saúde, Saúde da Família que vai nas casas*” (P3).

P4 atribui como limite da não adesão o fato de Sol não “*querer cessar o uso (de substâncias psicoativas)*”. Com essa avaliação, este profissional coloca a abstinência como regra. Com isso, desconsidera a proposta da redução de danos (RD) como uma ferramenta que faz ou faria parte da oferta de cuidado em um CAPS AD. Seu ajuizamento contradiz Passos e Souza (2011, p. 160-161) ao afirmarem que “*a própria abstinência pode ser uma meta a ser alcançada, porém mesmo nesses casos trata-se de uma meta pactuada, e não de uma regra imposta por uma instituição*”.

O único entrevistado a defender a RD como uma estratégia de cuidado foi P2. Para ele, não se pode avaliar que “*um serviço funciona porque Sol está abstinente (...) é preciso acreditar no desenvolvimento dela enquanto pessoa, com ou sem uso de drogas*” (P2). Porém, seria preciso que o serviço fosse “*disponível, acolhedor de fato, não tendencioso, julgador, enquadrador, dentro da caixinha da normalidade, da regra*” (P2).

Por outro lado, as reflexões engendradas por P2 referem como limites alguns outros fatores. Entre eles, a descontinuidade do cuidado por questões institucionais (troca de profissionais do serviço) e pela localização do serviço que é situado em uma região de difícil acesso. Elenca ainda condições subjetivas de Sol, visto que “*ela sumia e era um período de talvez um mês*” (P2), com isso havia períodos de “*bastante frequência, depois espaçamento*” (P2). Sol apoia tal avaliação afirmando: “*eu deixo de me envolver. Eu vou para a rua. Eu deixo de me envolver*”. Expondo seus limites, ela sentencia: “*às vezes eles querem me ajudar mais do que eu preciso e eu não deixo eles me ajudar*” (Sol). P2 situa ainda o fato de que o Núcleo de Apoio à Saúde

da Família (NASF), criado em 2008, para apoiar as equipes de Saúde da Família visando aumentar a resolutividade dos problemas da população, tenha sido extinto no município em 2018 visto que “*era uma ponte muito valiosa que a gente fazia com o território e com o serviço do CAPS*” (P2). Outro limite diz respeito à cultura da internação, ou seja, a concepção de que não “*houvesse outros caminhos que não a internação*” (P2), vindo tanto por parte da família, como por parte dos profissionais.

P5 expõe que outro percalço a ser ultrapassado é o funcionamento da rede. Fazendo uma crítica a este funcionamento, ele desabafa: “*a rede não funciona*” e precisa “*ser mais bem abastecida de profissionais*” (P5), visto que os serviços não conseguem atender as suas demandas de saúde sequer por assistência em saúde bucal ou por sequelas de uma fratura óssea, entre outras. Sobre um trabalho, de fato, em rede, P5 lamenta que os serviços não “*conversam*” entre si.

As falas dos profissionais deixam ver que nesse processo de cuidado que “*nem tudo são flores*”! Porém, também denotam que muitas possibilidades poderiam/podem existir! Certamente, umas das possibilidades mais destacadas nos estudos atuais enquanto fruto de práticas consideradas exitosas, diz respeito a construção de uma nova lógica de cuidado. Esta é descrita por Merhy e Franco (2003) como aquela que se configura à medida em que as relações entre usuários e trabalhadores em saúde ultrapassam o instrumental prescritivo e se voltam ao uso das tecnologias leves que incluem o aspecto relacional que se dá entre as pessoas que procuram a produção da saúde.

P2 avalia que as possibilidades viriam com a formação de vínculos efetivos e contínuos, visto que Sol “*é uma pessoa fácil de ser conquistada*” e “*quer que as pessoas cuidem dela. Quer que as pessoas gostem dela*” (P2). Porém, “*é preciso que o profissional faça, de fato, um esforço de algumas vezes ir atrás dela*” (P2). Esta fala é confirmada por Pelisoli et al. (2014) ao afirmar que o acolhimento humanizado pressupõe a escuta sensível com intuito de aproximação e formação de vínculo, observando o significado multidimensional da experiência vivenciada pelo usuário.

Ainda no rol das possibilidades várias ações que fogem da alçada da saúde foram citadas tanto por P2, quanto por P5. Ambos entendem que as ações de saúde mental devem ir além do contexto da saúde, inserindo-se no campo intersetorial. Como exemplo, P2 cita ações que estariam ligadas a “*um plano terapêutico*” (P2) que envolvesse outras políticas públicas ligadas à área do Esporte, da Educação, da Cultura. P5 entende que deveria haver “*um programa de ressocialização para ela*”. Para que ela pudesse “*ser reinserida na sociedade. Ter um emprego. Voltar para a escola*” (P5). Estas opiniões aludem a conceitos de interdisciplinaridade e intersetorialidade como campos de práticas capazes de fomentar novos paradigmas (BRASIL, 2003).

Por fim, agarrada a uma vontade de mudar o curso de sua vida Sol ajuíza: “*eu não desisto de mim. Só isso que eu tenbo. Não quero ficar assim para sempre*”. Com isso, demonstra que percebe que podem existir outras possibilidades de sonhar.

CONSIDERAÇÕES

Os achados evidenciam que a adesão ao cuidado é um processo construído no cotidiano dos serviços e envolve os usuários, os trabalhadores, os familiares, assim como as formas de gestão. Esse processo requer a adoção de estratégias voltadas ao cuidado integral, a atuação em equipe multiprofissional, ao trabalho em rede e em rede intersetorial, a instituição dos conceitos de clínica ampliada e de projeto terapêutico singular, entre outras. Exige ainda que as intervenções sejam orientadas pela escuta qualificada, pelo acolhimento e estabelecimento de vínculos, de modo a que se possa construir práticas que valorizem a autonomia do usuário para que se possa produzir condições para a sua reabilitação psicossocial.

Essa forma de trabalho requer um conjunto de transformações de saberes, valores e práticas que demandam uma diversidade de atores sociais e estratégias de gestão que ultrapassam os limites das políticas

de saúde, exigindo ações intersetoriais implicadas em um projeto de afirmação dessas políticas e contrário à exploração e à exclusão social.

Salienta-se a importância de pesquisas que abordem a questão da adesão, considerando o papel ativo e protagonista do usuário como forma de oferecer o cuidado condizente a cada singularidade, a construção de autonomia visando possibilitar a produção de vida.

REFERÊNCIAS

BARROS, S.; OLIVEIRA, M. A. F. de; SILVA, A. L. A. Práticas inovadoras para o cuidado em saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 41, 2007, p. 815-819. Edição Especial. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/recusp/v41nspe/v41nspea12.pdf>.

BORGES, R. F. **Reforma psiquiátrica brasileira e atenção básica à saúde: desafios e possibilidades**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental e atenção básica: o vínculo e o diálogo necessários**. Inclusão das ações de saúde mental na atenção básica. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas / Departamento de Atenção Básica Coordenação Geral de Saúde Mental. Coordenação de Gestão da Atenção Básica, n. 01/03. Brasília-DF, 2003. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1734.pdf>.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf>.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Síntese de evidências para políticas de saúde: adesão ao tratamento medicamentoso por pacientes portadores de doenças crônicas**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/sintese_evidencias_politicas_tratamento_medicamentoso.pdf

JORGE, M. S. B.; PINTO, D. M.; QUINDERÉ, P. H. D.; PINTO, A. G. A.; SOUSA, F. S. P. de; CAVALCANTE, C. M. Promoção da Saúde Mental – Tecnologias do Cuidado: vínculo, acolhimento, co-responsabilização e autonomia. **Ciência & Saúde Coletiva**. 16(7): 3051-3060, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CMNBywFRDpPgjhFHBzxTqWH/?lang=pt>.

LOBOSQUE, A. M. Debatendo alguns desafios da reforma psiquiátrica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**. Abrasco, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 2, p. 4590-4602, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011001300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

MELO, L. S. **Dificuldades para adesão ao tratamento em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas: perspectiva do usuário**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

MERHY, E. E.; FRANCO, T. B. Por uma composição técnica do trabalho centrada nas tecnologias leves e no campo relacional. **Saúde em Debate**, 27(65), 345-353, 2003.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**; 23 (1): 154-162, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zMk4Dq4gQ4XhH4dQgzScQRm/?lang=pt>.

PELISOLI, C.; SACCO, A. M.; BARBOSA, E. T.; PEREIRA, C. de O. Acolhimento em saúde: uma revisão sistemática em periódicos brasileiros. **Estud. psicol.** Campinas, v. 31, n. 2, p. 225-235, June 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/FxZKK68Zrk3DBg8YPrtnqR/?lang=pt>.

TANÔ, B. L.; MATSUKURA, T. S. Intersetorialidade e cuidado em saúde mental: experiências dos CAPSij da região sudeste de Brasil. **Physis: Revista de saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2019, p. 1-27. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/physis/a/8pjwNXdHx7sn3Hh6bbGVWsK/?lang=pt>>.

TERRA, M. F.; BERTOLOZZI, M. R. Tratamento diretamente supervisionado (dots) contribui para a adesão ao tratamento da tuberculose? **Rev Latino-am Enfermagem**, julho-agosto, 16(4), 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/XPHJ4SysHkzqdJZvKhYk3Kw/?lang=pt&format=pdf>.

ZAMBENEDETTI, G. Dispositivos de integração da rede assistencial em saúde mental: a experiência do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira. **Saúde Soc.**, São Paulo, SP, v. 8, n. 2, 2009, p. 334-345. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Wg48xm9dSR6FFqRs5PC8kjr/?lang=pt>.

Nota: texto submetido para publicação em Revista Científica.

O TRABALHO IN(TE)RDISCIPLINAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM CONVITE À DECOLONIALIDADE

Hellen Marostica³⁵

Laura Laurenti de Freitas³⁶

Janara Antunes de Moraes³⁷

INTRODUÇÃO

Historicamente, a atenção à saúde é caracterizada por posturas hierárquicas de poder/saber entre a academia e o território, pouco escutando e dialogando com os sujeitos (BARBOSA; OLIVEIRA; CORRÊA, 2023). Sustentada por compreensões fragmentadas dos corpos divididos e categorizados em partes e funções a serem estudadas em disciplinas também isoladas, este entendimento se capilariza para processos de trabalho, estudo e experiências de vida em sociedade.

É urgente, portanto, suspender visões de mundo e de sujeito eurocentradas, que compreendem o indivíduo como instância individual, desassociado da coletividade, e que impõem controle pelo poder e pela latência da colonialidade, construindo modelos de cuidado em saúde médico-centrados, uniprofissionais, segmentados e hierarquizados (ARAÚJO; DA COSTA; SILVA; GERVAIS, 2022; BEZERRA; CAVALCANTI; MOURA, 2023). Dessa forma, é inviável que as profissões da Saúde continuem a fechar-se em si mesmas e impossibilitar compreensões e debates ampliados entre mais de uma perspectiva profissional.

³⁵ Especializanda em Saúde da Família e Comunidade (Escola de Saúde Pública). Psicóloga (UFSC). CV: <http://lattes.cnpq.br/3635978198254103>

³⁶ Especializanda em Saúde da Família e Comunidade (Escola de Saúde Pública). Nutricionista (Unifil). CV: <http://lattes.cnpq.br/4903275758529332>

³⁷ Especializanda em Saúde da Família e Comunidade (Escola de Saúde Pública). Profissional da Educação Física (UFSC). CV: <https://lattes.cnpq.br/7883511495949506>

Na Saúde Coletiva, o reconhecimento do sujeito em seus atravessamentos (que se expressa, na prática, em composição de equipes multiprofissionais), vem, com suas limitações, romper esta lógica. Este entendimento se faz presente em políticas públicas, leis e textos oficiais, em estudos teóricos e práticas cotidianas dos serviços. Assim, o paciente que está no consultório não é apenas corpo biológico, mas também história, memória, cultura e ancestralidade (BRASIL, 2013).

Lançadas desta partida teórica, situamos esta escrita em uma cidade da Região da Grande Florianópolis, colonizada por portugueses açorianos e alemães a partir de 1750. Este município, juntamente com o litoral catarinense, passa por uma onda migratória devido à necessidade de mão de obra gerada pela grande especulação imobiliária, que influencia o estado de saúde do território e a garantia de direitos básicos. As autoras estão situadas dentro de um programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade em que diversas profissões se integram: psicologia, nutrição, educação física, enfermagem, medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, odontologia e agentes comunitários de saúde.

Temos como objetivo relatar a experiência das trocas e interlocuções na construção de saberes por diversas mãos e situá-la dentro da ótica da decolonialidade. Assim, defendendo que o cuidado ao usuário precisa, ainda, deslocar-se de posições hierárquicas de saber e controle e reiterando o potencial do trabalho em equipes multiprofissionais no que diz respeito à sua contribuição para a clínica ampliada e para o olhar integral para a saúde do sujeito e das coletividades.

Optou-se por construir tais reflexões neste espaço, mesmo que inicialmente voltado a discussões específicas da psicologia, pela defesa que se molda acerca da integralidade na compreensão e na atuação na Saúde Coletiva. Acreditamos ser incoerente com a proposta deste texto que ele se costurasse apenas a partir do viés da psicologia, quando tantos outros olhares são igualmente possíveis – neste caso, nutrição e educação física também constroem estas linhas. Com a permissão para uma licença poé-

tica, reescrevemos a importante frase de Claude Lévi-Strauss para afirmar que a psicologia também “leva a tudo, com a condição de se sair dela”.

PONTO DE PARTIDA: DE ONDE FALAMOS?

É indispensável, para a escrita crítica que nos propomos construir, pontuar nossa perspectiva contrária à falácia de que a ciência pode ser neutra. O discurso da neutralidade, como apenas mais uma face do poder, não se sustenta em nossa prática ou em nossas análises de contexto. Falamos, enquanto mulheres, brancas, cis, urbanas e Residentes, a partir de uma resistência implícita aos processos de trabalho, ou seja, um *lugar de fala*, como conceituado por Djamila Ribeiro (2017) e, de forma semelhante, por Conceição Evaristo em sua colocação sobre o *ponto de partida da escrita*: “onde estão fincados nossos pés” (EVARISTO, 2017).

As residências em saúde foram criadas no Brasil em 2005, por meio da Lei nº 11.129 e abrangem diversas especialidades e níveis de atenção dentro do SUS (BRASIL, 2005). A proposta desta pós-graduação é a inserção imersiva em serviços de saúde com carga horária dividida entre trabalho e estudos. Dessa forma, residentes especializam-se nos moldes de trabalho do SUS enquanto atuam dentro dele. O cotidiano, no caso da Residência em Saúde da Família e Comunidade, é característico de equipes de apoio: prestar suporte às equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), atuando de forma integrada e na lógica da corresponsabilização do cuidado (BRASIL, 2008).

O trabalho em equipes pode ser descrito por diversas terminologias, que se diferenciam por suas fundamentações teórica, ética e política da prática profissional. A equipe “multiprofissional”, nomenclatura escolhida pelas Residência em Saúde e pela portaria federal que define a e-Multi (Equipe Multiprofissional da Atenção Primária), diz respeito a um conjunto de especialidades que simultaneamente tratam de uma dada questão, porém sem que os profissionais estabeleçam entre si efetivas relações no campo técnico ou científico (ALMEIDA FILHO, 1997).

Já o termo “interprofissional” propõe a ideia do trabalho em conjunto composto por diferentes núcleos de saberes. Como descreve Furtado (2007), a lógica interprofissional tem como intenção a horizontalização das relações, que são pautadas por reciprocidade, aprendizagem mútua e produção de novos conhecimentos e atitudes profissionais. A própria Saúde Coletiva é um exemplo, pois representa um campo complexo que articula diversos saberes, como a saúde, as humanidades e a economia (ROSA; ARRUDA; MATTIA; RIBEIRO, 2022).

Mas há ainda a perspectiva da “indisciplinaridade”, proposta por Rodrigues (1999). O termo não é utilizado para classificar equipes, como os anteriores, mas como uma diretriz de conduta deste trabalho, e que bastante se assemelha ao que objetiva nossa escrita: uma postura de “irreverência contra a propriedade privada de campos teóricos e empíricos; insolência contra a canonização de métodos” (p. 12).

No momento da redação deste texto as equipes multiprofissionais na Atenção Primária passam por modificações. Destaca-se o desmantelamento do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), decorrente da aprovação da Portaria nº 2.979 (BRASIL, 2019), que instituiu o Programa Previne Brasil, juntamente com a Nota Técnica nº 3/2020, que revogou as normas que definiam os parâmetros de custeio para o NASF (BRASIL, 2020). Isso resultou no descredenciamento das equipes, sem perspectivas de uma proposta de substituição para dar continuidade à política extinta. Com essa desvinculação, gestores municipais ganharam autonomia para compor as equipes de maneira discricionária, decidindo sobre a composição profissional, carga horária e forma de atuação.

O município em que nosso relato se situa manteve as equipes em atividade e recebeu financiamento do orçamento da Secretaria do Estado com valor aquém daquele proveniente do antigo cofinanciamento federal. Apesar da continuidade das equipes, ferramentas anteriormente utilizadas pelo NASF, como o apoio matricial, perderam espaço na agenda dos profissionais. Tais mudanças e reformulações evidenciam o caráter político implícito aos processos de trabalho dentro da Saúde.

SAÚDE E DECOLONIALIDADE

Debater Saúde de forma ampla e não individualizante contribui para a expansão de saberes, não enclausurados e limitados dentro de suas áreas, construindo um SUS plural - como deve ser. Para uma prática transformadora, contextualizada, implicada e ética é urgente ir além do sintoma e da doença e questionar: O que este corpo faz? O que este corpo come? O que este corpo fala? Quais cicatrizes, físicas e simbólicas, este corpo carrega? São os grandes tensionamentos desta práxis que provocam pequenas rachaduras na lógica colonizadora, que como apontam Nunez et al. (2020):

age através do desejo das nações que se entendem superiores pela dominação e extermínio de corpos, culturas, vivências e relações das nações/povos que são produzidas como inferiores. Tais produções de inferioridade e de superioridade tornam-se estratégias utilizadas para designar quem é colonizador e quais existências são colonizadas. Essas estratégias são justificadas através das diferenças: dos corpos, tom da pele, das línguas, da espiritualidade, das relações com a terra, com o trabalho, com outros seres vivos – incluindo determinar quem conta como humano (NUNEZ et al., 2020 p. 155).

Ou seja, a colonialidade independe da existência de colônias, sendo uma lógica de desumanização construída a partir do “descobrimento” do Novo Mundo e consequentes esquemas de escravidão que deste evento resultaram, tendo como referencial o enquadramento de um homem, cisgênero, branco, heterossexual, patriarca, sem deficiência, monogâmico e cristão. Construído este modelo hegemônico de humanidade, quem se encontra do lado de “fora” é lido como desumano, não civilizado, não passível de luto, atrasado, animalesco, descartável, inimigo ficcional que o Estado tem o direito de matar sob a justificativa da ordem, da limpeza e da economia (BUTLER, 2015; MBEMBE, 2016). Fanon (1961) nos

lembra que, na cidade do colonizado, “se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê” (p. 29).

O antropólogo José Carlos Rodrigues, em sua obra *O Corpo na História* (1999) defende que é o mito da “miséria original” (o mito de origem da sociedade industrial) que em grande parte fundamenta intervenções-caridade: “tira-se o outro do fundo do poço de sua ignorância e escravidão e o transporta às luzes da humanidade plena” (p. 23). De acordo com seus estudos, a narrativa de “evolução” da espécie humana fundamenta, sustenta e autoriza a ideia de que, já fomos subjugados pela natureza, inadaptados, atrasados - o que não se confirma ecológica e teoricamente. É tal estória que se propõe a explicar que o ser humano dominou a natureza, justificando a bênção e a relevância da ciência, da intelectualidade e da tecnologia. Assim, é permitido que povos e culturas sejam subjugados, pois cria-se O Humano, aquele que habita a sociedade industrial, senhor da razão, e o humano “entre”, médio, no meio do caminho, ainda iniciante em suas conquistas, aguardando o desenvolvimento pleno de sua humanidade.

E a Saúde Coletiva não escapa a essa lógica estrutural em nosso país. A ciência que fazemos é sustentada pela sombra onipresente da colonialidade, privilegiando certos corpos e tornando outros abjetos. Quando falamos em colonialidade, nos referimos à raiz das instituições levantadas pela ótica ética, política, subjetiva e material compulsórias e destrutivas.

O TRABALHO IN(TER)DISCIPLINAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

No tocante às atividades multiprofissionais, podemos categorizá-las em três grandes pólos: clínico-assistencial (atendimento direto ao usuário, seja de forma individual ou coletiva), técnico-pedagógico (suporte aos profissionais - enquanto “especialistas” que somos, pela via do matriciamento) e de participação social (fomento a assembleias, Conselhos de Saúde, conferências, etc.).

A dimensão clínico-assistencial se dá nas consultas individuais e/ou compartilhadas e nos grupos que acontecem na Unidade Básica de Saúde (UBS), na comunidade (igrejas ou associações de bairro) ou de forma virtual. Onde atuamos existem grupos que promovem o cuidado de formas distintas, como: atividade física mediada por profissionais de educação física; educação alimentar e nutricional mediada por nutricionistas; saúde mental mediada por profissionais da psicologia; e grupos com outras temáticas e públicos, como pacientes com seletividade alimentar, gestantes, pessoas com fibromialgia e adolescentes, mediados por mais de uma categoria profissional.

A dimensão técnico-pedagógica acontece de maneira irregular, uma vez que esta, que deveria se pautar no apoio matricial como ferramenta de suporte aos profissionais, deixou de ser institucionalizada após as mudanças políticas de 2019. Diante disso, a prática matricial depende da compreensão das equipes quanto à sua efetividade e da disposição e reserva de espaço nas agendas dos profissionais, para que então possam ocorrer as trocas de saberes; trocas essas que podem promover empoderamento e autonomia das equipes, desvinculando-se da lógica de referência e contrarreferência de um cuidado curativista.

Com relação às atividades multiprofissionais na dimensão da participação social neste município, podemos relatar a sua quase inexistência. Apesar disso, há um tensionamento por meio das atividades que realizamos com a população, principalmente nas práticas grupais, para promover autonomia de usuários/as/es, objetivando sua emancipação e promovendo cuidado em saúde e acesso a direitos. Porém, a participação social não possui ações planejadas, organizadas e interiorizadas na atuação dos profissionais. Os grupos se tornaram, informalmente, a principal estratégia para dialogar e incentivar o controle social de diversas formas: educação sobre direitos de usuários/as/es e incentivo para participação de assembleias, conselhos e conferências municipais de saúde. Contudo, infelizmente, estas práticas ocorrem somente quando

o profissional envolvido nas ações compreende e valoriza a participação social na construção dos espaços da Saúde.

OS CONVITES E DESCONVITES À DECOLONIALIDADE

A lógica colonial se expressa na Saúde Coletiva através, por exemplo, da invisibilidade sobre as narrativas indígenas, quilombolas, negras, LGBTQIAPN+, com deficiência e/ou periféricas; ou então, na tímida produção científica sobre condições de vida e de morte de grupos vulnerabilizados (GONÇALVES; OLIVEIRA; GADELHA; MEDEIROS, 2019). Mesmo que inseridos na lógica estrutural e estruturante da colonialidade, existem alguns tensionamentos provocados pelo convite, ainda tímido, à decolonialidade, ou seja, uma resistência teórica, prática, política e cultural. Para isso, as práticas da Saúde precisam ser capazes de transformar condições e modos de vida, guiadas pela busca da produção da saúde e não pela fuga e cura de doenças, o que significa “acreditar que a vida pode ter várias formas de ser percebida, experimentada e vivida” (BRASIL, 2013, p. 23).

E como nos convoca Krenak (2020), a fim de abrir algumas fissuras na lógica capitalista e colonialista é preciso antes de tudo questionar o que estamos chamando de “saúde”, “doença”, “cuidado”, etc., termos comuns dentro do SUS, onde estamos inseridas. Segundo ele, dentro de um sistema imperialista, aquilo que menos importa é a vida, defendendo, inclusive, que no capitalismo não há iniciativa do Estado que de fato se interesse em cuidar de alguém:

[...] em que momento é possível cruzar a ideia da integralidade e equidade quando o próprio complexo todo não tem equidade, e mesmo quando busca a integralidade o faz de uma maneira manipulada e com o objetivo de controle? O sistema da saúde do Ocidente é controle, como colocou Foucault (1987), o barato do Ocidente é vigiar e punir. Então, ele só mantém vivo quem ele pode usar a seu serviço, e deixa morrer quem ele não quer vivo (KRENAK, 2020, p. 4).

Nas atividades coletivas buscamos realizar tais reflexões. Os grupos são potencialmente capazes de questionar a lógica colonizadora e permitir o tensionamento necessário para gerar reflexões subversivas. Esta postura vai desde o planejamento do grupo até sua execução, construindo saberes junto de usuários/as/es e dos profissionais, horizontalizando as trocas. Trazemos como exemplo uma oficina realizada no grupo Gestão Autônoma da Medicação (ONOCKO CAMPOS, 2014), onde foi proposta a reflexão da seguinte frase: “eu sou uma pessoa, não uma doença”. O cerne do debate foi ampliar o nosso olhar (profissionais e usuários) para o que nos define e que lugar a doença ocupa em nossas vidas.

Assim como disse Flávia de Assis Souza (2019, p. 191), “o saber-corpo também pode ser traduzido como o conhecimento produzido a partir da experiência porque coaduna com a ideia de se localizar e falar a partir das marcas, do espírito e da ancestralidade (inscrita no corpo)”. A autora propõe que tomemos o corpo de volta ao processo de produção de saberes, como um ato de rebeldia contra a ciência moderna colonizadora. Neste sentido, estar em grupo implica em escutar os saberes-corpos daqueles ali presentes e, quando o espaço-tempo é construído a partir da perspectiva de horizontalidade dos saberes, o conhecimento ali comutado pode promover “situações extraordinárias”.

No entanto, em seu ensaio, a autora bem descreve sobre o mito da neutralidade científica e critica o fato de as construções das academias e seu programa de pós-graduação em Saúde Coletiva serem marcados pela branquitude cis-hetero normativa acadêmica que reforça a invisibilidade de outros corpos existentes, sendo portanto uma estrutura de poder colonialista que reforça a formação patriarcal, racista, sexista e heteronormativa da sociedade brasileira (SOUZA, 2019). Em concordância, não se pode esperar que os grupos feitos por profissionais de saúde, cuja formação profissional e pessoal não discute sobre temas decoloniais, seja por si só emancipatória e promotora da educação popular. Na prática, as chances de reproduzir o modelo centrado na fragmentação dos corpos e nos modelos coloniais, ainda são grandes, e

acontecem. Portanto, reforçamos: o grupo pode ser um local promotor de autonomia e empoderamento, mas o olhar dos profissionais precisa estar atento à não neutralidade dos saberes-corpos presentes para que estes objetivos sejam alcançados.

Alguns autores também citam que as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, enquanto política pública (BRASIL, 2006), ampliam o debate sobre a coexistência de saberes e práticas na Saúde, questionando e resistindo à dominação da ciência moderna. Dessa forma, as PICS podem ir além do modelo biomédico e tecnomecanicista e contribuir para a crítica à colonialidade ao fomentar o encontro de racionalidades e terapêuticas diversas, possibilitando que a cultura e os cuidados de cada território tenham seus conhecimentos valorizados. Isso também reverbera nos profissionais, que se veem desafiados a, no mínimo, refletir sobre sua formação (SILVA; SILVA; SANTOS; NETO; BARBOSA, 2019).

Ainda assim, o contexto em que estamos inseridas reforça diariamente a lógica da colonialidade. Realizamos aos poucos algumas incisões dentro desse sistema, sem muito apoio e muitas vezes até sem perspectiva. A Saúde precisa, constante e exaustivamente, se deslocar de alguns pilares e pedestais simbólicos construídos historicamente a seu favor, em detrimento de outras vozes.

Até mesmo as Residências em Saúde merecem a menção de que, desde sua implantação, disputam espaços e direitos dentro das instituições de ensino e dos serviços do SUS. Até hoje há movimentos importantes de tensionamentos e reivindicações a serem elaborados para que pequenos grandes avanços ocorram. Citamos como exemplos a inexistência de uma política de cotas institucionalizada, a não garantia de permanência, com auxílios moradia, alimentação e transporte (apesar de esse acesso ser garantido para alguns programas de residência médica), os poucos programas voltados à saúde dos povos indígenas e à saúde das populações do campo, a destoante quantidade de vagas para residência médica comparada com a residência multiprofissional, bem como a falta de equiparação de bolsas-salário entre estes programas.

Considerando tal contexto, nossa defesa é que o trabalho in(ter) disciplinar seja uma das ferramentas para remodelar o histórico e atual funcionamento da Saúde enquanto instituição de vigilância, dominação, controle e poder, mesmo que não seja, em si, agente desta transformação. Muita escuta, abertura e curiosidade são necessárias para que profissionais atuando juntos sejam mais do que “só” isso, e mirem naquilo que nos propôs Paulo Freire (1983, p. 11): “Esqueça-se de quase tudo o que já lhe ensinaram. Dispa-se, fique nu de novo e comece a se vestir com as massas populares. Esqueça-se da falsa sabedoria e comece a reaprender de novo”.

CONSIDERAÇÕES

Depreende-se, então, que a in(ter)disciplinaridade não está presente somente pois a equipe possui profissionais de diferentes áreas; o diálogo entre elas é imprescindível na construção do Projeto Terapêutico Singular dos/as/es usuários/as/es, e o olhar e a conduta de cada trabalhador(a) deve permanecer em constante reflexão e expansão. O trabalho em equipe aponta tanto a importância das categorias profissionais, suas potencialidades, quanto as suas limitações e desafios que são produzidos na interação com diferentes olhares.

É possível destacar como vivenciamos a potencialidade do trabalho in(ter)disciplinar em muitos momentos de trocas entre os profissionais do serviço, como os matriciamentos, as atividades coletivas e os atendimentos compartilhados. Compreendemos que é através da interlocução de saberes que de fato a atenção à saúde será integral e os pressupostos da Reforma Psiquiátrica, respeitados.

Vale a ressalva de que o trabalho em equipes é diferente de uma desresponsabilização pelas áreas de conhecimento que não sejam a nossa. As trocas são momentos de diálogo, e não de um mero pedido de ajuda se esbarramos em limitações teórico-práticas da nossa profissão. É necessário que tenhamos conhecimento, mesmo que mínimo, dessa integralidade sobre a qual tanto falamos.

Por outro lado, é essa compreensão integral de sujeito que também desloca a pretensão ou a expectativa de que categorias isoladas dêem conta de tudo. Percebemos como o trabalho in(ter)disciplinar põe panos quentes na sensação de insuficiência - que é real, somos insuficientes porque somos parte, o que não diz de incapacidade ou de incompetência, mas de um cuidado que é compartilhado.

Ainda assim, desafios continuam a se fazer presentes, como a prevalência, mesmo que discreta e implícita, do saber médico. Observamos que essa assimetria limita a relação entre saberes, técnicas e práticas. Para que o trabalho ocorra de forma in(ter)disciplinar e decolonial é preciso que os profissionais estejam constantemente renunciando suas supostas verdades absolutas. Como apontam Araújo et al. (2023), essa práxis se consolida em um processo de consensos e dissensos atravessado pela colaboração entre saberes desde a fase de planejamento de ações até a sua execução para que o trabalho seja resolutivo.

Outra limitação evidente é do próprio serviço, no que diz respeito à quantidade de profissionais, espaço físico, materiais, etc. Reforçamos aqui a importância dos investimentos públicos, cada vez mais precarizados. Afinal, não se produz saúde sem rede, sem equipes, sem financiamentos, sem educação permanente e sem co-responsabilização. Devido ao constante sucateamento, avaliamos que teríamos experiências ainda mais potentes se houvesse mais profissionais e mais categorias em atuação. O desmonte da Atenção Primária dos últimos anos e o grande incentivo a serviços de saúde cada vez mais especializados vai na contramão da lógica comunitária, preventiva, informacional e libertadora.

Nesse cenário, percebe-se que não bastam a teoria, a ética e o desejo: o contexto sempre constrói bordas, limites e o onipresente sentimento de insuficiência. Desse modo, o trabalho em equipe e in(ter)disciplinar também contribui para uma atuação menos solitária e isolada, tal como costuma ser estimulado pela perspectiva positivista e segregadora de conhecimentos. Vale ressaltar também a importância de currículos nas graduações das profissões da Saúde que preparem

o corpo estudantil para o trabalho em equipe, valorizando a atuação em uma perspectiva decolonial.

Aqui, a decolonialidade está na não imposição do saber quando em relação ao usuário, mas também na colaboração e abertura aos outros saberes dele e das categorias com quem trabalhamos. Como nos disse Paulo Freire (1983), ninguém está sozinho no mundo. E em nossa sociedade ocidental e criadora de binarismos, o esforço para o diálogo e co-construção de saberes faz-se bastante necessário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. de. Transdisciplinaridade e saúde coletiva. **Ciência & saúde coletiva**, v. 2, p. 5-20, 1997.

ARAÚJO, J. M. et al. Relação entre território e residência em saúde: uma possibilidade de experiência decolonial? **Saúde em Debate**, v. 46, p. 196-206, 2023.

BARBOSA, A. C.; OLIVEIRA, R. G. de; CORRÊA, R. M. Cuidado em Saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2469-2477, 2023.

BEZERRA, P. A.; CAVALCANTI, P.; MOURA, L. B. A. Colonialidade e saúde: olhares cruzados entre os diferentes campos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. 1-17, 2023.

BRASIL. **Cadernos de Atenção Básica, n. 34 - Saúde Mental**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPI-C-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019**. Institui o Programa Previne Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA Nº 3/2020-DESF/SAPS/MS**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020.

BRASIL. **Portaria GM/MS Nº 635, de 22 de maio de 2023**. Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. **Portaria Nº 154, de 24 de janeiro de 2008.** Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 2015.

EVARISTO, C. **O ponto de partida da escrita – Ocupação Conceição Evaristo** (2017). YouTube, 3 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3CWDQvX7rno>. Acesso em: 22 dez. 2023.

FANON, F. **Os condenados da Terra.** 1968 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FURTADO, J. P. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 239-255, 2007.

FREIRE, P. **Como trabalhar com o povo.** 1983.

GONÇALVES, L. A. P. et al. Saúde coletiva, colonialidade e subalternidades-uma (não) agenda?. **Saúde em debate**, v. 43, p. 160-174, 2020.

KRENAK, A. Reflexão sobre a saúde indígena e os desafios atuais em diálogo com a tese “Tem que ser do nosso jeito”: participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. 1-8, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** Artes e Ensaios, n. 32, 2016. 2021.

NÚÑEZ, G. et al. Partilhar para reparar: tecendo saberes anticoloniais. **POLÍTICAS**, p. 153-167, 2020.

ONOCKO CAMPOS, R. et al. **Gestão autônoma da medicação—Guia de Apoio a Moderadores.** DSC/FCM/UNICAMP, 2014.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RODRIGUES, J. C. **O Corpo na História.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ROSA, O. M. et al. Educação Interprofissional em Saúde: elucidando conceitos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, p. 1-12, 2022.

SILVA, C. C. S. et al. Descolonização e Epistemologia do Sul nas práticas integrativas e complementares em Saúde. **Sociologia**, v. 3, n. 9, p. 101-106, 2019.

SOUZA, F. A. O saber-corpo e a busca pela descolonização da saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 189-202, 2020.

CHECKLIST: UM PROTOCOLO DE MATERNIDADE EM PROCESSOS DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR

Rosária Marília da Silva³⁸
Adriana Barin de Azevedo³⁹

A atuação do psicólogo nas Varas da Infância e Juventude (VIJs) é atravessada pela multiplicidade e heterogeneidade de encontros diários entre psicologias e direitos que se dão a partir dos casos.

No Brasil pensar sobre direitos da criança e do adolescente se tornou possível através das contribuições dos movimentos sociais e do contexto de redemocratização do país. As VIJs foram criadas com o objetivo de atender casos em que crianças e adolescentes estão expostos a situações de risco ou violação de direitos. Nestes contextos são aplicadas medidas de proteção⁴⁰ estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Para executar o que é previsto no ECA, foi organizado o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) que tem como objetivo principal garantir a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O sistema é composto pelo Conselho Tutelar, promotores, juízes, defensores públicos, conselheiros de direitos da criança e adolescente, educadores sociais, profissionais que trabalham nas políticas públicas de educação, saúde e assistência social, policiais, profissionais e voluntários de entidades de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes (BRASIL, 2006).

³⁸ Mestranda em Psicologia (UEM). CV: <http://lattes.cnpq.br/4356453260911649>

³⁹ Doutorado em Psicologia Clínica (PUC-SP). Professora Adjunta (UEM).
CV: <http://lattes.cnpq.br/1507634985123703>

⁴⁰ O artigo 101 do ECA estabelece nove medidas de proteção, as quais incluem encaminhamento para programas de auxílio à família, criança e adolescente, assim como requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, dentre outras ações que visam a proteção da criança e do adolescente.

Parte significativa das demandas atendidas pelo psicólogo nas VIJs é associada à destituição do poder familiar⁴¹, sendo essa, uma medida jurídica frequentemente adotada no caso de famílias com pouco acesso a recursos financeiros.

Em meio a este contexto, surgiu o interesse em conhecer as concepções de maternidade que circulam entre as profissionais que constroem uma relação de cuidado com as mães cuja maternidade está sendo colocada em questão nos diversos lugares onde transita em busca de direitos para si e para os filhos⁴².

Para tanto, utilizou-se a cartografia como método de pesquisa-intervenção. Nessa perspectiva, o processo de pesquisa é compreendido como um fazer, uma construção de distintas realidades a partir de descrições que geram transformações no campo e na pesquisadora, tendo em vista os jogos de forças, as conexões e a variação dos encontros que se deram antes e durante a pesquisa (PASSOS; BARROS, 2009).

O recurso das entrevistas foi utilizado para conhecer a perspectiva das mulheres profissionais da rede a respeito das mulheres mães que elas acompanham⁴³. As entrevistas foram se compondo através das conversas entre duas mulheres (as entrevistadas e a pesquisadora) e o tema principal dessas conversas foi a maternidade das mulheres que são atendidas por nós.

Esses encontros suscitaram algumas questões que ajudam a conversar sobre esse campo problemático. Neste capítulo apresentaremos esse debate através de uma narrativa produzida a partir de uma das entrevistas realizadas na pesquisa.

⁴¹ Quando se constata o descumprimento injustificado do dever de sustento, guarda e educação dos filhos e é apurada violação dos direitos da criança, aplica-se uma medida jurídica conhecida como Destituição do Poder Familiar. A partir de então os pais ou responsáveis pela criança ou adolescente perdem o direito de cuidar de seus filhos, deixando de ser seus responsáveis legais.

⁴² Trata-se de uma pesquisa de Mestrado em andamento, vinculada ao Programa de pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, com a orientação da Profa. Dra. Adriana Barin de Azevedo.

⁴³ Foram entrevistadas cinco mulheres que atuam em equipamentos que executam políticas públicas de saúde, assistência social e educação. A pesquisa foi submetida para avaliação e aprovada pelo Comitê Permanente De Ética em pesquisa com seres humanos – COPEP da UEM e seguiu todos os procedimentos necessários para pesquisa envolvendo seres humanos, incluindo o exposto na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Para preservar a identidade das pessoas citadas, todos os nomes utilizados ao longo do texto são fictícios.

As narrativas de histórias de vida permitem acessar e dar visibilidade ao que é silenciado, Azevedo (2020, p. 34) explica que a narrativa é também “uma tentativa de selecionar dentre os julgamentos morais, as interpretações, as representações daquilo que é ouvido, outros elementos como as cintilações, as sutilezas do que é contado e que ativam memórias comuns ao estudante e ao narrador”.

A escrita da narrativa apresentada ao longo do capítulo não respeitou a norma culta da língua, utilizou-se a linguagem coloquial respeitando o que foi possível ouvir nas entrevistas e no contexto de trabalho. Em diversos momentos a narrativa na primeira pessoa do singular e do plural irá aparecer, principalmente por se tratar das experiências atravessadas pelos afetos desses encontros.

Essa narrativa apresentada permite refletir sobre uma concepção de maternidade em que aparece um jogo disciplinar destinado a um público específico de mães: as negras e pobres. Além disso, fizeram emergir os desfechos da história de uma mãe que assim como várias outras atendidas nas VIJs, não se adequa ao que está prescrito como um protocolo de maternidade.

ONDE ESTÁ A MÃE DESSA CRIANÇA?

Eu de um lado, Aparecida do outro, estamos separadas por uma mesa repleta de papéis: alguns alinhados e empilhados, outros que deslizaram e foram contidos pela parede. Resolvemos fazer a entrevista na sala do serviço social, no único hospital da cidade. A janela é pequena, mas suficiente para avistar o jardim de entrada, pessoas indo e vindo, umas sorrindo, outras cabisbaixas, um senhor esbravejando, todos carregando papéis nas mãos.

Aparecida trabalha como assistente social há mais de vinte anos. Já passou pela política de assistência social e agora atua no hospital municipal, disse estar habituada a preencher formulários.

Percebi que é uma boa contadora de histórias. Por vezes, ela mudava o tom de voz como se estivesse contando um segredo:

— *As mulheres negras sofrem mais em todos os sentidos, todos os sentidos! A mulher negra é o público assim mais sofrido ela sempre foi aquela que teve um nível de escolaridade menor, foi mal remunerada e as pessoas tratavam sem respeito não é! Hoje não. As coisas mudaram. Hoje tem que respeitar.*

As histórias contadas nos processos judiciais não evidenciam tal mudança. Apenas metade das mulheres negras com idade adequada para se inserir no mercado de trabalho conseguem emprego. Esses empregos oferecem baixos salários e péssimas condições. A maioria dessas mulheres fazem o que conseguem para sobreviver, acabam se sustentando através da informalidade (FEIJÓ, 2022).

Essas mães estão fazendo faxina, cortando cana de açúcar, colhendo algodão ou trabalhando em abatedouros de aves. Nas palavras de Vergès (2020, p. 12) “...Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, “abrem” a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar.” Elas ocupam a maior parte do tempo com essas atividades, estão sempre cansadas, esgotadas. Acordam cedo e chegam tarde. Não têm descanso, não têm quem faz por elas, as crianças precisam comer.

Se for preciso elas desbravam o mundo para garantir a sobrevivência dos filhos. Essas mulheres colecionam além de calos nas mãos outras marcas: de solidão, violência e sofrimento. Marcas invisibilizadas pelo tempo: não há tempo para chorar e nem para sorrir, sempre é tempo de reunir forças.

É a imagem da mulher negra forte, guerreira e que suporta tudo que se apresenta como um estereótipo que é orgulhosamente reproduzido pelas próprias mulheres negras.

Desde cedo a função das mulheres escravas era a de servir aos seus senhores. Elas eram violentadas e vistas como reprodutoras, para multiplicar ainda mais a população escravizada. Seus filhos eram retirados de seu convívio desde cedo, elas não tinham o direito de maternar e ainda eram obrigadas a

cuidar dos filhos dos seus senhores, que futuramente seriam seus açoitadores. Não eram vistas como mães, eram cuidadoras.

As contribuições de hooks (2000) ajudam a pensar sobre como as pessoas negras passaram a se esforçar para não demonstrar sentimentos como uma forma de sobrevivência, os afetos passaram a ser reprimidos para evitar um sofrimento ainda maior causado pela separação.

A autora acrescenta que “Muitos negros, e especialmente as mulheres negras, se acostumaram a não ser amados e a se proteger da dor que isso causa, agindo como se somente as pessoas brancas ou outros ingênuos esperassem receber amor.” (hooks, 2000, p. 8).

Para além dessas falas que abriram porta para se discutir sobre a representação dos sentimentos da mulher negra, a entrevista com Aparecida expôs uma realidade comum a maioria das mães que chegam às VIJs: a maternidade solo.

Quase todas são abandonadas e criam os filhos sozinhas. Os homens acabam não aguentando, eles não aguentam, a mulher aguenta e segura tudo, ela é guerreira, mas o homem não, ele vira as costas ele desiste do filho, desiste da família e a mulher não, ela não abandona. A verdade é que essas mães são injustiçadas e sofrem uma carga de responsabilidade sozinha, a culpa é sempre da mulher.

Forna (1999) contribui com a discussão ao elucidar que há tempos a figura da mãe solteira é uma ameaça ao patriarcado, a família e a ideia protocolar de maternidade. Essas mulheres eram excluídas e silenciadas atrás dos muros das instituições asilares.

Mães solteiras são estereotipadas como promíscuas e boemias. Embora não sejam penalizadas através de práticas manicomialis, são duramente criticadas e culpabilizadas, categorizadas como negligentes. Afastá-las dos filhos é a punição por não se comportar dentro do que estabelece a norma de comportamento sexual feminino.

Aparecida trouxe outra fala em que existe uma ameaça a uma ideia protocolar de mãe. Neste trecho as subversivas são as mães que se ausentam do ambiente doméstico para se dedicar ao trabalho.

Você sabe que essas mulheres não podem participar da vida dos filhos, porque elas precisam se ausentar, elas precisam correr atrás do básico, comida. Então esses meninos e meninas viram adolescentes e começam a usar drogas, praticar atos infracionais e causar tumultos na escola. Depois, quando adultos são presos ou acabam mortos pelo crime. As mães não conseguem contê-los, elas não conseguem reverter a situação. Elas se culpam por não estarem em casa quando os filhos mais precisam, entendem que os deixam expostos. Elas sofrem. Não conseguem entender que perderam a juventude trabalhando, elas esquecem que se não trabalhassem eles passariam fome.

Uma mãe que se dedica ao trabalho e foge daquilo que seria uma obrigação: o cuidado integral dos filhos. Ao discutir sobre os estereótipos associados às mães negras, Collins (2019) criou o conceito de “imagens de controle” para explicar como as crenças e representações direcionadas a um grupo são atravessadas por relações de poder e, no caso das mulheres negras servem para manter desigualdades naturalizadas em sua vida.

A autora ajuda a pensar sobre a existência de um discurso racista e sexista por trás dessa prescrição de maternidade relacionada a viver em função dos filhos e como as cobranças sociais direcionadas a essas mulheres têm a função de reforçar ainda mais esse lugar de responsabilidade pelo fracasso dos filhos.

O manejo dos casos na VIJ permite compreender que essas mães se veem obrigadas a treinarem seus filhos para serem adultos em corpos de crianças, eles possuem responsabilidades de cuidado desde cedo: os mais velhos cuidam dos mais novos e seguem o caminho imposto adquirindo autonomia e independência, sendo autodidatas nas brincadeiras e nos estudos.

As crianças exploram o território, conhecem a vizinhança. Elas andam descalças, escolhem as suas roupas, não tem tempo para escovar os dentes ou fazer as tarefas da escola, estão ocupadas sendo livres. Essa liberdade incomoda muita gente.

Então começam as denúncias, os olhos atentos começam a perceber que tem algo de errado: uma mãe não está cuidando de seus filhos. Afinal, qual é a função da mãe senão a de cuidar dos filhos? De mantê-los limpos, frequentes na escola, dentro de casa e educados?

É assim que surge a pergunta: Onde está a mãe dessa criança?

Após a conversa com Aparecida meus olhos perseguem essas mulheres, as vejo na rua, no mercado, no trabalho e me dou conta que conheci algumas ao longo da vida. Mas por que eu não as enxergava?

Elas são invisibilizadas, colocadas em demérito por carregarem no corpo as marcas de uma história em que nossas ancestrais ocuparam não por escolha o lugar de se doar ao outro, sempre ofereceram cuidado e nunca foram cuidadas.

A entrevista com Aparecida mobilizou outros diálogos, em outras dimensões. Tornou possível narrar a história de Tatiane, uma dentre as diversas mães que teve a relação com os filhos atravessada por uma concepção de maternidade protocolar.

POR TRÁS DE CADA PROCESSO, HÁ UMA HISTÓRIA QUE PODE SER CONTADA DE DIVERSAS FORMAS

Para compreender os diferentes acontecimentos da história dessa mulher, interessa acompanhar seus trajetos pela vida. Tatiane e José vieram do Nordeste para o Paraná em busca de trabalho. Eles têm dois filhos Mateus (5 anos) e Caio (1 ano). Trabalhavam juntos no abatedouro de aves. José não suportou a rotina de trabalho. Os horários eram cansativos: acordar cedo e dormir tarde. A convivência ficou difícil porque Tatiane quase não tinha tempo para os afazeres domésticos. José foi embora, ela ficou com os filhos.

Tatiane passou a não dar conta da sobrecarga, quase não via as crianças: ou estavam dormindo ou estavam na babá. Os vizinhos começaram a se incomodar com o comportamento dela. Eles entendiam que no tempo livre, que ela teria para ficar com os filhos, optava por ir ao bar, beber cerveja. E assim não cumpria com as tarefas esperadas de uma mulher, deixando a casa suja e as crianças malcuidadas.

As denúncias começaram a chegar no Conselho Tutelar. O que fazer? Checklist: a mãe não está cuidando, mora sozinha, a casa é suja, o salário mal dá para as despesas básicas, está fazendo uso de bebida alcoólica, não tem família na cidade. Solução: retirar as crianças, inserir em família acolhedora.

Conheci Tatiane após alguns meses, foram diversos atendimentos, visitas, contatos com a família... os relatórios da rede de proteção eram todos negativos, não havia ninguém que apostasse no retorno das crianças para a mãe.

Uma nova informação foi juntada no processo: o casal havia reatado o relacionamento. Quando José decidiu voltar para casa foi como se tudo tivesse sido resolvido e repentinamente houve uma decisão judicial: as crianças podem retornar para o convívio dos pais, tendo em vista que a situação de risco que motivou a aplicação da medida foi superada.

Junto com o desacolhimento das crianças surgiu uma demanda judicial para estudo psicossocial.

— O José é assim mesmo, quem resolve tudo sou eu, eu que cuido de tudo das crianças, eu que faço tudo, ele não faz nada, pelo menos alguma atitude tomou e me ajudou a recuperar eles. Agora estamos juntos novamente.

Tatiane ainda estava ressentida com José por tê-la deixado sozinha com os filhos. Ela nos confidenciou que ele a traiu por diversas vezes, raramente contribuía com as despesas mensais da família e não ajudava nos cuidados com as crianças.

O casal reatou o relacionamento para recuperar a guarda dos filhos. Tatiane exerce a função de cuidado e providencia tudo o que os filhos precisam. Ainda assim ela precisa de um homem ao seu lado para mostrar que consegue cuidar das crianças, mesmo que esse homem seja alheio às demandas da casa e dos filhos.

Collins (2019) nos ajuda a pensar que esse comportamento de José é comum entre os homens. Eles não se sentem responsáveis pelos cuidados e demais questões que envolve o filho, direcionam a responsabilidade total para as mães que além de sobrecarregadas são oprimidas e cobradas pela sociedade.

A maternidade solo rompe com a configuração da família patriarcal e se distancia da imagem de mãe produzida neste contexto. A presença de José ajuda Tatiane a se tornar menos visível no radar dos vizinhos, dos conselheiros tutelares e da justiça, porque traz o status de mulher honesta e de família, casada com o pai de seus filhos. Essa mãe acabou sendo arrastada

pela força das estruturas patriarcais, reatou o relacionamento. Antes pertencia ao pai e agora pertence ao marido.

Assim como o papel e a presença do pai e da mãe são marcados por funções distintas na organização familiar, as práticas de cuidado com essas famílias foram desenhando um papel a ser ocupado pela rede de proteção. Um papel que está associado ao controle e à vigilância.

Embora reafirmássemos o tempo todo que não havia necessidade, Tatiane mostrou a casa, fez questão de nos levar nos quartos das crianças, nos fez dar conta da quantidade de alimentos e brinquedos que tinham à disposição. Afinal, estávamos lá para conferir. Enquanto ela nos mostrava a limpeza do quintal ela ia falando:

— Agora eu aprendi, não deixo mais as crianças brincarem com terra no quintal da frente. Eles não entendem, eu tranco a porta. Se passa alguém na rua e vê as crianças sujas denunciam, o carro do Conselho está sempre rondando, principalmente nos finais de semana. Eu saí do frigorífico, porque eles disseram que a babá não pode ficar mais tempo com os filhos do que a mãe.

Sem se dar conta do que estava fazendo, Tatiane deixou evidente um discurso que julga determinadas mães como impróprias para o exercício da maternidade. Uma mãe de classe média que terceiriza os cuidados dos filhos teria sido cobrada como ela? Uma mãe de classe média seria criticada por morar sozinha com os filhos ou elogiada por sua independência e autonomia?

A vigilância não se dá apenas pelas diversas instituições que compõem os nós da rede de apoio das mães tuteladas pelo sistema de justiça, ela está presente em todo o lugar e é exercida também pela comunidade. A vigilância produz medo e o medo traz limitações. O medo dos olhos vigilantes do conselho tutelar limitou os espaços de brincadeira das crianças, causou a saída da mãe do espaço de trabalho.

Tatiane, assim como as mães das histórias contadas por Aparecida, tem sempre que dar explicações, luta para ter o direito de lutar pela sobrevivência. Mulheres como ela são constantemente convocadas a assumir uma função que não faz sentido para sua realidade e é incompatível com as necessidades de seus filhos.

Essas mães precisam provar o tempo todo que são capazes de cuidar de seus filhos a partir de critérios de cuidados baseados em maternidades de realidades distantes. Elas são julgadas, estereotipadas e silenciadas.

Uma aposta de cuidado a ser oferecido para Tatiane e para tantas outras mães que escrevem histórias como a dela, é o esforço em ouvi-las e tentar falar por elas nos espaços onde elas ainda não alcançam, onde existem pessoas discutindo sobre as suas vidas e tomando decisões por elas, fazendo pactuações que podem mudar o rumo de suas histórias sem sequer ouvir o que elas têm a dizer (CASSETTO et al., 2009).

Não cabe mais a pergunta onde está a mãe dessa criança, isso nós já sabemos. O que interessa agora é saber onde ela gostaria de estar

REFLEXÕES, CRÍTICAS E ESTRANHAMENTOS

Neste capítulo, buscamos apresentar como a partir de critérios incompatíveis com a realidade, a separação entre mães e filhos é naturalizada e realizada como uma forma de punição. Um protocolo de uma concepção de maternidade parece ser estabelecido através de um checklist: para ser mãe precisa de ter marido (se for o pai das crianças, melhor ainda), não pode fazer uso de álcool e outras drogas, precisa ter moradia, emprego e as crianças têm que andar com roupas impecáveis.

As nossas formas de construir relações de ajuda, pactuar ações e compreender processos: de trabalho, de instituições, de equipamentos, das pessoas e de suas vidas atravessam as relações de cuidado estabelecidas com as mães envolvidas em processos judiciais nas VIJs.

Pactuamos ações e propostas de cuidado partindo da ideia de que sabemos o melhor caminho para ajudá-las a manter ou recuperar a guarda de seus filhos. Embora sejam atendidas por nós, pela condução dos casos parece estar subentendido que não precisamos ouvi-las, já sabemos do que elas precisam, do que elas dão conta, do que elas são capazes, como elas constroem a relação com seus filhos e ainda prescrevemos como elas devem cuidar.

Se elas questionam ou não aderem, temos de pronto uma justificativa: resistência. A resistência aqui é vista como algo negativo, como falta de comprometimento, ausência de vontade e esforço em contribuir para manter a guarda ou reaproximar-se dos filhos. Ao discutir sobre as relações de cuidado, Casetto e outros (2009, p. 127) expõem que quando um paciente não adere a um tratamento “fica-se uma sensação de desconfirmação do próprio saber profissional... produz-se um mal-estar na profissional, que, em decorrência, sente seu estímulo ao cuidado diminuído ou seu fazer não concretizado”.

Atuando na área jurídica enchemos os processos com informações sobre a casa, os lugares que frequentam, as roupas que vestem, a forma com que falam, o que comem, onde trabalham e com quem essas pessoas constroem laços. Isso interessa porque estamos prestando um serviço à justiça. Precisamos seguir protocolos e cumprir prazos, obedecer a determinações judiciais: investigar, analisar, dizer se tem condições, constatar, contribuir para de alguma forma não perder de vista as famílias que passam pelo sistema de justiça.

Estamos sempre vigilantes editando as histórias das mães, enfatizando os dados que temos e que servem ao propósito de justificar as nossas teses, validar incapacidades como se pudéssemos controlar as performances dessas mulheres.

Essas mães são mulheres pobres, negras, mulheres em situação de rua, ou usuárias de drogas lícitas e ilícitas. Dificilmente conseguem reaver o direito de cuidar de seus filhos. Elas não respondem aos valores morais instituídos como adequados para a maternidade, portanto precisamos pensar em quais protocolos adotamos para decidir quem pode ser mãe.

REFERÊNCIAS

ASSONI, G. F. **Processo(s) de destituição do poder familiar que envolvem mulheres em situação de rua e seus bebês**: uma análise psicossocial. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/30829/1/Giseli%20de%20F%c3%a1tima%20Assoni.pdf>> Acesso em: 05 maio 2023.

AZEVEDO, A. B. de. Narrativas: coreografias da percepção dos processos formativos. In: GOU-LART, L. M. P. (Org.) **Narrativas de Si** – Práticas em Educação e Saúde. 1 ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2020. p. 33-51.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em:https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

CASETTO, S. J. et al. O cuidado não existe, modos diversos de cuidado na atenção básica em saúde. In: MENDES, R.; AZEVEDO, A. B. de; FRUTUOSO, M. F. P. **Pesquisar com os pés: deslocamentos no cuidado e na saúde**. 1 ed. São Paulo: Hucitec: Fapesp. 2019. p. 121-143.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEIJÓ, J. **A participação das mulheres negras no mercado de trabalho**. Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE). Blog do IBRE.2022. Disponível em: < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães**. [Tradução: Angela Lobo de Andrade]. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

hooks, b. **Vivendo de Amor**. Tradução de Maísa Mendonça. Online. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>> Acesso em: 25 jan. 2024.

LOIOLA, G. F. de. **Convivência familiar em situações de uso de drogas: um debate a partir da ética e do direito de Ter/Ser mãe e pai**. X Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2021. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_557_557612ed2d7e86b3.pdf >. Acesso em: 05 maio 2023.

PANTUFFI, L. A. **Destituição do poder familiar: saber e poder nas “engrenagens” da medida de (des)proteção**. 2018. 181p. Dissertação (Mestre em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-20122018-103818/publico/pantuffi_corrigena.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 150-171.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 299-322, 29 ago. 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/ZHhYWDpHhdhFg4RK9ggfPpD/>>. Acesso em: 05 maio 2023.

AGORA O MONSTRO SOU EU? PERSPECTIVA DE UMA MÃE AFASTADA DOS FILHOS POR INTERVENÇÃO DA JUSTIÇA

Bruna Pastório Saes Lugnani⁴⁴

Adriana Barin de Azevedo⁴⁵

A proteção de crianças consideradas em situação de risco atravessa o trabalho de profissionais que atuam em interface com a área jurídica. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê, dentre outras medidas de proteção, o acolhimento institucional para crianças e adolescentes quando se identifica ou presume que os seus direitos são ameaçados ou violados. O acolhimento institucional consiste na retirada de crianças e adolescentes de suas famílias e sua inserção em abrigos, esta medida é disposta na legislação como provisória e excepcional, devendo ser evitada ou, se necessária, mantida pelo menor período de tempo possível.

Fundamentando-se na legislação, profissionais atuantes em diferentes áreas - educação, saúde, assistência social, e outras - oferecem suas contribuições para a construção da situação atual da família em tela, formando assim o que se denomina de atuação em rede. Essa rede de proteção cria repertórios para a execução do trabalho, por meio de documentos e relatórios inseridos nos autos. Os profissionais descrevem, de acordo com suas perspectivas, a situação de determinada família, mensuram o risco, e encaminham ao juiz a tarefa de determinar ou não o acolhimento institucional das crianças.

Uma vez que a criança é inserida no abrigo, a família de origem também passa a ser acompanhada pela equipe técnica do serviço de acolhimento, em geral psicólogos e assistentes sociais. Tais profissionais, impulsionam o processo judicial, traçam metas no plano individual de atendimento (PIA), fazem encaminhamentos, investigam, observam, questionam e sugerem ao

⁴⁴ Mestranda em Psicologia (UEM). CV: <http://lattes.cnpq.br/0681767034567679>

⁴⁵ Doutorado em Psicologia Clínica (PUC-SP). Professora Adjunta (UEM).
CV: <http://lattes.cnpq.br/1507634985123703>

magistrado periodicamente a manutenção do acolhimento ou o desacolhimento daquela criança, podendo ser para família de origem ou família extensa.

Deste modo, psicólogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares, promotores, defensores e juízes voltam os olhos e discorrem em relatórios, manifestações e decisões sobre uma mesma situação, tomando-a de perspectivas distintas.

Em meio a esta gama de pessoas envolvidas no processo judicial, propomos⁴⁶ apresentar neste capítulo uma discussão sobre o lugar dessas pessoas que não são ouvidas, pois são acusadas através de diferentes denúncias de violadoras, negligentes e incapazes de cuidar das crianças. Considerando esse lugar que lhes é comumente atribuído, propomos inventar um outro espaço para ouvir o que elas têm a dizer e para tanto apresentaremos uma narrativa produzida a partir de uma entrevista.

Dona Maria, é uma das muitas mães que teve seus filhos afastados por intervenção da justiça e que procurou pela Defensoria Pública do Estado do Paraná⁴⁷ para constituir defesa em processo de medida de proteção envolvendo acolhimento institucional das crianças ao longo do ano de 2022.

Frente à realidade trazida algumas questões se instalam: existe jeito certo para cuidar? Como se mensura o risco? Quem e sob quais condições oferece os cuidados? Quem avalia e afasta, cuida? Protege?

Para nos deslocarmos pela emaranhada temática a escolha foi pelo método cartográfico, acolhendo a “inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir: toda pesquisa é intervenção” (Passos; Kastrup; Escossia, 2009 p. 17). Por este método, os referidos autores compreendem

⁴⁶ Parte integrante da pesquisa de mestrado ainda em andamento, vinculada ao Programa de pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, com a orientação da Profa. Dra. Adriana Barin de Azevedo. A pesquisa foi submetida para avaliação e aprovada pelo Comitê Permanente De Ética em pesquisa com seres humanos – COPEP da UEM e seguiu todos os procedimentos necessários para pesquisa envolvendo seres humanos.

⁴⁷ A Defensoria Pública, possui o objetivo de ampliar o acesso à justiça, prestando atendimento judicial e extrajudicial a pessoas com insuficiência de recursos. O atendimento almeja oferecer “a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita” (BRASIL 1988). O público que pode acessar a Defensoria são pessoas em condição de vulnerabilidade. Pessoas denominadas pelo texto legal como insuficientes de recursos ou necessitadas.

que a pesquisa cartográfica “objetiva desenhar a rede de forças à qual o fenômeno encontra-se conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (PASSOS; KASTRUP; ESCOSSIA, 2009, p. 57).

Neste capítulo nos aproximaremos da história de Dona Maria, que nesta pesquisa escolheu ser chamada desta forma, apesar de seus 27 anos. História essa, acessada por meio de uma conversa livre, de modo aberto, entrevista não estruturada que acompanhou de modo fluído os assuntos trazidos.

A partir da experiência da entrevista, do encontro entre a história contada por Dona Maria e a percepção das pesquisadoras, foram escritas narrativas. Azevedo (2020) explica que “o trabalho com narrativas de histórias de vida é uma tentativa de acessar o que é inaudível no processo formativo devido a certo campo hegemônico do discurso e do pensamento” (p. 33). Neste sentido, interessa compreender quais questões são disparadas no encontro afetivo entre narrador e pesquisador (AZEVEDO, 2020).

Deste modo, nos deslocamos por histórias que o processo judicial escondeu ou deformou, que não foram trazidas à luz até que dona Maria as narrasse. As histórias contadas e postas em análise foram outras, histórias que Dona Maria não reconhece como suas.

Dona Maria conta das particularidades de estar sob um holofote, observada e vigiada por uma rede que por trás do discurso protetivo, avalia, rotula, acusa e pune. Ao final da entrevista, ela, a seu modo, resiste, dribla o que está posto, sai da luz e em segredo segue cuidando de seus filhos, se aventurando por novos caminhos.

CUIDADO: FEMININO E COLONIZADO

Dona Maria, era uma mulher infame⁴⁸, sem fama, ela apreciava a discrição e alguma privacidade. Era, em tempo pretérito, porque os processos

⁴⁸ Henz (2017) retoma a ideia de Foucault (2003) de que não se trata de vidas célebres que já dispunham de palavra e luz. Trata-se de vidas supostamente adoecidas e ou em conflito com a lei, obscuras e mudas (sem fama), que só são vistas ao encontrar-se com uma instância de poder (polícia, universidade, defensoria pública) e outros personagens: Psicólogos, Assistentes Sociais, Defensores públicos - todos os incumbidos de narrativas de um si sempre terceirizado pelos que lhe “cuidam” e pelos que lhe “assistem”. É neste momento que saem do anonimato, quando confrontados pelo poder e intimado a falar e a se mostrar, é trazido à luz pelo poder e forçado a explicar-se ante o poder.

judiciais na área de infância e juventude lhe trouxeram grande visibilidade, a colocaram no centro e o cuidado que prestava aos seus filhos sob análise.

No dia da entrevista, me aproximo do portão, crianças de 3, 5 e 7 anos correm ao meu encontro, falam ao mesmo tempo:

- Tia qual o seu nome? Você é amiga da minha mãe? Por quê tem um monte de polícia ali?

- Tia, tia, tia, por quê você veio aqui?

No meio do falatório, não me dei conta da incoerência percebida de imediato pela criança. Avisto Dona Maria, chegando apressada por um longo corredor lateral à residência.

- Mãe e todas aquelas polícias?

- Não precisa ter medo da polícia, só do Conselho Tutelar, filho. Vai brincar.

As crianças correm barulhentas pelo estreito quintal. Embora exista humor na fala, não há ironia, é literal, Dona Maria e as crianças conhecem as figuras que as amedrontam e assombram.

Nos acomodamos. Perguntei a ela:

- Como a justiça entrou na sua vida?

A resposta é imediata:

- Preciso saber como é que ela vai sair.

Dona Maria lança mão do aparelho celular e me mostra uma mensagem convocando-a para comparecer na delegacia prestar esclarecimentos devidos a uma nova denúncia em relação aos filhos.

- Não aguento isso de novo, tô até pensando em mudar de cidade com as crianças.

Vigilância e fiscalização fazem parte da rotina dessa família. Denúncias, anônimas sempre presentes, as primeiras, após o acionamento judicial para que o pai das crianças pagasse pensão alimentícia. Essas denúncias lançam luz sobre o cuidar que esta mulher oferece aos seus filhos.

Dona Maria é mãe de Lucas, Diego e Lívia, mãe solo, deixou o emprego formal como auxiliar de cozinha após o segundo acolhimento dos filhos. Tomou essa decisão porquê das duas vezes que as crianças foram levadas para o abrigo, Dona Maria não era a cuidadora, estava trabalhando fora da residência. Agora trabalha de casa como confeitadeira, a atividade é desenvolvida

à noite enquanto os filhos dormem. A renda é variável, Dona Maria aceita encomendas, doces, bolos, chocolates, divulga pela internet, diz com uma naturalidade inquietante: “Tem mês que falta, mas mãe tem que dar seu jeito, de conseguir dinheiro e conseguir cuidar ao mesmo tempo, faz parte né?”.

Faz? Quando se atrelou procriação ao cuidado? Quando foi que o “cuidar” se tornou instintivamente feminino? A partir de qual imagem de maternidade se avalia o cuidado? Quem avalia, protege?

Zanello (2018) inaugura a ideia de dispositivo⁴⁹ amoroso e dispositivo materno atrelados ao gênero feminino, e dispositivo da eficácia destinado ao gênero masculino. Para explicá-los retoma uma contextualização histórica que nos leva a compreender a construção social da maternidade e do cuidado. O instinto materno começa a ser construído por volta do século XVIII, momento que, segundo a autor, com a revolução industrial e invenção fabril torna-se importante ao governo garantir mão de obra barata e abundante o que, à época, andava em descompasso com as altas taxas de mortalidade. O casamento monogâmico, com a sexualidade voltada exclusivamente para a procriação era cada vez mais reforçado e assegurado como única estrutura familiar possível. Nesse contexto, a mulher já era responsabilizada pelo sucesso e manutenção da relação, desempenhava o papel de cuidado do marido e do lar, enquanto ao homem cabia a eficácia, o ambiente externo, dos negócios, do trabalho e da geração de renda.

Donzelot (1980), ao abordar o assunto, direciona o olhar para as diferenciações entre as mulheres burguesas e as mulheres de classes populares. Para as mulheres burguesas o casamento lhes trazia o status de gestoras do lar, passando a receber instruções sanitárias e de higiene para a saúde dos filhos e marido, e com isso o reconhecimento social, reforçado pelo desenvolvimento de práticas caritativas e filantrópicas como meio de repassar suas formas de cuidar às famílias pobres.

⁴⁹ Para explicar o conceito de dispositivo Zanello recorre à Foucault e Deleuze. Foucault (1996) define a terminologia como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (p. 55). Deleuze (1990) acrescenta que Foucault distingue três dimensões em um dispositivo: saber, poder e subjetividade (ZANELLO, 2018, p. 55).

O referido autor destaca que, em contrapartida, as mulheres do povo eram fiscalizadas pelo Estado e sua função era retraindo esposo e filhos ao interior das casas com o intuito de reduzir as delinquências, sua obrigação era a vigilância e o controle. O autor explica que as moradias que eram compartilhadas por várias famílias passam a ser restritas, por ordem do Estado. Agora o casal monogâmico precisa de privacidade: “Praticamente tira-se a mulher do convento para que ela tire o homem do cabaré; para isso se lhe fornece uma arma, a habitação e seu modo de usar: afastar os estranhos e mandar entrar o marido e, sobretudo, os filhos” (DONZELOT, 1980, p. 39).

A partir de então inicia-se com apoio da Igreja e da Medicina, a idealização da mulher aos moldes da mulher burguesa. A sacralização da mulher branca como cuidadora, afastando-a de Eva e comparando-a à Virgem Maria, figura de cuidado, docilidade, sacrifício e devoção à sua família. Zanello (2018) associa a domesticação da mulher à colonização de seus afetos, centrados assim na relação conjugal e maternal.

Tal imagem da mulher burguesa, bem como sua forma de cuidar, foram importadas ao Brasil colônia, desconsiderando toda a riqueza das relações familiares e de cuidado existentes nas culturas indígenas e africanas que se encontravam aqui presentes. Às mulheres negras foi imputada a exploração de mão de obra, exploração sexual e exploração reprodutiva, afastando qualquer tipo de narrativa, enquanto escravas, sobre um cuidar adequado. Posteriormente, quando livres, pobres e periféricas, restou a imagem de más práticas com a prole, eram consideradas lascivas e não confiáveis, perigosas (IACONELLI, 2023).

Assim, surge e instaura-se um ideal de maternidade, burguês, branco e cisgênero. Coloniza-se o cuidado, naturaliza-se uma relação entre cuidado, maternidade e sacrifício. Esse sacrifício está ligado a um modo de cuidar constante e ininterrupto. A maternidade, tal qual nos é apresentada e imposta, demanda abnegação, não permite erros, não permite acidentes; ela pressupõe a culpa, a penitência e o arrependimento. A cada falha no processo de cuidar, considera-se que a mãe comete uma transgressão moral. Se usamos

este percurso para delinear o que se espera socialmente da mulher como mãe, fica a questão: onde está o homem como pai?

O que vemos frequentemente nos processos judiciais de medida de proteção em que as crianças são afastadas do domicílio, são mães solas, cuidadoras exclusivas e ainda responsáveis pela manutenção financeira da família, como Dona Maria, que cuida sozinha, a seu modo.

A ideia se impõe, o cuidado é socialmente colonizado, histórico e feminino, com múltiplas tarefas e funções com pouco ou nenhum apoio das políticas públicas. O que se afasta do ideal de cuidado é rapidamente definido, classificado: negligência e violência.

Dona Maria nos conta que a motivação para o primeiro acolhimento decorreu de queimaduras graves sofridas por Diego quando o cuidador responsável, um companheiro de Dona Maria à época, deixou água fervendo no fogão e foi tomar banho. Dona Maria encontrava-se gestante de Lívia, permaneceu por dois meses com Diego no hospital, acompanhando a internação. Em meio a exames, procedimentos, fisioterapia e cirurgias, conta que o filho não aceitava outro cuidador, precisou pagar para que uma vizinha cuidasse de Lucas, embora o mais velho reclamasse diariamente que sentia falta da mãe. Após a alta hospitalar, Dona Maria rompeu com o companheiro. A rede de proteção avaliou que Dona Maria não conseguiria dar continuidade aos cuidados dos filhos em casa. Ela se aproximava do final da gestação, Lucas apresentava comportamento agitado, Diego se recuperando das queimaduras, a vizinha ofereceu ajuda, mas não foi o bastante, determinou-se o acolhimento e os meninos permaneceram no abrigo por seis meses.

O afastamento das crianças do lar tinha a intenção de protegê-las do (des) cuidar de Dona Maria? O que estava sendo proposto para auxiliar essa família?

Foram seis longos meses visitando semanalmente os filhos no abrigo. Cada passo da Dona Maria estava descrito, como em uma fotografia nos relatórios que instruíam o processo de medida de proteção. Em dado momento, ao longo do processo, havia um encaminhamento para o Centro de Atenção Psicossocial, para avaliação psiquiátrica. Dona Maria já fazia acompanhamento psicoterápico na Unidade Básica de Saúde (UBS) e pos-

suía uma excelente vinculação com a profissional que a acompanhava. O encaminhamento não fazia sentido, Dona Maria não tinha sintomas se não os esperados para uma mãe vivenciando o puerpério do terceiro filho em meio ao caos do acolhimento institucional dos dois mais velhos.

Dona Maria deixa a bebê com a vizinha, não tem dinheiro, empresta uma bicicleta e recém-operada procura o serviço de saúde mental do outro lado da cidade. Chegando lá, é avaliada. O médico determina que Dona Maria continuasse seu acompanhamento na UBS pela profissional de referência. Um documento foi elaborado, carimbado e assinado pelo doutor, Dona Maria não é classificada como uma paciente psiquiátrica. No processo, agora, e só agora, isso é um fato. Dona Maria não oferece risco!

Mesmo quando as crianças retornam, o processo continua. Profissionais da Rede de Proteção, em especial psicólogos e assistentes sociais, seguem com os trabalhos e checam mensalmente: frequência escolar, comportamento das crianças na instituição de ensino, adesão da mãe quando convocada para reuniões, acompanhamento das questões de saúde, presença em todas as consultas, exames realizados, vacinação, até os vizinhos são questionados sobre a rotina da família. Dona Maria está sob análise, sua forma de cuidar e maternar é avaliada. Tudo é levado aos órgãos de proteção, à justiça. Todos têm o poder de contar, sobre a vida da monstruosa mãe “violadora”.

O segundo acolhimento resulta de uma das poucas visitas que os meninos fizeram à casa do pai biológico, voltaram com marcas pelo corpo e contaram que após uma travessura, apanharam com um cinto. Dona Maria se entendeu no direito de denunciar, achou que essa ação mostraria aos profissionais como ela era capaz de proteger os filhos, mas além das marcas relativas às agressões recentes outras marcas foram identificadas. Dona Maria tentou explicar que os meninos eram travessos e que as cicatrizes, cortes e ralados eram decorrentes das brincadeiras que os filhos faziam pelo quintal. Ainda que as crianças confirmassem a versão, não foi suficiente, se existem marcas é porque Dona Maria não cuidou de forma apropriada. Novamente acolhidas, mais oito meses afastadas da residência e desta vez,

por conta do período pandêmico tendo contato com a mãe exclusivamente por chamadas de vídeo uma vez ao mês.

A mãe devia cuidar até na casa do pai? Ou o erro foi efetuar a denúncia?

- Hoje penso que não deveria ter denunciado, mas aí a gente quer fazer o certo, né? Os meninos tinham outras marcas roxas sim, mas criança é arteira, o Lucas chegou no acolhimento e brincando quebrou o braço lá, teve que fazer até cirurgia e daí? É minha culpa também? Aqui em casa nunca tinha quebrado nada.

No processo, a fratura do braço de Lucas constava como acidente, ocasionado durante uma brincadeira com o irmão. Quando o menino estava sob os cuidados da mãe, ela era responsável pelas lesões. Quando a criança está sob guarda do Estado a responsabilidade pelo ocorrido foi dissolvida e aparece vinculada à própria criança.

Em consonância com o conteúdo emergente do discurso de Dona Maria, Lapoujade (2015) questiona: “como se pode dizer de um ato violento que ele é *legítimo*, enquanto outro ato, às vezes da mesma natureza, será considerado *ilegítimo*?” (p. 02) O autor esclarece que os mesmos discursos que podem legitimar violência podem causá-las. “É preciso tentar explicar o que um ato de violência contém de justiça. Ele transforma em justiça aquilo que ele explica” (p. 03).

Os acolhimentos das crianças, que foram determinados por meio da justiça para que permanecessem afastadas da mãe, não podem ser considerados uma espécie de violência?

De acordo com Lapoujade (2015), o que se pretende é fazer desaparecer a violência requalificando-a como justiça:

Os discursos buscam negar essa violência, pela simples e boa razão de que a violência nunca está do seu lado, é sempre atribuída ao outro lado. Essa é a lógica do Estado ou dos aparelhos de poder: não somos violentos, a violência vem sempre de fora (LAPOUJADE, 2015, p. 03).

Não se pretende aqui, direcionar uma posição de vilania aos profissionais que, representando o Estado, atuam nos processos junto

à área de infância e juventude, mas sim, provocar uma reflexão crítica sobre o direcionamento de tais atuações.

Correia, Zamora e Bicalho (2018) explanam que os profissionais ligados ao judiciário exercem o poder sobre as famílias que acompanham por meio da perspectiva de cuidado que possuem e que destinam a elas, os autores alertam que: “Há de ser pensar se há cuidado ou apenas o excesso deste exercício do poder em torno dessas vidas” (p. 197). Qual o limite do cuidado? Entre a omissão e o excesso, a autonomia e a tutela, quantas formas de cuidar se fazem possíveis? Como encontrar as fronteiras? Para cada história, uma atuação, um cuidado diferente (CASSETO *et al.*, 2019).

Como destaca Henz (2022) a respeito das políticas de pesquisa, retomando o escritor russo Anton Tchekhov: “não há nada mais fácil que produzir autoridades antipáticas” (p. 80). Nesse mesmo sentido, poderíamos dizer que não há nada mais fácil do que produzir pobres perigosos, ou ainda, mães pobres negligentes e violadoras.

Seguindo a perspectiva desse autor, para além de políticas de pesquisas, também na prática profissional precisamos nos deslocar do lugar de saber, buscando compreender histórias antes de traçar sobre elas uma análise rasa. No nosso campo de atuação na rede de proteção, talvez exista uma necessidade urgente de desinvestir os lugares prontos demais e “raspar os clichês e atravessar o muro do já sabido” (HENZ, 2022, p. 76).

RESISTÊNCIAS E RECOMEÇOS

Ao longo deste capítulo, buscamos demonstrar como as concepções de um cuidado colonizado, quando são descoladas do contexto social e histórico, são usadas para justificar ações violentas do Estado, estas reconhecidas e explicadas como protetivas.

Imbuídos desta perspectiva protecionista, os profissionais planejam e executam suas ações, impactando diretamente na vida das famílias atendidas. Eles possuem o poder de fortalecer ou fragilizar vínculos, aproximar ou afastar famílias. Neste jogo de forças imensamente desigual, as

famílias reagem com os recursos que possuem, frequentemente, se submetem, quando possível, resistem.

No decorrer da entrevista, por meio do conteúdo e das experiências vivenciadas, tornou-se nítido o movimento que as crianças fazem em direção à mãe. Buscam Dona Maria por todo o tempo, com pedidos e brincadeiras. Dona Maria descreve uma situação, em que mesmo sem a intenção explícita as crianças se movimentam para retornar aos seus cuidados. Ela conta que no segundo desacolhimento, os meninos foram entregues sob responsabilidade da avó paterna:

- Lá [na casa da avó] era uma arte atrás da outra, eles gostam de dormir com a luz acesa, aí a vó, pra não gastar dinheiro, apagava. Uma noite eles acharam o isqueiro e “acenderam a cortina” para iluminar o quarto durante a noite.

Foi o ápice, conseguiram! Devolvidos para a casa da mãe. Crianças, ao seu modo, resistem. Para esses filhos, Dona Maria não parece ser um monstro.

O medo que acompanha esta família está fora de casa, a monstruosidade estaria em uma nova separação, o medo está direcionado a quem teria a função de protegê-los. Dona Maria analisa a ameaça, tentando proteger a si e a seus filhos, decide:

- Não dá pra arriscar. Não suportaria perder eles de novo.

Sem verbalizar, a família assente: “é o que precisa ser feito”. Deste modo, resistem, buscam sair da luz, voltar ao anonimato em uma cidade diferente, almejam o luxo da privacidade que as infâmidades da vida são capazes de oferecer.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A, B. Narrativas: coreografias da percepção dos processos formativos. In: GOULART, L, M. P. (Org.) **Narrativas de Si** – Práticas em Educação e Saúde. 1 ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2020, p. 33-51

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. *Online*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal. *Online*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>.

CASETTO, S. J et al. O cuidado não existe, modos diversos de cuidado na atenção básica em saúde. In: MENDES, R; AZEVEDO, A. B.; FRUTUOSO, M. F. P. **Pesquisar com os pés**: deslocamentos no cuidado e na saúde. 1 ed. São Paulo: Hucitec: Fapesp. 2019. p. 121-143.

CORREIA, P. C; ZAMORA, M. H. R. N.; BICALHO, P. P. Em nome da proteção de crianças, adolescentes e seus direitos violados. **Revista Polis e Psique**, v. 8, n. 3, 2018, p. 180-209. *Online*. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2018000300010>. Acesso em: 8 nov. 2023.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

HENS, A. Notas para uma conversa acerca das vidas infames e produção de subjetividade: o Jogo dos Saberes-Poderes. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 07, p. 70-75, nov. 2017.

_____. Políticas de pesquisa entre Aton Tchekhov, narrativas, casos infames. **Revista Verve**, n. 41, 2022. *Online*. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/59863>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IACONELLI, V. **Manifesto Antimaternalista**: psicanálise e políticas da reprodução. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

LAPOUJADE, D. Fundar a Violência uma Mitologia. **Artepensamento**, 2015. *Online*. Disponível em: < <https://artepensamento.ims.com.br/item/fundar-a-violencia-uma-mitologia>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. **Pistas do Método da Cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

MATERNIDADE SOLO: OS DESDOBRAMENTOS E IMPACTOS ENFRENTADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19

Larissa Malafaia dos Passos⁵⁰
Magda Arlete Vieira Cardozo⁵¹

INTRODUÇÃO

No Brasil, cerca de 11 milhões de mulheres são mães solo (IBGE, 2021), ou seja, são responsáveis por uma família monoparental, sendo uma realidade comum no sistema patriarcal, cujos pais não são moralmente responsabilizados pelo abandono e distanciamento afetivo da prole, delegando às mães a responsabilidade pela sobrevivência dos filhos e bem-estar da família e do lar.

A cultura patriarcal foi trazida para o Brasil pelos colonizadores portugueses, determinando estruturas de poder que subjugavam e oprimiam minorias da época, perpetuando-se com a manutenção da figura do homem como chefe de família e detentor do poder econômico e político, fortalecendo a desigualdade de gênero pautada na relação de dominação, exploração e opressão do sexo feminino, domesticando-o (SAFFIOTI, 2015).

Com as estruturas familiares contemporâneas surgem novas afirmações de funções, nas quais mulheres não se sujeitam à completa submissão, mas seguem se dedicando à família, lar e trabalho, acumulando tarefas e sobrecargas mental e física, gerando a tripla jornada de trabalho feminino (MOTA-SANTOS *et al.*, 2021).

Zanello (2018) usa o termo “pedagogia dos afetos” para discorrer acerca da premissa de que mulheres “maternam” instintivamente, sendo levadas por essa crença *que se repete* a acreditarem veementemente que

⁵⁰ Especialista em Psicologia da Saúde (UNIFAI). CV: <http://lattes.cnpq.br/3982461007967660>

⁵¹ Doutora em Psicologia (UNESP). Docente (UNIFAI). CV: <http://lattes.cnpq.br/4828738158940294>

precisam cumprir tal papel para serem aceitas e validadas pela sociedade e, se não desejarem ou gostarem de serem mães, podem acabar sentindo culpa, impotência, solidão, arrependimento, raiva, medo e/ou tristeza:

Nossos afetos são pedagogicamente moldados a partir de uma lógica colonial patriarcal, isso quer dizer que poucos desejos são genuinamente nossos, o que se sente, enxerga e escolhe está diretamente ligado ao que esperam de nós a partir do que nos ensinaram (ZANELLO, 2018, p. 63).

Sendo assim, mesmo com os desenvolvimentos sociocultural e econômico, algumas mulheres seguem ocupando o mesmo lugar, somando novas funções, devido ao padrão de repetição estruturado e simbolizado, num complexo processo psíquico que pode se repetir na busca pela autopreservação da infância até a vida adulta. É como se o único espaço garantido para exercer a função *do que é ser mulher* fosse no casamento e na formação de uma *boa* família, já que o que ficou inscrito inconscientemente foi a garantia de sobrevivência que *o amor e ambiente maternos* ofereceram ainda nos primeiros anos de vida. A repetição não se dá de forma idêntica, carregando novos fenômenos que ordenam a situação original, colocando-as em extrema alienação e vulnerabilidade sobre seus direitos e de seus filhos, a fim de serem aceitas e amadas no ambiente familiar (NASIO, 2014).

Até a estabilidade conjugal é delegada à mulher e, quando isso não ocorre, é responsabilizada pelo fracasso e desmonte da relação conjugal, bem como o possível sofrimento dos filhos sobre essa nova realidade. Muitos homens não aceitam a audaciosa escolha das mulheres em deixá-los e passam a usar os filhos como forma de subjugar-las, ameaçando tomá-lhes a guarda dos filhos, ou reduzir o valor da pensão, ou denunciá-las por qualquer motivo que “encontrem”. A alienação parental, quando não usada para proteger os direitos da criança, é acionada como forma de ameaça para prejudicar a mãe, mesmo que afete a vida e saúde da prole (NUSKE; GRIGORIEFF, 2015).

Durante a pandemia da COVID-19, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde, essa sólida estrutura patriarcal vul-

nerabilizou ainda mais essas mulheres, evidenciando a negligência estrutural de gênero no sistema político do país, no qual os órgãos públicos determinaram restrições a fim de conter a transmissão do coronavírus, sendo o distanciamento social a principal ação adotada (SÃO PAULO, 2020). Com isso muitas mulheres se isolaram dentro de seus lares com seus filhos, ocupando cada vez mais as margens sociais.

Diante deste contexto, objetiva-se investigar os impactos socioeconômicos e afetivos causados em mães, destacando as mães solo, decorrentes da pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos na contenção e tratamento.

DESENVOLVIMENTO

O presente estudo é uma revisão narrativa de reportagens com relatos de mães e mães solo atinentes aos aspectos sociais, políticos e econômicos enfrentados durante a pandemia da COVID-19, que foram coletadas em veículos de mídia digital oficiais e não oficiais, sendo Folha de São Paulo, CNN Brasil, El País, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV- IBRE), Fundação FEAC, Portal G1, Projeto Àwure e Brasil, durante o mês de janeiro de 2023, por meio dos descritores “maternidade”, “maternidade solo”, “pandemia”, “COVID-19” e “sobrecarga materna”, cujos procedimentos de busca, exclusão, inclusão e análise se deram pela Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016).

Os critérios de inclusão dos textos foram determinados considerando-se a veracidade dos fatos, a possível checagem dos dados, a homogeneidade e representatividade dos dados, bem como a pertinência dos fatos. Textos sem fonte ou que apresentaram evidências que não puderam ser checadas ou não apresentassem corroboração com dados oficiais foram excluídos da análise.

Assim, foram selecionadas 10 reportagens que foram analisadas e apontavam desdobramentos e implicações econômicas, políticas e socioafetivas. Seguem as reportagens, apresentadas em ordem decrescente, conforme data de publicação:

1 - Áwúre (2021) é uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e publicou, em 27/10/2021, “A vida da mãe solo durante a pandemia da COVID-19 está sendo bem mais difícil”, pontuando que as mulheres foram as mais afetadas pela interrupção dos serviços de saúde: aproximadamente 20 milhões de mulheres nas Américas tiveram seu controle de natalidade interrompido. Além disso, muitas mães, principalmente negras e pobres, necessitavam de uma rede de apoio como creches e escolas (fechadas pelas medidas sanitárias adotadas), visto que se encontravam sozinhas, obrigando-as a deixarem seus postos de trabalho para cuidarem de seus filhos em casa.

2 - Laíza Castanhari, no texto “Pandemia reforça desigualdade de gênero no mercado de trabalho”, publicado pela Fundação FEAC em 27/05/2021, abordou que mesmo com o nível de escolaridade das mulheres sendo superior ao dos homens, o mercado de trabalho não refletia essa informação. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, a força feminina no mercado de trabalho no terceiro trimestre de 2019 era de 53,3% e foi reduzida para 45,8% no mesmo período de 2020. O desemprego gerou mais vulnerabilidade e poderia levar ao aumento de todos os tipos de violência, incluindo a sexual e doméstica. Neste contexto, uma campanha contra a insegurança alimentar foi realizada pela Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC) em 2020, com objetivo principal de combater as consequências geradas pelo desemprego e perda de renda feminina.

A pesquisa “Sem Parar – o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, citada por Castanhari, apontou que 50% da amostra das mulheres passou a cuidar de alguém durante a pandemia e que, entre as mulheres que cuidavam de crianças, 72% afirmaram o aumento da necessidade de monitoramento no domicílio. Assim, com o fechamento de creches e escolas, mulheres com filhos foram inevitavelmente mais afetadas e impactadas no mercado de trabalho.

3 - Joana Oliveira publicou no *El País*, em 10/05/2021, atualizada em 11/05/2021, a reportagem “80% das mães brasileiras se sentem

cansadas com a vida doméstica na pandemia. Entre pais, índice é 48%”. O levantamento feito ouviu 1.425 pessoas em todas as regiões do Brasil, mostrando que 74% das mães afirmaram o aumento do trabalho doméstico ao cuidar dos filhos com aulas remotas, contra 69% dos pais que apresentavam a mesma percepção; 80% das mães afirmavam que sentiam cansaço pela crise sanitária, enquanto apenas 48% dos pais sentiam o mesmo. Esse relato foi ratificado pela pesquisa realizada pelo Atlas Político, onde as entrevistadas relataram sentimento de culpa por não conseguirem cumprir todas as obrigações com seus filhos durante o fechamento das escolas. Existia uma diferença clara quando o assunto era a reabertura das escolas: para 88% dos pais, que apresentavam renda maior que R\$10.000,00, ainda não era hora de reabrir as escolas; para 72% dos pais, que recebiam entre R\$2.000,00 e R\$3.000,00, as aulas presenciais deveriam ser retomadas nas escolas, firmando clara discrepância de classes e dos recursos assegurados.

Esses dados do Atlas Político corroboram com um estudo preliminar realizado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), cujos resultados demonstraram que 83,3% das mães de crianças e adolescentes sentiram maior sobrecarga do cuidado da prole durante a pandemia. Além disso, 39% dessas mães apresentaram sintomas de estresse pós-traumático, 26,7% tiveram sintomas de ansiedade e 25% obtiveram sintomas depressivos. O número de mulheres que se encontravam fora do mercado de trabalho na América Latina, saltou de 66 milhões para 83 milhões em 2020.

4 - Lu Sudré publicou, em 09/05/2021, no Brasil de Fato, “Sobrecarga, desemprego e insegurança: a vida das mães um ano após chegada da COVID-19”, abordando que as mães, quando não ficaram desempregadas, estiveram sobrecarregadas pela jornada tripla de trabalho.

5 - O G1 Vale do Paraíba e Região, em 09/05/2021, disponibilizou pelo Portal G1 Globo o texto “Dia das Mães: mães contam desafios da maternidade ‘solo’ na pandemia”, apresentando que, consoante ao IBGE, 37% das famílias brasileiras têm mulheres como gestoras do lar, cujos relatos contam da perda do trabalho e/ou do acúmulo com

os serviços domésticos e, ainda, “cumprir o papel de pai”, incluindo relatos de violência sofridas no período pandêmico.

6 - Ana Carolina Caldas publicou “Desemprego, medo e sobrecarga: a realidade de mães solo na pandemia”, no Brasil de Fato, em 01/05/2021, informando que no ano de 2020 mais de 8,5 milhões de mulheres precisaram sair do mercado de trabalho e que, no Brasil, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, 63% das casas chefiadas por mulheres estavam abaixo da linha da pobreza.

7 - A Agência Senado publicou, em 28/04/2021, “Governo reedita programa que permite redução de salários para manter empregos”, discutindo a edição da Medida Provisória que instituiu o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda pela União prevendo o pagamento do benefício emergencial por até 120 dias nas hipóteses de suspensão ou redução da jornada de trabalho.

8 - Solange Monteiro publicou em 26/04/2021, no Rio de Janeiro, pelo Blog da conjuntura econômica / FGV – Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), “Recessão da pandemia atinge mais as mulheres e é um retrocesso para a inserção no mercado de trabalho, apontam especialistas em webinar”, referente ao *webinar* intitulado “A inserção de mulheres no mercado de trabalho”, realizado pelo IBRE, em 22/04/2021, mostrando que havia inúmeras mulheres fora do mercado de trabalho, contribuindo para a divergência de ocupação profissional e salarial entre homens e mulheres.

Segundo Monteiro, no terceiro semestre de 2020, a participação de mulheres no mercado de trabalho foi 7,5 pontos percentuais menor que no mesmo período de 2019 e chegou a 45,8%, a menor taxa em 30 anos. Essa quebra foi 1,4 ponto porcentual maior que a dos homens. Entretanto, antes da pandemia, o cenário apresentava certa convergência: em 2020, 41,7% das pessoas ocupadas eram mulheres em comparação a 1970, cujo valor era de 19,8%. Mesmo assim, a diferença salarial entre homens e mulheres em uma mesma função ainda é grande e representa uma das frentes com maior atraso.

No fim de março de 2021, o Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 130, determinando que empresas que discriminassem uma profissional com salário mais baixo que aquele pago a um homem empregado em uma mesma função, deveriam arcar com uma multa, em favor da empregada, correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo o período de contratação. Entretanto, o Presidente Jair Bolsonaro não sancionou a lei, alegando que essa política promoveria a redução de oferta de trabalho às mulheres.

As especialistas reforçaram no *webinar* que a maternidade ainda é o principal desafio para a progressão da carreira das mulheres, principalmente devido à sobrecarga existente na diferença do desempenho de funções domésticas e de cuidados, obrigando-as a interromper sua trajetória profissional. Inclusive, se faz oportuno destacar que houve uma queda na taxa de participação de homens com crianças de até 10 anos de 4,2%, verificada no terceiro trimestre de 2020, quando comparada com mulheres com crianças, cuja taxa chegou a 7,8%, ou seja, 3,6 pontos percentuais menor no mesmo período.

9 - Patrícia Monteiro publicou em 28/12/2020, no *National Geographic*, o texto “Toda mãe solo é uma aldeia – as mulheres e filhos que lutam para sobreviver à pandemia”, baseado no projeto de fotografias “Solo - mães solas vivendo a pandemia no Brasil”, apresentando relatos de 14 mães de todo o Brasil que buscavam espaço físico e mental para lidar com o trabalho, a educação dos filhos e a segurança diante do novo coronavírus. Houve relatos de crises de ansiedade e sensação de sufocamento durante a pandemia. Destaca-se o relato de uma mãe solo de 35 anos que, durante a pandemia, se mudou para uma vila na qual as famílias convivem ativamente em comunidade e se revezam nos cuidados com as crianças. No que diz respeito ao auxílio emergencial, algumas mulheres mencionaram que não conseguiram o benefício, que poderia chegar a R\$1.200,00 para mães chefes de família, mesmo se encaixando nos pré-requisitos.

Em relação aos agravos socioafetivos, nos casos de mães transferidas para o *home office*, foram referidas sensação de solidão presente cotidianamente, pela dificuldade de construir autonomamente sua posição e pela dificuldade de separação de espaços físicos e mentais

para o desempenho do trabalho, visto que praticamente 24 horas por dia mães e filhos estiverem juntos, explicitando que a sobrecarga física entrelaça-se com a sobrecarga mental, colocando-as num abismo de preocupações excessivas e sentimentos negativos frente à própria realidade enquanto ser humano.

10 - A reportagem de Mylena Guedes, “Salários despencam na pandemia e mulheres são as mais afetadas, aponta relatório”, publicada em 03/12/2020 na CNN do Rio de Janeiro, demonstrou que os países que adotaram medidas radicais para preservarem os empregos durante a pandemia, depararam-se com a queda dos salários, mais do que com o aumento do desemprego, segundo a Organização Internacional do Trabalho, conforme levantamento realizado em 28 países europeus, revelando que mulheres sem auxílio salarial teriam perdido 8,1% do pagamento no segundo trimestre de 2020, comparado a 5,4% dos homens.

Além das 10 reportagens apresentadas, convém destacar que Ferreira (2021) pontuou que uma pesquisa feita pelo Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), publicada em 2020 no jornal desta instituição, ouviu três mil voluntários e apontou que as mulheres respondem por 40,5% de sintomas de depressão, 34,9% de ansiedade e 37,3% de estresse e que uma forma comportamental de lidar com a depressão, ansiedade e estresse foi o aumento do consumo de drogas ilícitas, cigarro, álcool e alimentos, assinalando a possibilidade de agravamento pós-pandemia.

CONSIDERAÇÕES

As discussões trazidas pelas dez reportagens e demais pesquisas consultadas, demonstram as diferenças e discrepâncias entre os gêneros acerca de oportunidades de empregos e suas remunerações, sendo as mulheres as mais prejudicadas nesses quesitos, estando sobrecarregadas pelas tarefas cotidianas: trabalho doméstico não remunerado, casa, filhos e dependentes, acúmulo de responsabilidades do trabalho remunerado, sendo que em muitos casos também são vítimas de violência doméstica.

Durante a pandemia da COVID-19 ficaram mais evidentes essas problemáticas, acentuando-as, já que houve crises e instabilidades financeiras e de saúde impostas a toda população mundial, trazendo lutos, medo, desemprego e restrições nos serviços particulares e/ou públicos nas esferas educacional, do trabalho, da saúde e social, deixando muitas famílias desamparadas e vulneráveis, especialmente as monoparentais chefiadas por mulheres.

Até mesmo porque, muitas mulheres foram obrigadas a deixar seu emprego pela falta de rede de apoio, por vezes providas pelas instituições públicas e/ou privadas que estiveram fechadas pelo isolamento social, ou mesmo pela família (como avós), ou pelas funcionárias (babás e cuidadoras), também afastadas de suas atividades laborais ou do convívio familiar (INSFRAN; MUNIZ, 2020).

Ressalta-se, ainda, que as mulheres chefes de família são a maioria dos usuários da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, desde 2004, as políticas de Assistência Social direcionam suas ações para a família como centro principal de seu trabalho. Mesmo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) implantada há mais de uma década, sua efetividade não tem sido suficiente e “[...] as mulheres continuam sendo discriminadas, fazendo com que essa situação contribua para as desigualdades econômicas, sociais e de saúde de suas famílias durante todo o ciclo da vida” (SANTANA *et al.*, 2019, p. 136). Faz-se impreterível abarcar tal realidade assimétrica de gênero, que opera cotidianamente na vida de mulheres, homens e crianças, para serem buscadas mudanças nas estruturas socioeconômicas e culturais do nosso país.

O acesso à saúde mental, por meio da saúde pública, se dá a partir da necessidade do sujeito em encontrar alguma possibilidade de ser visto e respeitado como indivíduo e não apenas como *aquela que se sujeita*. Para tanto, são necessárias políticas públicas que possam oferecer a essas famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, condições dignas e qualidade de vida, por meio de redes de apoio como creches, escolas e instituições sociais, que possam ocupar um papel fundamental na vida dessas mães

e também ofertar condições para manter ou recuperar as saúdes física e mental, para que essas famílias consigam se desenvolver com dignidade e com recursos básicos supridos, como moradia, alimentação, educação, saúde, água e esgoto, além de lazer e cultura.

Políticas públicas destinadas a suprir a realidade assimétrica de gênero imposta sobre a mulher, possibilitam a manutenção dessas situações vividas de maneira mais satisfatória. Instâncias judiciais devem considerar o machismo como fator determinante para opressão e sobrecarga dessas mães, exigindo do homem que é pai o compromisso e cumprimento da paternidade responsável e compartilhada com a mãe sobre a segurança, saúde física e emocional dos filhos, bem como a divisão proporcional das responsabilidades financeiras que os filhos exigem para viverem com dignidade e não apenas sobreviverem.

O desenvolvimento econômico em ascensão faz crescer a oportunidade de emprego, mas também a desigualdade social. O acesso à informação e à educação garantem mais espaços e oportunidades para essas mulheres que, antes mesmo de se tornarem mães, possam ter oportunidades de escolherem se querem ou não viver a maternidade. Com isso, é importante ressaltar que políticas de prevenção e de redução de danos também devem ser efetivas.

Por fim, há muitos outros aspectos que precisam ser estudados e sistematizados para fundamentar ações e serviços em saúde, em vários âmbitos sociais, que atendam e assegurem as necessidades de famílias monoparentais ou qualquer outra estrutura familiar, sendo necessárias mais pesquisas acerca do assunto, que está longe de ser esgotado.

REFERÊNCIAS

A vida da mãe solo durante a pandemia da COVID-19 está sendo bem mais difícil. *Áwure*. Brasil, 27 outubro 2021. Disponível em: <https://www.awure.com.br/apresentacao-do-gt/> Acesso em: 10 jan. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CALDAS, A. C. Desemprego, medo e sobrecarga: a realidade de mães solo na pandemia. **Brasil de Fato**, Curitiba, 1 maio 2021. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2021/05/01/desemprego-medo-e-sobrecarga-a-realidade-de-maes-solo-na-pandemia>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CASTANHARI, L. Pandemia reforça desigualdade de gênero no mercado de trabalho. **Fundação FEAC**, Campinas/SP, 27 maio 2021. Disponível em: <https://feac.org.br/pandemia-reforca-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho%E2%80%AF/#:~:text=Pandemia%20refor%C3%A7a%20desigualdade%20de%20g%C3%AAnero%20no%20mercado%20de%20trabalho,-In%C3%ADcio%7CNot%C3%ADcias%7CPandemia&text=No%20Brasil%2C%20o%20n%C3%ADvel%20de,divulgada%20em%20mar%C3%A7o%20de%202021>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DATA: Brasil. **The World Bank**, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>. Acesso em: 2 abr. 2023.

FERREIRA, I. Mulheres foram mais afetadas emocionalmente pela pandemia. **Jornal da USP**, São Paulo, 09 fevereiro 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-foram-mais-afetadas-emocionalmente-pela-pandemia/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

G1. Dia das Mães: mães contam desafios da maternidade ‘solo’ na pandemia. **Portal G1 Globo, Vale do Paraíba/ RJ e região**, 09 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2021/05/09/dia-das-maes-maes-contam-desafios-da-maternidade-solo-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GOVERNO reedita programa que permite redução de salários para manter empregos. **Senado Agência**. Brasil, 28 abril 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/trabalho/abril/apos-sucesso-em-2020-governo-reedita-programa-de-manutencao-de-emprego-e-renda#:~:text=O%20Programa%20Emergencial%20de%20Preserva%C3%A7%C3%A3o,convertida%20na%20Lei%2014.020%2F2021>. Acesso em: 12 jan. 2023.

GUEDES, M. Salários despencam na pandemia e mulheres são as mais afetadas, aponta relatório. **CNN**, Rio de Janeiro, 3 dezembro 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/salarios-despencam-na-pandemia-e-mulheres-sao-as-mais-afetadas-aponta-relatorio/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 2 abr. 2023.

INSFRAN, F.; MUNIZ, A. G. C. R. Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. **Diversitates International Journal**. v. 12, n. 2, p. 26-47, jun./dez., 2020. Disponível em: <http://diversitates.uff.br/index.php/1diversitates-uff1/article/view/314>. Acesso em: 2 abr. 2023.

MONTEIRO, P. “Toda mãe solo é uma aldeia” – as mulheres e filhos que lutam para sobreviver à pandemia. **National Geographic**, Brasil, 28 dezembro 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/fotografia/2020/12/maes-solo-filhos-trabalho-desemprego-pandemia>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MONTEIRO, S. Recessão da pandemia atinge mais as mulheres e é um retrocesso para a inserção no mercado de trabalho, apontam especialistas em webinar. **Blog da conjuntura econômica / FGV** – Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), Rio de Janeiro, 26 abril 2021. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/recessao-da-pandemia-atinge-mais-mulheres-e-e-um-retrocesso#:~:text=26%20abr%202021,Recess%C3%A3o%20da%20pandemia%20atinge%20mais%20as%20mulheres%20e%20C3%A9%20um,trabalho%2C%20apontam%20especialistas%20em%20webinar&text=Com%20um%20impacto%20econ%C3%B4mico%20concentrado,emprego%20de%20homens%20e%20mulheres>. Data de acesso: 13 jan. 2023.

MOTA-SANTOS, C.; AZEVEDO, A. P. de; LIMA-SOUZA, É. A Mulher em Tripla Jornada: Discussão Sobre a Divisão das Tarefas em Relação ao Companheiro. **Management and Connections Journal**, Vitória/ES, v. 10, n. 2, p. 103-121, maio/ago., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/34558> Acesso em: 10 abr. 2023.

NASIO, J. D. **Por que repetimos os mesmos erros?** 2. ed. ver. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NUSKE, J. P. F.; GRIGORIEFF, A. G. Alienação parental: complexidades despertadas no âmbito familiar. **Pensando fam.** Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 77-87, jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 set. 2023.

OLIVEIRA, J. 80% das mães brasileiras se sentem cansadas com a vida doméstica na pandemia. Entre pais, índice é 48%. **El País**, São Paulo, 11 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-11/80-das-maes-brasileiras-se-sentem-cansadas-com-as-responsabilidades-domesticas-na-pandemia-entre-pais-indice-e-48.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, T. D. B. *et al.* Avanços e desafios da concretização da política nacional da saúde da mulher: uma revisão de literatura. **Rev. Aten. Saúde**, São Caetano do Sul, v. 17, n. 61, p. 135-141, jul./set., 2019. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/6012/pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

SÃO PAULO. **Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020**. Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares. Diário Oficial do Estado. Poder Executivo, São Paulo, v. 130, n. 137, 11 jul. 2020.

SUDRÉ, L. Sobrecarga, desemprego e insegurança: a vida das mães um ano após chegada da COVID-19. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 maio 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/09/sobrecarga-desemprego-e-inseguranca-a-vida-das-maes-um-ano-apos-chegada-da-covid-19>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS EM MULHERES SOBREVIVENTES ÀS TORTURAS PRATICADAS DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Julie Ane Notari Monteiro⁵²
Rachel de Faria Brino⁵³

INTRODUÇÃO

Este estudo analisou as consequências psicológicas vivenciadas por mulheres vítimas de tortura durante a Ditadura Militar brasileira. Foram explorados e analisados os relatos de mulheres que sofreram violações no período da repressão, coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. A hipótese de partida refere-se ao relato de consequências como impactos no estabelecimento e manutenção de laços afetivos e relações amorosas, dificuldades na construção de uma vida sexual saudável e desenvolvimento de psicopatologias, como Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) e Transtorno Depressivo Maior.

Nesse sentido, é de suma importância contextualizar o cenário no qual o presente estudo se insere. O Brasil é um país patriarcal cujas heranças sociais são fortemente entrelaçadas ao machismo, à misoginia e ao feminicídio. A violência marcada por gênero é um fator comum no cotidiano de milhões de mulheres brasileiras, que sofrem com suas diversas nuances e apresentações. Por ser uma nação colonizada por Portugal durante muitos anos, o Brasil sofreu fortes influências europeias na construção da sua sociedade. Dessa forma, vale salientar o funcionamento social europeu, a posição da mulher em todos os momentos da história e como isso refletiu e ainda reflete no país.

⁵² Graduada em Psicologia (UFSCar). CV: <http://lattes.cnpq.br/2875930296414147>

⁵³ Doutora em Educação (UFSCar). CV: <http://lattes.cnpq.br/0235133592567485>

Antes da chegada dos colonizadores nas Américas, existiam outros modelos sociais, como os matriarcais, que não assumiam as atuais posições de gênero hierarquizadas, nas quais os homens são colocados no topo (GONÇALVES & RIBEIRO, 2018). Por conta disso, para Gonçalves & Ribeiro (2018) faz-se extremamente necessário estudar e “produzir a história a partir da visão do colonizado e não mais do colonizador” (p. 1).

Na Idade Média, a sociedade era marcada por ser extremamente patriarcal, na qual os homens ocupavam uma posição privilegiada de supremacia, e cabia às mulheres um lugar de passividade e submissão aos seus pais, irmãos e maridos. Isso se devia, principalmente, pela forte influência que a Igreja exercia, declarando uma moral universal e definindo as posições sociais de gênero (CHAGAS; CHAGAS, 2017). Inclusive, através de seus textos bíblicos, o judaísmo decretava proibições às mulheres que não se aplicavam aos homens, com penalidades que abarcavam até a morte por apedrejamento. Então, nesse período, entre os séculos X e XV, as mulheres eram vistas como seres inferiores e eram assassinadas por não seguirem o pressuposto de “obediência” aos homens (CHAGAS; CHAGAS, 2017).

Já na Idade Moderna, devido à necessidade de aumento da mão de obra, mulheres e crianças foram recrutadas para trabalhar nas indústrias que nasciam e cresciam desenfreadamente a partir da revolução industrial do século XVIII. Nesse momento, as mulheres passaram a ocupar uma nova posição social: a de trabalhadoras. Porém, recebiam salários irrisórios e bem menores do que os dos homens, e ainda se mantinha a regra social de submissão a eles (CHAGAS; CHAGAS, 2017).

Especificamente, o quadro do Brasil nunca se mostrou tão diferente: a nossa primeira constituição, de 1824, não incluía as mulheres na prática de muitos direitos civis, como votar e ser votada. O Código Civil de 1916, assim como os textos bíblicos do judaísmo, impunha proibições às mulheres, como se fossem seres incapazes.

O Art. 178 do mesmo Código previa que o homem tinha até dez dias contados do casamento para anular o matrimônio caso a mulher não fosse virgem; o Art. 233 definia que o marido era o chefe da sociedade conjugal (CHAGAS; CHAGAS, 2017).

A atual Constituição (1988), que foi instaurada com fortes influências de grupos de mulheres e de grupos feministas, garante a igualdade de gênero. Entretanto, apesar da instituição da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), a qual assegura os direitos das mulheres, aumentando o rigor das punições para agressores, elas ainda sofrem com a herança social do machismo (CHAGAS; CHAGAS, 2017). Segundo dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em 2020 foram registradas nas plataformas do Ligue 180 e Disque 100 mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher; destas, 72% foram referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher, e os outros 28% foram referentes à violação de seus direitos civis e políticos.

Por meio dos dados estatísticos, pode-se observar a permanência da violência de gênero, que se caracteriza como condutas hostis exercidas sobre outra pessoa devido a sua condição de gênero. Este termo - violência de gênero - refere-se a relações interpessoais hierarquizadas, nas quais observa-se assimetria de poder e dominação, marcadas pela clara desigualdade social entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2004 apud OLIVEIRA, 2017, p. 44). As manifestações da violência contra a mulher podem ocorrer de diferentes formas, não excludentes, sendo as mais comuns agressões físicas e psicológicas, mas também violência sexual, moral e patrimonial (WILLIAMS; MAIA; RIOS; D’AFFONSECA, 2019).

Segundo dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2001), pelo menos uma em cada três mulheres em todo o mundo sofreu violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida, e 20% das mulheres relatam terem sido vítimas de violência sexual na infância.

Durante o período da Ditadura Militar brasileira, o fenômeno da violência contra a mulher envolveu manifestações de violência em sessões de tortura praticados pelos aparatos governamentais, que se encarregaram de promover atrocidades. As mulheres consideradas subversivas eram torturadas diariamente, com destaque para a violência sexual, em equipamentos como os Destacamentos de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), tendo seus direitos civis e humanos suspensos. O Estado se utilizava da tortura como parte de sua estratégia política de controle social e de informação.

Dessa forma, nos centros de tortura militares, as modalidades de violência atravessadas por sexo-gênero já praticadas no cotidiano foram combinadas de diferentes maneiras, porém com traços marcantes da repressão: vendamento, enclausuramento, choques nas genitálias e no resto do corpo, banhos frios, afogamentos, entorpecimento por drogas, desnudamento, asfixia, introdução de objetos (mangueiras, cassetetes) e animais vivos (ratos, baratas) na vagina, utilização de objetos (pau de arara, cadeira do dragão, geladeira) e animais vivos (filhotes de jacarés, ratos e baratas), estupros individuais e coletivos, abortamentos e esterilização forçados, entre diversas outras formas cruéis de desumanização, todas acompanhadas por gritos, xingamentos, risadas sádicas e comentários irônicos.

Ademais, a maternidade era um dos meios de tortura utilizado contra as mulheres, sendo que muitas delas foram obrigadas a assistir suas crianças serem submetidas às mais perversas formas de tortura física, psicológica e sexual (TELES, 2015). Em outros casos, ocorria o inverso - as crianças eram obrigadas a assistir suas mães na mesma posição.

Um ponto que demonstra claramente a influência do gênero nas práticas de tortura no referido período é o fato de os homens sofrerem, ao adentrarem nos centros de tortura, processos feminizantes e emasculantes, como o uso forçado de perucas, para, então, serem desu-

manizados (torturados). As mulheres, em contrapartida, ao pisarem nestes ambientes, sob o rótulo de subversivas, já estavam na condição de desumanizadas. Ou seja, os homens, para serem torturados, antes precisavam ser “rebaixados” à condição de mulher (BARETTA, 2017).

Este processo se deu - e ainda hoje permanece - devido à colonialidade de gênero. O gênero é um produto colonial criado pelo homem branco para manter seu poder e controle sobre os sistemas econômicos e sociais, através da racialização e engendramento dos outros corpos. Assim, ao ditar as regras em seu favor, a punição e a violência são legitimadas, objetivando e provocando uma quebra do sujeito e destruição da sua identidade (BARETTA, 2017), através das mais variadas formas de violência e tortura; neste caso, contra seus oponentes políticos: os subversivos.

A tortura é uma experiência traumática que acarreta diversas consequências físicas e psicológicas. A chamada “demolição” (MARTÍN, 2005, p. 436), que é o processo traumatizante em si, pode ser dividida em três etapas: a destruição da pessoa, dos seus valores e das suas convicções; a usurpação da identidade e da história do sujeito, sua desorganização consigo mesmo e com o mundo, sendo esta a demolição propriamente dita; e a possibilidade de “resolução” da crise, através da organização de uma conduta mais ou menos de acordo com os “valores” do torturador (MARTÍN, 2005).

Para Martín (2005), mesmo que não exista uma nomenclatura ou quadro diagnóstico de algum tipo de transtorno psicológico provocado pela tortura, sabe-se que suas repercussões são críticas e permanentes, tendendo a um agravamento durante a velhice. Ainda segundo Martín (2005), os impactos psicológicos mais frequentes causados por tortura incluem: problemas identitários, os processos dissociativos graves, os comportamentos regressivos, os lutos não elaborados, a angústia crônica, a ansiedade e a depressão, a insônia persistente, os pesadelos, a repetição, os transtornos neuróticos ou psicóticos, as alterações dos hábitos alimentares, sexuais, etc., associa-

das à alta irritabilidade, com crises de clausura mais ou menos graves, os sentimentos de culpabilidade e de vergonha, de perseguição e de dano permanente, a incapacidade de trabalho e perda profissional, o isolamento, os transtornos da memória, da percepção e da atenção (estado de alerta permanente), as dificuldades relacionais com o casal, a família, etc. São assinaladas as frequentes e crescentes dificuldades de inserção laboral. (p. 437-438)

Um outro ponto extremamente importante acerca das consequências psicológicas causadas às vítimas de tortura é a transgeracionalidade, ou seja, os sintomas estão presentes na afiliação, na memória familiar, nos não-ditos da história de cada um, nos silêncios do impossível de dizer e simbolizar. A inserção social é muito difícil e são frequentes as rupturas familiares (MARTÍN, 2005). Alguns destes sintomas dos impactos gerados pela tortura podem aparecer logo após a violência, porém podem surgir também depois de longos períodos assintomáticos, como em 20 ou 30 anos (MARTÍN, 2005).

Baretta (2017) buscou realizar uma interpretação entre as relações de gênero e o mundo material da repressão em Centros de Detenção e Tortura no Brasil (CDTs). Para tanto, utilizou-se como método um exame da arquitetura do DOPS/RS, além de materiais e outros elementos não humanos empregados na tortura nesses locais, conjuntamente à análise de relatos de ex-presas (os) políticas (os).

Como resultado, a autora comentou que “estar presa em um ambiente como o DOPS/RS possuía um sentido de total subordinação do corpo ao desejo do agente, o qual assumia o controle sobre a vida da pessoa presa” (p. 28); o uso de objetos ou ações específicos, como o capuz, também receberam significados e intencionalidades próprios (BARETTA, 2017). Ademais, pôde-se perceber que as técnicas de objetificação, feminização, emasculação e desumanização das pessoas nos CDTs demonstram que a violência é parte da misoginia estrutural da modernidade colonial. Por fim, fica como pedido da pesquisa a busca pela compreensão sobre como se cons-

tituem os sujeitos torturados, olhando para a subjetividade da construção de seus discursos e suas histórias, não somente salientando cenas de tortura e sofrimento.

Em seu estudo “Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura”, publicado na Revista Estudos Feministas, em 2015, Maria Amélia de Almeida Teles, jornalista, escritora, ex-presa política sobrevivente e testemunha da repressão, comentou sobre a situação e participação das mulheres brasileiras na luta contra a ditadura nos anos de 1960 e 1970, além de descrever como atuava o sistema repressivo, extremamente misógino, que se utilizava do corpo, da sexualidade e da maternidade como formas de alimentar a tortura ou assassinar cruelmente.

Descreveu ainda a situação das mulheres no pré-golpe, durante a Ditadura Militar e na militância política. Trouxe também especificidades importantíssimas, como a liderança e apoio a greves feitas por mulheres, além de questões como o abortamento forçado, o estupro, o uso de animais vivos e até mesmo a maternidade como formas de tortura; comentou sobre o fato de a menstruação ser usada como forma de escape da violência sexual, já que os militares não gostavam de estuprar mulheres menstruadas. Ademais, o texto comenta sobre o estupro de uma adolescente na OBAN (Operação Bandeirantes), antiga nomenclatura do DOI-CODI/SP, em 1970, e sobre mulheres que atuaram juntamente à repressão.

Em suas considerações, a autora destaca a importância de se referir às mulheres ao se tratar dos assuntos repressão, tortura e ditadura, já que elas participaram ativamente da luta e representam cerca de 11% do total de mortos e desaparecidos com nome registrado. Também denuncia o silêncio acerca da existência de pessoas geradas através de estupros praticados por agentes do Estado, além das ainda inexistentes estruturas políticas que dão espaço para o relato público de violações sexuais e demais violências praticadas nos aparatos militares e policiais. Com isso, traz à tona a necessidade do

reconhecimento jurídico-legal dos estupros e outras violações sexuais como crime independente dos demais crimes cometidos.

Para finalizar, o artigo, assim como este trabalho, demonstra a urgência de se analisar as violações de direitos humanos causadas às mulheres durante a Ditadura sob a ótica de gênero. Ademais, é clara a lacuna a respeito dos impactos psicológicos e emocionais causados pela tortura marcada por gênero durante a Ditadura, e também a falta de estudos de relatos diretos, obtidos junto às mulheres, e não por meio de documentação escrita à época.

DESENVOLVIMENTO

Participantes - Duas mulheres brasileiras, com idades entre 75 e 77 anos, sobreviventes do cárcere e tortura perpetrados pela Ditadura Militar no Brasil, ocorrida entre os anos de 1964 e 1985.

Procedimentos éticos - A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em companhia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual engloba explicações acerca dos objetivos, da justificativa e do método de coleta de dados da pesquisa.

Entrevistas - As mulheres participaram de entrevistas, de forma remota, considerando o período de isolamento social devido a COVID-19. Foram realizadas 2 entrevistas com cada uma das participantes, com duração de cerca de 2 horas cada uma.

Resultados e Discussão

Considerando o caráter exploratório e qualitativo da pesquisa, optou-se por discutir os resultados das participantes separadamente, pois cada uma apresentou relatos particulares, e o estudo não objetivou realizar uma comparação entre as duas, mas, sim, uma aná-

lise qualitativa dos relatos obtidos, utilizando a estratégia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

Maria

A participante Maria demonstra, em seu relato, como as mais diversas torturas sofridas afetaram sua vida. Além de violência sexual, sofreu com choque elétrico, simulação de afogamento e simulação de fuzilamento. Quando questionada sobre relacionamentos amorosos e afetivos, Maria contou que seu primeiro namorado percebeu que ela tinha dificuldade quando ele tentava fazer carícias e toques íntimos, e a mulher acredita que foi por isso que ele rompeu o relacionamento com ela. Já o segundo namoro, ela definiu como uma amizade ou “contrato”. Ela sabia que ele tinha amantes, mas gostava da relação. A participante contou que se sentia melhor nesse relacionamento, pois o namorado não tentava tanto contato íntimo. Ele também rompeu com ela, pois ficou noivo de uma das “amantes” e se casou. O relato de Maria sobre seus relacionamentos amorosos ilustra a hipótese de que as vítimas da tortura, especialmente a de cunho sexual, têm alta chance de apresentar dificuldades na manutenção de relacionamentos amorosos e afetivos, além da construção de uma vida sexual saudável. Isso pode ser explicado pelo fato de o trauma ser um dificultador da criação de intimidade. Parece bastante difícil, para as pessoas que sofreram tamanha brutalidade e grau de violência, aprenderem a confiar novamente em outras pessoas em um relacionamento íntimo (VAN DER KOLK, 2020). Adicionalmente, grande parte das vítimas passa a demonstrar dificuldade na manutenção de relacionamentos com compromisso e problemas em lidar com o(a) companheiro(a). (VAN DER KOLK, 2020).

Em relação a psicopatologias, foi possível observar sinais e sintomas que poderiam indicar dois transtornos levantados pelo presente estudo: Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) e Transtorno Depressivo Maior.

Em primeiro lugar, alguns elementos na fala de Maria sobre os acontecimentos ocorridos durante o período em que esteve presa, podem se mostrar como indicativos de um possível desenvolvimento de Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT). Segundo ela, o pior eram os pesadelos: “*Parecia que eu continuava presa naquela cela.*”. Ela relatou que tinha um pesadelo em que se via amarrada em uma cadeira e que caía em um poço profundo. Maria relata que ainda hoje tem esse pesadelo algumas vezes durante o mês, e consegue identificar alguns “gatilhos” que os acionam: cenas de filmes, notícias na televisão e jornais. Sobre outros sintomas de TEPT, ela diz que nunca mais frequentou a Igreja; menciona que tentou umas vezes, mas que se sentiu mal - teve algo parecido com ataques de pânico: “*Eu estava na Igreja quando dois homens se aproximaram e perguntaram meu nome. Eu disse e eles me levaram (presa).*”. Tomografias cerebrais demonstram que recordações de um passado traumático levam as vítimas a reviverem as sensações viscerais experienciadas no evento original (VAN DER KOLK, 2020). Dentre as muitas vítimas, diversas não conseguem transformar o passado em uma história ocorrida há muito tempo (VAN DER KOLK, 2020). Ademais, Van der Kolk (2020) ainda afirma:

Para os que estão revivendo um trauma, nada faz sentido; sentem-se presos numa situação de vida ou morte, um estado de medo paralisante ou fúria cega. A mente e o corpo ficam o tempo todo estimulados, como se corresse um perigo iminente. Eles têm sobressaltos em reação aos mais leves ruídos, pequenas contrariedades os irritam. (p. 117)

É possível inferir que Maria apresenta sinais e sintomas depressivos por ter demorado tantos anos para engatar em um relacionamento amoroso: teve apenas 2 relacionamentos, somente após os 30 anos. Também ficou bastante emocionada e chorou quando disse que gostaria muito de ter tido filhos - um de seus maiores sonhos. Ademais, o fato de afirmar que não sente nada quando seus namorados romperam com ela, nem mesmo raiva ou ódio, demonstra certa

desconexão com seus sentimentos - apatia -, que também é um sintoma depressivo. Permite, ainda, inferir falta de regulação emocional e embotamento de emoções, os quais também são sintomas depressivos e que seriam desenvolvidos e aprimorados por meio de vivências em relacionamentos íntimos e afetivos, quando experienciados de forma plena. Em geral, vítimas de violências moderadas e severas não se permitem experienciar tais relacionamentos, impedindo-as de alcançar regulação emocional e emoções plenas.

Sobre as violações sexuais, a participante revelou que sofreu com ameaças de estupro e que os torturadores a deixavam nua com muitos homens na sala: “*Eles ficavam rindo, falando vulgaridades.*”. Tais violências de cunho sexual também podem explicar o motivo de Maria ter tantas dificuldades em se envolver em relacionamentos amorosos íntimos.

Entretanto, como fator de proteção - apesar de toda a sintomatologia patológica - Maria contou que faz análise há mais de 20 anos, e que alguns dos traumas sofridos foram revelados somente para a sua analista. Ela percebeu e relatou que, após começar a análise, cerca de 3 a 4 anos depois, os pesadelos, quase diários, passaram a acontecer apenas algumas vezes ao mês. A mulher disse que nunca contou sobre as torturas para nenhum de seus familiares - nem mesmo seus pais - e nem para os seus dois namorados, pois o assunto é um tabu em sua família.

Clarice

Em seu relato, Clarice afirmou que a tortura causou impactos em sua vida, nos mais diferentes âmbitos, como pode ser observado no trecho: “*São muitos impactos, né (...) para mim, foi assim: impacto emocional, físico, social, né, você... é uma experiência muito terrível, muito terrível.*”. Quando questionada sobre impactos nos seus relacionamentos, tanto familiares quanto relacionamentos amorosos, Clarice afirmou apresentar dificuldades, como demonstrado pelas suas seguintes falas: “*Você muda, eu não sei nem sei te explicar como, mas você*

muda, né, porque todo mundo muda com a vida, né, com a idade...e a tortura te marca (...) Mas passa por esse processo, entendeu, da tortura, não é algo que você vive 'aí, até esqueci'...não, não esqueceu, não, entendeu?" e "Meus filhos sofreram também muitos problemas."

Em relação a psicopatologias, foi possível observar sinais e sintomas que poderiam indicar três transtornos levantados pelo presente estudo: Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) e Transtorno Depressivo Maior.

Alguns elementos na fala de Clarice sobre os acontecimentos ocorridos durante o período em que esteve presa, há mais de 58 anos, podem se mostrar como indicativos de um possível desenvolvimento de Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT): “É... qualquer fato que ocorra comigo, eu associo àquele momento, né, é...um...a tortura não acaba. A gente enfrenta, a gente resiste, mas a tortura não acaba. A tortura é um...eu, sempre quando falo da tortura, eu falo assim: ‘A tortura é uma ferida que não cicatriza, e às vezes sangra’, sabe? Não tem como’”. Como observado, o relato da participante foi proferido no tempo verbal presente, como se os fatos estivessem acontecendo no momento. Ademais, a mulher relatou ter seu sono interrompido desde os traumas sofridos, sendo acometida por pesadelos de experiências vividas durante a prisão e as sessões de tortura, além de *flashbacks*: “Nunc...raramente eu consegui dormir uma noite completa, meu sono é interrompido, né, e ficou muito tempo interrompido, assim, eu acordava com gritos de pessoas, vendo sangue e muito suada, sabe, cheia de suor, assim, corria um suor.”. Segundo Bessel Van der Kolk (2020), as vítimas de TEPT apresentam o sono cronicamente perturbado e sofrem de pesadelos e *flashbacks*. Esses acontecimentos remontam ao cenário da ocorrência do trauma, como se não tivesse passado o tempo.

Além disso, é muito comum que os sintomas de TEPT e TAG se confundam ou sejam concomitantes. O seguinte trecho do discurso da participante poderia se enquadrar como indicativo de sintomas de ambas as patologias: “(...) a insegurança, você sair na rua e

achar que você está sendo seguida, né, sempre aquela sensação de perseguida, de ser o alvo de algum ataque, né, de violência, muita desconfiança.”. Entretanto, no caso de Clarice, o quadro parece assemelhar-se mais ao TEPT, pela questão atemporal, ainda podendo haver interposição de outros transtornos. As sensações vividas no período em que esteve presa e sofreu torturas ainda permanecem em seu corpo e mente, como se não tivessem ido embora.

É possível indicar que Clarice apresenta sinais e sintomas depressivos quando relata a respeito dos estupros sofridos enquanto estava presa: *“Eu fui estuprada, e só falei, eu fiz as contas, acho que 43 anos depois, né, e mesmo assim falei muito mal, eu não consigo falar. As pessoas pedem para explicar, falei ‘Não é... não é má vontade, mas eu não consigo’, entendem? (...) E, então, eu acho que a violência sexual ela é muito humilhante, ela te deixa...ela...ela te desvaloriza a alma, o corpo, né, a sua postura cidadã fica...é...fica acanhada, né, fica intimidada, então você perde força, perde energia, eu acho que perde muita energia, esse que é o pior, né, dessa situação.”*. Por outro lado, esse sentimento de responsabilização, culpa e vergonha estão muito relacionados à violação sexual, que ainda é um tema tabu na sociedade: a maior parte das vítimas desse tipo de violência apresenta discursos semelhantes, especialmente pelo julgamento, falta de apoio e de validação que sofrem quando fazem a revelação (HABGIZANG; RAMOS; KOLLER, 2011). O fato de a violência sexual ter ocorrido como forma de tortura, torna tal situação ainda mais complexa. Logo, pode ser mais tolerável, para as vítimas, falarem das violências físicas sofridas, do que as de cunho sexual. Assim, o discurso apresentado por Clarice pode ser motivado tanto por uma das duas explicações - depressão ou consequências da violência sexual - ou ambas.

Esta dificuldade de Clarice em falar sobre a violência sexual que sofreu possui explicações baseadas na biologia: foi descoberta uma mancha branca em uma área do cérebro chamada área de Broca, que geralmente é afetada em pacientes que sofreram acidente vas-

cular cerebral (AVC), indicando significativa redução de atividade na região. Imagens indicaram que a área de Broca se afetava sempre que se provocava um *flashback*. Como consequência, a pessoa não consegue formular em palavras seus pensamentos e sensações, mesmo após anos do evento traumático (VAN DER KOLK, 2020). Ainda segundo Van der Kolk (2020):

O corpo revive o terror, a raiva e a impotência, bem como o impulso de lutar e fugir, mas é quase impossível articular essas sensações. Por sua própria natureza, o trauma nos leva ao limite da compreensão, impedindo-nos de usar uma linguagem baseada na experiência comum e num passado inimaginável. (p. 56)

Dessa forma, para as vítimas de tortura, é extremamente difícil construir uma narrativa temporal das experiências traumáticas, organizada coerentemente em começo, meio e fim. Pelo contrário, na falta do discurso, as experiências cruéis vivenciadas vêm à tona através dos pesadelos e *flashbacks* (VAN DER KOLK, 2020), como também apresentado pela fala de Clarice.

Por outro lado, nas falas de Clarice são verificados fatores de proteção internos e externos, que podem tê-la auxiliado no desenvolvimento de comportamentos resilientes. “Mas, quando passava aquilo, né (a tortura), os momentos que passava aquilo, eu falava ‘Eu tenho que viver, eu vou sobreviver, ainda vou criar meus filhos, e eu vou sair daqui.’. Sabe, eu tinha aquela coisa, aquela força. E até esse tempo agora de pandemia eu escrevi quatro historinhas sendo infantis que estão na editora para serem publicadas, e três delas são da cadeia, que eu inventei, sabe, eu ficava inventando história, na minha cabeça, né, porque você não tinha nem papel nem livro, então você fica inventando na cabeça, né. Eu inventava muita coisa na minha cabeça e prestava muita atenção no meu entorno, quem está...entendeu? E tinha um preso, tinha dois presos, assim, perto de mim, que eram negros e que nós acabamos ficando muito amigos, que eram o J. e o outro era M., né (...) esse M., que era um negro do Rio de Janeiro (...) ele cantava bonito, então ele cantava para mim,

cantava para a minha filha, que é a J., ele falou: 'Vou cantar', sabe, então ele cantava as músicas, é...e era...apesar de, enfim...Nesses momentos, você tinha esses momentos, né, e eu aproveitava bem esses momentos, e falava: 'Não sei se eu vou conseguir sobreviver, né, mas se eu sobreviver, eu quero falar deles um dia, sabe?'. Porque, como é que as pessoas sobrevivem, né? Porque tem o humano dentro de tudo aquilo tem o humano, né.", "Eu nunca fui uma pessoa amarga, e nem sou, independente de qualquer coisa. Sempre fui uma pessoa que me relacionei afetivamente, sexualmente, nunca deixei." e "Eu acredito na vida, eu luto pela vida, eu tenho a força dentro de mim, que eu aprendi com esse povo todo que me deu apoio, entendeu? É um processo também pedagógico, né, de aprendizado. Então, é o que garante a gente continuar, né.". Segundo Van der Kolk (2020), as vítimas de traumas fazem qualquer coisa para evitar as sensações viscerais geradas pela tortura, tais como se apegar de maneira desesperada a outro ser humano: “a reação mais comum ao sofrimento consiste em procurar pessoas de quem gostamos e nas quais confiamos para que nos ajudem e nos deem coragem para ir em frente.” (p.109).

Por fim, um dado importante apontado pela participante é que ela não fez psicoterapia, como apresentado pelo seguinte trecho de sua entrevista: “E eu não fiz terapia, né, talvez seja...eu seja pior ainda, a minha situação, né, não sei, mas eu não fiz terapia, não deu tempo de fazer.” Por outro lado, seu engajamento na militância, antes e após a prisão, pode ser encarado como um fator protetivo em sua trajetória, já que representa um espaço de fala e escuta, o qual pode favorecer, de certa forma, a elaboração dos eventos traumáticos e validação de seu sofrimento.

Maria e Clarice

Um dado importante apontado pelas participantes foi a realização ou não de psicoterapia, após terem sido presas e torturadas, ao longo de suas vidas. A participação em um processo psicoterapêutico constante, frequente e baseado em evidências, com um profissional capacitado, competente, engajado e comprometido em conhecer a

pessoa que está à sua frente, não como um amontoado de sintomas depressivos e ansiosos, pode ser um dos mecanismos de auxílio na elaboração e no processamento de traumas vivenciados pelas vítimas, independente da abordagem adotada (VAN DER KOLK, 2020).

Maria, que faz análise há mais de 20 anos, demonstrou uma amenização em indicadores de TEPT. Já Clarice, que mencionou não ter realizado psicoterapia ao longo de sua vida, apresenta fortes indicadores do transtorno. Por outro lado, o engajamento de Clarice na militância, antes e após a prisão, pode ser encarado como um fator protetivo em sua trajetória, pois ela demonstrou maior tolerabilidade ao relatar a respeito da tortura. A participante Maria não esteve inserida neste contexto, de acordo com seu relato, e apresentou dificuldades em relatar os episódios traumáticos, tanto para a pesquisadora, quanto para sua analista e seus familiares, além de ter demonstrado desconexão com seus sentimentos, quando alega não sentir nada.

Ademais, como já mencionado, segundo Martín (2005), a tortura pode ser geradora de um quadro crítico e permanente, tendendo a um agravamento durante a velhice. Considerando que as participantes deste estudo são idosas, é de extrema importância ressaltar os impactos psicológicos mais frequentes causados pela tortura, já citados pelo mesmo autor, que também puderam ser observados nos relatos das duas mulheres.

Por fim, cabe destacar que não se configurou como objetivo desta pesquisa realizar diagnóstico de psicopatologias das participantes. O objetivo deste trabalho se limitou a explorar as consequências das experiências traumáticas sofridas a partir da fala das participantes - as sobreviventes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos relatos das mulheres, foi possível identificar e analisar como a experiência de ser presa e torturada - das mais variadas formas, especialmente a sexual, tratando-se de mulheres - pode impactar, em

larga escala, a vida de uma mulher. Ademais, a dificuldade de encontrar participantes e o fato de tantas mulheres terem se recusado a participar da pesquisa, mostra o quanto ainda é um tabu se falar sobre a tortura e a violência de gênero - especialmente a de cunho sexual. Importante também indicar o ineditismo desse estudo, ao possibilitar que essas mulheres reportem, em ambiente seguro, a respeito da experiência de tortura sofrida, podendo ser compreendida como revelação da violência, que guarda relação com melhores prognósticos em saúde mental. Também pode ser importante estudar como a tortura e a violação de Direitos Humanos se dá, ainda hoje, com validação do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BRASIL (2014). **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.
- BARETTA, Jocyane Ricelly. Por uma Arqueologia Feminista da ditadura no Brasil (1964-1985). **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 2, p. 08-34, 2017.
- CHAGAS, L.; CHAGAS, A. T. A posição da mulher em diferentes épocas e a herança social do machismo no Brasil. **Psicologia**. pt-o portal dos psicólogos, 2017, p. 1-8.
- GONÇALVES, J. S.; RIBEIRO, J. O. S. Colonialidade de gênero: o feminismo decolonial de María Lugones. **VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, Rio Grande**, 2018.
- HABIGZANG, L. F.; RAMOS, M. da S.; KOLLER, S. H. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, p. 467-473, 2011.
- MARTÍN, A. G. As seqüelas psicológicas da tortura. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 25, p. 434-449, 2005.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Violência contra as mulheres**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>>. Acessado em: 12 jul. 2021.
- TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015.
- VAN DER KOLK, Bessel. **O corpo guarda as marcas: Cérebro, mente e corpo na cura do trauma**. Sextante, 2020.

WILLIAMS, L. C. A.; MAIA, J. M. D.; RIOS, K.A.; D’AFFONSECA, S. M. **Aspectos psicológicos da violência uma abordagem teórico-conceitual**. 1 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2019. p. 151. Curitiba: Juruá Editora.

Nota: Apoio a realização da pesquisa: *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP*.

MORTE, LUTO E DECOLONIALIDADE

Jose Valdeci Grigoletto Netto⁵⁴

AMPLIANDO POSSIBILIDADES

À guisa de introdução, acredito ser pertinente dizer que durante meus anos de estudos e pesquisas, sempre me voltei para bibliografias produzidas, em sua grande maioria, por pesquisadoras e pesquisadores que tendem a direcionar seus olhares para a clínica do luto e intervenções com pessoas enlutadas. No entanto, já durante o mestrado cursado na Universidade Estadual de Maringá, comecei a ser apresentado à algumas discussões que rompiam o caráter privativo e clínico do luto, em especial aos textos da filósofa Judith Butler (2018, 2019), levando-o a um importante espaço social de discussões e atravessamentos, tomando a forma de um dispositivo político.

Desde então, venho tentando encontrar novas formas de encarar e ler os fenômenos envoltos na esfera da finitude, com a ideia de que se faz possível a coexistência de múltiplos e diversos saberes, sem a necessidade de elencar “o que é certo e o que é errado”, pois este seria exatamente um movimento contrário ao que venho propondo: ao selecionar o que seria a única Verdade, com v maiúsculo, excluo uma imensa gama de outras possibilidades e experiências.

Portanto, escrevo no objetivo de apresentar outras maneiras na qual os seres humanos encaram a morte e vivenciam seus lutos, para além das maneiras habituais conhecidas. Para tanto, tentei buscar pesquisas que rompam com o alcance geográfico costumeiro e que sempre nos apresentam os mesmos ritos e perspectivas. Espero ter conseguido.

⁵⁴ Doutorando em Psicologia (UNESP). CV: <http://lattes.cnpq.br/2661321527310427>

OUTRAS FORMAS DE PENSAR A MORTE E O LUTO

Para iniciar, sinalizo que dizer *outras formas* não significa que exista uma maneira correta de compreender a morte e o luto e as demais são exceções, portanto diferentes e excêntricas. Proponho pensar *outras formas* buscando evidenciar pluralidades existentes que são, não raras vezes, marginalizadas.

Para tanto, começo fazendo referência a dois romances que trazem dados para a discussão. O primeiro, a obra intitulada *O Livro Branco*, da coreana Han Kang (2023), que possibilita uma informação interessante aos ocidentais: a utilização do branco como sendo a cor utilizada para o luto, diferente do uso da cor preta. Na contracapa da obra, podemos ler: “*Em algumas culturas orientais, o branco é a cor do luto. Mas igualmente é a cor que permite a reescritura de nossas próprias histórias em uma nova página*”. Assim, em cada capítulo a autora elenca uma palavra que remete à cor branca para discorrer sobre seus sentimentos, suas dúvidas, sua solidão.

Durante o livro somos apresentados a alguns rituais que os coreanos possuem e que estão relacionados à morte. Um exemplo é quando duas pessoas irão se casar e, antes disso, precisam apresentar com roupas aos pais um do outro. Se os pais estão vivos, recebem roupas de seda; se estão mortos, recebem trajes de cor branco (KANG, 2023). Constatamos que mesmo mortas estas pessoas não são esquecidas:

A noiva do meu irmão preparou a saia e a jaqueta brancas de algodão e eu as deposei em cima de uma rocha. Era um espaço com mato abaixo do templo onde todas as manhãs o nome da nossa mãe era chamado depois dos sutras. Logo que acendi o isqueiro que meu irmão me dera, perto da manga da roupa, uma fumaça azul subiu (p. 141).

O segundo livro, *As pequenas chances* de Natalia Timerman (2023), nos apresenta aos rituais judaicos de luto e as regras que compõem a Shivá, conhecida como a primeira semana do luto:

O caixão fechado, como em todo os enterros judaicos, estava um pouco à direita do salão. O rabino orientou que nós, os familiares de primeiro grau, nos postássemos de pé enquanto ia, com uma tesoura, fazendo na nossa roupa um pequeno corte, que tínhamos de aumentar continuando a rasgar o tecido com nossas próprias mãos (TIMERMAN, 2023, p. 23).

Para muitas pessoas ambas as experiências poderiam soar estranhas. No Brasil, não é uma prática que conhecemos e encontramos pelas cidades com frequência (mas lembrem-se: isso não significa que não possam existir!). Para tantas outras pessoas, todavia, é parte da tradição religiosa e/ou cultural. Assim, ao pensarmos a relação entre os vivos e mortos compreendemos que ela é atravessada por diversas maneiras de experimentação para além do habitualmente conhecido.

Sobre tal fato da morte e do luto estar presente nos livros, Despret (2011) nos mostra que os mortos, nas últimas décadas, estão inseridos de maneira exponencial em nossas vidas: séries de televisão, livros e filmes. Diferente da leitura comum de que falamos dos nossos mortos para elaborarmos nossas experiências de luto, a autora propõe que falar sobre os nossos mortos é uma maneira de não os esquecer, de fazer com que eles existam, pois “[...] se não prestarmos mais atenção aos mortos, eles deixam de existir.” (DESPRET, 2011, p. 74).

Para continuarmos nossas reflexões, trago duas questões: *quem nos ensinou as maneiras “corretas” de vivenciarmos nossos lutos? Há maneiras “corretas”?* Não como resposta, mas como caminho, proponho a ideia de que o luto, como qualquer outro dispositivo, passa a ser agenciado e controlado por instâncias de poder que visam enquadrar as experiências humanas: somos ensinados como amar, como viver, como nos comportar e, inclusive, como nos enlutar. Não obstante, também somos “educados” sobre quais corpos merecem ou não nosso luto.

Assim, no luto, passa a ser esperado que devemos chorar, protestar e vestirmos preto (mesmo que não com tanta intensidade quanto nos séculos passados, mas ainda se faz presente). O que vemos na con-

temporaneidade, transposto para nossa vida tecnológica e acelerada, são pessoas postando em suas redes sociais imagens com fundo preto seguido da palavra: luto. Se tal rito não for seguido, pode ser visto com maus olhos pelas pessoas ao redor: *como assim ele/a não postou nada?*

Porém, mesmo com expectativas, há um limite: não podemos chorar demais, protestar demais, deixar a imagem postada por muito tempo em nossas redes; quando é ultrapassada a barreira do aceitável, entra em jogo a noção de patologia. Quando não damos mais conta de certo comportamento ou resposta para um evento, faz-se necessária a inserção de respostas médicas para enquadrar o que foge à norma. São formas rápidas de engendramentos frente à dificuldade de suportar o desconhecido.

Quando li o artigo de Despret (2021) em que a autora propõe investigar os dispositivos e seus agenciamentos na relação entre os vivos e os mortos, senti um estranhamento. Estranhamento, inclusive, causado pelo meu não-conhecer, ou seja, não aproximação com outras práticas de cuidado ao luto. Tentei ficar com o estranhamento e compreender suas reverberações nos meus saberes acadêmicos. A autora apresenta a ideia de que “os mortos são gente como os outros” (p. 289), provocando reflexões com intuito de reduzir a distância entre ambos.

Distância essa, aliás, que nossas sociedades, há séculos, buscam com todas as forças instalar: são os cemitérios cada vez mais afastados das cidades, dias específicos para lembrarmos dos nossos mortos (como se nos outros a gente quicá os esquecesse), costumes e crenças passadas de geração para geração.

Provoco outra reflexão: *O quanto conhecemos sobre a história da morte e dos rituais fúnebres no Brasil? O quanto voltamos para nosso território e nosso povo?* Enquanto pesquisador, me deparei primeiramente com a obra do francês Philippe Ariès (2012), *História da Morte no Ocidente*, tomando-a como base para meus estudos. Texto importantíssimo, que figura entre um dos pilares na literatura da área. No entanto, me faltava algo para termos a dimensão destes fenômenos no Brasil.

Há alguns anos me esbarrei com o livro *A morte é uma festa*, do historiador João José Reis (2022), no qual o autor traça um aprofundado estudo sobre como a morte foi sendo compreendida no Brasil, principalmente na Bahia, e as camadas que acompanharam este tema durante séculos. Para o autor, o Brasil sofreu grandes influências da França no que tange à morte e aos ritos, em especial nas compreensões e atitudes médicas. Outro livro que aborda a questão da morte e do morrer, *Tabu da Morte*, é de autoria do antropólogo brasileiro José Carlos Rodrigues (2006). No livro, o autor faz um apanhado histórico sobre a morte, da era primitiva ao capitalismo, traçando reflexões e conexões entre vida e morte.

Inclusive, foi com Rodrigues (2006) que conheci como o budismo compreende a morte. O autor narra que:

[...] morte e nascimento estão no mesmo plano: os dois episódios se determinam reciprocamente e se inscrevem na engrenagem interminável das transmigrações, o *samsara*, porque tudo o que nasce, envelhece, morre e renasce. [...] A morte nada mais é o resultado da vontade de viver e das imperfeições que os renascimentos produzem (p. 35).

Assim, o autor vai traçando como diversas religiões lidam com a morte e com o luto, passando também pelo hinduísmo e os muçulmanos. São práticas, sentidos e crenças distintas para um mesmo acontecimento: a morte (RODRIGUES, 2006).

Não poderia deixar de citar algo marcante para mim. Há alguns anos ganhou força na mídia um dos ritos presentes em uma comunidade na Indonésia, em que é comum a prática de desenterrar os mortos anualmente, trocar-lhe as roupas, limpar os corpos e o túmulo. Conhecido como ritual *Ma'Nene*, a prática é vista como bizarra por muitas pessoas:

[...] eles desenterram os cadáveres dos entes queridos, limpam e os vestem com roupas novas. Os restos mortais ganham oferendas, cigarros, bebidas, *selfies*. Eles batizaram o ritual de “manene” e, apesar de parecer macabro para

nós, é extremamente leve para os moradores da vila. Deste modo, eles integram a decomposição deste[s] corpos como parte da energia do familiar (ERMEL, 2022, p. 75).

Em nosso país isso é uma prática socialmente inconcebível. Seja por argumentos sanitários ou éticos, perpassando questões religiosas ou culturais. Pensar no diferente causa estranhamento, incômodo.

Ainda, destaco o trabalho de Nogueira (2022) em que o autor traça uma reflexão sobre como os mitos sobre a morte foram sendo reproduzidos e produzidos, conseqüentemente, na modernidade, além de apresentar importantes rituais presentes em sociedades africanas, chinesas, mexicanas e islâmicas.

DECOLONIZAR O PENSAMENTO E LIMPAR AS LENTES DE NOSSOS ÓCULOS

Santos (2022) sinaliza que existem três principais modos de dominação na modernidade, a saber: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Quando pensamos no colonialismo e no patriarcado, ambos já existiam antes do advento do capitalismo, mas passaram por importantes reformulações *a posteriori*.

Assim, quando falamos sobre o colonialismo, em resumo, é importante saber que: “[...] o colonialismo é toda a degradação ontológica de um grupo humano por parte de outro: um dado grupo humano arroga-se o poder de impunemente considerar outro grupo humano como naturalmente inferior.” (SANTOS, 2022, p. 12). Nas palavras de Quijano (2005) vemos que:

[...] a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as

já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados (p. 118).

Dentro desta lógica colonial, à guisa de exemplo, podemos pensar nos povos indígenas, nas religiões de matrizes africanas e, sendo ousado, incluo aqui pessoas não heterossexuais. Eu falo de vivências, conhecimentos e crenças que são desvalidadas por um discurso homogêneo, que visa categorizar e patologizar o diferente e, por isso, inferior ou patológico.

Na história do Brasil, podemos compreender como os povos indígenas foram violentados em diversas instâncias, desde a invasão de suas terras até a desvalidação de suas crenças. Eu, quando criança, aprendi na escola que o Brasil foi “descoberto” por um homem. Hoje, adulto, sei que não houve “descoberta”, mas sim invasão, tomada de terras; um homem branco, europeu, que invade uma terra, coordena um movimento de violência que atingiu diretamente tantas vidas e existências, passando a ditar o que é certo, o que é errado, o que é bom e, também, o que é mau.

Quero propor uma reflexão sobre a questão das religiões em nosso país. No Brasil, a religião católica ocupa o primeiro lugar com mais de 120 milhões de pessoas, segundo última pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), seguida pelas evangélicas, com mais de 40 milhões de fiéis. No entanto, à margem, existem outras religiões. Estamos falando, por exemplo, do candomblé e da umbanda, ambas de origem africanas, mas quando ouvimos palavras como: macumba, terreiro, trabalho, as pessoas se assustam, sentem-se incomodadas, remetem a algo que é errado, mau. Como será que se deu tais conclusões? Cada pessoa decidiu, em um certo dia, que tais crenças eram erradas? Acordaram e simplesmente decidiram agir de tal forma? Ou ao contrário: foram “educadas” em seus pensamentos e suas atitudes?

O mesmo ocorre com as pessoas LGBT+: como se construíram as fobias, os preconceitos e as discriminações? Acordamos um dia e decidimos que é hora de matar as pessoas diferentes de nós? Ou será que fomos sendo introjetados, cotidianamente, de maneira velada ou, em algumas, escancaradas?

Me lembrei de um vídeo amplamente compartilhado, que se encontra no YouTube, em que somos expostos ao chamado *Doll Test*⁵⁵ (Teste da Boneca), em que crianças negras são colocadas frente a frente com bonecas brancas e negras e precisam responder algumas perguntas. Quando questionadas quem são as bonecas bonitas, elas dizem que são as brancas; quando perguntado sobre com quem elas se parecem, apontam para as bonecas negras, com os olhos tristes. Quem ensinou isso para essas crianças? Que situações de segregação e racismo são colocadas cotidianamente, na escola, em casa, na comunidade para que acreditem que são más?

A própria ciência psicológica passa a ser construída amparada em discursos totalizantes, que colocam as experiências humanas em categorias totalmente possíveis de classificação, reprodução e controle. Tais construções, aliás, se dão em um determinado tempo e território, buscando analisar (a palavra *analisar*, em si, já pode ser lida enquanto problemática, pois quando fazemos uma análise de algo, parte-se da ideia de que temos um padrão/modelo para equivalência) realidades e experiências.

Atualmente, encontramos uma avalanche de abordagens psicológicas ditas “baseada em evidências” ou ainda mais apelativas: abordagens padrão-ouro. Questiono: quais evidências são parâmetros? Como se reproduz experiências humanas? Como podemos dizer que determinada leitura de sujeitos pode ser a “melhor”? Todos os sujeitos cabem neste enquadramento? Destaco que não estou deslegitimando conhecimentos, mas sim refletindo sobre quais as razões que tais abordagens se munem para quererem desacreditizar maneiras outras de se pensar/fazer a ciência psicológica, sempre se respaldando sobre o que é, de fato, ciência.

Não podemos esquecer que as ciências são construções também humanas, isto é, que partem de pessoas que a aplicam, reproduzem, publicam e disseminam seus resultados. A ciência não é neutra, nem os/as cientistas que a executam o são.

⁵⁵ Para o vídeo completo: <https://www.youtube.com/watch?v=CdoqmqmNB9JE>.

Assim, a decolonialidade parte do movimento de questionar tais práticas colonizadoras que atravessam distintos modos de vida, retornando às diferentes pessoas e culturas suas possibilidades de existência dentro de seus costumes e epistemologias locais. Quando olhamos para o diferente munidos de uma ótica plural, temos a possibilidade de não apenas “limpar o verniz” da colonialidade, mas também de enxergarmos que ali existe algo particular e que atribui sentido, em detrimento da herança colonial (REIS; ANDRADE, 2018).

Com este breve texto, busco propor reflexões e discussões alternativas sobre modos plurais e distintos de morrer e enlutamento, por meio de uma sensibilidade que coloca em relevo uma perspectiva decolonial de se conceber tais vivências humanas. Desejo que a prática psicológica, em suas diversas formas e nos mais variados contextos, não se esqueça dos (e não se omita quanto aos) princípios éticos de respeito às diferenças culturais, sociais e de crenças. Assim, que possamos verdadeiramente compreender que o diferente não é sinônimo de que algo esteja errado ou fora da norma – e que, portanto, deva ser “ajustado” –, mas que, ao contrário, possa representar autonomia e multiplicidade frente aos plurais modos de existência.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- DESPRET, V. Pesquisar junto aos mortos. **Campos**, n. 22, n. 1, p. 289-307, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/80501>. Acesso em: 06 jan. 2023.
- DESPRET, V. **Um brinde aos mortos: histórias daqueles que ficam**. São Paulo: n-1 edições; Edições Sesc São Paulo, 2023.
- ERMEL, P. **Amparar e dar suporte à escrita de corpos silenciados: entidade autoral como micropolítica ativa** [Mestrado em Psicologia Clínica]. Programa de Estudos Pós-Graduados

em Psicologia Clínica, núcleo de Estudos da Subjetividade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico Brasileiro 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KANG, H. **O livro branco**. São Paulo: Todavia, 2023.

NOGUEIRA, R. **O que é o luto**: como os mitos e as filosofias entendem a morte e a dor da perda. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REIS, J. J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

REIS, M. de N.; ANDRADE, M. F. F. de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, 1-11, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/41070/21945/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, J. C. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SANTOS, B. S. **Descolonizar**: abrindo a história do presente. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora; São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

TIMERMAN, N. **As pequenas chances**. São Paulo: Todavia, 2023.

PESSOAS QUE TENTARAM SUICÍDIO E SOBREVIVERAM: ENTRE ESTIGMAS, PRECONCEITOS E IMPACTOS BIOPSISSOCIAIS

Beatriz Viotto Mânica⁵⁶
Maria Eduarda dos Santos Faxina⁵⁷
Jose Valdeci Grigoletto Netto⁵⁸

INTRODUÇÃO

De acordo com Bertolote (2012) o suicídio não é um fenômeno dos tempos atuais, pois podemos encontrar, com fácil acesso, alguns relatos de sua existência em livros como a Bíblia Sagrada. Consta-se que, historicamente, o suicídio tem se sobressaído no sexo masculino. De 1980 a 1990, as taxas de suicídio masculinos eram 3 a 4 vezes superior às taxas femininas e a explicação mais aceita para esse total de diferença eram os métodos utilizados.

Porém, vem se analisando que a partir da década de 1990 obteve-se uma perceptível diminuição de diferenças nessas taxas de suicídio entre ambos os sexos, pois entende-se que as mulheres estão empregando métodos tradicionalmente considerados masculinos, que são os mais letais (BERTOLOTE, 2012).

Essa pesquisa, diferente do comumente abordado na literatura, que em grande maioria trabalham com prevenção e posvenção do suicídio, tem como proposta abordar a temática do suicídio com o foco nas pessoas que tentaram o suicídio e sobreviveram. Para tanto, primeiramente realizamos a construção de uma linha do tempo acerca do fenômeno do suicídio e, na sequência, buscamos compreender

⁵⁶ Psicóloga (UniFatecie).

⁵⁷ Psicóloga (UniFatecie).

⁵⁸ Doutorando em Psicologia (UNESP). CV: <http://lattes.cnpq.br/2661321527310427>

os impactos de diversas ordens na vida destas pessoas, tais como: psicológica, social e emocional.

O SUICÍDIO

A notícia de um caso de suicídio tem uma reação de indignação perante a nossa sociedade, e as perguntas mais frequentes são: “por quê?” e “o que levou essa pessoa a tirar a própria vida?”. Porém, poucas vezes, ou quase nunca, podemos responder com precisão a essa inquietação, pois segundo Bertolote (2012) o suicídio se constitui de uma condição com multicausalidade.

Historicamente, os estudos sobre o suicídio foram impulsionados através da aproximação com a Antropologia, possibilitando incluir novos objetos de análise, como as relações entre as culturas, sexualidade, alimentação, infância e a própria concepção de morte (SOUZA, 2022). No mais:

Fica nítido que, a depender do recuo temporal, investigar o suicídio historicamente leva o pesquisador a esbarrar na escassez de fontes, restando-lhe coligir rastros. O tabu que tende a silenciar a prática, sustentado ao longo da história pelo viés do pecado, crime ou doença, instilava o medo social de julgamentos punitivos e justificava o acobertamento quanto à natureza da morte para amenizar possíveis repercussões negativas, o que obliterava a divulgação do ato, até mesmo no registro policial, e colabora para restringi-lo ao âmbito privado (SOUZA, 2022, p. 192).

Assim, ao longo dos anos, autores em séculos diferentes postularam diversas causas ao suicídio. Bertolote (2012) afirma que, a partir do século XVIII o suicídio passou a ser cada vez mais mórbido. Após metade do século XX, alguns filósofos o consideraram enquanto um problema filosófico, chegando a afirmar que o suicídio era o tema mais importante de toda Filosofia.

Na Idade Média, o ato de tirar a própria vida era compreendido como crime, pois lesava os interesses da coroa. Após o ato, a coroa confiscava todos os bens da pessoa e os cadáveres eram vilipendiados. No fim da Idade Média, com a desvinculação da coroa e da igreja, a Medicina teve o maior controle da população, definindo a negatividade da morte voluntária, substituindo o pecado por uma patologia que, neste caso, postulava-se como loucura (BERENCHTEIN NETTO, 2013).

É indispensável ter-se em mente que a concepção de suicídio perpassa a história e que, de tempos em tempos, surgem variadas formas de compreender e lidar com tal fenômeno. Pode-se perceber que, na atualidade, é um assunto interdito em nosso meio social. A partir disso, foi possível perceber o quanto o contexto histórico influencia o modo como este tópico vem sendo abordado, estudado e debatido, passando assim por diferentes mudanças em cada século (REIS, BEZERRA e REIS, 2020).

Etimologicamente, a origem da palavra suicídio vem do latim “suicide” que se origina do “sui” que significa “próprio”. Este é um fenômeno complexo, multifatorial e o aumento no número de casos nos últimos anos está relacionado ao isolamento social, gerando sentimentos como medo, solidão e desesperança (PARDINI; SEVERINO, 2021). Vindo de encontro com a mesma linha de pensamento dos autores citados acima, pode-se dizer que:

No entanto é importante lembrar que esse tipo de morte se reveste de um caráter especial em relação às demais violências tipificadas em lei, pois também envolve condições de ordem privada, ou seja, os dramas vividos pelas pessoas que tentaram ou consumaram o ato compreendem, na maioria das vezes, uma cadeia de acontecimentos motivadores raramente reduzível a uma única causa (SOUZA, 2022, p. 190).

A Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP define o suicídio como um fenômeno presente em toda a história. É um ato deliberado, com um comportamento consciente e intencional que o próprio indivíduo executa usando um meio letal. Este comportamento é determinado por muitos fatores, sendo eles: biológicos, psicológicos, culturais e socioambientais e, por isso, o suicídio deve ser compreendido como uma consequência final de uma série de fatores que se acumularam durante a história de vida do indivíduo. Os pensamentos, os planos e a tentativa de suicídio fazem parte do comportamento suicida (ABP, 2014).

Na perspectiva da Bioética, podemos compreender o suicídio como um ato de violência intencional, que reflete a um comportamento que atinge a própria essência da civilização e compromete o futuro da humanidade. Esse ponto de vista nos leva a reflexões de que o indivíduo contemporâneo vive totalmente cercado por ideologias, sistemas políticos e sociais. Essas imposições advindas da contemporaneidade geram cobranças severas que, quando colidem com o indivíduo que está despreparado para lidar com as situações difíceis do seu cotidiano, não enxerga outra opção senão tirar sua própria vida (SILVA, SOUGEY e SILVA, 2015).

Pereira *et al.* (2016) conceituam como o período de crise o processo de pensar em tirar a própria vida ou tentar cometer suicídio. Geralmente este processo é consequência de questões psicológicas decorrente da dificuldade em administrar situações difíceis na própria vida.

Atualmente o suicídio é visto como um grave problema mundial de saúde pública. Em um curto espaço de tempo, tomou uma grande proporção e ganhou destaque na quantidade de produções científicas e oportunidade de fala sobre o assunto nos espaços públicos, gerando informações mais acessíveis à sociedade em um modo geral. Hoje em dia, as instituições precisam passar por capacitações e formações qualificadas para que possam atender a complexidade da demanda e, ainda, é preciso cada vez mais debater as questões

que atravessam o tema para uma atenção e desmistificação de preconceitos, compreendendo o sujeito em sua subjetividade e integralidade (REIS, BEZERRA e REIS, 2020).

O aumento nos índices de suicídio, nas tentativas e nas ideias elevaram o nível de importância do tema para que este se tornasse um problema de saúde pública. Segundo pesquisas, o suicídio é a terceira principal causa de morte na adolescência e a ideia suicida pode ser o primeiro passo para que tal ação seja realizada (SOUZA *et al.*, 2010).

Ideação suicida e tentativas suicidas possuem significados diferentes, embora muitas pessoas acreditem ser a mesma coisa. Para Araújo, Vieira e Coutinho (2010) existe a ideia suicida (pensamentos, ideias, planejamento e desejo de se matar), a tentativa de suicídio e o suicídio consumado. Para Botega (2006, p. 55), “O conceito de ideia suicida envolve nuances: desde pensamentos passageiros de que a vida não vale a pena ser vivida até preocupações intensas sobre por que viver ou morrer. Ideias suicidas podem, ainda, ser consequência de estados delirantes”.

Mesmo nas situações em que o sujeito não tira sua própria vida, a ideia suicida se relaciona com consequências negativas por estar muitas vezes associada a risco de transtornos psiquiátricos, problemas comportamentais, baixa-autoestima, dificuldades em enfrentar problemas e relacionamentos interpessoais na vida adulta (SOUZA *et al.*, 2010).

De todos os métodos de tentativa de suicídio, os que estão mais em evidência são os que envolvem superdosagem de medicamentos e/ou auto envenenamento. Métodos mais rápidos e violentos, como disparo de armas ou enforcamento são pouco comuns nas tentativas de suicídio, e na maioria das vezes, resultam em morte (MOUTIER, 2021).

Segundo Bertolote (2012), o grupo que mais tem prevalência nesse ato são jovens e adultos que passam por diversas transformações, características do processo de desenvolvimento pessoal, estudantil e social. Alguns dos motivos que levam a esse ato são: desesperança,

impulsividade, agressividade, percepção do corpo, condição sexual, abuso de álcool, cigarro e outras drogas, prática religiosa, exposição de violência, *bullying*, dificuldade de comunicação, falta de pertencimento social e sintomas depressivos e ansiosos.

Em estudo de base quantitativa realizado com 807 pessoas no Sudeste do Brasil, apurou-se que 60% dos suicídios ocorreram depois de um ano da primeira tentativa e 90% dos suicídios aconteceram no período de 24 meses após a primeira tentativa. Além disso, 90% dos suicidas haviam sido diagnosticados com algum transtorno psiquiátrico, mas não estavam em tratamento. Os transtornos de ansiedade, de uso de drogas e história de abuso sexual foram mais elevados entre as pessoas com tentativa de suicídio, em comparação com as pessoas com ideação (VIDAL, GONTIJO e LIMA, 2013).

Segundo a OMS (2000), devido ao suicídio ser um tabu em toda a sociedade, muitas pessoas que comete a tentativa sentem que não podem e nem devem pedir ajuda. Além disso, muitas pessoas sentem um grande receio em prestar ajuda a um indivíduo nessa situação, por muitas vezes não saberem como intervir para ajudar sabendo que está lidando com uma situação de risco. Segundo Moutier (2021), o suicídio é o conjunto de interação de vários fatores, sendo a depressão o fator mais comum e significativo, mas não é o único fator de risco para o suicídio.

Diferente dos fatores de proteção, os fatores de risco são os eventos ou características negativas na vida do sujeito. Esses fatores negativos predis põem o aumento na vulnerabilidade dos indivíduos, conseqüentemente, a probabilidade de problemas emocionais, físicos e sociais acontecerem também aumenta. Contudo, não é a presença destes fatores que determina seu impacto na vida do indivíduo, mas sim a intensidade e a frequência (AGUIAR *et al.*, 2022).

Para Araújo, Vieira e Coutinho (2010, p. 49) “Os fatores de risco são elementos com grande probabilidade de desencadear ou associar-se ao desenvolvimento de um evento indesejado, não sendo,

necessariamente, o fator causal”. Os principais fatores, segundo Botega *et al.* (2006), são: perdas recentes ou de figuras parentais na infância, transtornos mentais, viver em um ambiente familiar conturbado, ter acesso fácil a meios letais, personalidade com fortes traços de impulsividade e agressividade, algumas doenças crônicas incapacitantes.

Para Aguiar *et al.* (2022, p. 134):

Vários são os fatores que predispõem ao suicídio e, mesmo que seja difícil mensurar as motivações individuais e se deva, acima de tudo, ser sensível às particularidades de cada caso, é importante atentar às situações mais frequentes. Os principais aspectos apontados pela literatura incluem transtornos mentais prévios, fatores sociodemográficos e psicológicos, dor e doenças crônicas.

Em um estudo transversal feito na Malásia com 4.500 adolescentes, os dados apresentaram uma maior propensão aos comportamentos suicidas nas adolescentes do sexo feminino. Neste estudo, os jovens relataram maior número de ausência na escola, relação agressiva com os amigos, envolvimento em luta física, problemas na relação com os pais. Aqueles que tinham poucos amigos, relataram um sentimento de solidão e tristeza, também apresentaram maior probabilidade para o comportamento de ideação suicida (SOUZA *et al.*, 2010).

Em uma coleta de dados feita nas salas de aula com jovens, constatou-se no perfil biossociodemográfico dos estudantes com ideação suicida, que dos 22,2% com ideação suicida, 55% são do sexo feminino e sua faixa etária é entre 17 e 19 anos. Destes, 95% são solteiros e 85% moram com os pais, 70% são católicos e 100% disseram não possuir trabalho remunerado (ARAÚJO, VIEIRA e COUTINHO, 2010, p. 52).

Referente aos fatores de proteção do suicídio, destacam-se os seguintes: pessoas que possuem bons vínculos de caráter afetivo, sensação de estar fazendo parte de um grupo ou comunidade, religião, estar casado ou com companheiro e ter filhos pequenos. A religiosi-

dade representa um papel imprescindível na prevenção do suicídio (BOTEGA *et al.*, 2006). Portanto, “[...] pode-se compreender que as dimensões espiritual e religiosa atuam não apenas diretamente como fatores de proteção, mas também como mediadores protetivos no fenômeno suicídio” (SCAVACINI e SILVA, 2021, p. 42).

Entre os muçulmanos, os índices nos casos de suicídio são mais baixos quando comparadas às outras religiões, possivelmente por causa do peso do julgamento moral sobre o suicídio e consequente senso de punição, além de outras restrições culturais, como, por exemplo, a proibição do consumo de álcool (BOTEGA *et al.*, 2006).

Por fim, a saúde pública aponta que embora os dados alcançados sejam preocupantes, o suicídio pode ser prevenido através da melhor compreensão do tema e dos riscos que podem servir como gatilhos para tal. Também diz que se deve reduzir o estigma em relação ao fenômeno, pois ele contribui para impossibilitar ainda mais a procura de ajuda profissional, que poderia evitar muitas mortes auto infligidas (REIS, BEZERRA e REIS, 2020).

OS IMPACTOS BIOPSISSOCIAIS OCASIONADOS PELAS TENTATIVAS DE SUICÍDIO

Para Tavares (2013) o impacto de uma tentativa de suicídio não se limita ao tentante, mas também envolve as pessoas que estão à sua volta, ou seja, os familiares, os amigos, as pessoas que estão nas suas relações sociais e no trabalho. Ter a compreensão desses impactos na sociedade e na cultura é importante, pois é necessário aceitar a experiência de conviver com o risco de uma tentativa de suicídio e que esse tentante pode ser alguém que amamos.

Segundo Quessada *et al.* (2020), os impactos ocasionados pelas tentativas de suicídio também sofrem consequências no ramo econômico na sociedade pelo fato de existir um custo relativo para a utilização dos serviços de saúde, bem como as internações decorrentes de tentativas de suicídio que quase sempre tendem a ser

prolongadas. Além do custo imediato na manutenção da saúde, outra questão financeira que causa um grande impacto é no que diz respeito às pessoas que ficam afastadas do trabalho em função de sequelas posteriores às tentativas.

Assim, podemos refletir e problematizar: *como fica a questão econômica-familiar destas pessoas? Afastadas do trabalho, muitas vezes sem condições de arcar com suas despesas, sejam as rotineiras como aluguel, água, energia, quem paga as contas? Quem compra o alimento?*

Com relação aos impactos na comunidade, o suicídio pode exercer um efeito de contágio (efeito Werther) em indivíduos vulneráveis ou que já tenham ideação e/ou propensão a comportamentos autodestrutivos, principalmente jovens (QUESSADA *et al.*, 2020).

Segundo Lima *et al.* (2022) é necessário que o Estado adote estratégias baseadas nos direitos humanos dos pacientes - DHP para a prevenção do suicídio, indicando que a saúde mental deve ter uma precedência política. Sobre isso, os autores pontuam que: “Desse modo, constata-se que o referencial dos DHP se associa aos valores que alicerçam o Sistema Único de Saúde (SUS), demonstrando, assim, sua pertinência ao contexto da saúde no Brasil” (LIMA *et al.*, 2022, p. 02). Não podemos esquecer que a saúde mental também faz parte dos direitos das pessoas.

No contexto dos pacientes com tentativa e risco de suicídio, a aplicação dos DHP tem como objetivo a promoção do seu tratamento digno, a aplicação dos direitos humanos nos serviços de saúde, a conscientização dos profissionais envolvidos no processo de cuidado e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos. Portanto, vê-se que para “[...] os pacientes em risco de suicídio, em razão da sua condição de vulnerabilidade acrescida, é fundamental a existência de lei, pois essa constitui um poderoso instrumento de reivindicação de tratamento digno e respeitoso” (LIMA *et al.*, 2022, p. 11).

Dentro dos direitos humanos do paciente, destaca-se: os direitos de não ser discriminado, de não ser submetido a tratamento

degradante ou desumano, direito à saúde, direito à informação, à vida, à privacidade e à liberdade. O direito à saúde diz que todas as pessoas têm direito à saúde e que devem ser tratadas com dignidade e respeito quando acessam os serviços de saúde. Infelizmente, na prática, muitas vezes esse direito não se aplica (LIMA *et al.*, 2022).

O demérito em relação ao paciente que tentou suicídio pode comprometer a atenção do profissional e desencadear consequências graves para a saúde do paciente, como a exclusão de procedimento ou tratamento. Segundo Lima *et al.* (2022, p. 06): “A lógica do trabalho em rede é fragilizada por desconhecimento dos profissionais e/ou por precarização do sistema, de modo a suscitar efeitos danosos para os pacientes em risco de suicídio”.

O impacto causado da tentativa de suicídio em relação ao ato consumado é semelhante. No entanto, nos casos de tentativa de suicídio em que não aconteceu a morte, os familiares e amigos têm a oportunidade de lidar com seus sentimentos quando tem o desejo de obter mais informações sobre o suicídio, tratamento da saúde mental e maneiras de dar apoio à resposta do indivíduo (MOUTIER, 2021).

O apoio dos familiares no tratamento e o saber lidar de maneira correta com os sentimentos da pessoa que tentou suicídio é essencial neste processo de reconstrução da dignidade, pois segundo Rigo (2013, p. 134): “É muito comum as famílias adotarem posturas inadequadas diante dos sobreviventes de tentativas de suicídio, com intervenções absolutamente reducionistas, preconceituosas e caricaturadas”, nos mostrando o quão despreparados esses familiares estão para lidar com a dor.

Em alguns sites de notícias e espaços virtuais de comunicação, como UOL e G1, existem relatos de pessoas que tentaram o suicídio e sobreviveram. Nestes relatos é dito que o tentante não quer acabar com sua própria vida, mas sim aliviar a dor e a angústia, que pede socorro, sem saber o que está sentindo, que esse ato é cometido na impulsividade de um momento de vergonha e tristeza

profunda. A maior parte dos tentantes sentem vergonha em encarar o mundo novamente, tem medo dos julgamentos e questionamentos, alguns até relatam que não queria morrer, mas sim chamar a atenção dos pais e pessoas em geral, pois queria a cura para aquela dor (ALMIRANTE, 2016; MARQUES, 2018).

Scavacini (2018) no livro *História de sobreviventes do suicídio*, traz alguns relatos de pessoas que tentaram o suicídio. Em um dos relatos é dito que com o passar dos anos o sujeito se deu conta que as suas crises eram relacionadas ao seu medo da morte, ou medo de morrer e tinha um grande receio de que esses medos desencadeassem um surto e que viesse a tentar se suicidar novamente. Em outro momento, conta que ao conversar com um dos tentantes de um suicídio, compreendeu que esses medos são recorrentes após a tentativa do suicídio.

Constata-se que alguns dos tentantes acabam ficando com sequelas que podem ser físicas ou psicológicas e, mesmo assim, relatam estarem gratos por terem sobrevivido, e veem isso como uma nova oportunidade. Relatam também que o apoio da família e amigos são indispensáveis, pois sentem medo de passarem por isso novamente. Sendo assim, hoje encontramos várias redes sociais de alguns tentantes, que mostram seu dia a dia, e trazem motivação e palavras de apoio para as pessoas (MARQUES, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, concluímos que o suicídio se constitui de uma condição com multicausalidade, ou seja, mais de um fator que contribui para essa ocorrência. Compreendemos também que atualmente está entre uma das maiores causas de morte no mundo, e mesmo sendo um assunto bastante comentado, ainda se tem um grande tabu. Com isso percebemos cada vez mais a importância de se estudar e realizar trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos sobre esse tema.

É necessário neste momento ressaltar a dificuldade de encontrar materiais sobre os impactos causados nas pessoas que tentaram o suicídio, pois a maioria dos materiais encontrados são relatos das famílias, não da pessoa em si que tentou o suicídio e sobreviveu. A produção de materiais com essas informações e relatos é de extrema importância, ao passo que essas informações podem ajudar muitas pessoas que pensam em cometer o ato.

REFERÊNCIAS

- ALMIRANTE, J. **Contra suicídio, jovem divide história de superação**: ‘vontade de viver’. G1, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/09/contra-suicidio-jovem-divide-historia-de-superacao-vontade-de-viver.html>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- ARAÚJO, L. da C.; VIEIRA, K. F. L.; COUTINHO, M. da P. de L. Ideação suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. **Psico-USF**, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/mNqr3wsm4y8wKMrvjK7kTTc/?format=html#>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA - ABP. **Suicídio**: informando para prevenir. Comissão de Estudos e Prevenção de Suicídio. Brasília: CFM/ABP, 2014. Disponível em: <https://www.hsaude.net.br/wp-content/uploads/2020/09/Cartilha-ABP-Preven%C3%A7%C3%A3o-Suic%C3%ADio.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- AGUIAR, R. A.; RIFFEL, R. T.; ACRANI, G. O.; LINDEMANN, I. L. Tentativa de suicídio: prevalência e fatores associados entre usuários de atenção primária à saúde. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/TYMcycqMjzyLp4hP96pr6cLw/?lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2023.
- BERTOLOTE, J. M. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BOTEGA, N. J. *et al.* Prevenção do comportamento suicida. **PSICO**. Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 3, p. 213-220, set./dez. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1442/1130>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- LIMA, L.; BOEIRA, L. dos S.; ALBUQUERQUE, A.; MARQUES, T. A. Violação dos direitos humanos dos pacientes com tentativas de suicídio no Brasil. **Saúde e sociedade**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/RLTvhN6CfYvHPBr5Jz9HHzwz/>. Acesso em: 08 out. 2023.
- MARQUES, J. **Jovem tenta suicídio, sobrevive e reaprende a lidar com corpo e sonhos**. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/jovem-tenta-suicidio-sobrevive-e-reaprende-a-lidar-com-corpo-e-sonhos.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MOUTIER, C. **Comportamento suicida**. Manual MSD: versão para a família, jul. 2021. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde-mental/comportamento-suicida-e-automutila%C3%A7%C3%A3o/comportamento-suicida>. Acesso em: 20 ago. 2023.

NETTO, N. B. Suicídio: Uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia Clínica. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Suicídio e os desafios para a Psicologia**. Brasília: CFP, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Preventing Suicide: a resource for Primary Health Care workers**. Genebra: OMS, 2000.

PARDINI, D. P. R.; SEVERINO, L. F. Luto por suicídio: Dificuldades na sua elaboração. **Repositório Ânima Educação**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/18307/1/LUTO%20POR%20SUIC%C3%8DDIO%20-%20DIFICULDADES%20PARA%20SUA%20ELABORA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

PEREIRA, A. S.; WILLHELM, A. R.; KOLLER, S. H.; ALMEIDA, R. M. M. Fatores de risco e proteção para a tentativa de suicídio na adultez emergente. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, **Ciência e saúde coletiva**, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GnVdNw8QX4cMkQVdqSDR45R>. Acesso em: 20 jun. 2023.

QUESSADA, A. A.; ARAGÃO NETO, C. H.; GARCIA, M. S.; OLIVEIRA, J. M. Impacto social e econômico do suicídio. Fortaleza, **Fundação Demócrito Rocha**, 2020. Disponível em: <https://cpex.ufms.br/files/2023/04/2.-Impactos-sociais.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

REIS, A. H.; BEZERRA, J. M. M.; REIS, P. M. S. **Revista Científica do UniRios**, v. 2, p. 383-397, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/179/179>. Acesso em: 20 ago. 2023.

RIGO, S. C. Suicídio: O luto dos sobreviventes. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Suicídio e os desafios para a Psicologia**. Brasília: CFP, 2013.

SCAVACINI, K.; SILVA, D. Reis e. Atualizações em Suicidologia: Narrativas, Pesquisas e Experiências. **Instituto Vita Alere**: São Paulo, 2021. Disponível em: <https://vitaalere.com.br/wp-content/uploads/2021/10/Atualizacoes-em-Suicidologia-Narrativas-Pesquisas-e-Experiencias.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SCAVACINI, K. **História de sobreviventes do suicídio**. São Paulo: Editora Benjamin, 2018.

SILVA, T. de P. S.; SOUGEY, E. B.; SILVA, J. Estigma social no comportamento suicida: reflexões bioéticas. **Revista bioética**, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422015232080>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SOUZA, D. H. História do suicídio: um balanço historiográfico. **Intelléctus**, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/65476>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SOUZA, L. D. de M.; ORES, L.; OLIVEIRA, G. T.; CRUZEIRO, A. L. S.; SILVA, R. A.; PRINHEIRO, R. T., HORTA, B. L. Ideação suicida na adolescência: prevalência e fatores associados. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/QFjZh3PF9mRN6wpQkNf4b4N/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

TAVARES, M. da S. A. Suicídio: O luto dos sobreviventes. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Suicídio e os desafios para a Psicologia**. Brasília: CFP, 2013.

VIDAL, C. E. L.; GONTIJO, E. C. D. M.; LIMA, L. A. Tentativas de suicídio: fatores prognósticos e estimativa do excesso de mortalidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 175-187, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/F5YrqjzV4X5wD-8QPCj9CVYH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2023.

COLONIALIDADE E NEOCONSERVADORISMO: A PRODUÇÃO DO “CIDADÃO DE BEM” BRASILEIRO

Rita de Cássia Sousa Moreira⁵⁹
Isabela Saraiva de Queiroz⁶⁰

INTRODUÇÃO

O atual contexto político-social brasileiro e ocidental, com a ascensão de ideologias e partidos políticos de ultradireita ou extrema direita conservadora, torna necessário o esforço de entendimento de como tais ideias encontram ressonância nos povos, principalmente após quase duas décadas de governos progressistas na América Latina. O continente latino-americano tem a especificidade de ser território colonizado e merece atenção diferenciada daquela dada ao crescimento do neoconservadorismo em países da Europa, ou mesmo nos Estados Unidos, uma vez que estes ocupam lugar central na economia globalizada (BALLESTRIN, 2017). Os países latino-americanos passaram pelo processo de colonização, que fundou o Sistema Mundo Moderno/Colonial, como proposto por Aníbal Quijano (2005): “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade” (p. 117). Tal identidade é fundada na criação da noção de raça, na dicotomia entre brancos e não brancos, entre humanos e não humanos, e serviu essencialmente para legitimar os processos de dominação na forma de genocídios e epistemicídios promovidos contra os povos nativos, resultando que estes fossem desumanizados e tivessem sua força

⁵⁹ Graduada em Psicologia (UFSJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/6812609414005237>

⁶⁰ Pós-doutorado em Psicologia (UFSC). Doutorado em Psicologia (UFMG). Professora (UFSJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/7352265290690280>

de trabalho explorada para o fortalecimento e expansão global do nascente sistema mercantilista e da modernidade colonial.

Tais estruturas de relações foram possíveis através da “colonialidade do poder”, que consiste na imposição e sustentação “de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2009, p. 73), permitindo assim o surgimento de novas identidades geoculturais, como América e Europa, e novas identidades raciais, como europeu, indígena e africano, sendo essa uma expressão profunda e duradoura da colonização. A invenção da raça reposiciona mundialmente as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas através da dominação, e reconcebe a humanidade e as relações humanas através de uma ficção baseada em termos biológicos (LUGONES, 2008). Aqueles que são racializados e subalternizados perdem o *status* de humano e podem sofrer todo tipo de violência em nome da conquista e do desenvolvimento. Tais relações permaneceram ao longo da história e se apresentam reeditadas atualmente através de “processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 100).

A modernidade, portanto, é fundada como o lado obscuro da colonialidade e é o mito que está intrinsecamente associado à experiência colonial, e não para além desta, tornando inócua a conclusão comum de que o pensamento moderno rompe com as ficções produzidas pelo colonialismo. Pelo contrário, não existe modernidade sem colonialidade. O mito moderno, que produz uma narrativa que oculta a colonialidade e suas implicações, desenvolve-se, segundo Enrique Dussel (2000), da seguinte forma: a civilização moderna autointitula-se como racional, superior e invariavelmente mais desenvolvida, colocando-se como o padrão a ser alcançado por todas as outras culturas (eurocentrismo); a certeza da superioridade do europeu – e

desde a ascensão político-econômica dos Estados Unidos, também do estadunidense – produz uma obrigação moral de desenvolver os considerados mais primitivos; se o “bárbaro” se opuser ao processo civilizador, a práxis moderna deve recorrer à violência (genocida e epistemicida), considerada como um “sacrifício salvador” inevitável para o progresso do mundo. Dessa forma, por seu caráter civilizatório, a modernidade torna-se inocente de suas práticas e ideologias destruidoras, e os sofrimentos e sacrifícios impostos ao ente desumanizado são interpretados como custos inevitáveis da “modernização” dos povos “atrasados” (DUSSEL, 2000).

É partindo desses pressupostos que neste ensaio elaboramos a relação entre colonialidade (especialmente em sua dimensão da colonialidade do ser) e a produção de subjetividades caracterizadas pela noção de “cidadão de bem” no Brasil. O conceito de colonialidade do ser refere-se à destituição da dignidade humana daqueles entes que não performam e reproduzem o sujeito europeu, branco, conquistador, cristão. Aqueles que não se conformam aos papéis tradicionais de gênero e sexualidade e nem ao modo de vida das classes dominantes da sociedade moderna. A distinção hierárquica entre o “cidadão de bem” e os que não se encaixam em seus parâmetros reatualiza a dicotomia “humanos *versus* não humanos”, central para a modernidade colonial na qual ainda vivemos e que se radicaliza na máxima proferida por grupos neoconservadores: “direitos humanos para humanos direitos”. Dessa forma, postulamos que o neoconservadorismo do cidadão de bem parece estar relacionado a uma identificação com ideologias moderno-coloniais. E sugerimos, como alternativa à produção dessa forma de subjetividade, a transformação do “sujeito colonial” em “sujeito político”, que pode emergir a partir da desnaturalização de relações de poder opressoras e colonizadoras, por meio de processos sociais e culturais de agência e subjetivação política.

SISTEMA MUNDO MODERNO/COLONIAL E CRÍTICA AO PENSAMENTO CATEGORIAL

A filósofa feminista argentina María Lugones (2014) analisa o “Sistema Mundo Moderno/Colonial” como proposto por Quijano (2005) apontando que, para este autor, sexo e gênero são tratados em termos puramente biológicos, como se os homens, tanto colonizadores como colonizados, não fossem também produzidos por narrativas ocidentais de gênero. Tal marco analítico aceita como verdadeira a ficção hegemônica eurocentrada de sexo e gênero, que oculta as formas pelas quais os homens e mulheres de cor, colonizados(as), não-brancos(as) foram subordinados(as) e desprovidos(as) de poder em suas comunidades. Lugones (2008), partindo de outros estudos, como os da socióloga feminista nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí, argumenta que nem todas as sociedades se organizam em termos de gênero, nem mantêm relações fundadas no campo da sexualidade – como, por exemplo, as divisões sexuais do trabalho – e que, se estas existem, não necessariamente são heterossexuais ou patriarcais. Para ela, o que introduz o patriarcalismo e a heterossexualidade enquanto norma nos territórios colonizados é justamente o “Sistema Moderno/Colonial de Gênero”, que impõe o dimorfismo sexual e a hierarquização dicotômica homem/mulher.

Para desenvolver o conceito de “Sistema Moderno/Colonial de Gênero”, Lugones (2008) aponta a hierarquização de gênero como necessária tanto para a legitimação do sistema colonial de poder quanto para a hierarquização das raças, já analisada por Quijano (2009). A filósofa afirma que a própria noção de gênero como algo da ordem do naturalmente binário também é uma ficção criada pela modernidade, que institui as dicotomias e as hierarquiza de modo a subalternizar populações inteiras, que poderão ser exploradas nos quatro âmbitos de existência, seja através da organização do trabalho, do sexo, da autoridade coletiva ou da formação das subjetividades/intersubjetividades das sociedades colonizadas e de seus indivíduos. Gênero,

portanto, assim como raça, é uma categoria constituída no âmbito da colonialidade do poder. Em outras palavras, o significado mesmo de gênero e sexualidade foi estabelecido pela modernidade ocidental e imposto a todos os colonizados, mesmo que estes se organizassem de outras maneiras antes das intrusões coloniais (SEGATO, 2021). Concepções sociais, cosmológicas, ecológicas, econômicas, espirituais, conhecimentos, valores, práticas e relações íntimas e cotidianas dos povos colonizados passaram a ser obrigatoriamente atravessadas pela ficção de gênero eurocentrada (LUGONES, 2014). Tal visão é central para a compreensão da organização diferencial de gênero em termos raciais (LUGONES, 2008), ou seja, para compreender como opressão de raça se articula com opressão de gênero nos sujeitos colonizados.

A feminista decolonial Ochy Curiel (TEIXEIRA; SILVA; FIGUEIREDO, 2017) aponta, no entanto, que a compreensão interseccional dessas categorias não é suficiente para decolonizá-las, uma vez que tais categorias são, elas próprias, criadas pelo poder colonial. Assim, a tarefa decolonial é a de reconceituar a própria lógica da interseção para, desse modo, colocar em questão o pensamento categorial estabelecido como norma pela modernidade colonial. Isso significa, por exemplo, que o termo “mulher”, em si, destacado da fusão com raça e classe, não tem sentido ou tem um sentido racista e classista, uma vez que a lógica categorial seleciona apenas o representante do grupo dominante – no caso a mulher branca burguesa e heterossexual – escondendo, portanto, a brutalização, o abuso e a desumanização que a colonialidade de gênero implica (LUGONES, 2008). Para a proposta decolonial não interessam, portanto, a inclusão, o reconhecimento ou a diversidade dentro de um projeto liberal (que afirma e sustenta o sistema de opressão), e sim o fim mesmo de um sistema que produz identidades e formas de ser que oprimem e são oprimidas. Dessa forma, a decolonização das categorias raça, classe, sexo e gênero pode ajudar a pensar as dinâmicas do poder global instituídas através do colonialismo aqui analisadas.

COLONIALIDADE DO SER E NEOCONSERVADORISMO: O “CIDADÃO DE BEM” BRASILEIRO

Como visto, a colonialidade se reproduz em quatro dimensões: do poder, do saber, do ser (BALLESTRIN, 2013) e do gênero (LUGONES, 2008). Para o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, a colonialidade do ser diz respeito à relação estabelecida a partir do encontro violento entre europeus e não europeus, relação esta baseada em um “ceticismo misantrópico” (MALDONADO-TORRES, 2007) em que esse outro recém “descoberto” não possui atributos de humanidade, como racionalidade e espiritualidade (resumida à religião cristã), não sendo, portanto, possuidor do *status* de ser humano, sendo apenas um corpo racializado e gendrado, suscetível à exploração involuntária de sua força de trabalho. A colonialidade do ser diz respeito, portanto, à experiência vivida a partir da colonização e seu impacto na linguagem e na construção da subjetividade.

Tal ceticismo sobre a humanidade do outro colonizado é o que parece embasar uma certeza, um ideal não questionado sobre a subjetividade do colonizador - a subjetividade moderna - e sobre o europeu, como “*ego cogito* cartesiano”, construído em oposição ao “selvagem” racializado, entendido enquanto “ente”, não como “ser” (MALDONADO-TORRES, 2007). O sujeito da conquista, “*ego conquiro*”, precisa do outro conquistado para existir enquanto ser cognoscente – a afirmação de si passa pela dúvida de que o outro também seja sujeito. O “penso, logo sou” cartesiano supõe que se o outro não europeu carece de racionalidade e de alma, “logo, não é”, não existe enquanto ser, o que significa dizer que a colonialidade do ser é a negação ontológica do ente colonizado. Desse modo, assim como a colonialidade é o lado oculto da modernidade, a colonialidade do ser parece ser o lado oculto da subjetividade moderna. “Não pensar” se converte em sinal de “não ser” na modernidade colonial,

e “não ser” implica em uma forma específica de viver a realidade imposta, a violência generalizada.

A experiência dos sujeitos colonizados exposta por Maldonado-Torres ilustra as condições básicas da vida dos povos colonizados, o que em última instância se torna um lembrete constante de que o sujeito subordinado é aquele que está continuamente à mercê de uma morte onipresente, que é materializada – enquanto ameaça ou vias de fato – na pauperização e na fome generalizada, no desemprego, no alto nível de mortalidade, em um complexo de inferioridade e na ausência de esperança no futuro (MALDONADO-TORRES, 2007). Pensando nas condições atuais da modernidade/colonialidade, o sujeito moderno/colonial dos países da periferia do capitalismo é aquele que está mais suscetível às condições adversas do sistema, como por exemplo, às crises do capital. A colonialidade do ser implica em uma destituição da dignidade humana daqueles entes que não incorporam o sujeito europeu, branco, conquistador, cristão, não performam os papéis tradicionais de gênero e sexualidade, e não participam das classes dominantes da sociedade capitalista. O ser colonial, no fim das contas, é um “não ser”.

Como resposta a isso, o sujeito colonizado pode ser impelido a crer que, mesmo não sendo europeu, ou branco, ou burguês, se seguir os paradigmas ideológicos hegemônicos poderá ter sua dignidade e seu direito de existir/de ser preservados, ainda que sua realidade concreta não corresponda a tal ilusão. Dessa forma, pode produzir-se uma subjetividade subordinada aos ditames modernos/coloniais, que, conseqüentemente, reproduzirá a subordinação em suas relações interpessoais e sociais, por acreditar que os binarismos hierárquicos modernos são a única forma possível de categorização da existência. Assim, sujeitos latino-americanos subordinados ao poder eurocentrado subordinam, por sua vez, outros sujeitos latino-americanos, também desencaixados da ontologia moderno/colonial, reproduzindo com os seus iguais processos de desumanização por não reconhecerem

que eles próprios também foram constituídos, assim como aqueles que subordinam, como sujeitos colonizados.

É assim que a distinção hierárquica entre o “cidadão de bem” e aqueles que não se encaixam em seus parâmetros de obediência ao modo de vida hegemônico, propagado pelos colonizadores (os chamados “comunistas”, “vagabundos”; bem como a população LGBTI+ e as feministas, por exemplo), reatualiza a dicotomia “humanos *versus* não humanos”, fundada no Sistema Moderno/Colonial de Gênero, central para a modernidade colonial na qual ainda vivemos (LUGONES, 2014), e que se radicaliza na máxima proferida por grupos ultradireitistas “direitos humanos para humanos direitos”. O “cidadão de bem” no discurso neoconservador é, portanto, o humano, sujeito de direitos por perseguir os ditames que o sistema moderno/colonial de gênero estabeleceu para os povos colonizados, e quem assim não se porta está fadado a sofrer com os efeitos da hierarquização da sociedade de classes racializada e gendrada.

A figura atual do “cidadão de bem” parece se estabelecer em um contexto de neoconservadorismo, que, segundo Flávia Biroli, Juan Marco Vaggione e Maria das Dores Campos Machado (2020), é um termo que nasceu na segunda metade do século XX nos Estados Unidos para caracterizar as reações de intelectuais conservadores aos movimentos de contracultura dos anos 1970. A partir dessa época, o termo passou a ser utilizado para fazer referência às alianças políticas estabelecidas entre diferentes atores religiosos e não religiosos, visando a manutenção da ordem patriarcal e do sistema capitalista, com forte expressão na América Latina. O conceito permitiu uma aproximação entre conservadorismo cristão e individualismo liberal, apontando que alguns atores, particularmente os cristãos evangélicos, “têm explorado as afinidades eletivas com políticas neoliberais na forma da ‘teologia da prosperidade’, de uma ênfase ampliada no mérito individual e no ‘empreendedorismo’” (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 25). Apesar das limitações do termo, ele permite

revelar o fenômeno da forma como ele se apresenta no contexto político atual, com as diversas coalizões que o sustentam – entre evangélicos, católicos e teóricos seculares – e com suas estratégias organizadas em torno de um projeto político que disputa não só narrativas, mas também o controle da vida social, através do controle do Estado (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Os autores propõem que o fenômeno do neoconservadorismo é composto por cinco características principais, dentre as quais destaca-se a estreita relação entre neoconservadorismo e neoliberalismo. A articulação ideológica parece se dar entre moral religiosa, capitalismo neoliberal e ufanismo militarista. Tal articulação se organiza em torno de pautas de direitos sociais e direitos humanos como as de gênero, no combate a uma suposta “ideologia de gênero”; em torno de pautas dos direitos trabalhistas, na defesa da ideologia do empreendedorismo como alternativa ao desemprego e na defesa das reformas trabalhista, tributária e da previdência social; na retomada das privatizações de estatais, com abertura para o capital internacional; e no fortalecimento de um sentimento nacionalista despolitizado, consolidado na frase “meu partido é o Brasil”. Desta forma, a subjetividade conservadora brasileira atual parece ser forjada em um contexto de aliança neoconservadora/neoliberal, em que as condições de existência – objetivas e ideológicas – são criadas e sustentadas pelo Sistema Moderno/Colonial de Gênero.

Biroli e seus colaboradores ainda apontam que as ideologias neoconservadora e neoliberal convergem na atualidade ao posicionar a família nuclear burguesa e heterossexual “no centro de sua concepção mais ampla de sociedade. A temática da família tem permitido mobilizar inseguranças em um contexto que inclui os efeitos de políticas neoliberais restritivas” (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 39), marcadamente no período pós crise econômica de 2008, o que gerou efeitos que fizeram ressurgir ou aumentar a sensação de desamparo e insegurança social, capitalizada desde então e ressigni-

ficada pelas forças políticas conservadoras como insegurança moral. Essa ressignificação permitiu o redirecionamento dos medos e insatisfações para o campo das moralidades, transformando os princípios cristãos conservadores na definição mesma de direitos humanos e sociais. “Enquanto ‘a família’ é colocada como único agrupamento significativo, o coletivo se esvai, os direitos individuais perdem a centralidade e a ideia de ‘maioria cristã’ se funde com a de ‘nação’” (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 185), fazendo com que o entendimento sobre democracia também seja apropriado e ressignificado, com ênfase na privatização das responsabilidades no âmbito da família e no esvaziamento da esfera pública.

CONSIDERAÇÕES

A opressão quádrupla da matriz de dominação, que inclui as opressões de raça, classe, gênero e sexualidade, constrói nossa subjetividade com base nas normas e na moralidade do colonizador – papéis de gênero bem definidos, heterossexualidade compulsória, ideologia do embranquecimento, exploração da força de trabalho e dominação de classes. Esses parecem ser os mecanismos que constituem nossa construção subjetiva – na forma da colonialidade do ser –, baseados nas condições materiais ditadas pelo capitalismo desde o nascimento do mercantilismo, com as colonizações. A subjetividade moderna/colonial, portanto, está atrelada indissolavelmente a essa matriz que confina a possibilidade de autodeterminação aos limites pré-estabelecidos pela modernidade colonial que ainda opera. As chaves de significação da matriz de opressão têm efeitos devastadores para a subjetividade do colonizado, podendo promover uma identificação com ideologias – como a neoconservadora – que enfraquecem seus próprios direitos e valores mais democráticos, assim como a “dimensão social e coletiva da vida” (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 187).

Como possível alternativa à produção de subjetividades coloniais, entendemos que o processo de mobilização social pode ser uma via de transformação do sujeito colonial em sujeito político, que emerge a partir da desnaturalização de relações de poder opressoras e colonizadoras. O processo de mobilização social, definido como um “processo de desenvolvimento de condições materiais, psicossociais e políticas” (PRADO, 2002, p. 65), produz a emergência de sujeitos políticos, na medida em que favorece a estruturação de crenças, valores e significados comuns, que estão ancorados na conscientização acerca das relações de opressão, constituindo identidades políticas (PRADO, 2002). O sujeito político, diferentemente do sujeito colonizado, se constitui na disputa coletiva das relações de poder, a partir de valores e paradigmas não individualizantes e divergentes dos modelos estabelecidos exclusivamente pelos padrões eurocentrados, e passa “a reconhecer na inferiorização social uma injustiça historicamente construída, tomando a ordem social como objeto de questionamento, reflexão e interpelação” (PRADO; MACHADO, 2012, p. 69). Aposta-se na construção do sentimento de pertença no sujeito colonial, no sentido de que ele entenda os condicionantes coloniais e imperialistas que constroem a sua subjetividade e se perceba parte de um território/povo explorado e oprimido pela modernidade/colonialidade. Emerge, a partir disso, a importância da defesa do modo de vida e da existência dos povos originários e das pautas dos movimentos por moradia, por terra e por condições dignas de existência em sociedade, em especial, por meio da organização e participação dos próprios sujeitos envolvidos no fortalecimento de suas práticas e conhecimentos, e “do fomento do protagonismo dessas populações, pela autonomia, pelo estabelecimento de significado e propósito de vida” (BERNI, 2017, p. 79).

Dessa forma, é possível inferir que sujeitos coloniais podem se tornar políticos por meio de uma subjetivação ativa, através de processos de agência em que “o próprio conflito informa ativamente a subjetividade do ente colonizado em relação múltipla com a colo-

nialidade” (LUGONES, 2014, p. 942). Saba Mahmood (2019) define agência através do paradoxo da subjetivação: “um processo que [...] assegura a subordinação do sujeito às relações de poder, mas também produz os meios através dos quais ele se transforma numa entidade autoconsciente e num agente” de possíveis mudanças psicossociais (p. 135). Assim, “agência não é simplesmente um sinónimo de resistência a relações de dominação, mas também uma capacidade para a ação facultada por relações de subordinação específicas” (p. 135). O giro decolonial a nível subjetivo se dará, então, pelo reconhecimento da colonialidade do ser, que produz os sujeitos colonizados, e pela tensão que os sujeitos políticos puderem promover nos lugares de fratura. Desse modo, o conceito de agência mostra-se útil para a compreensão de como tais subjetividades se relacionam com as operações de poder coloniais, e quais condições de ação podem ser criadas dentro desse sistema, para sua superação. Postulamos ainda que, assim como a colonialidade é o lado oculto da modernidade, a colonialidade do ser é o lado oculto da subjetividade moderna.

Por fim, cabe pontuar que não foi nossa intenção neste ensaio afirmar a noção de “cidadão de bem” como um “tipo ideal” ou um traço de personalidade. Incorrer nesse tipo de interpretação seria desconsiderar os sujeitos como produtos e produtores de sua realidade social, construída com base nas ideologias do “homem burguês”, esse sim, transformado pela colonialidade em tipo ideal de subjetivação humana: o “homem universal”. Ainda mais importante é a pontuação de que, embora sejamos todos colonizados, não somos todos constituídos subjetivamente como “cidadãos de bem”, o que aponta uma possibilidade de desestabilização dessa forma de subjetivação.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online], n.11, pp. 89-117. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3X-dYYPbwwXH55jhw/?lang=pt> . Acesso em: 20 set. 2019.

BALLESTRIN, L. M. A. Modernidade/colonialidade sem “imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. **Revista Dados**, v. 60, n. 2, p. 505-540. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDDYPtGrWN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2019.

BERNI, L.E.V. Psicologia e saúde mental indígena: Um panorama para construção de políticas públicas. *Psicol. Am. Lat., México*, n. spe, p. 64-81, nov. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870=350-2017000200006X&lng=pt&nrmnãõ. Acesso em: 25 jun. 2021.

BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. 1. Ed. São Paulo: Boitempo. 2020. 221p.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. *In: LANDER, E (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso. 2000. p. 41-53. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 22, p. 935-952. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 15 set. 2019.

MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica [online]**, n. 1, vol. 23, p. 135-175, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/6431>. Acesso em: 12 mar. 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de não concepto. *In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R., (coords.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Colombia, p. 127-167, Siglo del Hombre Editores. 2007. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PRADO, M. A. M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/137>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. 2. ed. São Paulo. Editora Cortez, 2012. 147 pp.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires, Perspectivas

latino-americanas, CLACSO, p. 117-142. 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2009, p. 73-117. Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/09/quijano-anibal-colonialidade-do-poder-e-classificac3a7c3a3o-social.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. *In*: SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 85-120.

TEIXEIRA, A. B; SILVA A. M.; FIGUEIREDO, A. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 4, p. 106-120. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24674/15431>. Acesso em: 22 ago. 2020.

O COLONIALISMO QUE HABITA A PSICANÁLISE

Maurício Cardoso da Silva Junior⁶¹

INTRODUÇÃO

A Psicanálise, desde suas origens – na virada do século XIX para o século XX, pelos trabalhos de Sigmund Freud e seus/suas colaboradores/as – mantém uma relação muito singular com o que podemos denominar como modernidade – esta entendida, de maneira sintética, como um processo histórico, filosófico, e sociológico, constitutivo de uma imagem de mundo – “ordenado, racional, previsível e em constante progresso” (NASCIMENTO, 2009, p. 4). No seio das transformações pelas quais passou parte da Europa, as quais possibilitaram a emergência da ideia de indivíduo e subjetividade, os conhecimentos produzidos pela psicologia profunda corroboraram a ideia de indivíduo portador de um universo único, particular, marcando de maneira significativa a cultura ocidental desde então. Segundo Damousi e Plotkin (2009) a psicanálise pode ser compreendida, portanto, como, ao mesmo tempo, produto e produtora da modernidade.

O mundo ocidental, na segunda metade do século XX, na busca “de novas orientações e novas explicações para comportamentos e sentimentos normalmente ditados pela tradição” (RUSSO, 2002, p. 8), passou a se servir de psicanálise como instrumento modernizador. No confronto entre tradição (determinação do indivíduo pela transmissão geracional) e modernidade (o indivíduo deve buscar dentro de si sua própria realização), a psicanálise atuou favorecendo que os indivíduos olhassem para seu mundo interno em busca da construção de caminhos singulares. Segundo Torquato (2015), a psicanálise contribuiu, por meio

⁶¹ Doutor em Psicologia (UEM). Professor (UEM). CV: <http://lattes.cnpq.br/3538834017728324>

de seus conhecimentos teóricos e práticos sobre a vida anímica dos indivíduos, para a transformação das subjetividades de acordo com este ideal.

Alguns autores (QUIJANO, 1992) apontam que a modernidade é indissociável do colonialismo, na medida em que ambas consistem em partes de um projeto centrado na Europa de dominação e exploração de outros povos, compreendidos como inferiores, tradicionais e irracionais. Dessa forma, a modernidade se impõe enquanto padrão-ideal que estabelece a Europa como centro da história mundial, o que é inseparável da relação de colonização que se exerceu sobre América Latina, África e Ásia. Segundo Quijano (1992), mesmo com o fim do colonialismo, a cultura europeia continuou exercendo seu domínio sobre os colonizados por meio da repressão de crenças, ideias, símbolos e conhecimentos locais, bem como pela imposição de padrões de conhecimento validados pelos dominantes, caracterizados como superiores e universais.

De acordo com Figueira (1987), a psicanálise, comprometida com a ideologia igualitarista, na qual todos os seres humanos passam pelos mesmos processos de constituição psíquica (etapas da sexualidade infantil, complexo de Édipo, desejos inconscientes), tende a dissolver as diferenças em nome de uma suposta universalidade do ser humano: “as noções psicanalíticas são, portanto, capazes de dar maior consistência e operacionalidade à ideia universalizante, que liga seres antes percebidos como intrinsecamente diferentes, de indivíduo” (FIGUEIRA, 1987, p. 21). Esse aspecto interno da teoria, pensamos, favorece sua adesão às teorias, concepções e ideologias presentes em nosso meio social pautadas no ideário liberal e modernizador.

Neste texto, buscamos problematizar as relações entre alguns elementos do corpo de conhecimentos psicanalíticos produzidos por Freud e seus enlaces com a modernidade. Mesmo que ela guarde uma relação bastante peculiar com o ideário liberal de seu tempo – na medida em que a hipótese do inconsciente colocou em xeque a supremacia da razão na vida mental dos indivíduos – pensamos que alguns de seus pressupostos que se pretendem ser universais necessitam ser repensados para que

um verdadeiro exercício decolonial possa revivificar esta ciência. Neste sentido, desenvolvemos, aqui, uma crítica à modernidade que habita as entranhas da psicanálise. Nossa hipótese é a de que existem elementos internos, constituintes do próprio corpo teórico da psicanálise, que se imantam ao discurso da modernidade, habitando-a como uma espécie de “corpo estranho” modernizante. Vejamos a seguir.

DESENVOLVIMENTO

Como mencionamos anteriormente, a psicanálise mantém, desde suas origens, uma relação dialógica com a modernidade, assentando algumas de suas concepções sobre alguns dos princípios desta e, ao mesmo tempo, mantendo uma suspeição ou, mesmo, rejeição de outros, o que se evidencia em algumas passagens presentes nos escritos de Freud. É o que podemos encontrar em *Totem e Tabu*, de 1913, e em *O futuro de uma ilusão*, texto de 1927, nos quais Freud propõe pensarmos em uma escala evolutiva para a humanidade, tal como a escala de desenvolvimento psicosssexual da infância. Nesses textos, o espírito científico se impõe como fase mais avançada diante de etapas animistas e religiosas da história humana. A interpretação de Freud, como nota Ramos (2003, p. 258), contém uma essência etnocêntrica, na medida em que os povos “primitivos” se encontram nas primeiras etapas enquanto os povos ditos “civilizados” ocupam as últimas.

Esse evolucionismo vai de encontro a um dos princípios mais caros à teoria psicanalítica: a sobrevivência dos aspectos infantis na vida adulta, nas formações sociais e nas obras mais elevadas do espírito humano. A rígida separação, a perspectiva de uma sobreposição e superação de um pelo outro fazem Freud, nesses textos, entrar em contradição com um outro Freud, mais fiel à radicalidade de sua descoberta.

Ao longo de sua obra, Freud oscila entre um grande otimismo com relação à ciência e um pessimismo em relação ao humano. Em *O futuro de uma ilusão*, a crença na ciência, para o autor, substituiria a crença em forças sobrenaturais – o Deus Logos se imporia sobre o Deus da religião, o que

significa supor o triunfo da razão, do método, sobre o irracional, o ilógico, o fantasmático. Já em *O mal-estar na civilização*, texto de 1930, explicita os limites do controle racional do homem sobre a natureza e o mundo.

Por maior o desencanto e a desconfiança em relação à civilização nutridos por Freud ao criar uma versão para o contrato social pautada no assassinato do pai, como observa Augras (1995), e pela denúncia de nosso mal-estar gerado pelo pacto civilizatório, pensamos que em sua obra não há uma ruptura radical com o saber e as ideologias de sua época. Freud, por exemplo, era assumidamente positivista, assinando, em 1912, um documento denominado *Convocação para a fundação de uma “Sociedade para a Filosofia Positivista”*, junto a outros importantes cientistas e intelectuais da época (FULGÊNCIO, 2000). Esse refúgio no positivismo era um meio de preservar a psicanálise de ter atribuída a mesma fama que as ciências humanas e sociais de seu tempo – tidas como metafísicas, especulativas e de pouca credibilidade –, procurando conquistar para a psicanálise o estatuto de ciência.

Birman (2017) afirma que o texto *O mal-estar na civilização*, de 1930, marca o rompimento do autor com o evolucionismo. Porém, pensamos que se trata mais de um dos momentos de hesitação de Freud que, de fato, uma superação de paradigma. O evolucionismo acompanha subliminarmente sua obra e persiste até a última, *Moisés e o monoteísmo*, de 1939.

Podemos entender esse movimento cambiante de ideias no mesmo sentido atribuído por Laplanche (1997) a obra de Freud não apresenta uma linearidade lógico-temporal, na qual os elementos mais antigos vão sendo substituídos pelos últimos, mas reflete as próprias hesitações, os avanços e os retrocessos do autor diante das tentativas de aproximação de seu objeto – o inconsciente. Nesse tortuoso caminho, Laplanche (1997) afirma que o pai da psicanálise operou, em alguns momentos, o que nomeia como “desvio biologizante”, o que significa que, em seu processo de reflexão e criação, Freud, diante de alguns impasses para sua fundamentação, buscou refúgio em determinismos biológicos, em mecanismos hereditários, explicações essas que o “tiraram da rota”

da descoberta da gênese do humano na relação com o outro, e não a partir de conteúdos preexistentes, predeterminados, transmitidos pelo código genético da espécie.

Da mesma forma, podemos compreender que a modernidade cumpre um papel na teoria freudiana também enquanto um “desvio”, se não “biologizante”, “modernizante”: um recurso à ideologia liberal como fundamento do que se compreende na condição de indivíduo e sociedade (não em seu todo, mas pelo menos a alguns princípios civilizatórios modernos). Pensamos que um “desvio modernizante” ocorre, por exemplo, com relação à universalização do complexo edípiano como “fase” ou “etapa” naturalizada, inscrita na memória da espécie (FREUD, 1913/1996). Prescindido de suas raízes na cultura europeia e dos modos relacionais estabelecidos no interior das famílias do Ocidente “moderno”, o complexo de Édipo passa a atravessar culturas e guiar interpretações extraclínicas, como as vislumbradas neste trabalho.

Pois bem, tradicionalmente (ou seja, desde Freud, em textos como *Três Ensaios sobre a sexualidade infantil*, de 1905, e *Mal-estar na civilização*, de 1930), a psicanálise compreende que a criança, ao longo da infância, vivencia sua sexualidade polimórfica perversa, a dizer, em suas relações com o mundo externo, busca a satisfação de seus impulsos sexuais, agressivos e eróticos, que atingem seu clímax, seu ponto culminante, no drama denominado “complexo de Édipo”. É a partir do pacto edípico que o pequeno ser realiza um trabalho de renúncia pulsional, sobretudo de seus desejos incestuosos e homicidas, por meio de processos defensivos que organizam o aparelho psíquico para conformar-se às demandas do mundo da cultura. Deve abdicar de sua relação de dependência e exclusivista com a mãe, seu primeiro objeto de amor. Se antes a criança se regia pelo princípio do prazer, nesse momento deve se impor o princípio de realidade, e isso se sucede pelo vínculo da criança com suas figuras de amor, geralmente os pais. É pelo temor, tanto da punição (pelos desejos que já mencionamos) como de perder o amor dos pais, que a criança realiza um movimento psíquico de contenção pulsional,

de modo a preservar seus vínculos de amor – mas agora balizados culturalmente – e de conformação de seu psiquismo aos ideais valorizados pelo seu grupo familiar e social de maneira mais ampla.

Os/As psicanalistas, ao lançarem mão do conceito de “lei” para analisar nossos processos históricos e de constituição de nossa sociedade, utilizam-se desse esquema de compreensão baseado no complexo de Édipo utilizado como chave explicativa para o social. É como se o complexo de Édipo fosse uma precondição para a formação social, para a civilização.

Segundo Bleichmar (2015), a psicanálise, desde Freud e endossada por Lacan, concebe a estruturação psíquica a partir de uma legalidade transcendental, anterior ao próprio nascimento do sujeito. Essa concepção é estabelecida por Freud por meio do “mito científico” da horda primitiva, um mito de origem para o nascimento do pacto social, da vida em sociedade.

Freud (1913/1996) afirma que os primeiros agrupamentos humanos ou semi-humanos, as hordas, organizavam-se em torno da figura de um macho poderoso e protetor, admirado e amado por sua força e seu poder, mas também temido e invejado, uma vez que gozava tiranamente de sua posição monopolizando as fêmeas do grupo e eliminando rivais. Diante da frustração dos filhos, tendo parte de seus desejos tolhidos por esse pai, eles se reuniram e, rebelando-se, assassinaram o patriarca, devorando-o. Porém, o sentimento de culpa pelo crime consumado não tardou a se abater sobre os filhos, pois o pai odiado era, também, amado. Cúmplices e solidários quanto à responsabilidade pelo assassinato, os irmãos organizaram as primeiras leis a fim de regular o convívio mútuo, interditando o incesto, o homicídio e o canibalismo – um trabalho de imposição do princípio de realidade sobre o princípio do prazer. Sobre essas proibições, para o pai da psicanálise, assenta-se a sociedade humana, uma versão psicanalítica do contrato social, observa Ramos (2003). Note o/a leitor/a que, para Freud (1913/1996), o complexo de Édipo é pressuposto da formação social – um complexo universal, válido para todos os seres humanos.

Por maiores as críticas recebidas por Freud e sua relativização posterior, considerando tal escrito um “mito científico” ou “romance psicanalítico”, Augras (1995) observa que suas obras antropológicas, ao longo de sua produção, permanecem ancoradas nas ideias presentes em *Totem e Tabu*. Esse mito reverbera e fundamenta outros textos, como *Psicologia de massas e análise do eu* (1921), *O futuro de uma ilusão* (1927), *Mal-estar na civilização* (1930) e *Moisés e o monoteísmo*(1939), mostrando que Freud atribuía considerável importância àquele escrito e creditando-o uma certa verdade – psicológica ou, mesmo, histórica.

Segundo Augras (1995), duas premissas básicas se encontram presentes em *Totem e Tabu*. Primeiramente, o evolucionismo. Freud se apoia em teóricos que, na época, pensavam a humanidade enquanto uma unidade, na qual as diferentes culturas e raças representariam diferentes estágios evolutivos da espécie humana, sendo que todas estariam submetidas a uma mesma marcha de desenvolvimento linear, ou seja, de um estágio primitivo rumo a um estágio civilizado. As diferenças culturais seriam transpostas umas às outras segundo uma lógica de classificação temporal. Assim, tornava-se possível universalizar os pressupostos elaborados pelas ciências para toda a humanidade, na medida em que todos os membros da espécie compartilhariam de uma essência em comum. O totemismo, por exemplo, destaca a autora, caracteriza-se como um desses pressupostos que foram generalizados pelos evolucionistas, uma fase necessária da história universal, teoria já superada dentro da antropologia e das ciências que estudam o humano: “Colonizar os selvagens é promover a ascensão do primitivo - sobrevivente exótico do nosso próprio passado - ao nível invejável do civilizado. É acelerar o tempo” (AUGRAS, 1995, p. 41).

A perspectiva evolucionista penetra no texto de Freud, observa Augras (1995), a partir de uma compreensão de que o homem da Pré-História pode ser estudado em nossos atuais “selvagens”, nas populações “não civilizadas”, bem como na analogia que Freud realiza entre o “homem primitivo” e o neurótico. É a equação que toma, no mesmo

nível, selvagem=primitivo=neurótico, que consiste na base da fundamentação freudiana, destaca a autora. A compreensão de homem presente no evolucionismo deixou suas marcas na teorização freudiana, de modo que a história do homem vai se repetir na história individual. O mito totêmico, fundador de todas as sociedades humanas, repete-se em cada criança, por meio da filogênese, em seu complexo de Édipo.

Assim, o complexo de Édipo assume sua universalidade. Segundo Augras (1995), Freud, por meio de um “historicismo unificante”: “é a universalidade do desejo que justifica o poder da lei” (p. 42). Se, em Freud, essa transmissão é filogenética, a psicanálise pós-freudiana, mais especificamente a lacaniana, a substitui pela transmissão cultural/simbólica.

De acordo com Bleichmar (2015), se o mito da horda não se sustenta, atualmente, pela filogênese, Lacan vai recuperar uma teoria universal da moral por meio do conceito de “Nome-do-Pai”. Para a autora, trata-se de uma operação, de caráter colonialista e eurocêntrico, que leva a trama da família patriarcal burguesa ocidental para todas as relações familiares – um modelo relacional tomado como o modelo universal do humano.

A homologação entre Lei e Pai não é apenas ideologicamente infeliz, mas teoricamente insustentável e que a necessária função de pautaçaõ que regula o gozo não pode ficar submetida à forma histórica – discutível, por outro lado – com a que foi cunhada em sua época, mas libertada em sua universalidade constitutiva da instância moral e levada a circular a fim não só de evitar o constrangimento de ficar ligada ao mais reacionário do século XX, mas, também, de evitar suas conseqüências na clínica (BLEICHMAR, 2015, p. 105).

Reacionário, pois, segundo a autora, a fixidez com que essa estrutura de relações, pertencente a uma dada sociedade em dada época, é “transplantada” para a compreensão de outras formas de sociabilidade, podendo levar a posicionamentos conservadores, por exemplo, à “nostalgia de uma ordem aniquilante” (p. 107) na qual a pátria passa a sofrer da falta de um pai forte; sendo que a falta dessa figura mítica

levaria à desorganização social, à imoralidade, à corrupção, à delinquência. É o que encontramos nos escritos de alguns/mas psicanalistas quando se debruçam sobre o Brasil.

O complexo de Édipo pode ser compreendido, a partir das ideias de Laplanche (2015), como um código narrativo disponível na cultura que auxilia o ser humano na tradução, na conformação e na organização de sua sexualidade. É a cultura, por meio das figuras parentais e de cuidado, de histórias e contos infantis, que dá forma às pulsões do pequeno ser, configurando-as dentro de um romance, com um roteiro, cujos destinos variam de acordo com os indivíduos. Por essa via, o complexo de Édipo não seria uma estrutura dada, preexistente, com uma fórmula universal que todas as crianças⁶² atravessam, com um *script* mais ou menos previsível. Se não existe no inconsciente, mas do lado da cultura, cada qual constituirá a sua legalidade, suas formas de inserir a criança no *socius*, sua dinâmica entre cuidadores e infantes, sem que uma forma se sobreponha como roteiro unívoco.

A única situação universal proposta por Laplanche (2015), reiteramos, é o que denomina de “Situação Antropológica Fundamental”: em qualquer cultura o bebê humano necessita ser cuidado, para que sobreviva, e ser investido pelo outro. Uma situação desnivelada entre um adulto que já tem um aparelho psíquico constituído, por um lado, e um ser que ainda está por constituir o seu, por outro; entre um adulto que já possui um inconsciente, e que, em sua relação com a criança, inevitavelmente emitirá mensagens impregnadas pelo que ele desconhece para si mesmo – sua sexualidade infantil, polimórfico-perversa. Criança, diante das mensagens do adulto, empreende um trabalho de tradução, organizando traços perceptivos e de memória que adquirem sentido como formação do sistema consciente; e os conteúdos que fracassam em sua tentativa de tradução – por serem excessivas ao ego rudimentar da criança, por faltar à criança elementos para traduzir ou porque simplesmente são de impossível decifração (os conteúdos que são inconscientes para o

⁶² Como evidência o título da obra do psicanalista laciano Juan-David Nasio: Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa.

próprio adulto emissor e que invadem a criança sem significação possível) – instituem o sistema inconsciente, enquanto “restos” de tradução, mensagens não traduzidas e mensagens que nunca serão traduzidas. Se podemos estabelecer algo de universal para a espécie humana, para Laplanche (2015), isso repousa na situação antropológica fundamental.

Assim, é o outro que comunica à criança mensagens portadoras de sexualidade, que a identifica a um gênero, que a expõe ao seu desejo, que a inclui em uma trama afetiva. Para Laplanche (2015), a Psicanálise cometeu o erro de considerar um código narrativo da cultura, como o complexo de Édipo, enquanto uma “verdade metapsicológica” ou formação do inconsciente, ou seja, enquanto conteúdo intrínseco ao aparelho psíquico, em vez de outorgar-lhe o estatuto social. O complexo de Édipo, assim como outros códigos narrativos, não está do lado do recalcado, mas auxiliando o recalçamento, como parte do universo cultural – não no sentido transcendental, mas historicizado, como parte dos códigos construídos pelos agrupamentos humanos para regular suas relações, organizar os sujeitos, dessexualizar, simbolizar.

Como já mencionamos, o texto *Totem e Tabu* vai se apresentar, mesmo que implicitamente, como espinha dorsal das posteriores argumentações de Freud quando se dedica a estudar o homem em suas relações sociais. O complexo de Édipo adquire o caráter de pressuposto para a formação social.

Freud, em *O Futuro de uma Ilusão* (1927/1996), sustenta o surgimento da cultura na repressão a três desejos básicos do ser humano: somente a partir da proibição do incesto, do canibalismo e do desejo homicida, a vida em sociedade se torna possível. E por que esses três desejos? Como aponta Ramos (2003), encontramos nessa fundamentação a presença “subliminar” do mito científico freudiano⁶³ presente em *Totem e Tabu* (1913). O assassinato do pai da horda primitiva pelos filhos (homicídio), seu corpo servindo de refeição a eles (canibalismo) e a posse de suas

⁶³ O termo “mito científico”, como observa Ramos (2003), só foi utilizado por Freud a partir do texto *Psicologia de massas e análise do eu*, de 1921.

mulheres (incesto), para Freud, far-se-iam presentes na memória da espécie, e todo ser humano traria, em seu inconsciente, essa Pré-História da humanidade. *Totem e Tabu*, apesar de se caracterizar como um relato de uma hipotética Pré-História da humanidade, versa sobre o sujeito atual submetido ao Édipo, que atualiza o mito, pensa Ramos (2003).

Pois bem, é nessa perspectiva, de um Édipo universal, que nossa formação social no decorrer da história foi – e continua sendo – compreendida por nossos/as psicanalistas, como demonstramos em outro trabalho⁶⁴. E, como nação com histórico de ter sido colonizada, nosso problema, ou nosso sintoma, como “diagnosticado” por nossos/as psicanalistas, diz respeito ao pai. Um pai que gozou e não interditou – não propiciou, entre nós, o jugo da lei; seu fracasso nos torna propensos à transgressão, ao cinismo, ao bovarismo. É como se nos encontrássemos presos a um Édipo insolúvel, em uma relação incestuosa com a mãe-terra da qual nenhuma interdição consegue operar um corte, não sendo capaz de fazer-nos abandonar a busca pelo gozo, pela satisfação imediata e pessoal. Permanecemos arcaicos, tradicionalistas, personalistas, não ascendendo à condição de “indivíduo” ou de “sujeito”, de tal forma que até a psicanálise se questiona sobre sua eficácia nesse contexto, pois ela também estaria cumprindo uma função meramente ornamental, tal como as demais instituições liberais. Fizemos aqui uma generalização a partir de ideias formuladas por diferentes psicanalistas que se dedicaram a interpretar o Brasil, mas que não deixa de ser o tom de grande parte das interpretações psicanalíticas publicadas até o momento.

Questionando a centralidade edipiana para a compreensão do fenômeno social, pensamos que o caminho se abre para outras vias interpretativas, menos eurocêntricas, androcêntricas, estigmatizantes ou psicologizantes. Interpretações para além de um parâmetro de organização familiar ocidental, prescindido de suas determinações históricas para se impor como universal, transcendental.

⁶⁴ SILVA JUNIOR, M. C. S. O Brasil no divã: análise crítica dos discursos psicanalíticos sobre o/a brasileiro/a. São Paulo: Dialética, 2023.

É nesse sentido que podemos considerar a modernidade enquanto um “desvio” ou um “corpo estranho” no interior da psicanálise, pois permanece como um substrato que, muitas vezes despercebidamente, habita as entranhas dessa disciplina, processo imanente do próprio processo de constituição dessa ciência, e que exige, como nos ensina Laplanche (1992), um constante “fazer trabalhar” sobre seus pressupostos e pilares.

CONSIDERAÇÕES

Atualmente, a psicanálise tupiniquim parece estar vivenciando uma espécie de mal estar, no sentido de ser convocada, provocada a rever os lugares que tradicionalmente ocupou em nossa sociedade, bem como repensar suas teorias diante de uma nova realidade que se descortina – com novas vozes a serem ouvidas, antes abafadas ou emudecidas. Nos referimos às lutas de mulheres, movimentos negros, populações indígenas, LGBTQIPAN+, dentre outros que, mesmo ainda distantes da concretização de uma sociedade realmente igualitária, justa e democrática, conseguiram dar visibilidade às suas pautas e provocar o debate público sobre a necessidade urgente de transformação de nosso laço social e sistema econômico.

Neste contexto, é cada vez mais comum nos depararmos com psicanalistas lendo e ensinando Franz Fanon, Lélia González, Bell Hooks, Ailton Krenak, entre outros/as autores/as. Ou então, se lançando em interessantes e, felizmente, cada vez menos raros grupos espalhados pelo país que propõem espaços de escuta analítica para além do consultório particular e da clientela tradicionalmente burguesa⁶⁵. Apesar desses elogiosos e necessários esforços, eles, por si, não garantem uma verdadeira decolonização da psicanálise. Corre-se o risco, por exemplo, em realizar todas as leituras decoloniais possíveis e imagináveis mas não conseguir conciliá-las com os constructos teóricos psicanalíticos, resultando em

⁶⁵ Podemos citar, por exemplo, os trabalhos desenvolvidos pelo Coletivo Psicanálise Periférica, Psicanálise na Praça (grupos em cidades como Florianópolis, Porto Alegre, São Paulo, entre outras), Margens Clínicas, Estação Psicanálise, FalaTrans, Mutabis, Margem Psicanálise, Freud nas Quebradas, Coletivo ClínicAberta de Psicanálise de Santos, Projeto Gradiva, Coletivo Intervenção.

posturas progressistas apenas em aparência, mas que permanecem habitadas por um fundo conservador, colonialista⁶⁶.

Neste sentido, também não basta colocar o divã para fora do consultório se os parâmetros da escuta continuam os mesmos. É preciso colocar no divã a própria psicanálise, ou seja, realizar um exercício próximo do que Laplanche (1992) propõe enquanto método: “fazer trabalhar” a psicanálise, ou seja, a partir de seu interior, explorar suas tensões, suas contradições e seus impasses, pôr à prova seus fundamentos a fim de recuperar seu potencial criativo, transformador, subversivo.

REFERÊNCIAS

- AUGRAS, M. As fontes explícitas da obra antropológica de Freud. In: AUGRAS, M. **Psicologia e cultura: alteridade e dominação no Brasil**. (p. 27-46). Rio de Janeiro: NAU, 1995.
- BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.
- BLEICHMAR, S. **Do motivo de consulta à razão de análise e outros ensaios psicanalíticos**. São Paulo: Zagodoni, 2015.
- DAMOUSI, J.; PLOTKIN, M. B. **The transnational unconscious: essays in the history of psychoanalysis and transnationalism**. Londres: Palgrave-Macmillan, 2009.
- FIGUEIRA, S. A. (Org.). **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Tradução: Jayme Salomão. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Volume 13, pp. 13-162)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original publicado em 1905).
- FREUD, S. Totem e tabu. Tradução: Jayme Salomão. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Volume 13, pp. 13-162)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original publicado em 1913).
- FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. In: J. Salomão (Trad.); J. Strachey (Ed.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 18)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Publicado originalmente em 1921).
- FREUD, S. O futuro de uma ilusão. In: J. Salomão (Trad.); J. Strachey (Ed.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 21)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Publicado originalmente em 1927).

⁶⁶ Sobre este aspecto, recomendamos assistir ao debate promovido pela PUC-SP, no evento Semana de Psicanálise, com Maria Rita Kehl e Christian Dunker, disponível em: https://www.youtube.com/live/oGxKZF_sVXk?feature=shared.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: J. Salomão (Trad.); J. Strachey (Ed.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 21)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Publicado originalmente em 1930).

FREUD, S. Moisés e o monoteísmo. In: J. Salomão (Trad.), J. Strachey (Ed.), **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 23)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Publicado originalmente em 1939).

FULGÊNCIO, L. **Convocação para a fundação de uma Sociedade para Filosofia Positivista**. *Natureza Humana*, v. 2, n. 2, 2000, p. 429-438.

LAPLANCHE, J. **Novos fundamentos para a psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAPLANCHE, J. **Freud e a sexualidade: o desvio biologizante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAPLANCHE, J. **Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006**. Porto Alegre: DUBLIENSE, 2015.

NASCIMENTO, W. F. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. **Padê: Estudos em Filosofia, Raça, Gênero e Direitos Humanos**, v. 1, n. 1/2, 2009, p. 1-19.

RAMOS, G. A. **Angústia e sociedade na obra de Sigmund Freud**. Campinas: Unicamp, 2003.

RUSSO, J. **O mundo psi no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

TORQUATO, L. C. História da psicanálise no Brasil: enlances entre o discurso freudiano e o projeto nacional. **Revista de Teoria da História**, v. 14, n. 2, 2015, p. 47-77.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 12, n. 29, 1992, p. 11-20.

Nota: este texto contém partes integrais publicadas no livro de nossa autoria intitulado “O Brasil no divã: análise crítica dos discursos psicanalíticos sobre o/a brasileiro/a” (Editora Dialética, 2023).

SOBRE OS ORGANIZADORES



ALINE DANIELE HOEPERS

Pós-doutoranda, doutora e mestra em Psicologia, na linha de pesquisa Subjetividade e Práticas Sociais na Contemporaneidade pela Universidade Estadual de Maringá (PPI/UEM). Especialista em Proteção Social pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA/UNESPAR). Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do grupo de pesquisa Psicologia Social dos Afetos, vinculado ao Departamento de Psicologia da mesma Universidade. Psicóloga judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Docente do Curso de Psicologia da Toledo Prudente Centro Universitário, onde também coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social. Parecerista ad hoc em periódicos científicos. Supervisora em Psicologia Clínica, Jurídica e Social. É autora de livros, capítulos e artigos sobre violências domésticas, Psicologia Social, interseccionalidades e afetos.

E-mail: alinedanielehoepers@hotmail.com



JOSE VALDECI GRIGOLETO NETTO

Psicólogo e supervisor clínico (CRP 08/24556). Doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' - UNESP/FCL Assis/SP na linha de pesquisa Processos Psicossociais e de Subjetivação na Contemporaneidade, pesquisando as interfaces entre envelhecimento, luto e Cuidados Paliativos. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM/PR. Especialista em Intervenções Terapêuticas para Situações de Luto pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP junto ao Laboratório de Estudos sobre o Luto - LELu. Especialista em Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção Psicossocial pela UniCesumar/PR. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela UniFatecie/PR. Atua como Professor em cursos de graduação e pós-graduação (formação, especialização e aprimoramento) e supervisor de estágios curriculares. Possui ampla experiência profissional em atendimentos clínicos com pessoas enlutadas. É autor e organizador de diversos livros e artigos sobre a temática da tanatologia (morte e morrer) e processos de luto.

E-mail: josegrigoletto@outlook.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abertura 5, 9, 35, 49, 58, 89, 93, 124, 127, 161, 163, 251
Afeto 11, 16, 70
América Latina 21, 23, 46, 53, 55, 58-60, 64, 84, 87, 88, 105, 114, 115, 135, 193, 228, 243, 250, 254, 255, 258
Assistência Social 6, 9, 89, 94, 100, 101, 103, 104, 106, 108-110, 112, 115, 129, 145, 165-167, 177, 197

B

Brasil 7, 15, 33-35, 37, 38, 41, 42, 46, 50-52, 55, 57, 59, 60, 132, 135, 137, 139, 141, 148-150, 152-154, 158, 160, 163-165, 176, 178, 182, 187, 189, 191, 193-195, 198-202, 206, 208, 217, 221-223, 225, 228, 234, 237, 240, 245, 251, 265, 267, 269, 270
Brasileiro 7, 10, 27, 34, 35, 42, 46, 58, 176, 191, 194, 199, 200, 217, 223, 225, 228, 240, 242, 243, 248, 267, 270

C

Central 66, 142, 243, 245, 247, 250
Cidadão 7, 10, 243, 245, 248, 250, 254
Ciência 5, 11, 13, 17, 22-24, 26, 27, 30, 31, 33, 41-43, 46, 49-51, 54, 57-60, 63-67, 69, 70, 73-77, 105, 106, 114, 149, 153, 156, 159, 160, 163, 217, 226, 241, 259, 260, 268
Clínica 33-35, 37, 38, 42-46, 102, 118, 126-130, 132-136, 148, 152, 165, 177, 219, 227, 228, 241, 264
Colonialidade 7, 10, 18, 19, 23, 24, 26, 31, 39, 53, 54, 56-60, 65, 66, 73, 76-78, 82, 84, 88, 104, 119, 120, 124, 135, 151, 155, 156, 158, 160, 163, 164, 205, 217, 227, 228, 243-245, 247-249, 252-256, 270
Conhecimentos 5, 7, 9, 21, 22, 28, 40, 41, 51, 55, 58, 61-64, 66, 68-70, 73-78, 85, 90, 92-94, 96, 113, 119, 126, 127, 132, 154, 160, 162, 225, 226, 247, 253, 257, 258
Covid-19 7, 10, 135, 189-193, 197-200, 208

Crise 5, 9, 49, 50, 122, 142, 143, 193, 205, 232, 251
Crítica 5, 12, 15, 17, 20, 27, 38, 39, 47, 80, 82, 97, 104, 109, 114, 115, 118, 126, 134, 147, 153, 160, 186, 246, 256, 259, 267, 270
Cuidado 6, 10, 24, 50, 57, 84, 107, 111, 112, 114, 117, 118, 127, 129, 130, 132, 134, 135, 137-153, 157, 158, 162, 163, 166, 170-176, 179-183, 186, 188, 193, 222, 237, 265
Cultura 15, 17, 23, 31, 52-54, 56, 58, 62, 79, 80, 84, 85, 87, 93, 97, 100, 119, 129, 130, 135, 147, 148, 152, 160, 188, 189, 198, 200, 236, 257, 258, 261, 265, 266, 269

D

Decolonialidade 2, 5-7, 9, 10, 33, 42, 53, 85, 151, 152, 155, 158, 163, 219, 227
Decolonização 44, 49, 68, 247, 268
Democracia 100, 119, 252, 255
Desejo 5, 11, 14-16, 19, 20, 25, 32, 155, 162, 206, 227, 233, 238, 264, 266

Ditadura militar 7, 10, 122, 123, 201, 204, 207, 208

E

Educação 6, 9, 31, 87, 89, 94, 97, 100-104, 106, 108, 109, 112, 114, 123, 129, 145, 148, 151, 152, 157, 159, 162, 164-166, 175, 177, 187, 195, 198, 201, 241
Emoções 211
Epistemologias 14, 29, 60, 62, 67-69, 77, 78, 81, 82, 84-86, 88, 227, 256
Escrever 11, 17-19, 26, 81
Estigmas 7, 10, 229
Eurocentrado 26, 58, 119, 249
Eurocêntrico 55, 82, 264

Europa 36, 38, 39, 41, 42, 50, 52, 56-58, 66, 67, 121, 243, 244, 255, 257, 258

F

Familiar 6, 10, 165, 166, 173, 175, 176, 181, 190, 197, 198, 200, 203, 206, 224, 235, 262, 267
Feministas 5, 9, 11, 12, 14, 16, 18, 20-24, 26, 28, 30, 43, 66, 68, 69, 79, 82-84, 87, 88, 100, 132, 135, 203, 207, 217, 250, 255
Ferramenta 20, 33, 76, 93, 121, 129, 132, 146, 157
Filosofia 54, 68, 102, 149, 230, 260, 270
Formação 5, 9, 11-13, 15, 17-22, 24, 26, 28-30, 34, 37, 46, 50, 57, 59, 69, 76, 96, 101, 114, 115, 129, 132, 135, 136, 142, 147, 159, 160, 190, 246, 262, 265-267
Freud 7, 257-264, 266-270
Fronteiras 6, 9, 15, 22, 23, 28, 79, 80, 88-90, 92, 186
Futuro 19, 101, 232, 249, 259, 263, 266, 269

G

Gênero 15, 22-24, 26, 30, 35, 39, 43-45, 47, 56-58, 66, 67, 69, 82-84, 88, 104, 108, 110, 119, 128, 134-136, 181, 188, 189, 191, 192, 197-206, 208, 217, 245-252, 255, 256, 266, 270

H

Hegemonia 35, 123
Hegemônico 42, 113, 131, 134, 155, 179, 250
Homossexualidade 36-38, 46
hooks 12, 14-16, 20, 31, 81, 82, 87, 169, 176, 268

I

Ideologia 251, 252, 258, 261
Intersecção 5, 9, 26, 33, 37, 90, 104, 113, 119, 128

J

Justiça 7, 10, 38, 126, 132, 145, 172, 173, 175, 177, 178, 180, 184, 185

L

Latinas 5, 9, 11, 14, 20-23, 29

LGBTIQIAP+ 35, 36, 38, 43

Luto 7, 10, 155, 164, 215, 219-223, 227, 228, 241, 242

M

Maternidade 6, 7, 10, 165-167, 169-175, 181, 182, 189, 191, 193, 195, 198, 199, 204, 207

Morte 7, 10, 24, 31, 158, 202, 210, 219-224, 227, 228, 230, 231, 233, 238, 239, 249

N

Negras 5, 9, 12, 26, 49, 50, 54, 55, 66, 69, 81-83, 119, 158, 163, 167-170, 175, 176, 182, 192, 226

Neoconservadorismo 7, 10, 121, 243, 245, 248, 250, 251, 255

O

Ocidental 5, 9, 27, 30, 41, 49-51, 54, 55, 62, 66, 81, 105, 129, 163, 243, 247, 257, 264, 267

P

Pandemia 7, 10, 135, 189-200, 214

Pesquisa 11, 13, 19, 22, 23, 28, 29, 34, 35, 55, 74, 75, 91, 93, 102, 105, 135, 138, 166, 176, 178, 179, 186, 188, 192, 193, 196, 206, 208, 216-218, 225, 229, 239

Pessoas 7, 10, 22, 25, 27, 35, 36, 38, 40, 51, 54, 65, 69, 70, 72, 74-76, 79, 86, 94, 96, 99, 103, 105, 107-109, 111, 112, 118, 122, 123, 126-128, 131, 141, 147, 157, 166-169, 174, 175, 178, 193, 194, 206, 207, 209, 212, 213, 215, 219-223, 225-227, 229-231, 233-240

Políticas públicas 6, 9, 89-91, 93-104, 106-109, 112-115, 117, 120, 122, 125, 129, 135, 148, 152, 165, 166, 176, 183, 197, 198, 255

População 6, 9, 42, 43, 51, 52, 55, 57, 89, 94-96, 98-100, 103, 104, 106-112, 120, 125, 129, 140, 144, 147, 157, 168, 197, 231, 244, 250

Povo 14, 24, 46, 56, 58, 68, 80, 164, 182, 215, 222, 253

Preconceitos 7, 10, 225, 229, 233

Protagonismo 6, 9, 19, 103, 106-108, 111, 114, 115, 128, 140, 164, 253

Psicanálise 7, 10, 46, 188, 257-262, 264, 266-270

Psicologia 2, 5, 6, 9, 11-13, 17, 18, 21-24, 26, 30, 33-35, 37, 38, 42, 44-55, 57-59, 61, 64, 76-79, 86, 88-91, 100-107, 109-118, 121, 122, 124-126, 128, 130, 131, 133-135, 137, 149, 150, 152, 153, 157, 165, 166, 175-178, 189, 201, 217, 219, 227-229, 241-243, 255, 257, 263, 266, 269

Q

Queer 5, 9, 33-35, 37, 38, 43-45, 47, 132

Quijano 12, 18, 26, 31, 39-41, 47, 52, 53, 56, 60, 65, 66, 78, 84, 88, 119, 135, 224, 228, 243, 244, 246, 255, 256, 258, 270

R

Racismo 5, 31, 49, 52-54, 56, 59, 69, 77, 105, 114, 120, 128, 226

S

Saúde mental 6, 10, 55, 101, 106, 109, 114, 115, 117, 123, 127, 129, 130, 132-139, 141-143, 148-150, 157, 163, 184, 188, 197, 200, 217, 237, 238, 255

Saúde 6, 9, 10, 48, 54, 55, 88, 89, 94, 97, 100-104, 106, 108-112, 114, 115, 117, 118, 120-166, 175-177, 181, 183, 184, 187-190, 192, 197, 198, 200, 203, 217, 232, 233, 236-238, 240-242, 255

Sexuais 26, 36, 48, 121, 130, 205, 207, 208, 211, 246, 261

Sobreviventes 7, 10, 201, 208, 216, 238, 239, 241, 242

Social 5, 6, 8, 9, 18-20, 24, 25, 29, 30, 42, 44, 47, 51, 52, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 67, 70, 71, 73, 76-79, 83, 85-89, 91, 93-96, 98-104, 106-116, 119, 120, 122, 126, 127, 129, 131-134, 137, 144, 145, 149, 152, 156-158, 165-167, 175-177, 181, 186, 191, 197, 198, 201-204, 206, 208, 211, 217, 219, 230, 231, 233, 234, 241, 244, 251-256, 258, 260, 262, 265-268, 272

Subversão 18, 134

Suicídio 7, 10, 19, 48, 229-242

Sujeito 5, 9, 21, 24, 30, 34, 40, 42, 45, 49-51, 54, 55, 57, 58, 68, 69, 74, 76, 81, 90, 112, 128, 134, 137, 140-142, 151, 152, 162, 197, 205, 233, 234, 239, 245, 248-250, 253-255, 262, 267

T

Territórios 6, 9, 12, 16, 18, 29, 65, 66, 79, 80, 95, 111, 113, 117-119, 121, 122, 125-128, 131-133, 246

Tortura 201, 204-209, 211-217

ISBN 978-65-5368-349-5



Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br